

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

TARCÍSIO PERDIGÃO ARAÚJO FILHO

**Viver na tora: trabalho ambulante e estratégias de vida nas encruzilhadas
da gestão contemporânea do comércio popular**



São Carlos
2021

TARCÍSIO PERDIGÃO ARAÚJO FILHO

**Viver na tora: trabalho ambulante e estratégias de vida nas encruzilhadas
da gestão contemporânea do comércio popular**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos para a obtenção do título de doutor em Sociologia.

Orientadora: Cibele Saliba Rizek

Coorientadora: Isabel Pauline Hildegard Georges

São Carlos

2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Folha de Aprovação

Defesa de Tese de Doutorado do candidato Tarcísio Perdigão Araújo Filho, realizada em 10/11/2021.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Cibele Saliba Rizek (USP)

Prof. Dr. Christian André Marie Azais (CNAM)

Prof. Dr. Pablo Jaramillo Salazar (Uniandes)

Profa. Dra. Ludmila Costhek Abílio (UNICAMP)

Prof. Dr. Jacob Carlos Lima (UFSCar)

Profa. Dra. Isabel Pauline Hildegard Georges (IRD)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

Dedico esta tese para Anísio Gomes Araújo (1962-1985), um tio que não tive a oportunidade de conhecer e cuja história sei tão pouco a respeito. Anísio atuou como *torero* nas mediações da Rua Carijós com a Rua Curitiba na década de 1980.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a todos/as os/as interlocutores/as desta pesquisa, em especial os/as vendedores/as ambulantes que confiaram no processo e compartilharam comigo suas opiniões, aflições, visões de mundo, histórias de vida, seus cotidianos de trabalho. Ao *toreros/as* sou grato por me apresentarem as ruas da minha própria cidade de outras formas.

Esta pesquisa não teria acontecido sem o suporte financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP – Processo 2017/02638-3) que, além da bolsa de doutorado no país, concedeu-me também a Bolsa Estágio de Pesquisa no Exterior (BEPE) (Processo 2018/21466-1). O presente trabalho também foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Agradeço aos/às professores/as vinculados ao Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), principalmente àqueles com quem tive aulas no período do doutorado, dentre eles Prof^ª. Maria da Glória Bonelli, Prof^ª. Maria Aparecida Moraes, Prof. Gabriel Feltran e Prof. Fábio Sanches (que também foi supervisor do estágio docente). Agradeço aos membros do corpo técnico da universidade pela eficiência e por nunca terem me deixado na mão, em especial, à Silmara Dionísio, secretária do PPGS.

Aos/às pesquisadores vinculados/as à Rede SAGEMM (*Social Activities, Gender, Markets and Mobilities from Below – Latin America*) pelas trocas acadêmicas de altíssimo nível ao longo dos últimos anos, tanto no contexto dos eventos que organizamos, como nos encontros de discussão de textos.

Aos membros do *Laboratoire Interdisciplinaire de Sociologie Économique* (LISE) do *Conservatoire National des Arts et Métiers* (CNAM) em Paris pelo acolhimento, pela convivência e pelas trocas: Audrey Lefèvre, Prof. Ferruccio Ricciardi, Prof^ª Léa Lima, Valerya Viera Giraldo, Ludivine Le Gros. Agradeço, principalmente, ao Prof. Christian Azais que, de braços abertos, me recebeu no laboratório e me acompanhou ao longo do período de estágio.

Ao Prof. Jacob Carlos Lima e aos demais membros do Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Profissões e Mobilidades (LEST-M/UFSCar) por terem me incluído em suas reuniões de grupo de estudos e por terem contribuído avidamente para minha formação. Em especial, sou grato ao Felipe Rangel pelas trocas de ideia que sempre me motivaram e me inspiraram a estudar o que estudamos.

Ao Daniel Hirata que, por meio de uma arguição provocativa na banca de defesa da dissertação de mestrado, me fez atinar para a ideia de que seria pertinente seguir para o doutorado com uma pesquisa sobre os *toreros* de Belo Horizonte. Ao Carlos Freire da Silva pelos apontamentos na banca de qualificação do doutorado que me auxiliaram a encontrar os rumos da tese.

A todas as amigas que Paris e a *Maison du Brésil* me presentearam: Diogo, Allana, Mariela, Priscila, Thiago, Bárbara entre outros que fizeram dos meus doze meses na França entre os mais importantes da minha vida. Agradeço especialmente à Bianca e Luna que, além de amigas, se tornaram referências importantes na fase final do desenvolvimento da pesquisa.

A todas as amigas que São Carlos e a UFSCar me presentearam: Tainá, Cris, Alex, Pugin, Caio, Carol, Ana Carina, Ju, Vinícius, Pedro, Izadora, Amanda, Lucita, além de Giu e Jéssica que foram vizinhas e amigas de importância inestimável também em Paris. Às rolezeiras Isabela, Natália, Milena, Mayara, Marcele, Paula, Monique por terem tornado o ano de 2017 não só muito produtivo, mas também muito divertido.

Um agradecimento especial ao meu grande amigo Pina que, além de ter dividido apartamento comigo naquele ano e participado de todo o processo de desenvolvimento da pesquisa, foi uma referência fundamental em todos os aspectos relacionados à bolsa e à condição de bolsista FAPESP. Sem esse amigo por perto desde o início, certamente todo percurso do doutorado teria sido mais duro.

A todas as amigas que o curso de Ciências Sociais na UFMG me presenteou e que até hoje são presentes em minha vida. Um agradecimento especial à Carol que, no contexto de um exercício da disciplina Metodologia III, em 2012, dividiu comigo as primeiras incursões ao campo que se desdobraram no trabalho de conclusão de curso e depois nos projetos de pesquisa na pós-graduação. Agradeço também aos professores que participaram de perto da minha formação na época da FAFICH. Em especial à Profa. Yumi Santos por ter me orientado na pesquisa de monografia e cumprido um papel tão norteador para os caminhos da minha trajetória acadêmica até aqui.

À minha amiga querida Maria Letícia, por ter aberto as portas de sua casa para mim quando retornei a Belo Horizonte e pelo apoio de sempre. Também ao Zé pela amizade e pelo companheirismo durante o ano na Galena.

À Joana pelo carinho e apoio constante.

Ao Túlio Queiroz de Freitas, figura chave na minha inserção em campo.

Às pessoas que auxiliaram a pesquisa com serviços de tradução, revisão de textos e transcrição de entrevistas.

À minha terapeuta, por me ajudar a segurar a onda.

Aos amigos que, em algum momento (ou em vários), leram meus textos, me ajudaram a organizar meus pensamentos e a aperfeiçoar minha escrita. Não existe trabalho acadêmico individual. E, se fosse para ser assim, certamente não valeria a pena.

Aos/às professores/as membros/as da banca de defesa pela disponibilidade de ler e discutir meu trabalho.

À Prof^a Cibele Rizek, pela confiança e pela acolhida, mas também por ser uma referência intelectual importante para minha formação.

À Prof^a Isabel Georges, por ter acreditado no meu potencial, insistido para que eu escrevesse o projeto de doutorado e trabalhado duro para que esta tese ganhasse vida. Obrigado por ter construído junto comigo, desde a época do mestrado, uma parceria acadêmica de verdade, de qualidade rara, que oxalá não terminará por aqui.

Finalmente, serei sempre grato aos meus, àqueles que mais amo e fazem de mim quem eu sou: minha irmã Nicole, minha vó/madrinha Didi, meu pai Tarcísio, minha mãe Nice. E, claro, à Maria, minha lindeza, minha companheira de vida, pela paciência, por caminhar junto comigo, pelo apoio que me dá coragem.

Exu matou um pássaro ontem com a pedra que atirou hoje.

RESUMO

Esta tese discute a contemporaneidade do comércio ambulante, levando em conta suas transformações e permanências. A partir do caso de Belo Horizonte, objetiva reconstruir um olhar sobre a atividade a partir da análise dos processos de trabalho e das dinâmicas de controle. Considerando a produção de múltiplas subjetividades, apreende a conformação das estratégias de vida dos sujeitos membros das classes populares urbanas no contexto do capitalismo contemporâneo. A pesquisa se baseou em incursões etnográficas voltadas ao acompanhamento das rotinas de trabalho e entrevistas em profundidade com abordagem biográfica. O enfoque empírico foram os vendedores de rua que atuam na clandestinidade, localmente chamados de *toreros*. Trata-se de uma força de trabalho cujas disposições e formas de atuação são fundamentais para o funcionamento de circuitos mercantis variados, ao passo que também tensionam a implementação das políticas de regulação. O estudo com este enfoque proporciona uma perspectiva “às margens” da produção do ordenamento urbano, entendido, por sua vez, a partir de articulações público-privadas. A pesquisa analisa a formação e o funcionamento de mecanismos que caracterizam a gestão contemporânea do comércio popular, bem como dos mercados que eles sustentam e deles prescindem para seguir operando. Destacam-se as operações urbanas que visam “modernizar” o comércio popular, formalizando negócios de rua de maneira condicionada à sua realocação para shoppings populares. A medida carrega, ainda, o discurso de que estariam convertendo trabalhadores informais em empreendedores. As transformações que se elucubram a partir dessas articulações disputam não apenas um ideal de cidade moderna, mas também a captura da força de trabalho informal. Nesse sentido, a repressão estatal nas ruas cumpre papel fundamental para a sustentação de um mercado privatizado das “soluções urbanas”, através do qual uma multiplicidade de atores extrai ganhos econômicos e políticos. A persistente ocupação dos espaços públicos pelo comércio ambulante é fator indissociável das dinâmicas e conflitos próprios da produção da cidade e da acumulação capitalista. Para que sigam ativos, os *toreros* buscam constantemente se apropriar das espacialidades, legalidades/formalidades e moralidades como formas de legitimação para suas atividades. O conjunto de fatores ligados à permanência do comércio ambulante nos centros urbanos informa também sobre as diferentes modalidades de exercício das atividades, arranjos coletivos, hierarquias e de formas desse trabalho ser concebido subjetivamente por aqueles que o praticam. A análise de trajetórias permitiu o exame das narrativas em torno do trabalho de forma articulada a outras “lutas” travadas pelos sujeitos, relacionadas a outras dimensões da reprodução da vida. Assim, a tese também discute a multiplicidade de racionalidades mobilizadas nessas interseções e através dos sentidos que os sujeitos atribuem às encruzilhadas que marcam seus percursos de vida. A problemática do comércio ambulante se constrói, por fim, para além do âmbito local. Constitui-se como um elemento chave para compreendermos as formas de encaixe entre as políticas de reordenamento urbano, a questão social e a emergência dos mercados da pobreza em extensão transnacional. No capitalismo contemporâneo, as situações de informalidade, precariedade e pobreza adquirem novas funcionalidades, enquanto a dimensão do trabalho se reacomoda.

Palavras-chave: Comércio ambulante; Toreros; Empreendedorismo social; Informalidade; Estratégias de vida

ABSTRACT

This thesis discusses the contemporaneity of street vending, taking into account its transformations and permanences. Based on the case study of the city of Belo Horizonte, it aims to re-establish the outlook on street commerce by analyzing how labor processes are affected by the mechanisms of control. Given the production of multiple subjectivities, the research captures the configuration of the life strategies of individuals who are members of the urban popular classes in the context of contemporary capitalism. The research was based on ethnographic incursions focused on the monitoring of work routines and in-depth interviews with a biographical approach. The empirical focus was on clandestine street vendors, locally called *toreros*. The dispositions and forms of action of the *toreros* are still fundamental for the functioning of various markets. At the same time they stress the enforcement procedures of regulatory policies. The study with this approach provides a perspective "from the margins" on the production of urban planning. The research analyzes the formation and operation of mechanisms that characterize the contemporary management of popular commerce, as well as the markets that they sustain and depend on to continue operating. Such mechanisms are found in urban policies that aim to "modernize" popular commerce by relocating street vendors to shopping centers created for this purpose, the *shopping populares*. The actors involved in this policy also claim that they would thus be converting informal workers into entrepreneurs. In this sense, state repression against street vendors plays a fundamental role in sustaining a "urban solutions" privatized market through which a multiplicity of actors extract economic and political gains. The persistence of vendors in occupying public spaces is an inherent factor of the urban growth and the capitalist accumulation. *Toreros* constantly seek to appropriate the circumstantial spatialities, legalities/formalities, and moralities as resources in order to legitimate their activities and remain active. The set of factors underlying the permanence of street vending in urban centers also informs about the different ways in which activities are carried out, the collective arrangements, hierarchies, and the ways in which this work is subjectively conceived by those who practice it. The analysis of trajectories allowed for the examination of narratives about work in articulation with other "struggles" engaged in by the individuals, related to other dimensions of life reproduction. Therefore, the thesis also discusses the multiplicity of rationalities mobilized by the individuals when they elaborate meanings to their "life crossroads". The matter of street commerce is constructed, finally, beyond the local scope. It constitutes a key element to understand the connections between urban planning policies, "the social question" and the mercantilization of poverty in its transnational extensions. Informality, precariousness, and poverty acquire new functionalities in contemporary context of capitalism, while the dimension of work is readjusted.

Keywords: Street vending; *Toreros*; Social entrepreneurship; Informality; Life strategies

RÉSUMÉ

Cette thèse porte sur la contemporanéité du commerce de rue, en tenant compte de ses transformations et de ses permanences. En se basant sur le cas de Belo Horizonte, le travail entend redéfinir la compréhension de cette activité à partir de l'analyse des processus de travail et des dynamiques de contrôle qui les contraignent. En considérant la production de subjectivités multiples, cette recherche restitue la conformation des stratégies de vie des sujets de la classe populaire urbaine dans le contexte du capitalisme contemporain. La recherche s'est basée sur des incursions ethnographiques visant à observer les routines de travail ainsi que sur des entretiens approfondis avec des sujets impliqués à partir d'une approche biographique. Empiriquement, l'accent a été mis sur les vendeurs de rue (clandestins), connus localement sous le nom de toreros. Il s'agit d'une catégorie de travailleurs dont les dispositions et les formes d'action sont fondamentales pour le fonctionnement des différents circuits mercantiles. En outre, leurs actions produisent également une résistance aux forces de l'ordre des politiques publiques urbaines. L'étude avec cette approche offre une perspective « en marge » de la production de la planification urbaine, comprise à son tour à partir des articulations public-privé. La recherche analyse la formation et le fonctionnement des mécanismes qui caractérisent la gestion contemporaine du commerce populaire, ainsi que les marchés qu'ils soutiennent et qui en dépendent pour continuer à fonctionner. La recherche entend analyser les opérations urbaines qui visent à « moderniser » le commerce populaire à partir d'une formalisation des vendeurs de rue conditionnée par leur déplacement vers le commerce populaire privé. Cette politique porte également le discours, selon lequel, grâce à elle, les travailleurs informels seraient convertis en entrepreneurs. Les transformations qui résultent de ces articulations ne promeuvent pas seulement un idéal de la ville moderne, mais créent aussi des dispositifs de capture de la main-d'œuvre informelle. En ce sens, la répression de l'État dans les rues joue un rôle important dans le maintien d'un marché privatisé de « solutions urbaines » par lequel une multitude d'acteurs tirent des gains économiques et politiques. L'occupation persistante des espaces publics par les vendeurs de rue est un facteur indissociable de la dynamique et des conflits inhérents à la production de la ville et à l'accumulation capitaliste. Afin de rester actifs, les toreros cherchent constamment à s'appropriier des spatialités, des légalités/formalités et des moralités comme moyens de légitimer leurs activités. L'ensemble des facteurs liés à la permanence de la vente ambulante dans les centres urbains renseigne également sur les différentes modalités d'exercice des activités, les arrangements collectifs, les hiérarchies et les manières dont ce travail est conçu subjectivement par ceux qui le pratiquent. L'analyse des trajectoires a permis d'examiner les récits autour du travail en articulation avec d'autres « luttes » menées par les sujets, liées à d'autres dimensions de la reproduction de la vie. Ainsi, cette thèse traite également de la multiplicité des rationalités mobilisées dans ces intersections et à travers les significations que les sujets attribuent aux crises qui marquent leurs parcours de vie. Enfin, la question de la vente ambulante se construit au-delà de la sphère locale. C'est un élément clé pour comprendre comment s'articulent les politiques de transformation urbaine, les questions sociales et l'émergence de « marchés de la pauvreté ». Dans le capitalisme contemporain, les situations d'informalité, de précarité et de pauvreté acquièrent de nouvelles fonctionnalités tandis que la dimension du travail est remodelée.

Mots-clés : Commerce de rue ; Toreros ; Entrepreneuriat social ; Informalité ; Stratégies de vie.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Trajeto de trabalho de campo no baixo-centro de Belo Horizonte.....	32
Figura 2 - Hipercentro de Belo Horizonte.....	51
Figura 3 - Início do percurso de trabalho de campo.....	52
Figura 4 - Shopping Oiapoque	56
Figura 5 - Distribuição espacial dos shoppings populares no Centro de Belo Horizonte	57
Figura 6 - Vendedores de celulares de “segunda mão”.....	67
Figura 7 - Vendedor de cigarros	73
Figura 8 - Vendedores de cigarro.....	73
Figura 9 - Confronto policial na retirada dos ambulantes em 2004	103
Figura 10 - Entrada dos fundos do Uai Shopping	116
Figura 11 - Reunião entre empresariado, secretaria municipal, PM, GM e parlamentar	119
Figura 12 - Apresentação gráfica do “perfil dos vendedores ambulantes” levantado pela PBH	122
Figura 13 - Manifestação de vendedores ambulantes	126
Figura 14 - Ação policial contra a manifestação dos vendedores ambulantes	127
Figura 15 - Manifestação de vendedores ambulantes	128
Figura 16 - Assembleia realizada debaixo do Viaduto Santa Tereza.....	129
Figura 17 - Manifestação de vendedores ambulantes	131
Figura 18 - Manifestação de vendedores ambulantes	132
Figura 19 - Sorteio das vagas nos shoppings populares.....	133
Figura 20 - Uai Shopping em julho de 2017	134
Figura 21 - Corredores do Uai Shopping	143
Figura 22 - Extrato da petição do Grupo Uai à Prefeitura de Belo Horizonte	145
Figura 23 - Percurso do trabalho de campo no baixo-centro (Avenida Paraná)	162
Figura 24 - Percurso do trabalho de campo no baixo-centro (Avenida Paraná e Rua Carijós).....	171
Figura 25 - Deficiente visual trabalhando em uma banca.....	184
Figura 26 - Fruteiro no Centro de Belo Horizonte em 1982	205
Figura 27 - Vendedor de espetinhos de churrasco na Avenida Olegário Maciel em 1981	208
Figura 28 - Camelôs licenciados trabalhando em barracas padronizadas (década de 1990).....	210
Figura 29 - Torero transitando e expondo relógios de pulso (década de 1990)	212

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Perfil resumido dos entrevistados	39
---	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ACMinas - Associação Comercial de Minas Gerais

ASCOM - Assessoria de Comunicação Social

BELOTUR - Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte

BPC - Benefício de Prestação Continuada

BRT - *Bus Rapid Transit*

CDL-BH - Câmara de Lojistas de Belo Horizonte

CEO - *Chef Executive Officer*

CEPAC - Certificado de Potencial Adicional de Construção

COMPUR - Conferência de Política Urbana

COPAC - Comitê Popular dos Atingidos pela Copa

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

CTA - Centro de Testagem e Aconselhamento

CUFA - Central Única de Favelas

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DEAJEC - Delegacia Adjunta ao Juizado Especial Criminal

DEM - Democratas

EMATER-MG - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais

FIEMG - Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

FIFA - Federação Internacional de Futebol

GM - Guarda Municipal

INSS - Instituto Nacional de Segurança Social

ITBI - Imposto de Transmissão de Bens Imóveis

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONG - Organização Não-governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

OUS-PIPCH - Operação Urbana Simplificada do Plano de Inclusão Produtiva de Camelôs do Hipercentro

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PACE - Plano da Área Central de Belo Horizonte

PBH - Prefeitura de Belo Horizonte

PHS - Partido Humanista da Solidariedade

PL - Partido Liberal

PM - Polícia Militar

PMMG - Polícia Militar de Minas Gerais

PROBUS - Programa de Reorganização do Transporte por Ônibus

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PSD - Partido Democrático Social

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PSOL - Partido Socialismo e Liberdade

PT - Partido dos Trabalhadores

SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas

SLU - Superintendência de Limpeza Urbana

SMAPU - Secretaria Adjunta de Planejamento Urbano

SMSA - Secretaria Municipal de Saúde

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UPP - Unidade de Polícia Pacificadora

ZCBA - Zona Central do Barreiro

ZCBH - Zona Central de Belo Horizonte

ZCs - Zonas Centrais

ZCVN - Zona Central de Venda Nova

ZHIP - Zona Hipercentral

SUMÁRIO

1	Introdução	17
1.1	Questão de pesquisa	17
1.2	Definição do objeto	24
1.3	Aspectos metodológicos e o trabalho de campo	29
1.4	Sobre o caminho de análise: a abordagem multiescalar	42
1.5	Organização do texto.....	45
2	Circuitos econômicos populares e trabalho: uma perspectiva a partir do baixo-centro de Belo Horizonte.....	49
2.1	O comércio popular como ponto de partida	52
2.2	Características da atuação tática dos <i>toreros</i>	62
2.2.1	O <i>corre</i> dos cigarros paraguaios.....	68
2.2.1.1	A noção de <i>corre</i>	68
2.2.2	O <i>corre</i> do comércio de rua e os circuitos mercantis transnacionais	70
2.2.2.1	O <i>corre</i> por espaço, tempo e dinheiro.....	71
2.2.3	A circulação de mercadorias ilegais e o cruzamento de fronteiras	76
2.2.3.1	Fronteiras, ilegalismos e trabalho	78
2.2.3.2	Mercadorias políticas e insegurança.....	80
2.2.3.3	A funcionalidade da concentração dos riscos entre os atores.....	82
2.3	Conclusão.....	85
3	Os ingredientes da gestão contemporânea do comércio popular: a criação dos shoppings populares e a implementação das Operações Urbanas em Belo Horizonte.....	89
3.1	Articulações público-privadas na circunscrição dos problemas urbanos	93
3.1.2	Centro Vivo.....	93
3.1.3	Código de Posturas de Belo Horizonte.....	95
3.1.3.4	O papel das associações comerciais	96
3.2	Articulações público-privadas na formulação das soluções urbanas	97
3.2.1	Operações Urbanas.....	97
3.2.1.1	Operação Urbana do conjunto arquitetônico da Avenida Oiapoque	100
3.3	A implementação da primeira política de transferências de camelôs para shoppings populares em Belo Horizonte	101
3.3.1	O papel da repressão policial.....	102
3.3.2	As expectativas pela “melhora de vida”	104
3.3.2	O papel de mediação dos sindicatos de camelôs	105
3.3.3	A gradativa expulsão dos “ex-camelôs” dos shoppings populares.....	108
3.4	Conclusão.....	109
4	O business do empreendedorismo social e a violência: <i>plano de inclusão, expulsão ou captura?</i>	112
4.1	O Uai Shopping e o “Plano de Inclusão Produtiva”.....	113

4.1.1	Caracterização espacial de um “shopping fantasma”	115
4.1.2	O prelúdio da operação: articulações público-privadas.....	117
4.1.3	A implementação da transferência dos ambulantes para os shoppings populares, fase a fase	120
4.1.3.1	Primeira etapa: o mapeamento do público-alvo	120
4.1.3.2	Segunda etapa: “tolerância zero”	123
4.1.3.3	Terceira etapa: a entrada nos shoppings	132
4.1.3.4	Quarta etapa: a efetivação institucional	135
4.1.4	Formas ambíguas de adesão ao “plano de inclusão produtiva”	137
4.1.5	A tentativa de reerguimento do shopping e a efetivação relativa do “plano de inclusão produtiva”	141
4.2	A construção do shopping popular como <i>business</i>	145
4.2.1	A expansão do empreendedorismo social: pobreza como oportunidade.....	150
4.3	Conclusão	155
5	A consolidação dos “lugares de ambulantes”: formas de legitimação pelas <i>brechas</i>	158
5.1	“Lugar de ambulante”: espacialidade de trânsito e trabalho	159
5.2	A esquina da <i>tora</i> : a Avenida Paraná com Rua Carijós	170
5.3	A <i>tora</i> com “ares de legalidade”: o funcionamento de uma banca	173
5.4	O <i>esquema dos deficientes</i>	178
5.4.1	Entraves entre a lei e a moral na regulação do comércio ambulante realizado por pessoas com deficiência física.....	178
5.4.2	O problema dos “prepostos” e as relações de trabalho entre deficientes e os donos das bancas	182
5.4.3	A perspectiva de uma deficiente visual	187
5.5	Conclusão	190
6	Memória e produção da cidade pelo avesso: a trajetória de uma <i>torera</i>	194
6.1	Origem familiar	196
6.2	“Ponto de virada” pelo trabalho na <i>rua</i> , entre dois matrimônios	198
6.3	Tornando-se <i>sacoleira</i> e <i>torera</i>	201
6.4	A parceria entre um camelô licenciado e uma <i>torera</i> no contexto da expansão do comércio popular em Belo Horizonte	204
6.4.1	Rastreamento das transformações no comércio popular entre as décadas de 1980 e 1990	204
6.4.2	A invenção do ambulante licenciado (e do não licenciado)	209
6.5	Buscando estabilidade na instabilidade	215
6.5.1	O jogo do estigma	215
6.5.2	O jogo da respeitabilidade	217
6.5.3	O jogo da violência	218
6.6	O “conceito da rua” e as redes informais de subcontratação: o auge de uma <i>torera</i>	220
6.6.1	Os <i>guerreiros</i>	223
6.7	A recomposição das estratégias: da <i>rua</i> para o shopping e do shopping para a <i>rua</i>	229

6.8 Negócios de família ou família de negócios?.....	233
6.9 Conclusão.....	236
7 A <i>tora</i> como alternativa de vida: trajetórias urbanas e os heterogêneos caminhos para o comércio ambulante.....	240
7.1 Mobilidade permanente e luta por moradia: a trajetória de Carolina.....	246
7.2 Entre saúde, cuidado da família e busca por renda: a trajetória de Ruth.....	255
7.3 A busca por emancipação individual nas interseções entre religião, política e trabalho: a trajetória de Toni.....	264
7.4 Conclusão: reflexões sobre a mobilidade horizontal/lateral e os múltiplos sentidos do comércio ambulante para os percursos de vida.....	275
8 Considerações finais.....	286
Referências.....	302

1 INTRODUÇÃO

1.1 Questão de pesquisa

O propósito central deste estudo foi analisar a contemporaneidade do comércio ambulante no Brasil, buscando compreender suas transformações e permanências. A pesquisa foi realizada entre 2017 e 2021, a partir do caso de Belo Horizonte, baseando-se, principalmente, no levantamento de dados qualitativos com abordagem etnográfica e a coleta de relatos biográficos, visando a reconstituição de trajetórias sociolaborais.

O foco do trabalho empírico foram os vendedores ambulantes que trabalham de forma clandestina, localmente chamados de *toreros*, e que melhor caracterizaremos¹ à frente nesta introdução. A partir de uma variedade de fontes de dados de pesquisa, pudemos não só analisar seus processos de trabalho, mas, de forma mais abrangente, compreender as diversas dimensões implicadas na dinâmica reformulação de suas estratégias de vida.

Como ponto de partida, apostamos no desvelamento da heterogeneidade das experiências concretas desses trabalhadores, visando apreender a variedade de sentidos que os sujeitos atribuem à atividade do comércio ambulante. Tratando-se de um ofício popular, “tradicional” no Brasil, objeto de inúmeros estudos nas Ciências Sociais, julgamos fundamental empreender uma pesquisa de caráter compreensivo e situado, de forma a escapar de estereótipos que normalmente recaem sobre a atividade e seus praticantes, bem como dos lugares-comuns das explicações desse fenômeno. Nesse sentido, analisamos as configurações vigentes — subjetivas e materiais, individuais e coletivas — que ainda fazem do comércio ambulante alternativa de vida para homens e mulheres dos meios populares urbanos. Para isso, nos debruçamos nas trajetórias dos sujeitos, através das quais pudemos analisar como vivem suas vidas e como narram suas ações a partir das encruzilhadas em que se deparam.

Não há como estudar o comércio ambulante sem, contudo, examinar as dinâmicas de regulação sobre a prática, e como elas impactam os modos de vida dos trabalhadores. Nesta pesquisa, nos interessamos em observar a formação e a operação dos instrumentos, mecanismos e articulações políticas que incidem diretamente nas condições de exercício da atividade e na

¹ Ao longo do texto utilizaremos pronomes e verbos flexionados na primeira pessoa do plural para designar o esforço de pesquisa como um todo, incluindo as interpretações, debates teóricos e análises dos materiais empíricos. O pronome “nós” representa o trabalho coletivo que constitui uma pesquisa em sua integralidade. Por outro lado, utilizaremos a primeira pessoa do singular exclusivamente na descrição das experiências de campo, neste caso, vividas concretamente pelo autor da tese.

circulação de riquezas no comércio popular, constituindo o que chamamos de *gestão do comércio popular*².

Tanto a dimensão das experiências de trabalho quanto a dos dispositivos gestionários e de controle foram analisadas através de uma multiplicidade de escalas, mas partindo empiricamente das interlocuções com os sujeitos de pesquisa e dos eventos observados localmente. Entre outros aspectos, nosso desenho metodológico nos permitiu compreender as contradições entre os regulamentos formais e as práticas efetivas de regulação, e o que elas implicam para a organização do comércio popular em Belo Horizonte como um todo.

Com a realização do trabalho de campo, pudemos acompanhar, passo a passo, a implementação da Operação Urbana Simplificada do Plano de Inclusão Produtiva de Camelôs do Hipercentro (BELO HORIZONTE, 2017), a partir de 2017, mesmo ano em que esta pesquisa se iniciou. Nessa cidade, a operação marca um novo ciclo de políticas que combatem o comércio ambulante, pressionando os trabalhadores de rua a formalizarem seus negócios de modo condicionado à sua realocação para espaços fechados, geridos por entidades particulares: os shoppings populares (LIMA, 2011; JESUS, 2011; JAYME, NEVES, 2010; CARRIERI et al., 2009; VILELA, 2006).

A complementariedade entre a repressão nas ruas e o incentivo ao “empreendedorismo popular” via implantação de shoppings populares já esteve presente na formulação de políticas urbanas em Belo Horizonte e em outras cidades no Brasil, desde o fim dos anos 1990 (GUERREIRO, 2000; PINHEIRO-MACHADO, 2011; VÉRAS DE OLIVEIRA, 2013; FREIRE DA SILVA, 2014; KOPPER, 2015; CARNEIRO, 2017; RANGEL, 2019a). Esta combinação configura os moldes discursivos e operacionais contemporâneos da *gestão do comércio popular*. Buscamos compreender, assim, não apenas a persistência de um “método” de gestão conformado através de articulações público-privadas, mas também a consolidação de um lucrativo mercado de “soluções” ao “problema” do comércio ambulante, através do qual uma multiplicidade de atores extrai bens econômicos e políticos.

Nesse sentido, o município de Belo Horizonte ganha centralidade nessa discussão por ter sido um dos pioneiros no Brasil na implementação desse tipo de política, ainda no início dos anos 2000, quando foram fundados os shoppings Oiapoque, Tupinambás, Xavantes, Caetés, entre outros. Além disso, a cidade foi o berço, e ainda um dos principais locais de operação, do grupo empresarial do ramo dos shoppings populares de maior importância em nível nacional

² A noção de *gestão do comércio popular* também foi trabalhada em Rangel e Araújo Filho (2021).

— o Grupo Uai — que demonstra ter dominado, política e tecnicamente, os meios para difundir seus empreendimentos através de “parcerias” com prefeituras em várias regiões do país.

Ao observar o modo como essas políticas público-privadas continuam operando, nos deparamos com o anacronismo dos discursos que as embasam. Embora seja uma atividade visível e massivamente presente nas cidades contemporâneas, tais medidas seguem se apoiando na construção da imagem do comércio ambulante como um tipo de atividade do passado³. Desse modo, o Estado se encarrega em superá-la, desincentivá-la e combatê-la sem que seus propósitos e maneiras de operação precisem ser debatidos na esfera pública, e tampouco diretamente junto aos próprios trabalhadores.

O caráter “auto-legitimado” (LAUTIER, 1997) da luta contra o comércio ambulante se configura, então, como um poderoso combustível dos mecanismos de *gestão do comércio popular*. A antiga repressão estatal ao comércio ambulante ganha novas instrumentalidades e desdobramentos quando combinados aos interesses políticos e econômicos da implementação dos shoppings populares. Desde o século passado, a guerra que as políticas urbanas travam contra esses trabalhadores tem se justificado principalmente através dos discursos do ordenamento urbano e da “recuperação” das áreas centrais das cidades. De modo complementar, os shoppings populares emergem construindo sua fachada institucional pela ideia de que estariam promovendo modalidades supostamente mais “modernas” e ordeiras de comércio popular, ao prometerem converter camelôs (informais) em “empreendedores” (formalizados) (RANGEL, 2019a; RANGEL, ARAÚJO FILHO, 2021). Assim, faz-se pertinente ressaltar que as transformações que se elucubram a partir dessas articulações disputam não apenas um ideal de cidade moderna, mas também visam realizar a *captura* da força de trabalho.

A emergência dos shoppings populares tem sido entendida como uma das expressões concretas do processo de flexibilização do mundo do trabalho, reconfigurando os contextos do trabalho informal em encaixe às transformações que o assalariamento vem sofrendo (ZAMBELLI, 2011; RANGEL, 2015). Isso porque a institucionalização de um local adequado ao trabalho informal, com o aval do Estado, busca ressignificar a condição social do trabalhador

³ A passagem da obra de Prandi (1978, p.74), datada na década de 1970, ainda parece representativa de uma análise do cenário do século XXI: “Muito frequentemente surge certa preocupação por parte dos agentes do Estado com a população de autônomos precariamente engajada no comércio ambulante. Muito mais que a defesa dos comerciantes estabelecidos, afigura-se esta preocupação – do ponto de vista dos administradores públicos – como necessidade de pôr fim a uma atividade desprestigiada que enfeia as ruas e praças onde aqueles fazem seus pontos de vendas. Não há, na verdade, nenhuma novidade nessa visão. Estes pequenos e pobres trabalhadores, contrastando com as vitrinas do comércio estabelecido, são vistos como forma de mendicância e na sociedade capitalista não há lugar para os mendigos.”

por conta própria pertencente às classes populares, anteriormente atrelado às simbologias da marginalidade, à condição de desemprego ou do trabalho provisório, para convertê-la à positividade da “livre iniciativa”. O incentivo ao empreendedorismo popular, e o suposto empoderamento individual que essas políticas dizem promover para os indivíduos, caminham, portanto, no sentido da construção de uma nova “cultura do trabalho”⁴. Ela é expressa pela sujeição dos trabalhadores à constância dos riscos e inseguranças de manterem um “negócio próprio”, de tal forma que a expectativa de proteção social mediada pelos direitos fica em segundo plano (MACHADO DA SILVA, 2002; LIMA, 2010, 2014).

A partir de um estudo sobre a “empresarização” do comércio popular em São Paulo, Rangel (2019a) aponta para um deslocamento da matriz que ainda pensava a integração dos trabalhadores informais na chave dos direitos e da cidadania para a incorporação de suas atividades à lógica do mercado. Sendo afeitas à lógica competitiva, políticas como as que temos observado promovem um tipo de formalização de caráter inerentemente excludente. Apesar de ser elaborada discursivamente a partir de seu impacto social — em que o Estado tem papel central —, as políticas de realocação de ambulantes para os shoppings populares conseguem “incluir” de forma relativamente duradoura nesses mercados não mais que uma parcela minoritária de trabalhadores que conseguem se adaptar à lógica de comércio *indoor* e aos custos de aluguel (BROMLEY, 2002).

Nossa pesquisa busca compreender, portanto, as transformações do comércio popular a partir dos efeitos amplos desses processos, sem nos limitarmos a uma denúncia de sua ineficácia. Buscamos observar a reconfiguração das circunstâncias concretas de trabalho para aqueles que se inserem nesses novos espaços de comércio (seja de forma definitiva ou passageira), mas analisar com maior atenção os efeitos produzidos àqueles que persistem atuando nas *ruas*, de modo a reconstituir as estratégias que desenvolvem a partir desse contexto.

Nesse sentido, seguir as transformações sociais não nos limita, tampouco, à verificação do que parece haver de “novo” — como os novos empreendedores em novos espaços de comércio — mas nos convida também a analisar como se configuram as modalidades e

⁴ Segundo Lima (2010, p. 164): “A cultura do trabalho abarca um conjunto de estratégias e atividades que se imbricam, complementam-se, diferenciam-se e, às vezes, se confundem com o que poderíamos chamar de cultura de classe, do capitalismo, do assalariamento, empresarial, empreendedora, social empreendedora, na qual o trabalho configura fortemente as relações entre os atores. Nesse sentido, é composta de ideologias justificadoras e contra-ideologias, nas quais o mundo do trabalho tem sido ressignificado: formas de resistência e formas de consentimento à dominação; maior individualização nas relações de trabalho, ao lado de formas de valorização do coletivo; novas proposições e interpretações do trabalho coletivo e de suas possibilidades; fim e retorno da ideia de projeto. Enfim, uma miríade de situações nas quais o trabalho continua fundamental na explicação do social e dos valores que justificam ou contestam a ordem vigente.”

situações de trabalho que parecem resistir a esses processos. Mais precisamente, nosso desafio foi realizar um reexame de uma “velha ocupação” no contexto do capitalismo contemporâneo (LIMA, 2014), buscando compreender as reconfigurações mais gerais do comércio popular a partir desse ponto de vista.

Desde uma perspectiva complementar, o comércio ambulante também pode ser entendido como uma forma de “trabalho sobrevivente”, que se desenvolve atrelado aos processos de crescimento das cidades e de formação da classe trabalhadora. Em nosso país, a prática é manifesta pelo menos desde o período escravista (SOARES, 1988; DURÃES, 2012), tendo sido remodelada ao longo das várias etapas do desenvolvimento do capitalismo. Sob este ponto de vista, o que gostaríamos de reter é que, em cada período histórico, essa prática apresentará diferentes funções socioeconômicas e formas de exercício, refletindo, assim, em mudanças em suas representações sociais e, também, nos sentidos atribuídos pelos sujeitos que a desempenham.

Dito isso, não é possível dizer que o comércio ambulante perdeu sua importância como meio de vida para as populações pobres urbanas⁵, mas o contrário. O que se vê nas grandes cidades brasileiras, a exemplo de Belo Horizonte, é a ampliação dos pontos de circulação constante de vendedores nas ruas; e também a diversificação das modalidades de atuação e perfil dos trabalhadores.

Mesmo com a multiplicação de atividades de baixo rendimento que se apresentam contemporaneamente como novas possibilidades para a viração do trabalhador brasileiro — como os trabalhos uberizados, subcontratados, terceirizados —, o comércio ambulante ainda figura como uma das formas de trabalho mais acessíveis à parcela mais pobre da população urbana. De forma geral, isso se dá pois se trata de uma prática em que o indivíduo “depende quase exclusivamente do dispêndio da força de trabalho própria” (PRANDI, 1978, p. 25), podendo se engajar com custo (quase) zero de entrada, se beneficiando de certa flexibilidade de horários, cujo retorno monetário é imediato e que, pelo menos a princípio, não depende (de forma definitiva) de mediações, instrumentos, infraestrutura para ser realizada, diferenciando-se, assim, de outras atividades autônomas.

Para além do lugar que ocupam na divisão social do trabalho (PRANDI, 1978), não há como desconsiderar os efeitos da circulação de moralidades que permeiam o trabalho no

⁵ Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE, o número de pessoas no Brasil que se declararam vendedores ambulantes vem crescendo desde 2014, chegando a quase dois milhões no ano de 2020. Desse contingente, 58,47% são homens e 41,53% são mulheres; 67% são negros, 31% são brancos e 2% amarelos ou indígenas (FERREIRA; SILVA; MARTINS, 2021).

comércio ambulante. Contemporaneamente, a *rua*⁶ segue representando no imaginário social um espaço aberto a todas as pessoas, independente do sexo, podendo ser acessada a qualquer momento em que precise dela, da infância à velhice, de forma permanente ou oscilante. Na *rua*, os sujeitos conseguiriam se ajustar às circunstâncias da vida, por mais adversas que possam ser: gerando renda mesmo desempregado, complementando o salário (ou outro tipo de rendimento) quando ele é insuficiente ou, no limite, adotando o comércio ambulante como seu ofício principal ao longo de toda uma vida de trabalho. Uma vez construída socialmente como situação de trabalho de acesso permanente, sua ativação dependeria apenas da “força de vontade” dos indivíduos — nada mais adequado à racionalidade neoliberal (LAVAL; DARDOT, 2009).

Frente ao que apresentamos nessa introdução, a respeito de como interrogamos a contemporaneidade do comércio ambulante, fomos guiados pelas contribuições de Oliveira (1987), em sua *Crítica à Razão Dualista*, para situarmos essa atividade de trabalho sob o jugo das mudanças sociais. Partimos da hipótese de que o processo de transformação das forças produtivas no capitalismo não necessariamente leva à superação das formas ditas “arcaicas”. Segundo o autor, a partir de um estudo realizado ainda na década de 1970, há uma relação orgânica entre os caracteres arcaico e moderno no cerne da acumulação analisada no Brasil. Segundo o autor, a acumulação conforma-se como “unidade de contrários, em que o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado.’” (OLIVEIRA, 1987, p. 12).

O comércio ambulante, não por acaso, se torna um dos exemplos mobilizados em suas reflexões naquele momento, direcionadas à compreensão global da estrutura produtiva. Nas palavras de Oliveira (1987):

A razão básica pela qual pode ser negada a negatividade do crescimento dos serviços — sempre do ponto de vista da acumulação global — é que a aparência de “inchação” esconde um mecanismo fundamental da acumulação: os serviços realizados à base de pura força de trabalho, que é remunerada a níveis baixíssimos, transferem, permanentemente, para as atividades econômicas de corte capitalista, uma fração do seu valor, “mais-valia” em síntese. Não é estranha a simbiose entre a “moderna” agricultura de frutas, hortaliças e outros produtos de granja com o comércio ambulante? Qual é o volume de comércio de certos produtos industrializados [...] tais como lâminas de barbear, pentes, produtos de limpeza, instrumentos de corte, e um sem número de pequenos objetos, que é realizado pelo comércio ambulante das ruas centrais de nossas cidades? Qual é a relação que existe entre o aumento da frota de veículos particulares em circulação e os serviços de lavagem de automóveis realizados

⁶ Neste texto, utilizamos o termo *rua* (marcado em itálico) tal como os sujeitos da pesquisa o mobilizam corriqueiramente. A *rua* sinaliza mais do que um espaço físico (representação metonímica dos espaços públicos de uma cidade), mas representa um espaço social com características, normas e valores próprios (BOURDIEU, 1997), através do qual se estabelecem as bases de uma sociabilidade popular, em especial ligadas às relações de trabalho no comércio ambulante e de outras atividades similares. Já expressões como “comércio de rua”, “moradores de rua”, entre outras, permanecem sem demarcação em itálico por entendermos que são expressões consolidadas no vocabulário comum.

braçalmente? Existe alguma incompatibilidade entre o volume crescente da produção automobilística e a multiplicação de pequenas oficinas destinadas à reprodução dos veículos? (OLIVEIRA, 1987, p. 33-34).

Através dessa reinterpretação da teoria marxista, Oliveira propôs uma explicação alternativa à teoria do subdesenvolvimento acerca da economia brasileira, buscando considerar as desigualdades como constituintes do processo de modernização. Assim, quando sua obra transita para o campo sociológico, ela desvela uma estrutura social mais complexa do que se suporia pela oposição entre setores industrial e agrícola; ou pelas vias “clássicas” do conflito entre capital e trabalho, complexidade esta que se agrava com a flexibilização capitalista e com as transformações que a categoria “emprego” sofreu desde a década de 1970. Diante disso, a teoria de Oliveira ainda se demonstra útil pois concebe, assim, um olhar para os ofícios populares em termos de suas configurações e funcionalidades presentes, no sentido de sua adequação ao processo de acumulação e de reforço às desigualdades sociais. Segundo ele, mesmo as formas de trabalho tidas como não tipicamente capitalistas ou “arcaicas” estão subordinadas à lógica do capital na medida em que rebaixam o custo de reprodução da força de trabalho; e que os chamados setores “modernos” e “arcaicos” da economia estabelecem, não uma linha de progressão entre passado e futuro, mas relações de dependência cujos contornos devem ser verificados no presente (OLIVEIRA, 1987).

Tal concepção nos inspira a recolocar a questão do comércio ambulante nas discussões sobre as mutações contemporâneas do mundo do trabalho, no sentido de nos atualizar sobre as condições de encaixe entre a manutenção das “economias de subsistência” e a contínua expansão do capitalismo (OLIVEIRA, 1987). Também veremos, a partir da hipótese elaborada, em que medida o Estado (ou o poder estatal) também teve suas margens de exercício ampliadas ou recolocadas na etapa presente do desenvolvimento capitalista.

A lógica de acumulação que Oliveira caracteriza em sua obra parece estar inscrita no cerne da *gestão do comércio popular* que aspiramos a analisar. Como descrevemos preliminarmente, a promoção da modalidade de comércio popular de feições supostamente mais modernas, adaptada às condicionalidades formais e estética do empreendedorismo, prescinde da permanência e da atualização dinâmica dos crivos que definem a modalidade relativamente mais “arcaica”: a modalidade a ser superada. Nesse sentido, nos colocamos as seguintes questões: se no passado o comércio ambulante estaria figurado, basicamente, em contraste ao trabalho assalariado (PRANDI, 1978), como concebê-lo diante de um mercado de trabalho “virado ao avesso”, em que a informalidade se torna parte da regra (OLIVEIRA, 2003, p. 11)? E mais, tendo em vista recomposição do tecido social, o que uma perspectiva posta

sobre as (re)formulações das estratégias de vida dos sujeitos nos revela sobre tais transformações?

Por fim, interrogamos sobre as formas mais avançadas de articulação entre o “arcaico” e o “moderno” a fim de compreendermos a gestão das desigualdades no mundo contemporâneo ou, dito de outra forma, da recolocação do “social”. A partir de um olhar para os meios populares urbanos, conjecturamos que são os próprios limites da noção de trabalho que estão em jogo para um melhor entendimento dos horizontes de expectativas dos sujeitos e das formas mais globais de subordinação. A discussão caminha para o debate sobre alguns dos elementos que nos parecem próprios à operação do capitalismo neoliberal globalizado — e que o Brasil parece ocupar um lugar de destaque — especificamente se olhamos seus efeitos de baixo para cima (GAGO, 2018).

1.2 Definição do objeto

A ilegalidade do trabalho ambulante está no cerne da problemática da *gestão do comércio popular* (HIRATA, 2014; FREIRE DA SILVA, 2014). Esta pesquisa se volta a um grupo específico de vendedores ambulantes⁷: aqueles que regularmente expõem e comercializam suas mercadorias nas ruas sem terem acedido o direito de fazê-lo. Levando em conta a existência de possibilidades relativamente legalizadas/formalizadas de comércio em espaços públicos (as escassas licenças), os ambulantes que, nesse sentido, são remetidos à situação de clandestinidade são denominados localmente como *toreros*.

O termo *torero* é compartilhado principalmente entre os ambulantes (inclusive como autodenominação) e trabalhadores da fiscalização. A origem da palavra indica a especificidade de seu emprego na diferenciação das condições práticas de exercício do comércio de rua. A denominação é derivada de uma gíria mais amplamente reconhecida pelos belo-horizontinos: “na tora”. Executar alguma ação “na tora” significa fazer algo de maneira frontal, sem hesitação, sem depender de permissões. Além de *torero* e *torera*, nessa mesma linha, ainda

⁷ Nesta tese, “ambulante”, “vendedor ambulante”, “vendedor de rua” e “camelô” foram termos utilizados basicamente como sinônimos, seguindo o modo como os sujeitos desta pesquisa, no geral, mobilizam as noções. Curiosamente, “camelô” ou “ambulante”, termos que literalmente remetem ao trabalho móvel, também foram utilizados algumas vezes para designar trabalhadores do comércio popular de forma geral, se referindo àqueles que atuam nos espaços da *rua*, ou mesmo dentro dos shoppings populares, em pontos fixos. De um lado, enquanto “ambulante” ou “vendedor ambulante” trazem um significado mais amplo, inclusive aparecendo nas primeiras legislações de Belo Horizonte, o termo “camelô” passa a ser usado no âmbito da regulação estatal somente a partir da década de 1980. Para uma discussão sobre as variações entre as nomenclaturas para comércio ambulante em outras línguas, ver Monnet (2006).

observamos outras variações da gíria igualmente comuns no linguajar dos sujeitos: como *tora*, que designa sua prática; e o verbo *torar*, que designa sua ação.

Na *rua*, aqueles que trabalham na *tora* lutam diariamente para se manterem em atividade. Por isso, se reconhecem e são reconhecidos pela pré-disposição ao enfrentamento às ações de fiscalização. Fugas, esquivas, negociações e as brigas são fatores subjacentes às trocas comerciais, sendo consideradas pelos *toreros* como situações iminentes ou corriqueiras em seus cotidianos de trabalho. Por isso, o termo também pode ser utilizado como uma forma de demonstrar reconhecimento das aptidões e atitudes individuais adequadas à convivência com os riscos e inseguranças dessa circunstância de trabalho. Nesse sentido, uma postura marcada pela demonstração de valentia e de persistência, por exemplo, pode ser considerada como digna de um “torero de verdade”. Em comparação, os vendedores que recuam diante das investidas da fiscalização, se contentando em permanecer nos pontos menos disputados, ou que desistem rapidamente da atividade, são taxados de meros “aventureiros”.

Portanto, o significado de *torero* não se restringe aos parâmetros das ilegalidades e informalidades, mas é própria de um léxico da *rua* resultante da interpretação popular acerca da organização das práticas de comércio ambulante em Belo Horizonte. O significado de *torero* tem, portanto, caráter fundamentalmente relacional, o que nos serve como lente para compreender o comércio popular através das relações de conflito. Se em um primeiro momento o termo “nativo” nos serve como recorte, ao longo do processo ele proporciona um novo enquadramento que nos possibilita captar e dar sentido a heterogeneidades de práticas e sujeitos que não seriam suficientemente legíveis de outra forma.

O termo *torero* também não se basta como instrumento de leitura do comércio popular de nossa época. Uma vez transmitido de uma geração a outra, a noção se integra ao horizonte semântico das sociabilidades da *rua*: eles refletem cristalizações das vivências coletivas passadas e que ainda servem aos indivíduos como meio de significação de suas experiências presentes (ELIAS, 1994c). A precisão da categoria “nativa” está no fato de ter sido elaborada como instrumento de identificação (e autoidentificação) baseada, por sua vez, nas especificidades das relações de poder impressas de forma duradoura naquele meio social.

Vale apontar que, se a nomenclatura “nativa” de um grupo social provém das configurações e experiências locais, as dinâmicas sociais que as tornam distinguíveis das demais dizem respeito, nesse caso, a relações de poder cujas lógicas têm maior abrangência, não se restringindo ao caso do comércio ambulante em Belo Horizonte. A escolha da perspectiva dos *toreros* remete à discussão, desde as margens (DAS; POOLE, 2004), acerca da

reprodutibilidade do controle sobre a atividade, se estendendo também às análises de suas precariedades típicas e das estratégias que os sujeitos elaboram a partir dessas circunstâncias.

A situação do trabalho de rua relativamente mais móvel e/ou clandestina não só é recorrente em outros contextos urbanos, como também sua especificidade, não raro, é socialmente reconhecida e representada na linguagem popular em cada localidade. Assim, é possível encontrar analogias entre o *torero* de Belo Horizonte com denominações encontradas em outros contextos geográficos, expressadas inclusive em outros idiomas.

Por exemplo, em São Paulo — e curiosamente também nos centros urbanos do norte do Brasil, como Belém e Manaus —, apesar de pouco utilizado atualmente, o termo *marreteiro* carrega um significado similar ao de *torero*, caracterizando o “ambulante irregular” (SAKAI, 2011, p. 13). No Paraguai se utiliza o termo *mesitero* para designar o comércio de rua em que os trabalhadores fazem uso de pequenas mesas portáteis (*mesitas*) (RABOSSI, 2004; CARDIN, 2010); e em outros países de língua espanhola, como a Argentina e Espanha, são denominados como *manteros* os ambulantes que apoiam suas mercadorias em tecidos (*mantas*) sobre as calçadas (ESPINOSA ZEPEDA, 2017; MARCÚS, PERALTA, 2021,). *Meseros* e *manteros* se destacam das denominações mais genéricas e de uso mais comum nesse idioma — *vendedor ambulante* ou *vendedor callejero* — de forma a ressaltar as especificidades de seus instrumentos de trabalho, fundamentais para que esses vendedores gozem de constante mobilidade e capacidade de fuga. Já em francês, o termo *vendeur a la sauvette* se diferencia de *vendeur ambulant* ou *commerçant ambulant* ao designar especificamente os vendedores de rua em situação de clandestinidade que, por isso, estão constantemente preparados para escapar (*se sauver*) das abordagens policiais (FRANÇOIS, 2004). Já na variação na língua inglesa, por sua vez, ao invés de *street vendor* ou *street trader*, o termo *street hawker* destaca a mobilidade espacial dos ambulantes clandestinos, através de uma analogia com a rapidez característica do voo do falcão (*hawk*) (FORKUOR et al, 2017).

A distinção dos ambulantes relativamente mais dispostos à mobilidade e ao enfrentamento das normas vigentes nada tem de específico ou casual. Ao contrário, se em cada contexto geográfico a heterogeneidade do comércio popular e de rua ganha contornos e legibilidades diferentes, em conjunto, os termos mencionados indicam para a construção globalizada do comércio ambulante como um problema urbano (DIMAS, 2008; HIRATA, 2014 RACAUD; KAGO; OUWOR, 2018; RANGEL, 2019b), levando os sujeitos em cada localidade a se portarem, se identificarem e serem identificados diferencialmente.

A escolha dos *toreros* como foco de análise nesta pesquisa parte sobretudo de uma abordagem etnográfica sobre o trabalho (LEITE LOPES, 1978, 2013; PALERMO; MEJIA; GINIGER, 2017). Visamos, assim, reconstruir um olhar sobre a problemática contemporânea do comércio ambulante a partir da conformação dos processos de trabalho frente às dinâmicas de controle, levando em conta também as subjetividades e produção dos modos de vida. Por isso, nos preocupamos, de início, em captar as margens de ação dos sujeitos, não limitando a prática do comércio ambulante aos estereótipos que recaem sobre ela, frequentemente associada à noção de “trabalho por sobrevivência” — que, por sua vez, tende à homogeneização das experiências dos sujeitos. De outra forma, também nos distanciamos de concepções que poderiam assumir o comércio ambulante como uma forma de trabalho independente, ou mesmo um tipo precário de “empreendedorismo”, para usar o jargão de nossa época.

Nesse sentido, vale apontar que esta pesquisa de doutorado surgiu como uma decorrência do amadurecimento dos achados da pesquisa de mestrado, realizada entre 2014 e 2017, acerca da implementação da fiscalização sobre o comércio ambulante em Belo Horizonte (ARAÚJO FILHO, 2016b).

Naquele momento, nosso foco de análise foi o funcionamento das instituições municipais de fiscalização de rua (que ainda seguem em operação), cujo formato era propagandeado na época como inovador, baseado no emprego de centenas de funcionários terceirizados, sub-remunerados e imbuídos do “trabalho sujo” (HUGHES, 1958) do controle sobre ambulantes. Sempre em contato direto com seu público-alvo, esses agentes, denominados como auxiliares de fiscalização, atuam em duas frentes principais: sendo designados a ocuparem pontos estratégicos dos espaços públicos, inibindo a aproximação de vendedores ambulantes e se encarregando de não os deixar trabalhar nessas áreas (os *plantões*); e participando como os “braços” das operações de apreensão de mercadorias (nas *equipes de apoio*) que ocorrem de forma a surpreender os ambulantes, ou quando acionadas pelos agentes em *plantão* após alguma situação de desentendimento.

O termo *torero* me ocorreu em campo pela primeira vez no contexto daquela pesquisa, tendo sido mobilizado pelos interlocutores como categoria de identificação dos alvos da fiscalização. Foi durante uma conversa com um auxiliar em *plantão* que escutei a definição: “torero é quem te dá trabalho”. Basicamente, o agente queria dizer que esse é o “tipo” de ambulante que mais “complica” o exercício diário da fiscalização, seja rompendo o tédio característico da atividade de vigilância no *plantão*; seja resistindo às ações de apreensão realizadas pelas *equipes de apoio*. A partir desse comentário, podemos aferir ainda uma segunda

camada de significado. A constante e, aparentemente, irremediável presença dos *toreros* nas ruas é o que demanda a constante presença desses agentes, tornando seu trabalho necessário. Portanto, a *tora* deve ser considerada como a razão de ser das instituições de fiscalização, e não o ato de vender na rua *per se*.

Reforçamos esse viés pois compreendemos que a persistência dos *toreros* ao longo do tempo é o elemento que torna os serviços de controle indispensáveis sob as prerrogativas da gestão urbana. Inversamente ao que está posto pelos discursos oficiais, nos atentamos para um complexo processo de produção dessa demanda (GEORGES; SANTOS, 2013). Observamos, assim, como o problema do comércio ambulante é modulado e mobilizado, por um emaranhado de atores, em função de seu encaixe aos mecanismos institucionais e mercados de existência precedente.

Certa vez, um *torero* me descreveu a lógica das regularidades e oscilações características do conflito travado com a fiscalização através de uma analogia que, para fins de esclarecimento, vale a pena destacar nesta introdução. Segundo ele, as investidas contra o comércio ambulante se assemelham à dedetização contra formigas: “Você nunca consegue acabar com um formigueiro. Você joga água quente, joga veneno no formigueiro e mata um tanto de formiga. Mas sempre vai sobrar algumas. As que sobram saem dali e fazem um outro formigueiro, e você nem vê.” Por um lado, a pequena fábula contada pelo *torero* sintetiza a persistência desses ambulantes, seu “eterno retorno” às ruas, enquanto dinâmica coletiva de resistência: sempre haverá mais trabalhadores chegando e persistindo nas *ruas* do que desistindo delas. Por outro, ela deflagra certo caráter de previsibilidade e continuidade para o conflito, central para compreendermos como embate entre *toreros* e o Estado acompanha a história da cidade, confirmando também uma relação de gestão do problema (ARAÚJO FILHO, 2018).

Compreendemos que a lógica por trás dos “jogos de tolerância e repressão” (FREIRE DA SILVA, 2015) encontram sua versão cotidiana performada pelo *controle negociado* implementado pelos auxiliares de fiscalização (ARAÚJO FILHO, 2016b, 2017). A convivência entre os atores, até certo ponto pacífica, aponta para a continuidade do trabalho do *torero*, como também de sua condição como público-alvo do controle estatal — e a razão de ser das instituições de fiscalização. Se o trabalho do controle não age de forma a impedir efetivamente que os ambulantes sigam atuando, isso não configura, entretanto, em um conflito sem consequências. Contrariamente, no dia a dia, o trabalho desses agentes se volta a dificultar o exercício do comércio ambulante, dispersando alguns de seus pontos de comércio,

fragmentando-os pelo espaço urbano. Como me relatavam os auxiliares de fiscalização, seu trabalho às vezes parece não ter sentido, sentiam estar “enxugando gelo” (ARAÚJO FILHO, 2016b).

Devemos adicionar, ainda, que os ambulantes não são “alvos” apenas da fiscalização municipal, mas também das polícias, assim como ocorre na maioria das grandes cidades brasileiras, seja no presente ou no passado. A regulação sobre o comércio ambulante em Belo Horizonte ocorre de forma articulada às atuações ostensivas da Polícia Militar e Guarda Municipal, principalmente nas áreas centrais. A *tora*, então, se insere na nebulosa coleção de práticas consideradas marginais e indesejáveis nos centros urbanos, cujos praticantes são cativos das abordagens policiais, sejam elas previstas dentro de operações oficiais ou extraoficiais.

Em paralelo a isso, há de se ressaltar também a crescente infiltração das instituições policiais nas atribuições de fiscalização sobre o comércio ambulante. As polícias atuam cotidianamente no resguardo⁸ ao trabalho dos fiscais nas *equipes de apoio* ou, em caráter mais repressivo, em momentos em que a Prefeitura decide “limpar” as ruas. Contudo, nos últimos anos, as polícias têm conquistado ainda maior margem discricionária, podendo elas mesmas se encarregar de autuações e apreensões de mercadoria, como é o caso da Guarda Municipal desde 2016⁹.

A partir de nosso enquadramento, buscamos seguir nosso objeto de forma simultânea às cadeias de condicionamentos que o cercam e o definem relacionalmente. Desta forma, buscamos compreender a permeabilidade da questão do comércio ambulante nos diferentes âmbitos do ordenamento urbano, a fim de encontrar pistas que nos informem como se dão os encaixes entre as formas de poder estatal e a produção contemporânea do mercado privatizado das “soluções urbanas”.

Na seção a seguir, descreveremos a metodologia implementada nessa pesquisa, a partir da descrição dos procedimentos de trabalho de campo.

1.3 Aspectos metodológicos e o trabalho de campo

⁸ Cada uma das *equipes de apoio* é composta por, no geral, quatro ou cinco auxiliares de fiscalização, um policial militar e um fiscal (responsável por assinar as autuações e apreensões de mercadoria).

⁹ Desde janeiro de 2016, a Guarda Municipal de Belo Horizonte passa a incorporar autonomamente funções de fiscalização, como a autuação e apreensão de mercadorias comercializadas irregularmente em logradouro público (BELO HORIZONTE, 2016).

Esta pesquisa se apoiou em metodologias qualitativas com abordagem etnográfica. O trabalho de campo foi realizado, em grande parte, ao longo de 2018, a partir de duas técnicas de coleta de dados centrais: o acompanhamento prolongado das rotinas de trabalho de grupos de *toreros* em alguns de seus principais pontos de comércio em Belo Horizonte; e entrevistas em profundidade com enfoque na reconstituição de trajetórias socio-laborais.

Desde o início, as idas a campo foram realizadas como *caminhadas*, atravessando por diversas áreas do baixo-centro. Tal como explicaremos na subseção que segue, esses percursos também guiaram a ordem sequencial de apresentação das análises e dos capítulos.

A abordagem exploratória teve como objetivo observar como os ambulantes se inserem no espaço urbano, mapeando suas diversas situações de trabalho e suas espacialidades. Por serem os horários em que os ambulantes são comercialmente mais ativos, as manhãs e tardes foram os períodos mais propícios para a realização do trabalho de campo. Por isso, alternei as incursões entre os dois turnos.

Mesmo na fase inicial do trabalho de campo, os itinerários das minhas *caminhadas* nunca foram aleatórios. Como habitante e pesquisador das *ruas* de Belo Horizonte, segui algumas das localidades que já conhecia como pontos importantes de comércio ambulante, como as mediações do Terminal Rodoviário, Avenida Paraná, Rua Curitiba, Rua Carijós e Rua Guaicurus. Para além de estarem situadas em regiões de intenso consumo popular, elas também foram apontadas pelos auxiliares de fiscalização, à época da pesquisa de mestrado, como territórios em que os *toreros* tinham certo domínio: as chamadas *áreas toradas*.

Ao longo do meu percurso, quando me despertava o interesse pelas práticas de trabalho e consumo em alguns desses pontos, foi necessário parar, observar as interações de perto e, por fim, conversar com as pessoas. Nesse processo, me dei conta que a organização do trabalho de campo passava, gradualmente, a seguir a espacialidade e a temporalidade características da relação dos próprios *toreros* com a cidade, marcada por uma combinação dinâmica entre a mobilidade e a permanência em locais estratégicos, quando e o quanto forem possíveis.

Apesar de se tratar do espaço público, um pesquisador não chega na *rua* de qualquer jeito. Isso porque se trata não somente do ambiente de trabalho de milhares de pessoas, mas também um espaço onde se luta para trabalhar, portanto, onde a tensão é constante. Dessa maneira, estar na *rua* como pesquisador, ainda desconhecido pelos sujeitos, me fazia sentir como um estrangeiro em minha própria cidade, em ruas em que já estava habituado a circular.

Entretanto, também percebi que essa sensação variava conforme os caminhos em que eu experimentava passar: em alguns ambientes minha presença se destacava, provocando

olhares cismados e cochichos; já em outros, eu parecia estar misturado em meio à multidão, sem parecer chamar muita atenção. Ainda que essa ambivalência fosse esperada por mim desde o início, era impossível, contudo, prever exatamente quando e onde eu seria visto como uma espécie de corpo estranho, o que condicionou a maneira com que eu fosse realizar as observações, se de forma mais externa ou participativa (GOLD, 1958; ARBORIO, 2007). Em todo caso, nem sempre foi fácil me precaver de situações embaraçosas em campo, em especial quando a situação da observação direta se invertia, momentos em que eu era primeiramente notado e interpelado por algum ambulante (ver relato de campo na [seção 4.1.4](#)).

As condições de permanência mais prolongada em cada ponto de comércio de rua foram variadas conforme o grau de dificuldade de diálogo com os sujeitos. O mesmo ocorria nos shoppings populares que passei a visitar com mais frequência, como o Uai Shopping, que, à altura do período de trabalho de campo contava com baixa movimentação de consumidores e poucos negócios em funcionamento (parte deles ocupada por sujeitos que em outros turnos também atuavam como ambulantes). De forma geral, entre esses comerciantes, encontrava maior receptividade e melhores condições de diálogo nas áreas do shopping em que havia maior circulação de pessoas. Enquanto isso, nas áreas mais desertas, a presença de um pesquisador curioso parecia levantar maiores suspeitas, por isso, os comerciantes que trabalhavam ali raramente se dispuseram a falar comigo.

Figura 1 - Trajeto de trabalho de campo no baixo-centro de Belo Horizonte



Fonte: *Google Earth* (edição própria)

A consolidação do meu itinerário de campo se deu a partir do momento em que passei a estabelecer maior proximidade com os sujeitos em diferentes localidades do baixo-centro, conformando assim um trajeto relativamente padronizado (representado na figura acima). Mesmo nos locais em que realizei visitas com maior regularidade, como na esquina da Avenida Paraná com Rua Carijós, os vínculos de interlocução foram variados. Dos sujeitos que trabalhavam ali, estabeleci diálogos mais regulares apenas com um grupo minoritário. Desses, alguns sabiam meu nome, tinham meu contato no *Whatsapp*, faziam “pontes” para que conhecesse outras pessoas, tinham a liberdade de me pedir pequenos favores, falavam comigo todos os dias sobre diversos assuntos e me faziam perguntas pessoais. À medida em que eu demonstrava ter uma relação amistosa com uma parte dos ambulantes em um ponto, os demais (os menos próximos) gradualmente se habituavam com a minha presença constante. Aos poucos, alguns inclusive me cediam algum cumprimento e, por vezes, eles mesmos me surpreendiam iniciando uma conversa.

Entretanto, há de se ressaltar que nem todos os pontos de comércio ambulante são ocupados pelas mesmas pessoas de forma contínua. O estabelecimento de um itinerário mais ou menos padronizado para minhas *caminhadas* de trabalho de campo foi fundamental também para que eu tivesse oportunidades de insistir em abordagens realizadas nos pontos de presença irregular ou semifixa de vendedores (ver relato do meu encontro com Luiz Antônio na [seção 2.2.1](#)), como na Passarela próxima à saída da Estação Central do Metrô e nas ruas de entorno do Terminal Rodoviário e do Shopping Oiapoque. Nesses locais, por conta da intensa rotatividade de *toreros*, eu seguia sendo completamente estranho mesmo após várias visitas realizadas em seguida. As conversas estabelecidas ali eram, no geral, mais rápidas e menos abertas, em comparação às interações realizadas onde meu rosto já era conhecido. As condições para as interações nesses espaços são reflexos de espacialidades e temporalidades próprias daqueles tipos de engajamento no comércio ambulante que, por este motivo, não devemos deixar de considerar. Apesar da frustração que as recusas me causavam, as visitas persistentes nesses locais me proporcionaram conhecer, pelas experiências acumuladas, uma pouca da rotina e sociabilidade da porção mais móvel e fugidia do comércio ambulante.

Independentemente do tipo de estratégia de venda da qual um *torero* faz uso, a suspeição constante e a postura de alerta logo me pareceram características praticamente inerentes àqueles que trabalham sendo constantemente vigiados, na iminência de serem fiscalizados. A identificação desse aspecto do *ethos* do *torero* me estimulou a repensar a maneira com que realizava as abordagens após as primeiras tentativas. Enquanto ainda circulava na condição de anônimo, ao não ser enquadrado pelos sujeitos nem como trabalhador, consumidor ou tampouco como um transeunte comum, minha presença poderia parecer não somente uma incógnita aos sujeitos, mas algum tipo de ameaça. Mesmo porque, em muitas situações, eu destoava por ser uma das únicas pessoas brancas que circulavam nas proximidades. Também devido à minha postura curiosa, relataram-me que temiam que eu fosse “algum funcionário da prefeitura” ou mesmo um policial à paisana. De forma mais recorrente, antes mesmo que eu fizesse qualquer pergunta, me enquadravam como um jornalista¹⁰ — mesmo porque eu era visto com caneta e bloco de notas sempre ao alcance da mão — o que também lhes provocava desconfiança em falar comigo. Segundo alguns deles, esporadicamente, jornalistas se aproximam para conversar, distorcem suas falas e “fazem a caveira” do comércio ambulante em suas matérias.

¹⁰ Para uma discussão a esse respeito, ver Queiros e Rodrigues (2006).

Devido a essa suspeita — que, muitas vezes, parecia não se desfazer completamente mesmo depois de eu me apresentar — passei a fazer um uso menos ostensivo dos materiais de registro enquanto estava à vista dos interlocutores. Inclusive, por essa mesma razão, foram raras as situações em que pareceu conveniente fazer registros fotográficos em campo.

Com o tempo, quando resolvia parar em algum lugar novo, passei a cumprimentar, pedir licença aos trabalhadores e me apresentar, dizendo meu nome e que fazia uma “pesquisa para a universidade federal”¹¹ sobre o comércio ambulante. Convenientemente, dessa forma conheci vários dos meus interlocutores. Muitas vezes, se demonstravam surpresos com meu interesse em saber sobre suas atividades e seus pontos de vista sobre a cidade, a política, a vida dos trabalhadores e, assim, davam prosseguimento às conversas.

Para além de um gesto de boa educação, tratando-se de um ambiente de tensão e suspeição permanentes, a relação de respeito interpessoal se estabeleceu principalmente ao demonstrar cumplicidade com os sujeitos, principalmente frente às adversidades que marcam suas condições de trabalho. Assim, logo nas primeiras interações, foi importante deixar explícito que eu não tinha preconceitos com os *toreros*, e que também não estava do lado daqueles que os oprimem, que dificultam suas vidas, tomam suas mercadorias. No geral, esse posicionamento se dava na medida em que expressava compreensão sobre as circunstâncias gerais de persistirem atuando como ambulantes, enfrentando a fiscalização. No geral, somente depois de ultrapassada essa primeira barreira, as conversas se abriam para relatos que me informavam sobre as particularidades de cada situação de trabalho, seja ela de caráter individual ou a respeito de determinado grupo de ambulantes, como os vendedores de cigarro (ver [seção 2.2.1](#)), os deficientes físicos (ver [seções 5.4](#) e [7.3](#)) ou os trabalhadores de rua subcontratados (ver [seção 6.6](#)). Essa abertura foi fundamental para que viéssemos a explorar mais a fundo as heterogeneidades práticas que a perspectiva da *tora* nos abria.

De forma geral, conforme me tornava relativamente mais próximo aos sujeitos, e à medida em que podia prolongar os períodos de interação direta, pude conhecer diferentes formas de organização das rotinas de trabalho e desempenho das tarefas. Dessa maneira, permaneci atento a captar as palavras típicas dos vocabulários desses ambientes bem como as situações em que eram mobilizadas. Algumas delas foram incorporadas como categorias nesta tese (BEAUD; WEBER, 2003). Também pude observar como os trabalhadores ambulantes

¹¹ Mais de uma vez tive que comprovar minha identidade de universitário a algum interlocutor mais reticente mostrando-o uma carteirinha de estudante com a logomarca da Universidade Federal de São Carlos onde constava também meu vínculo como doutorando. Em uma pesquisa junto a comerciantes ambulantes, Sakai (2011) também relata ter sido frequentemente confundida com uma jornalista, tendo lançado mão da mesma estratégia de comprovação de sua identidade de pesquisadora.

interagiam entre si — ora colaborando, ora se enfrentando — e com outros atores que também integram as sociabilidades de *rua*. Assim, a todo momento em que me parecia conveniente, busquei interlocução com auxiliares de fiscalização, clientes, moradores de rua, policiais, funcionários das lojas, entre outros.

O trabalho de campo não foi realizado estritamente nos ambientes de comércio popular. Também me propus a seguir os principais espaços de atuação política de vendedores ambulantes para compreender, inclusive, como se davam as disputas em torno dos mecanismos vigentes de regulação. Para isso, foi pertinente acompanhar presencialmente algumas das diversas audiências públicas realizadas na Câmara Legislativa Municipal que tratavam sobre os conflitos em torno da persistência da *tora*, a truculência das ações de fiscalização, dos resultados da Operação Urbana, etc. Muitas dessas sessões contavam com a presença dos trabalhadores de rua, em geral aqueles que participavam diretamente de movimentos sociais e coletivos que atualmente lutam em prol dos direitos dos vendedores ambulantes em Belo Horizonte, como a Brigadas Populares¹² e a Intersindical¹³. Nessas ocasiões, pude me aproximar de algumas lideranças que me permitiram participar de reuniões de articulação junto aos trabalhadores.

Destaco também as visitas ocorridas à Vicentão, ocupação vertical localizada na área central de Belo Horizonte, local de habitação de muitos ambulantes e que muitas vezes sediavam os encontros dos movimentos sociais. Essas visitas tiveram grande importância para o andamento do trabalho empírico, pois, através delas, pude ampliar minha gama de interlocutores para além daqueles que eu conhecia diretamente durante minhas *caminhadas* habituais. Além disso, uma vez que as mobilizações pela ocupação cruzavam demandas relacionadas aos direitos pela moradia e pelo trabalho ambulante, as interações que estabeleci nesse espaço físico também propiciavam que os temas da moradia, família e política surgissem mais facilmente como assuntos nas conversas, tanto em interações mais rápidas como nas entrevistas mais longas.

Devo apontar também que os espaços virtuais de interação também fizeram parte do trabalho de campo. Para além dos usos para a comunicação interpessoal, servindo para a manutenção dos contatos com os sujeitos, resalto os grupos de *Whatsapp*, que reúnem milhares de vendedores ambulantes e alguns militantes, que fui convidado a participar logo no primeiro

¹² Movimento político socialista fundado em 2011 que tem atuado principalmente em mobilizações por moradia em diversos estados brasileiros (BRIGADAS POPULARES, [201-]).

¹³ Movimento sindical fundado em 2006 como dissidência da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Atua na “reorganização do movimento sindical brasileiro”, como se apresentam no site oficial (INTERSINDICAL, [201-]). Estão presentes em vários estados brasileiros junto a outros movimentos e sindicatos, mas também a categorias profissionais sem representação sindical.

ano de pesquisa, em 2017. Nesses espaços, de uso polivalente e intermitentemente movimentados, os participantes divulgam mercadorias, negociam, fazem contatos de trabalho, se ajudam, emitem avisos sobre a fiscalização, enviam fotos e vídeos pessoais, brincam e discutem temas políticos, tanto mais amplos ou mais específicos aos conflitos das *ruas*. Apesar da pesquisa não trazer a proposta de uma análise sistemática daquelas interações ou dos conteúdos e materiais postados, a participação nos grupos teve a função de complementar minhas impressões das sociabilidades, moralidades e códigos de convivência entre os trabalhadores, levando em conta as particularidades das interações em uma plataforma de comunicação digital de acesso semirrestrito. Ao longo dos quatro anos de pesquisa¹⁴, chequei as mensagens que chegavam aos grupos praticamente todos os dias e registrei¹⁵ os aspectos que mais me chamavam atenção.

O andamento de todo o trabalho de campo foi concomitante à produção de um caderno de campo. Enquanto fazia o levantamento empírico *in loco*, o registro primário se iniciava com o uso de um pequeno bloco de notas que cabia no bolso da calça. Sempre que oportuno, e invariavelmente de forma rascunhada, anotava alguns dos pontos mais importantes daquilo que observava, escutava e pensava enquanto estava em campo. Outro instrumento de registro importante foi meu celular pessoal. A fim de não deixarem algumas ideias mais elaboradas se esvaírem, também me acostumei a utilizar o recurso de gravação de áudios para o arquivamento rápido das ideias, o que eu podia fazer mesmo enquanto andava a pé, seja antes, durante ou depois das visitas ao campo.

¹⁴ As falas, discussões e demais materiais a que tive contato exclusivamente nesses grupos, seja em forma escrita ou de áudio, não foram utilizadas como citações diretas nesta tese. Por mais que eu tenha me apresentado no momento em que entrei nos grupos, a dinâmica de funcionamento da plataforma (em que chegam novos membros a todo momento) não permite que esteja suficientemente claro a todos os participantes de que havia um pesquisador entre eles.

¹⁵ Devo ressaltar que o advento da pandemia do coronavírus, que arrebatou o planeta no início de 2020, não impactou a realização *in loco* do trabalho de campo, realizado ao longo de 2018 (tal como previsto no cronograma estipulado inicialmente). Entretanto, as circunstâncias sanitárias e as regras de isolamento social impediram que eu retomasse as incursões em Belo Horizonte e o contato face a face com os interlocutores ao longo dos anos de 2020 e 2021, caso isso se tornasse necessário. Haja vista a magnitude dos impactos da pandemia para os vendedores ambulantes, e para a população de trabalhadores informais de forma geral, busquei acompanhar, através da internet, o andamento das políticas de mitigação da crise econômica bem como as ações dos movimentos sociais e coletivos. Além disso, pude manter contato esporádico com alguns interlocutores. Da mesma forma, também por meio de plataformas de comunicação *online*, pude participar de debates acadêmicos e políticos voltados a discutir sobre os acirramentos da questão do comércio ambulante, e das economias populares de forma geral, no contexto pandêmico. Os impactos do coronavírus para o comércio popular ou para as condições de vida das populações pobres não foram abordados nesta tese. Porém, ao que tudo indica, esses impactos aprofundaram as desigualdades estruturais de nossa sociedade, deixando ainda mais explícitos os efeitos de alguns dos mecanismos da “gestão das desigualdades” que buscamos analisar nesta tese. Diante desses agravamentos, os efeitos a curto ou longo prazo da pandemia nos serviram de mote para estipular algumas questões no sentido da continuidade de nossa agenda de pesquisa (ver [Considerações Finais, seção 8](#)).

A etapa seguinte do processo de elaboração do caderno de campo se dava frequentemente no lugar em que adotei como o destino final da minha *caminhada*, o Uai Shopping. Após uma manhã ou uma tarde inteira passada nas ruas, refugiava-me na praça de alimentação — normalmente silenciosa — desse shopping popular para reler minhas anotações e completá-las da maneira que fosse necessária, a fim de tornar meus apontamentos inteligíveis. Ao chegar em casa, finalmente, transcrevia minhas anotações para o formato digital, tornando-se também uma oportunidade para adicionar novas ideias e lembranças perdidas; ou mesmo para aperfeiçoar os *insights* que me ocorreram ao longo do dia em princípios de análise do material empírico.

De forma a complementar aos dados coletados da observação dos pontos de vendas dos *toreros*, também propusemos realizar entrevistas em profundidade com alguns desses sujeitos, cujo objetivo principal foi a reconstituição de trajetórias sociolaborais. Em geral, as entrevistas tiveram entre uma hora e meia a quatro horas de duração, e foram gravadas por meio de aplicativo de celular. Com alguns, me encontrei mais de uma vez para realizarmos as entrevistas. Cada encontro era combinado previamente com os interlocutores, momento em que eram perguntados se concordavam com o uso de gravador. Considerei o uso desse instrumento um condicionante para as entrevistas que traziam a abordagem biográfica como proposta principal.

De modo geral, as entrevistas foram realizadas nos próprios espaços de trabalho dos interlocutores, porém em momentos do dia de menor movimentação de clientes, a fim de evitar que fôssemos interrompidos muitas vezes e que o entrevistado não “perdesse tempo” de trabalho. Já no caso de dois sujeitos de pesquisa específicos, as entrevistas ocorreram à distância, com o auxílio de plataformas de comunicação por videochamada, possibilitando uma melhor compatibilização de horários entre nós, inclusive para estendermos as entrevistas para outros encontros. De toda forma, tanto os processos de convite e conciliação dos horários quanto as situações de encontro para as entrevistas (virtual ou presencial) também foram registradas em caderno de campo, a fim de que os diálogos e depoimentos coletados fossem melhor contextualizados na etapa de análise.

Como já apontado, o principal objetivo das entrevistas em profundidade foi a reconstituição de trajetórias sociolaborais. Por meio delas, os sujeitos relataram não apenas suas percepções sobre o comércio ambulante, mas foram convidados a rememorem seu passado e elaborar uma história de sua própria vida de trabalho. Foram instigados a levarem em conta a sucessão (e/ou acúmulo) de empregos e trabalhos de diversas naturezas e formatos. Para além

de uma simples descrição cronológica, os entrevistados também foram estimulados a analisarem seus percursos de vida a partir de seus lugares de origem, relações familiares, conjugais, de trabalho, etc. Os relatos de vida propiciam o entrelaçamento entre os temas relacionados ao trabalho com os aspectos voluntariamente expostos pelos sujeitos acerca de suas vidas como um todo, tais como relacionamentos afetivos, criação dos filhos, migrações, mudanças de casa, problemas de saúde, religiosidade, etc. Dessa forma pudemos explorar a heterogeneidade de sentidos do engajamento no comércio ambulante de forma sempre situada pelas circunstâncias pessoais e sociais embricadas no esforço da narração de suas próprias trajetórias. Esse método ofereceu à pesquisa alguns caminhos de análise que fogem aos “lugares comuns” nas análises sobre o comércio ambulante e, de forma mais geral, dando nuances ao que se denomina frequentemente apenas como “trabalho informal”. Assim, as análises das trajetórias tiveram um caráter mais compreensivo do que explicativo a respeito da realidade daqueles que as narram (GUÉRIOS, 2011).

Devido à abordagem escolhida para tais entrevistas, os convites foram direcionados prioritariamente para os sujeitos que já eram interlocutores da pesquisa. Ainda que isso não anulasse a estranheza própria da situação de entrevista, quanto maior o grau de confiança que demonstravam com o processo de pesquisa, mais abrangentes foram as dimensões em que se apoiavam para relatarem seus percursos de vida. Desse modo, as entrevistas englobaram temas que, no geral, poderiam ser considerados desconfortáveis, polêmicos ou de difícil elaboração em uma conversa com uma pessoa totalmente estranha.

Segue abaixo uma tabela com um resumido perfil dos sujeitos¹⁶ com quem realizei entrevistas através dessa abordagem. Busquei compor um quadro de interlocutores de perfis variados em termos de idade e sexo, mas também relativos ao grau e ao tipo de engajamento no comércio ambulante. Para isso, busquei diversificar os locais e as situações de interação com os sujeitos.

¹⁶ A fim de proteger a identidade dos interlocutores dessa pesquisa, decidimos por conceber nomes fictícios aos entrevistados, tal como combinado previamente às conversas. Para além disso, e por essa mesma razão, em nossas descrições também optamos por esconder, embaralhar ou substituir alguns detalhes de suas origens e características de seu trabalho atual, sem, contudo, prejudicar o direcionamento das análises.

Tabela 1 - Perfil resumido dos entrevistados

	Nome	Raça/cor ¹⁷	Idade	Escolaridade	Estado civil e posição na composição familiar	Tempo de experiência de rua	Situação de trabalho atual
1	Roselene	Branca	24 anos	Ensino Médio completo	Separada, mãe de um filho	4 anos	Ajudante/ <i>guerreira</i> em uma banca com ponto semifixo
2	Francisca	Negra	47 anos	Ensino Fundamental incompleto	Casada, mãe de quatro filhos	23 anos	Dona de duas bancas de pontos semifixos. Trabalha com suas filhas e outros ajudantes remunerados.
3	Lucas	Negro	36 anos	Ensino Fundamental incompleto	Solteiro, vive com a mãe idosa	24 anos	Trabalha sozinho vendendo balas, chocolates, salgadinhos, cigarros em pequenas quantidades. Sem ponto fixo.
4	Toni	Negro	43 anos	Formação técnica e Ensino Superior incompleto	Casado, padrasto de duas crianças	2 anos	Dono de duas bancas em pontos semifixos, onde vendem relógios, equipamentos de celular. Trabalha junto com a esposa e um ajudante remunerado.
5	Carolina	Negra	50 anos	Formação técnica	Separada, mãe de uma filha	34 anos	Trabalha sozinha como “baleira” no transporte público. Sem ponto fixo.
6	Walter	Negro	40 anos	Não informou	Solteiro, mora sozinho	28 anos	Trabalha sozinho vendendo balas, chocolates, cigarros em pequenas quantidades. Sem ponto fixo.

¹⁷ A raça/cor dos entrevistados foi estipulada através da percepção do próprio pesquisador.

7	Tito	Negro	45 anos	Ensino Superior incompleto (em curso)	Casado, pai de quatro filhos e avô de dois netos	30 anos	Trabalha atualmente junto a alguns de seus filhos, ensinando-os a se tornarem ambulantes.
8	Ruth	Negra	54 anos	Ensino Fundamental incompleto	Casada, mãe de dois filhos	Começou quando tinha 13 anos de idade. Após idas e vindas, em 2017 retomou o comércio ambulante como atividade principal.	“Caixeira”: vende bebidas durante eventos e festas realizadas em espaços públicos.
9	Alan	Negro	32 anos	Graduação e pós-graduação	Solteiro, vive em um apartamento com colegas	6 anos	“Caixeira”: vende bebidas durante eventos e festas realizadas em espaços públicos.
10	Georgia	Negra	36 anos	Formação técnica	Solteira, vive com a mãe	3 anos	Ajudante remunerado em uma banca de ambulante
11	Itamar	Negro	31 anos	Não informou	Casado, pai de um filho	14 anos	Sozinho, vende cigarros nas ruas e roupas em um box de shopping popular
12	Robinho	Negro	28 anos	Ensino Fundamental incompleto	Solteiro, vive só	10 anos	Sozinho, vende salgadinhos, doces e bebidas em frente a um templo da Igreja Universal

De forma complementar às entrevistas individuais, também foi realizada uma oficina¹⁸ experimental voltada à reconstituição de *memórias coletivas* e ao debate de alguns de temas que os participantes julgassem mais importantes sobre o comércio ambulante na cidade. Contamos com a participação de quatro *toreros* de diferentes perfis e gerações (três homens e uma mulher). A atividade foi organizada junto a outros pesquisadores¹⁹, vinculados a programas de pós-graduação de diferentes áreas do conhecimento, interessados na temática do comércio ambulante em Belo Horizonte²⁰.

Além dos métodos de pesquisa *in loco*, também lancei mão de pesquisa documental exploratória, primeiramente, com o acompanhamento sistemático de notícias, reportagens, textos de opinião e outros materiais de mídia relacionados à temática de pesquisa²¹, especialmente quando voltados ao caso de Belo Horizonte. Para isso, utilizei o *Google Alerta*, ferramenta que permite o monitoramento de matérias lançadas pela internet sobre temas de interesse específicos. Mesmo em períodos em que estive presencialmente longe do campo, através das matérias que eram enviadas ao meu e-mail, pude acompanhar os acontecimentos centrais e adjacentes aos interesses de pesquisa em tempo real. Ao serem lidas e analisadas, esse material também nos forneceu uma dimensão da produção de discursos acerca do comércio ambulante nessa cidade²². Após serem lidas, as matérias foram catalogadas, categorizadas e

¹⁸ A ideia da oficina foi inspirada nos relatos de pesquisa da Professora Maria Aparecida de Moraes e Silva. Ver Bandini e Moraes (2011).

¹⁹ Membros do Grupo de Trabalho Economia Popular Urbana.

²⁰ A oficina ocorreu em uma sala da Escola de Arquitetura da UFMG e teve cerca de quatro horas de duração. A atividade ocorreu da seguinte forma: sobre um longo papel *kraft* estendido sobre a mesa, traçamos uma linha vermelha representando uma linha histórica. Estimulamos uma dinâmica de conversa que envolvia a todos os cinco simultaneamente, de forma que cada um deles relatava seus percursos de vida, chamando a atenção para os momentos que consideravam mais marcantes. Traziam, assim, cruzamentos de seus pontos de vista individuais com os eventos de caráter mais coletivo ou político. Além disso, como recurso de estímulo às memórias, projetamos na parede algumas fotografias que retratavam o comércio ambulante em Belo Horizonte nas décadas passadas. Com a mediação dos pesquisadores, os participantes voluntariamente preencheram a linha do tempo com palavras-chave e com algumas figuras previamente impressas, recortadas e preparadas para a atividade. Dessa forma, mesmo que nem todos os ambulantes se conhecessem previamente, suas histórias pessoais pareciam se entrelaçar, se confundindo também com a história do comércio ambulante e da cidade. A oficina foi registrada com o uso de gravador, máquina fotográfica e caderno de campo.

²¹ A coleta de matérias já era realizada desde 2016, portanto antes mesmo do desenvolvimento efetivo do projeto de pesquisa.

²² A tese conta com fotografias retiradas das matérias jornalísticas que, no geral, tiveram a função de ilustrar as descrições de campo. Para além disso, levando em conta que elas são provenientes de fontes jornalísticas diversas, também servem como representação dos olhares dos diferentes segmentos da mídia a respeito do comércio ambulante e dos demais temas que buscamos ilustrar com as imagens. O Arquivo Público de Belo Horizonte também foi um importante local para a pesquisa de fotografias antigas, no geral indisponíveis nas plataformas digitais.

organizadas em uma planilha de *Excel*, que conta também com um espaço para comentários livres acerca de seus conteúdos, servindo como um complemento ao caderno de campo.

Por fim, a fim de compreender como a legislação voltada à regulação do comércio ambulante evoluiu ao longo da história de Belo Horizonte, realizei leitura e sistematização das leis e decretos municipais datados desde o final do século XIX, época da fundação da cidade. A pesquisa foi realizada através de sites que reúnem todo o histórico de leis e permite a utilização de palavras-chave para auxiliar as buscas. Além disso, também consultei documentos (relatórios, cartilhas, ofícios, pareceres técnicos, etc) de acesso público relativos aos mecanismos atuais de regulação ao comércio ambulante na cidade, com destaque para os arquivos relativos às políticas público-privadas — as Operações Urbanas — ligadas à emergência e manutenção dos shoppings populares.

O conjunto diversificado de técnicas que compõe o expediente metodológico desta pesquisa corresponde à intenção de abordar o tema do comércio ambulante a partir de diferentes perspectivas para, assim, produzir dados de naturezas distintas e ampliar o escopo analítico sobre o tema. A seguir, descreveremos como se deram nossos caminhos de análise do material empírico.

1.4 Sobre o caminho de análise: a abordagem multiescalar

Nesta seção, descreveremos o que entendemos por perspectiva multiescalar e como a concebemos como um aspecto importante para a maneira como organizamos esta pesquisa. Não elaboraremos uma definição rígida, mas um esclarecimento sobre a lógica por trás das nossas escolhas analíticas que, por sua vez, convergem com as potencialidades do desenho metodológico apresentado anteriormente.

De modo geral, estudos que adotam a perspectiva multiescalar buscam explorar as complexidades de um tema a partir de nuances verificadas e organizadas em seus diversos níveis. No caso de nossa pesquisa, nos voltamos às relações sociais observadas em seu âmbito local como ponto de partida, entendendo-as como expressões de conjunturas políticas, sociais, mercantis, etc, de escopo mais amplo. Nesse sentido, entendemos que o “campo” não se resume ao que o pesquisador observa em primeira mão, mas ao que se conforma ao longo das interpretações elaboradas a partir de dados interesses de pesquisa (JARAMILLO, 2013).

Nesse sentido, nos inspiramos pelos desafios de uma etnografia multissituada, tal como sugere Marcus (1995). Segundo o autor, a respeito desse viés metodológico, o “campo” de uma

pesquisa se constitui seguindo pessoas, histórias e objetos, como um conjunto de linhas que interligam diversos contextos e quadros espaço-temporais. Assim, nossa pesquisa pode ser caracterizada como uma etnografia estrategicamente situada (*strategically situated single-sited ethnography*) (MARCUS, 1995, p. 110). Isto é, trata-se de uma pesquisa que não se move por diferentes localidades geográficas, mas que mesmo assim se situa em um contexto multissituado: o que ocorre no espaço físico do trabalho de campo e o que é tratado nas entrevistas não deixa de fazer parte de um emaranhado de processos, práticas, mediações e circuitos. Nesse sentido, os esforços empírico e analítico tornam-se imbricados, de forma que as estruturas sociais se tornem inteligíveis através de um olhar sobre o domínio das práticas locais.

Conforme Sciré (2009) a respeito das etnografias multissituadas:

[...] o entendimento das dinâmicas locais de um determinado fenômeno social supõe (e exige) seguir empiricamente essas linhas entrelaçadas que o compõem, mas que transbordam de maneira ampla o perímetro local, justamente porque fazem o traçado de redes superpostas, de escalas variadas, que atravessam e definem (ou redefinem) cada situação (SCIRÉ, 2009, p98).

Assim, o que está em jogo na adoção dessa perspectiva não é somente multiplicar as entradas de pesquisa, senão também explorar o deslocamento entre as escalas, permitindo ao pesquisador reconstruir analiticamente um mosaico de situações captadas empiricamente (desde as variadas fontes de coleta de dados) bem como seus feixes de interconexão (GEORGES; RIZEK, 2016).

Trata-se de uma abordagem metodológica que procura relacionar o local e o global seguindo as coordenadas do espaço-tempo dos grupos estudados, no sentido de rastrear de que formas e em que sentidos certos determinantes globais podem atravessar, ou não, os contextos locais (BURAWOY, 2000). Tais pressupostos nos oferecem a oportunidade de redesenhar as redes de relação de poder a partir de geografias variáveis, potencialmente desprendidas daquilo que é definido de antemão à pesquisa e de forma externa ao objeto (GEORGES; RIZEK, 2016). Em nossa investigação, isso significou olhar para os arranjos das práticas cotidianas de trabalho, entrando em contato com diversas narrativas que os perpassam, e assim reconstituir sociologicamente as dinâmicas que tornam seus vários elementos interligados.

Essa perspectiva nos cobra pelo menos dois pressupostos de entrada: de um lado, sugere que a realidade sócio-histórica maior assume sua forma e sentido em uma pluralidade de mundos sociais e, de outro, que os atores sociais são colocados no coração dos processos sociais

que atravessam os vários âmbitos da vida social. Por isso, fazer uso de escalas de observação significa levar em conta as formas de descontinuidade presentes no mundo social efetivo, indo além da convencional dualidade micro e macro (REVEL, 1998, 2010).

Conforme Grossetti (2011), quando falamos em escalas, consideramos pelos menos três dimensões de análise, cada qual com suas próprias camadas: (1) a dimensão do volume de atores implicados (do percurso de vida de um ator a um fenômeno social abrangente que atinge as massas); (2) a dimensão da duração (da observação de eventos efêmeros ou regulares à análise de um curso de vida ou de um dado período histórico); e a (3) variedade de esferas implicadas na análise das atividades estudadas (articulação da temática do trabalho com as esferas familiares, relações de gênero, políticas públicas, etc).

Os critérios para escolha dos níveis de análise acompanharão os recortes de uma investigação em função da estipulação de seus objetivos. Nesse sentido, a definição de uma escala de análise, por vezes pouco usual, pode ser considerada um meio de se estabelecer criticamente novas perspectivas para velhas questões.

Conforme Revel (2010):

Variar a focalização de um objeto não é unicamente aumentar ou diminuir seu tamanho no visor, e sim modificar sua forma e sua trama. [...] A escolha de uma ou outra escala de representação não equivale a representar em tamanhos diversos uma realidade constante, e sim a transformar o conteúdo da representação mediante a escolha do que é representável (REVEL, 2010, p. 438).

Das intersecções entre subjetividades, práticas, redes de atores, mercados e modos de operação das instituições, emergem novos caminhos para a compreensão das estruturas de poder, assim como as transformações que integram os quadros do conflito social. Nesse sentido, esta pesquisa também se beneficia da noção de *redes de interdependência* proposta por Elias (1994a, 1980). O autor a define como uma ferramenta conceitual que se aplica à observação de escalas de análise distintas, e que favorece a compreensão de como as ações humanas se afetam mutuamente, haja vista os efeitos diretos ou indiretos de suas conexões. Em seu esquema teórico, as estruturas sociais (de poder) e o indivíduo não são entidades antagônicas, com naturezas próprias, mas se determinam mutuamente. Desse modo, pelo viés da sociologia elisiana, o estudo de trajetórias e a observação de cenas etnográficas tornam-se meios profícuos para estudar as realidades experienciadas pelos indivíduos e grupos sociais para além de seu pertencimento imediato (ELIAS, 1994b).

Ademais, como ensina Elias, concebemos as *cadeias de interdependência* não como estruturas estáticas, mas como armações dinamizadas por meio de suas tensões constantes, conformando um equilíbrio sempre assimétrico das forças. Quando falamos em “funções”, “instituições”, “mecanismos”, à luz desse ponto de vista teórico, elas devem ser consideradas como cristalizações dos elos de interdependência. Embora possam ser mais ou menos estáveis, elas não podem ser consideradas como produtos terminados ou definitivos, mas como configurações históricas, etapas de um quadro mais amplo da transformação social.

Por fim, dentre as inúmeras possibilidades de estudo no campo de estudo sobre o comércio popular, a perspectiva multiescalar, combinada a uma abordagem etnográfica adaptada às nossas perguntas, permite a compreensão dos cruzamentos entre modos de organização e funcionamento das diferentes modalidades de comércio, entre a rua ou espaços fechados, entre os vendedores com pontos fixos, semifixos ou sem ponto, sejam eles clandestinos ou licenciados. Também permite observar as interações estabelecidas pelos sujeitos junto a outros participantes da cena local, como os agentes que atuam diretamente no controle e regulação destas práticas. Leva-se em conta, portanto, desde o nível das interações e construção das subjetividades dos atores implicados, passando pela conformação de circuitos mercantis (através de diferentes e, por vezes, sobrepostos marcos de legalidade), possibilidades diversas de trabalho e outros fatores da sociabilidade popular que extrapolam o âmbito das dinâmicas locais ou mesmo as acepções mais convencionais acerca dos limites de cada esfera social (do trabalho, da família, do Estado, etc).

O encadeamento dos elementos de análise foi elaborado nesta tese como uma aplicação da abordagem multiescalar. A divisão de capítulos representa cada uma das dimensões elaboradas para comporem este estudo, e seu ordenamento remete ao itinerário das minhas *caminhadas* pelo baixo-centro de Belo Horizonte. A abordagem escolhida, então, repercute nos recortes de pesquisa, na trama analítica bem como na forma de apresentação dos dados. Veremos a seguir que cada seção compreende discussões conectadas às observações e experiências vividas junto aos interlocutores em cada um dos diferentes pontos do percurso. Portanto, esta tese propõe que o campo seja apresentado ao leitor à medida em que ele “caminha” através das seções, de forma que, assim, se preserve a materialidade dos dados e que fique suficientemente claro o ponto de vista do pesquisador.

1.5 Organização do texto

A tese se divide em 8 seções, nas quais a primeira e última cumprem a função de Introdução e Considerações Finais, respectivamente. As análises foram desenvolvidas entre as seções 2 e 7²³.

A seção 2 se inicia com uma descrição das *ruas* do baixo-centro como espaço de exercício do comércio ambulante, em suas variadas formas e situações de interação com o espaço urbano. Em seguida, caracterizamos o grupo de *toreros* em função de suas particularidades experienciais e competências táticas. A primeira parte do percurso de campo nos leva a observar a atuação dos *toreros* nos arredores do Terminal Rodoviário e dos shoppings populares. Analisamos em que medida os espaços desses estabelecimentos funcionam como extensões das dinâmicas do comércio ambulante. Observamos, por exemplo, que se constituem como locais de intermediação de produtos contrabandeados ou roubados que, em seguida, são dispersados nas *ruas* pelos *toreros*. Por fim, discutimos suas circunstâncias de trabalho quando se dispõem a vender mercadorias ilegais, se constituindo como peças fundamentais para o funcionamento de circuitos mercantis de amplitude transnacional.

Os dois capítulos procedentes tratam sobre as transformações contemporâneas no comércio popular, vistas através do prisma das políticas público-privadas de combate ao comércio ambulante em Belo Horizonte.

A seção 3 tem como objetivo levantar os principais elementos que constituem os modos contemporâneos da *gestão do comércio popular*. Para isso, analisamos os elos políticos entre agentes dos setores público e privado que levaram à criação dos primeiros shoppings populares em Belo Horizonte, no início dos anos 2000. Debates sobre como os modos de operação destes empreendimentos se tornaram tecnologias de governança viáveis politicamente, uma vez que cristalizam a questão do comércio ambulante como um problema de soluções lucrativas previamente articuladas.

Já a seção 4 se volta a analisar o andamento da Operação Urbana iniciada em 2017, concebendo-a não somente como uma reiteração do modelo praticado na operação anterior, mas também como um aprofundamento de seus efeitos práticos, seja para os trabalhadores, seja para os empresários que lucram com essas políticas. Primeiro, analisamos seu processo de implementação, levando em conta a articulação dos interesses entre atores dos setores estatais e empresariais que resulta, entre outros pontos, na intensificação da repressão aos *toreros*. A

²³ Ao fim de cada uma destas seções há uma conclusão onde destacamos os principais pontos a serem retidos para a composição do argumento transversal.

seguir, analisamos a trajetória e os modos de operação do Grupo Uai, corporação do ramo do comércio popular que surge em Belo Horizonte e se lança para outros municípios brasileiros, promovendo os shoppings como plataformas de “inclusão social” para vendedores de rua, apoiando-se no empreendedorismo social como sua base ideológica.

A *caminhada* nos leva à esquina formada pela Avenida Paraná com a Rua Carijós, um tradicional ponto de aglomeração de vendedores de rua em Belo Horizonte. Do ponto de vista dos deslocamentos analíticos interescares, desta vez, descemos novamente à sociabilidade da *rua*.

A seção 5 explora a hipótese de que o comércio ambulante é uma atividade imbricada à própria produção da cidade. Primeiramente, discutimos os efeitos das intervenções urbanísticas que a Avenida Paraná sofreu ao longo dos anos, conservando-a, contudo, como um “lugar de ambulante”. Nosso olhar foi voltado, então, para a compreensão das especificidades da *tora* como prática de ocupação de *brechas* (produzidas, em grande medida pelo Estado), primeiramente, no que diz respeito ao uso astucioso dos espaços físicos pelos vendedores. Em seguida, analisar a apropriação das zonas cinzentas dos regulamentos estatais que embasam as licenças exclusivas para deficientes físicos, estratégia central para compreendermos a organização da *tora* em Belo Horizonte nos dias de hoje. Isso nos levou a discutir ainda como, dessa forma, a manutenção desses pontos semifixos também depende de um mercado de trabalho adaptado a ocupar posições subordinadas no comércio de rua.

Nos dois últimos capítulos, as análises de trajetórias dos *toreros* se sobressaem como meios de apresentação e organização dos dados de pesquisa. Se de forma mais geral a inserção de um indivíduo no comércio ambulante pode ser resumida às necessidades materiais, através da análise das trajetórias sociolaborais pudemos analisar outras nuances dessa inserção ocupacional uma vez postas em relação com outros âmbitos da vida relatados pelos interlocutores.

A seção 6 se debruça sobre a trajetória de uma *torera* de longa experiência, que ascendeu economicamente e se tornou uma “patroa” na *rua*. Suas memórias formam as lentes para a reconstituição histórica das últimas três décadas do comércio ambulante no baixo-centro de Belo Horizonte. Buscamos compreender, através da narração das possibilidades de “ganhar a vida” como *torera*, as mutáveis circunstâncias de entrada e permanência no comércio ambulante, levando em conta as interconexões entre as esferas privada e profissional, através da perspectiva das relações de gênero. Dessa forma, analisamos como essa interlocutora narra

suas estratégias de vida, demonstrando como se apropria dinamicamente das circunstâncias para seguir ativa.

Além disso, seus relatos nos permitiram abordar esse processo a partir dos pontos de articulação entre diferentes dimensões, como o funcionamento dos circuitos econômicos populares e as mudanças institucionais na regulação do comércio ambulante na cidade. Destacamos a emergência do “camelô licenciado” na legislação municipal, em meados da década de 1980, como um ponto de inflexão no processo de “normalização” do comércio popular como um campo de trabalho relativamente assimilável, ao passo que assim consolida institucionalmente o ambulante “fora da lei” — o *torero* — sobre os quais se concentram os efeitos mais violentos da *gestão do comércio popular*. Demonstramos que esses dois *status* coexistem e figuram relação de complementariedade, fundamental para a compreensão dos modos práticos da organização do trabalho de *rua* e de sua regulação ainda nos dias de hoje.

Já na seção 7, colocamos em paralelo a análise de trajetória de três *toreros*. Além de refletirem perfis distintos de comércio ambulante, suas histórias também deflagram a heterogeneidade das formas de entrar e permanecer nessa atividade, bem como de conceber subjetivamente as experiências nesse tipo de trabalho. Como na trajetória abordada no capítulo anterior, nossa aposta foi de explorar o comércio ambulante como um fator chave para a compreensão dos entremeios do mundo do trabalho e de suas interfaces com outras dimensões da reprodução da vida nas camadas populares. Dessa forma buscamos compreender as margens de ação desses indivíduos que se encontram em posição de subordinação no sistema capitalista.

Através daquilo que os entrevistados enunciam para relatar suas respectivas trajetórias, exploramos outras dimensões de suma importância para a compreensão das classes populares no Brasil contemporâneo, quais sejam: a mobilidade forçada e a busca pela moradia; a luta pela saúde e a responsabilização feminina pelo bem-estar dos grupos familiares; e a questão da emancipação individual nas interseções da religiosidade pentecostal, a atuação política e o “empreendedorismo”. Desenvolvemos, então, uma discussão a respeito das mobilidades laterais/horizontais que contribua às discussões sobre os significados que o trabalho adere (em suas variadas formas) para a constituição de estratégias de vida dos sujeitos pertencentes às camadas populares no Brasil.

2 CIRCUITOS ECONÔMICOS POPULARES E TRABALHO: UMA PERSPECTIVA A PARTIR DO BAIXO-CENTRO DE BELO HORIZONTE

Deus entregando com uma mão, nós divide com a outra
Mantendo uma sempre livre você recebe mais
Tem 'pa comer e ainda sobra pros kit, 'pas roupa
Trabalho lindo, outros tempos, eu corro atrás de paz
[...]
Meritocracia que nada
É correria que fala na rua
(Djonga part. Cristal, Deus dará)

Minha *caminhada* começa na região ao Norte do Centro de Belo Horizonte, uma centralidade para atividades de comércio desde a fundação da cidade, em 1897. Nas primeiras décadas da capital, ali se localizava o antigo Bairro do Comércio, concentrando os maiores armazéns e outros estabelecimentos de distribuição de produtos alimentícios. Mesmo diante as profundas transformações que a cidade sofreu desde aquela época, os vendedores ambulantes foram uma constante, especialmente nessa região em que o trabalho de campo dessa pesquisa foi realizado.

É possível afirmar que esses trabalhadores ajudaram a manter essa porção de território como uma região voltada ao comércio. No passado, em meio aos primeiros estabelecimentos construídos, participavam ativamente da distribuição dos produtos que sustentavam a população incipiente da jovem capital. Nos dias atuais seguem atuando concomitantemente à gama de estabelecimentos característicos do comércio popular “modernizado”, a exemplo dos chamados shoppings populares, relação esta que visamos analisar nesta seção.

A área a que nos referimos se inscreve atualmente na região denominada como Hipercentro²⁴ pela administração pública, compreendendo a Praça Raul Soares, Praça Sete de Setembro e o Parque Municipal como seus pontos mais emblemáticos. O trabalho de campo foi realizado principalmente entre o Terminal Rodoviário e a Estação Ferroviária. No entanto, nesta tese, nos referiremos à região como baixo-centro, tal como nomeiam corriqueiramente parte dos habitantes desta cidade, em especial aqueles que frequentam ou trabalham nessa região. Conforme nos apontam Jayme e Trevisan:

²⁴ A Lei Municipal nº 7166 de 1996 (BELO HORIZONTE, 1996), que estabeleceu as Normas e Condições para o Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo Urbano no Município de Belo Horizonte, organizou a área urbana em zonas de acordo com as diretrizes emanadas do Plano Diretor. Dentre essas zonas, incluem as ZCs (Zonas Centrais), consideradas regiões configuradas como centros de polarização regional, municipal ou metropolitana, subdivididas em ZCBH - Zona Central de Belo Horizonte; ZCBA - Zona Central do Barreiro; ZCVN - Zona Central de Venda Nova; e ZHIP - Zona Hipercentral, que é o recorte geográfico a que faço referência.

A área começou a ser caracterizada sob essa nomenclatura a partir de meados do século 20, quando se acentuou o processo de distinção socioespacial no interior do centro da cidade. Assim, a área localizada mais abaixo do centro, ou seja, às margens do Ribeirão Arrudas e em contraposição à Praça da Liberdade (porção mais alta da área central), recebeu a instalação de grandes equipamentos como estação ferroviária, rodoviária, galpões, fábricas, garagens e um comércio mais popular. (JAYME; TREVISAN, 2012, p. 664)

A noção exprime, portanto, a representação de uma “periferia” do centro da cidade. Em contraste a outras porções do centro, consideradas mais nobres, no baixo-centro concentram-se todo tipo de atividades consideradas “populares”, voltadas principalmente ao consumo de indivíduos das camadas mais baixas. Elas correspondem ao fenômeno, ocorrido em várias capitais brasileiras, acentuado a partir da década de 1980, de deslocamento das elites das áreas centrais das cidades. Conforme Villaça (1998, p. 283): “Aquilo a que se chama ideologicamente de ‘decadência’ do centro é tão somente sua tomada pelas camadas populares, justamente sua tomada pela maioria da população.”

Figura 2 - Hipercentro de Belo Horizonte



Fonte: *Google Earth* (edição própria)

As descrições que seguem foram decorrentes das observações produzidas a partir de meus percursos de trabalho de campo. Não ensejo apresentá-las à imagem de uma capital brasileira qualquer (apesar de inevitáveis semelhanças com outras cidades), e tampouco representar o Centro de Belo Horizonte de forma genérica. Contrariamente, o objetivo é justamente partir de uma descrição situada, a fim de demonstrar que, enquanto espaço de sociabilidade popular (trabalho, consumo, lazer, trânsito de pessoas), o baixo-centro detém características próprias em termos da organização espacial das atividades e lógicas de circulação. A partir dessas características mais precisas, lidas pelas lentes de uma pesquisa em sociologia, compreenderemos como o cotidiano constituído pelo encontro daqueles que povoam este espaço ajustam-se mutuamente às forças de ordenamento incididas sobre elas, tanto contemporaneamente, quanto no passado.

2.1 O comércio popular como ponto de partida

Meu trajeto de casa ao campo era feito a pé. A passarela que liga a Rua Varginha (no Bairro Floresta) à Rua Rio de Janeiro, cruzando sobre a Avenida do Contorno, se apresenta como uma fronteira. Ao descer as escadas da passarela, a sensação é de sair do bairro e “cair” no baixo-centro. Visualmente, a mudança diante dos olhos é drástica, assim como a cacofonia que se passa a escutar: uma mistura de buzinas dos automóveis, músicas que saem dos bares e dos alto-falantes dos celulares, os gritos de vendedores ambulantes e também do vendedor da loja de eletrodomésticos anunciando as promoções do dia pelo microfone.

Figura 3 - Início do percurso de trabalho de campo



Fonte: *Google Earth* (edição própria)

Seguindo pelo caminho de maior fluxo de pessoas, entro logo na primeira à direita, a Rua Guaicurus. A rua é conhecida no imaginário local por acolher as mais populares casas de prostituição de Belo Horizonte. Neste caso, são “populares” por estarem entre as mais “tradicionais” e também por oferecerem serviços a baixo custo: os chamados “sobe-desce” (gíria local que designa o frenético acesso de homens pelas escadas). São vários os estabelecimentos voltados a este fim, tanto na Guaicurus, quanto nas ruas adjacentes. Apesar da sutil tentativa de discrição, com suas portinhas estreitas e placas indicando que se trata de hotéis, o detector de metais e o vigia na porta (uniformizados ou não) denunciam serem uma

casa de prostituição. Dada a movimentação intensa de pessoas durante todo o dia, é muito comum ver também ambulantes vendendo bebidas, cigarros e balas na porta de alguns desses estabelecimentos.

De forma não aleatória, também são bem situados nesse ambiente os vendedores de cartelas de *Viagra* que discretamente anunciam nas calçadas preços mais baixos que os das farmácias das redondezas. Os botecos, quase sempre ao som de *juke-box* — tocando brega, sertanejo, funk, rap — também compõem o circuito boêmio que faz a fama da região como “baixo meretrício” pelo menos desde a década de 1920²⁵. Muito em razão disso, o que se pode notar à primeira vista é que essas calçadas são majoritariamente ocupadas por homens.

Ao lado dos botecos e casas de prostituição, chama atenção ainda algumas poucas construções que, abandonadas por seus proprietários, mantêm precariamente suas fachadas antigas, reportam o estilo eclético predominante na arquitetura da cidade no início do século XX. Galpões e casarões, alguns tombados como Patrimônio Cultural Municipal (WERNECK, 2014), são utilizados como abrigos ou “malocas” por pessoas em situação de rua. Além disso, na região há também um importante agrupamento de depósitos de materiais para reciclagem nessas mediações, o que provoca a circulação de grande quantidade de catadores. Eles mesmos puxam suas carroças, abarrotadas de pilhas de papelão e outros tipos de materiais, disputando espaço tanto com pedestres nas calçadas quanto com os carros nas ruas.

Já em construções renovadas, outra presença marcante no baixo-centro, e, neste caso, de crescimento flagrante nos últimos anos, são os estacionamentos privados. Seus “homens placa”²⁶ arriscam-se no limite das calçadas com as vias, sinalizando aos motoristas os preços e locais de entrada dos veículos nesses estabelecimentos.

Outra característica importante desta região é a grande concentração de pontos de ônibus metropolitanos que transportam trabalhadores todos os dias entre a área central de Belo Horizonte e as periferias. Além disso, funcionando como um nó da rede metropolitana de transporte público, também é onde passageiros que cruzam por diferentes regiões fazem conexões entre linhas de ônibus e metrô.

Ademais, estão ali vários pontos de ônibus de viagem clandestinos que levam passageiros principalmente para cidades do interior de Minas, fazendo concorrência com as

²⁵ A região é cenário da vida e trabalho da famosa prostituta Hilda Furacão, eternizada na obra de mesmo nome escrita pelo jornalista Roberto Drummond em 1991.

²⁶ A prática é decorrente da proibição da instalação de cavaletes de publicidade, como previsto no Código de Posturas (BELO HORIZONTE, 2003a), prática anteriormente comum neste tipo de empreendimento no Centro.

empresas oficiais, que se utilizam do principal Terminal Rodoviário da cidade, a poucos metros dali. Sendo impedidos pelas seguranças de trabalharem nos terminais da rodoviária, os ambulantes conseguem, no entanto, atuar no entorno das filas de passageiros do transporte intermunicipal clandestino que se formam nas calçadas.

Tais vendedores são conhecedores não só das mercadorias mais adequadas a esse público consumidor, no caso aqueles que estão em deslocamento (salgadinhos, bebidas, cigarros, guloseimas são os produtos preferidos), mas também dos melhores horários e locais para sua venda. Eles também ajustam o volume de mercadorias e o tipo de instrumentos usados para expô-las (caixotes, carrinhos, bolsas a tiracolo, etc) conforme suas estratégias de mobilidade pelo espaço, definidas, por sua vez, em função de como situacionalmente percebem as dinâmicas da fiscalização. Eles podem tanto expor suas mercadorias em pequenas bancas encostadas na parede ou dispostas em carrinhos, como podem simplesmente transitar entre diferentes pontos, aproveitando-se mesmo das sutis variações de volume de público consumidor em cada um desses pontos no espaço.

O comércio popular não somente subsiste como uma atividade dependente dos serviços já presentes na região como também é um dos grandes atrativos para a multidão que circula todos os dias na região. Pelo menos desde o fim da década de 1980, o comércio de rua em Belo Horizonte deu um salto quantitativo, mas também qualitativo. Ao passo que se expandiam os pontos de comércio com grandes aglomerações de vendedores e consumidores, o comércio de rua voltou a não se restringir ao consumo *oportunista* e *furtivo*, voltado basicamente a quem está em trânsito. Os consumidores passaram, a partir daquele momento, a se deslocar às “feiras” (ou “camelódromos”) que surgiam com relativa anuência do poder público: havia uma quantidade controlada de barracas legalizadas, mas também uma incontável e importante presença de vendedores atuando sem qualquer tipo de permissão: os *toreros*. O grau de legalidade entre os diferentes tipos de comércio que se aglomeravam não era exatamente problematizada pelos consumidores que eram atraídos pelo acesso a produtos então praticamente exclusivos “de camelô” — como os importados do Paraguai — e aos preços, muitas vezes, imbatíveis que ofereciam.

A expansão do comércio popular sofreu ainda outra inflexão importante na cidade em meados dos anos 2000 com a emergência dos shoppings populares, tema que iremos nos aprofundar na [seção 3](#). Entretanto, gostaríamos de pontuar desde já que a implantação dos shoppings populares alterou novamente tanto a relação entre negócios e consumidores, quanto

a relação entre o Estado e o comércio popular. Ao restringir praticamente todas as formas legalizadas de comércio popular para espaços fechados, o *status* do comércio ambulante como atividade ilegal ganha uma nova visibilidade institucional. Paradoxalmente aos discursos em que se apoiam, ao invés de limitarem os mercados informais e ilegais, a implementação de uma política dos shoppings populares proporcionou sua expansão (LIMA, 2011; CARRIERI et al., 2009; FIGUEIREDO; MORAIS, 2004), em termos da sua importância econômica, política e de possibilidades de trabalho.

O Shopping Oiapoque é o shopping popular mais antigo da cidade, criado em 2004. É também o empreendimento do ramo de maior sucesso financeiro em todo o estado, já tendo sido incorporado como um dos principais atrativos nos circuitos turísticos da capital. Os shoppings Tupinambás, Xavantes e Caetés, criados em 2005; o Shopping Uai de 2008; e o Shopping Carijós de 2018, apesar de serem menos célebres, juntamente com toda a movimentação de vendedores ambulantes, fazem da região um grande circuito de compras. Dentro de shoppings como estes encontra-se um leque bastante variado de produtos, de origens diversas, já comumente associados a este tipo de centro comercial em qualquer outra cidade brasileira: roupas de marcas falsificadas ou imitações, jogos de videogame e DVDs piratas, eletrônicos de baixo custo, celulares, brinquedos, etc. Isso sem contar que os visitantes dispõem de alguns serviços que complementam o exercício cotidiano do comércio, como os inúmeros boxes²⁷ dedicados ao reparo de equipamentos eletrônicos, lanchonetes, restaurantes *self-service*, e também caixas eletrônicas, agências de banco e correios.

²⁷ Refere-se a cada unidade comercial do shopping. São assim designadas as lojas do shopping popular em referência à forma econômica com que são dispostas pelo espaço, lateralmente encaixadas umas nas outras.

Figura 4 - Shopping Oiapoque



Fonte: Portal BHAZ (2018)

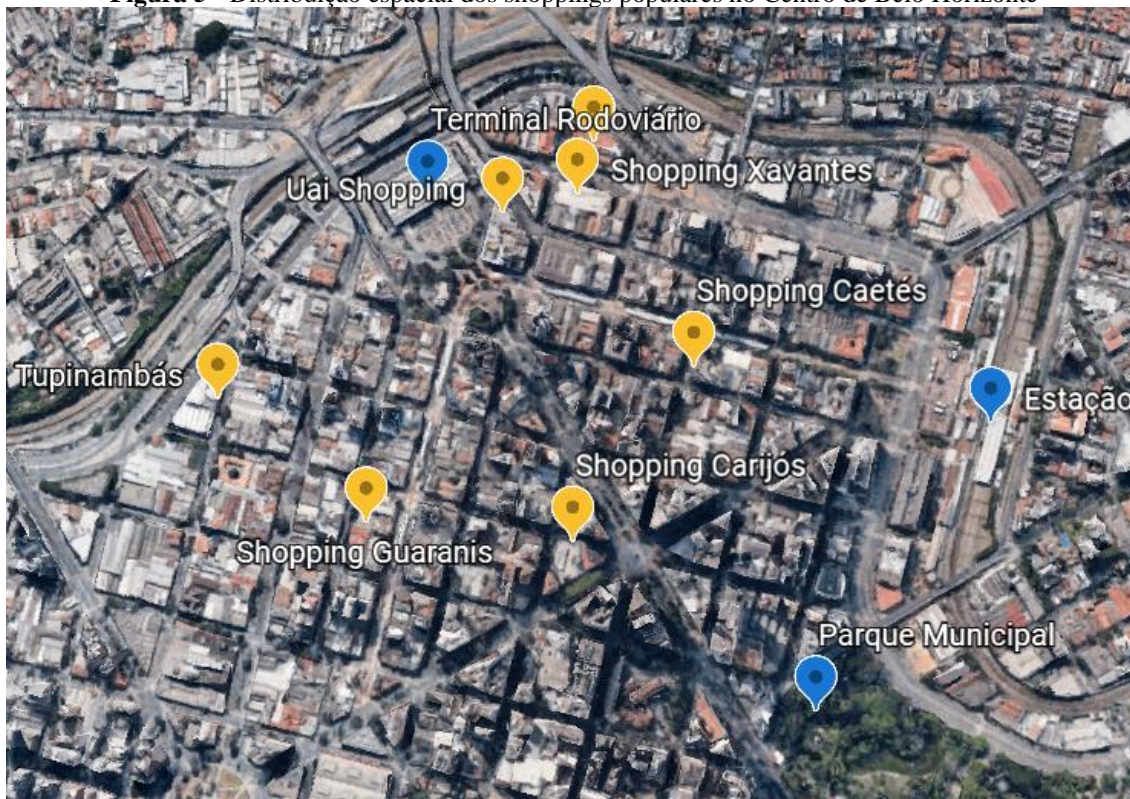
Tendo se tornado um nó importante de redes de consumo e trabalho (PINHEIRO-MACHADO, 2011; GAGO, 2018; RANGEL, 2019a), o comércio popular — entre a *rua* e os shoppings — se configura como um dos propulsores importantes da circulação de mercadorias, dinheiro e pessoas, em circuitos cujas pontas extrapolam os limites da cidade. Vê-se, por exemplo, que além dos próprios moradores de Belo Horizonte, vindos de todas as regionais, pessoas desembarcam diariamente das cidades da Região Metropolitana²⁸ para consumirem e, principalmente, para trabalharem nesses centros comerciais ou nas ruas de seu entorno.

Ademais, os shoppings populares de Belo Horizonte também atraem semanalmente inúmeros ônibus de excursão que trazem consumidores vindos de outras cidades, principalmente do interior de Minas Gerais. A proximidade destes locais com o Terminal Rodoviário e com outros pontos importantes de desembarque de viajantes é estratégica. Muitas vezes, trata-se de *sacoleiros* que compram mercadorias periodicamente em Belo Horizonte, em “bate-e-volta”, para a revenda em suas respectivas cidades (ESTADO DE MINAS, 2014). Há de se mencionar que uma gama de estabelecimentos localizados no baixo-centro, como os hotéis, pensões, estacionamentos, lanchonetes e restaurantes, dão suporte ao funcionamento cotidiano do comércio popular na região. Considerando-se as complexas redes internacionais

²⁸ O funcionamento do comércio popular contribui para a intensa migração pendular entre Belo Horizonte e as cidades da Região metropolitana, com destaque para Contagem, Ribeirão das Neves, Betim, Ibirité e Santa Luzia (LOBO, et al., 2017; BRITO et al., 2019).

de dispersão de mercadorias (RABOSSO, 2004; FREIRE DA SILVA, 2014; PINHEIRO-MACHADO, 2011), o baixo-centro de Belo Horizonte figura-se como um importante polo comercial, tanto de varejo como de intermediação com outros centros de compras.

Figura 5 - Distribuição espacial dos shoppings populares no Centro de Belo Horizonte



Fonte: *Google Earth* (edição própria)

A amplitude da movimentação econômica proporcionada por esse circuito está para além das situações das atividades de comércio em si. A massa de trabalhadores diretos e indiretos que povoam o baixo-centro também são consumidores dos produtos e serviços oferecidos: fumam cigarros contrabandeados, se alimentam de comida de rua, dormem em pensões, vestem roupas de marcas falsificadas vendidas nos shoppings populares, compram celulares de segunda mão etc. O que se observa no cotidiano da *rua* é indício do embaralhamento entre consumo e trabalho que caracteriza a economia popular contemporânea (ABÍLIO, 2012).

Alguns negócios, inclusive, parecem adequar seus serviços para atender à multidão de trabalhadores-consumidores. Durante o horário de almoço, vê-se cotidianamente os vendedores de pratos-prontos (as “quentinhas”) circulando pelas calçadas com seus carrinhos de mão. Estes vendedores trabalham para restaurantes de pequeno porte da região, e seu serviço consiste em

buscar os clientes que não chegam voluntariamente aos restaurantes, muitos deles localizados dentro de galerias ou corredores comerciais pouco visíveis aos passantes. Parte da clientela fixa desses “restaurantes móveis” são os vários grupos de ambulantes e demais trabalhadores das ruas que fazem a pausa de almoço nas calçadas, muitos deles sequer param de realizar as vendas enquanto se alimentam. Além disso, o preço de seus marmitex também é um importante atrativo, costuma ser inferior aos pratos vendidos nos restaurantes de forma geral, chegando a custar R\$6,00 em 2018.

De forma geral, a exemplo dos restaurantes citados, há uma relação de dependência importante entre atividades ambulantes e fixas, sejam elas informais ou formais. Para além dos serviços que dão apoio ao exercício cotidiano do comércio de rua, essa articulação é ainda mais importante com relação aos fornecedores dos produtos comercializados nas ruas. Em especial no caso dos *toreros*, que carregam consigo pouco volume de mercadorias, é comum que busquem reposições diárias nos armazéns, lojas de “produtos chineses”, distribuidoras de bebidas e supermercados de atacado que se localizam na mesma zona em que trabalham. Os vendedores ambulantes, de forma geral, são clientela fixa desses estabelecimentos²⁹. Um dos meus interlocutores comentou durante uma conversa que, em sua opinião, se não existissem os *toreros*, muitas dessas lojas iriam à falência.

Nesta pesquisa, consideramos os vários tipos de trabalho e atividades como parte de um *continuum*. A partir dessa perspectiva, desvelam-se importantes relações de interdependência que extrapolam aos binarismos das categorias estatutárias, como “formal” e “informal” (LAUTIER, 1994), trabalho autônomo e subordinado (SUPIOT, 2000) ou acerca das divisões entre relações de consumo e de trabalho (ABILIO, 2011)

Vale destacar que a relação de clientela e dependência econômica se reelabora na conformação e manutenção desses circuitos. Podemos citar o caso das grandes redes de atacado que agenciam ambulantes para venderem suas mercadorias diretamente nas ruas. Em cruzamentos e sinais de trânsito específicos, nos deparamos com vendedores ambulantes uniformizados com camisas estampadas com a logomarca da empresa vendendo balas, chocolates e outros doces aos motoristas, através das janelas de seus carros. A relação entre esses vendedores e as lojas remete às formas de gerenciamento do trabalho em formato

²⁹ Em abril de 2021, uma das principais redes de supermercados em atacado inaugurou uma unidade de 7 mil metros quadrados de área de vendas no baixo-centro de Belo Horizonte, nas proximidades do Terminal Rodoviário. Em uma reportagem que anunciava a inauguração, o CEO da empresa explica que o ponto foi escolhido tendo em vista que um de seus públicos-alvo são os vendedores ambulantes que circulam na região (BIANCHETTI, 2021)

“uberizado”, em plena expansão nos dias de hoje (ABÍLIO, 2020). De um lado, os ambulantes fidelizam-se como compradores regulares de suas mercadorias e servem como divulgadores da marca estampada nas camisetas. De outro lado, a empresa goza de acordos paralelos com a administração municipal que, por sua vez, garante que as vendas sejam toleradas em locais e horários específicos. Dessa maneira, as lojas podem prometer aos ambulantes uniformizados que não serão incomodados pela Guarda Municipal (GM) ou por outros agentes de controle enquanto estiverem em conformidade às regras negociadas. Em comparação com as formas mais autônomas de comércio ambulante, essa é considerada pelos sujeitos uma situação de trabalho menos tensa, que não passa pelo enfrentamento direto com a fiscalização. Por esse motivo, frequentemente se nota crianças ou idosos trabalhando nos sinais de trânsito com o uniforme da distribuidora.

Nesse sentido, as situações de trabalho ou negócios entendidos como formais ou informais não podem ser pensadas, portanto, como diametrais ou como pertencentes a universos distintos, mas como âmbitos articulados em relação de complementariedade. Sobretudo, aquilo que se denomina usualmente como “economia popular” ou “economia informal” não pode ser apresentado como se estivesse circunscrito por regras próprias, desconectados da “lei” e dos códigos da “formalidade”, ou como se fizessem parte de instâncias emancipadas (LAUTIER, 1994). Portanto, sem que precisemos nos prender aos dualismos convencionais, nesta tese privilegiaremos o caráter de heterogeneidade dos universos de atividades, empregos, vínculos, recursos e modos de conexão com as leis e regimes de reconhecimento característicos do mundo do trabalho (LAUTIER, 1998).

Segundo Gago (2018), socióloga que realizou pesquisa sobre a enorme Feira de La Salada em Buenos Aires:

Uma constelação de conceitos dá conta da heterogeneidade como noção complexa e crucial de nossa atualidade. Vinculada, por um lado, à pluralização das formas de trabalho e à multiplicação de formas subjetivas, também está ligada ao modo com que essa heterogeneidade, que na América Latina foi vivida e pensada desde sua existência colonial como fratura, coincide hoje com um modo de organização do capitalismo pós-fordista que amplia essa lógica recombinante do heterogêneo de uma maneira nova. (GAGO, 2018, p. 92)

Ainda seguindo a autora, o estudo de mercados populares é um convite para que o pesquisador se depare com o estouro de certas categorias de análise, que obrigam os conceitos

a cruzarem suas próprias fronteiras disciplinares. Nesse sentido, termos que operariam com suposta solidez, incorporados no senso comum ou às interpretações acerca do mundo institucional-estatutário, ganham contornos menos definitivos, isto é, como zonas cinzentas. Neste sentido, servem-nos como referência analítica, uma vez que elas dizem respeito menos aos “vácuos” da lei do que aos seus movimentos, entendendo-as como espaços inerentemente dinâmicos, de disputas e recriações institucionais (MINASSIAN, 2011; AZAÏS, 2004, 2007, 2012; AZAÏS et al., 2017).

Nesse ponto, entramos em acordo com o que aponta Rangel (2019) a respeito da noção de informalidade:

Tratar a informalidade como representação permite considerar seus pressupostos não refletidos, que a posicionam geralmente na ordem do nocivo, a despeito das conexões e relações de interdependência — ou mesmo “hibridização” (AZAÏS, 2007) — entre o classificado como informal e tudo aquilo percebido como seu avesso. De fato, se entendermos que as representações também produzem realidade, a persistência da imagem hegemônica do informal enquanto tradução fiel do subdesenvolvimento, da ilegalidade, do “mal” que assola as economias urbanas, pode-se encontrar aí as raízes para a legitimação de determinadas políticas de combate àquilo que pode ser definido como informalidade (RANGEL, 2019, p. 21).

Assim, ao nível das práticas (no caso, da *rua*), convém analisar as diferenciações entre formalidades e informalidades; legalidades e ilegalidades não a partir de seus significados fixos, mas em seus “efeitos de poder” (FOUCAULT, 1999). Tratamos tais fronteiras a partir de seus embaralhamentos (TELLES, 2010; TELLES; HIRATA, 2010). E isso não quer dizer que haja indiferenciação entre os lados, ao contrário, diz respeito à produção desses mercados em meio às forças regulatórias.

Também recorreremos à perspectiva teórica proposta por Roy (2005). Conforme essa autora, a noção de informalidade, tal como ela é construída politicamente nos países pobres, está imbricada ao exercício da soberania estatal. O poder do Estado é reproduzido através da capacidade de construir e reconstruir categorias de legitimidade e ilegitimidade, determinando o que é informal e o que não é, bem como quais formas de informalidade poderão prevalecer.

Essa perspectiva nos aproxima do conceito de *mercadoria política*, mobilizado com no intuito de compreender as várias extensões decorrentes da regularidade das trocas que constituem o comércio popular. Nesta tese, o conceito é mobilizado em momentos diversos, a respeito dos diferentes entroncamentos produzidos pelas forças de ordenamento, entre as

esferas estatais e privadas de poder. Por isso, frente à complexidade de relações que ele permite analisar, apresentaremos o conceito para dar conta das várias camadas que constituem as relações de poder no comércio popular. Conforme Misse (2006):

[...] nas esferas informais e formais da economia, essa separação não é nem nítida, nem realmente decisiva para uma perspectiva analítica: é, antes, uma representação social normalizadora. Não há exatamente “setores” nesses mercados, já que as fronteiras com os mercados legais e regulados são basicamente tênues e negociáveis. Pragmaticamente, um dos principais fatores que os diferencia é o seu maior ou menor grau de demanda ou submissão à oferta de “mercadorias políticas”, isto é, a bens e serviços codificados de segurança, proteção e garantias de confiança nas transações, que conflitam com a soberania das regulamentações estatais. [...] O que distinguiria um mercado “formal” de um mercado “informal” seria, em suma, a sua maior ou menor participação num conjunto de regulamentações estatais. No entanto, a lógica econômica do mercado produz relações complexas (e muitas vezes contraditórias) com essas regulamentações legais. Entre essas regulamentações, está a regulamentação das mercadorias cuja oferta (e, em alguns casos, consumo) é criminalizada, isto é, passível de ser enquadrada legalmente como delito ou crime (MISSE, 2006, p. 176-177).

A seguir, iniciaremos com as descrições das formas de exercício da *tora*, a partir de observações realizadas nas calçadas de entorno dos shoppings populares. A escolha deste local como ponto de descrição é oportuna à compreensão do comércio popular a partir da complementariedade entre os espaços da *rua* e dos shoppings; das situações de trabalho dos *toreros* e nos negócios alocados nos boxes. Discutiremos, assim, tanto algumas das características fundamentais que definem a *tora*, quanto algumas das variações práticas e/ou subjetivas que merecem ser ressaltadas para que possamos explorar as potencialidades dessa categoria. Trata-se das relações estabelecidas com o espaço urbano, ao tempo de trabalho, às mercadorias, com os demais *toreros* e, claro, com os agentes de controle³⁰.

A prática do *torero* não pode ser entendida como um trabalho de comércio qualquer, mas como uma atividade que coexiste e se baliza a partir das forças regulatórias, ou, no mínimo, que convive com a iminência constante do controle. Assim, não nos parece profícuo compreender seu exercício prático como se os sujeitos pudessem executar estratégias de forma rígida, se fossem assim estipuladas a partir de condições pré-estabelecidas ou premeditáveis. Ao contrário, o estudo do trabalho dos *toreros* nos cobra olhar para um desenho sempre

³⁰ Ao utilizar o termo “agentes de controle”, refiro-me, genericamente, a todos os profissionais diretamente implicados na regulação cotidiana do comércio ambulante, como fiscais, auxiliares de fiscalização, guardas municipais, policiais militares.

dinâmico de suas ações, isto é, remetendo à noção de *tática*, tal como proposto por Certeau (1994):

(...) chamo de tática a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza uma lei de uma força estranha. Não tem meio para si manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento “dentro do campo de visão do inimigo”, como dizia Von Büllow, e no espaço por ele controlado (CERTEAU, 1994, p.100).

2.2 Características da atuação tática dos *toreros*

A circulação de transeuntes pelas calçadas da Avenida Oiapoque é intensa durante todo o dia, principalmente durante o horário comercial: entre oito horas da manhã e sete da noite. Os gritos dos ambulantes se confundem com o dos vendedores dos boxes próximos das entradas que vão até as calçadas para chamarem clientes. Mesmo os donos dos boxes dos fundos do shopping popular não ficam de fora da captação de clientes: enviam à calçada alguns de seus vendedores com produtos às mãos para fazerem propaganda de seus produtos ou para tentarem a venda direta. Este é o caso de lanchonetes que enviam garotos para as ruas dos entornos dos shoppings levando copos de creme de açaí e sucos naturais já embalados e prontos para o consumo.

Por força política dos próprios lojistas da região e da administração dos shoppings populares, não se permite a instalação de bancas nessas calçadas. Mesmo se algum *torero* se arrisca desta forma, rapidamente será abordado por algum funcionário da prefeitura responsável pela fiscalização, pela polícia militar (em geral quando é acionada por algum lojista) ou pelos agentes de segurança privada do shopping que, para além de “fazer a segurança” na parte interna, frequentemente encarregam-se de espantar os concorrentes de fora.

Tais ações de controle social se inserem à lógica de ocupação das calçadas, isto é, para além das ações oficiais do poder público. O conjunto dessas ações de controle elas condiciona que modalidades menos fixas de comércio de rua sejam as únicas possibilidades de atuação na região. Pela mesma razão, ali, raramente, se encontram vendedores de rua que gozam de algum tipo de autorização, como aqueles que fazem uso de carrinhos de tração humana padronizados

através dos critérios estabelecidos pela Prefeitura, ou mesmo os deficientes físicos licenciados para atuarem como ambulantes (ver [seção 5](#)).

Portanto, em comparação com outras porções do Centro, nessas áreas são encontrados principalmente *toreros* que apostam na estratégia de permanecerem constantemente móveis, aproveitando-se da intensa clientela em potencial que passa por ali. Neste caso, os trabalhadores podem variar entre áreas tanto mais quanto menos disputadas desse microterritório. Assim, eles circulam nos entornos dos shoppings populares, mas permeiam também a Praça Rio Branco (mais conhecida como “praça da rodoviária”), passando pelos pontos de embarque e desembarque de viajantes e os acessos para os terminais dos ônibus intermunicipais ou intraurbanos.

Entre os *toreros* mais comumente encontrados nesta porção do baixo-centro, estão vendedores de pulseiras e correntinhas, que usam seus próprios braços como mostruário para as bijuterias. Também se fazem presentes os vendedores de bebidas, levando isopores em carrinhos-de-mão ou pendurados nos ombros. Durante o dia, vendem sucos, refrigerantes, garrafas d’água, ou chup-chups caseiros; e de noite, são mais comuns os vendedores de bebidas alcólicas, se aproximando dos frequentes eventos festivos realizados nos espaços públicos, ou captando compradores na porta de casas de show. Eventualmente, também passam os “baleiros” que fazem uso não somente do espaço das calçadas, como também buscam clientes em bares e restaurantes, carros parados nos sinais, adentram nos terminais e estações de transporte público e embarcam nos ônibus com seus tabuleiros presos aos ombros.

Como pude observar em minha pesquisa de mestrado com os agentes de fiscalização da Prefeitura, a região próxima aos shoppings populares e o Terminal Rodoviário é considerada uma *área torada* (ARAÚJO FILHO, 2016a, 2016b). Tais áreas são marcadas por uma contradição: supostamente são os locais em os esforços de controle seria mais necessário para conter o comércio ambulantes, entretanto, são os locais em que os agentes de controle se encontram numericamente menos presentes.

Diferente de outras regiões do Centro, esse domínio de território se faz pelo volume significativo de *toreros* que ali circulam, a ponto de tornar inoportuna qualquer ação de controle ostensivo que objetive apreender mercadoias. Isso ocorre pois qualquer operação efetuada nessa área apresenta maior potencial em se desdobrar em situações de conflito mais violentas, isto é, afetando diretamente não somente os ambulantes, como também os agentes de fiscalização. Assim, as ocasionais operações de apreensão realizadas neste território *torado* costumam ser

acompanhadas extraordinariamente por um efetivo proporcionalmente maior de policiais militares do que ocorreria em outras áreas, caracterizando, portanto, uma situação de excepcionalidade.

A noção de *área torada* denota certo domínio de um território pelos *toreros*, e é provinda da percepção de auxiliares de fiscalização e demais encarregados pelo controle do comércio considerado irregular. Já os *toreros* percebem, no entanto, que, mesmo que de forma variável entre diferentes áreas, há sempre possibilidade de se depararem com ações de controle surpresa, os colocando em constante estado de alerta.

Joaquim, um jovem *torero*, contou-me que certa vez “tomou um bote” de uma dupla de agentes de fiscalização que “de fininho” chegou por dentro de uma loja e agarrou suas mercadorias de uma só vez: “Perdeu!”. Compelidos a trabalharem sob constante sensação de ameaça, frequentemente me foi apontado que a cautela é uma postura básica para a atuação dos *toreros*. Durante as entrevistas e conversas realizadas na rua com alguns deles, notei que não me olhavam nos olhos, e não podiam reter sua atenção por mais que poucos minutos em nossos diálogos. A todo momento em que têm suas mercadorias expostas, vigiam seus lados, verificam a retaguarda, caminham de um lado para o outro, evitam ficar de costas para as vias. No linguajar comum entre ambulantes, trata-se da prática de *antear*. A postura vigilante é apresentada como um tipo de habilidade que requer tanto técnica quanto disposição, competências fundamentais aprendidas na prática, ou “na marra”, como dizem.

Quando notada a possibilidade de serem “pegos”, ameaçados por ações de fiscalização, comunicam-se uns com os outros, seja através de olhares, quando desejam manter a discrição, ou aos gritos, quando o alerta se faz necessário. Neste caso, utilizam-se de uma espécie de código, os dizeres: “OLHA O GELO!³¹” que, por sua vez, tem significado semelhante ao “rapa”, termo mais amplamente reconhecido. Além disso, é preciso afirmar que outro instrumento de comunicação importante entre *toreros* são os aplicativos de mensagens no celular que os permite criar alertas em tempo real, muitas vezes também geolocalizadas, sobre a aproximação de operações policiais ou de fiscalização. Especificamente através dos grupos de *Whatsapp*, as mensagens são amplificadas para milhares de outros celulares inscritos.

A atuação tática dos *toreros* pressupõe, portanto, não somente um conhecimento de seus lugares de trabalho e modo de fazer (*antear*, comunicar, negociar) (CERTEAU, 1994), mas

³¹ Utilizamos a “caixa-alta” na escrita desta tese quando que remetemos ao que é frequentemente gritado.

também um modo de estar na *rua*, o que os constitui, através do compartilhamento de uma experiência comum, de grupo.

Francisca, uma das principais interlocutoras desta pesquisa³², e *torera* experiente, trabalhava ao lado de Joaquim. Naquele momento, não concorriam diretamente: Joaquim vendia cigarros, enquanto Francisca vendia salgadinhos. Conversando comigo, em tom de fofoca, frequentemente alfinetava o rapaz: acusava-o de não ser “torero de verdade”. Certa vez, como uma aula sobre a *tora*, observamos juntos como ele se movimentava, se posicionava e reagia à aproximação de alguma ameaça de fiscalização. Como quem quisesse me apresentar um exemplo de postura ideal, utiliza suas observações sobre Joaquim como uma ilustração avessa, ou seja, como não ser um *torero*. Francisca alega que, de certa forma, ambulantes como Joaquim ainda “dependiam da fiscalização”, já que fazia suas vendas apenas quando percebem trégua. Já ela, supostamente, teria a coragem para vender mesmo de frente a um desses agentes. “Torero não pode ter medo de fiscalização!”, explicou-me. Segundo ela, a atitude persistente e a esquivas constantes não são “gastos de energia”, mas são próprias à prática da *tora*. Ela se coloca: “eu não desligo! [...] Muitos não entendem, mas o *torero* tem um jeito diferente de pensar.”

A análise dos gestos, habilidades e formas de identificação entre *toreros* indica alguns dos aspectos característicos das experiências mais gerais da *tora*. Isso ocorre uma vez que *tora* é marcada pela constante (ainda que variável) possibilidade de ser confrontado pelas forças de controle. Contudo, *tora* e *torero* não podem ser entendidas como categorias homogeneizantes. As observações das práticas, bem como a escuta das percepções dos sujeitos, são a entrada para o entendimento das variedades da composição do universo do trabalho ambulante. Elas são lidas, a princípio, em termos das táticas de venda, mas também nos levam a compreender as racionalidades apropriadas pelos sujeitos para permanecerem nesses mercados.

Dado que as experiências de trabalho dos *toreros*, portanto, se conformam diferencialmente, de acordo com o modo com que são controladas ou constrangidas, é preciso identificar que instâncias da lei escrita incidirão sobre cada prática e em cada situação. Por exemplo, de forma geral o comércio ambulante é considerado uma atividade repressível por infringir o Código de Posturas (BELO HORIZONTE, 2003a), sendo entendida como uma ocupação irregular do logradouro público. Já em outras circunstâncias, a prática pode também se configurar em “casos de polícia”, como os vendedores de mercadorias identificadas como

³² A trajetória de Francisca será trabalhada na [seção 6](#).

roubadas ou contrabandeadas. Estas diferenciações, no entanto, são maleáveis e se inserem nas interseções entre os campos da ordem pública e a segurança pública (HIRATA, 2012, 2014).

Neste sentido, ao longo do trabalho de campo me chamaram a atenção os grupos de vendedores de celulares de “segunda mão” que, sem necessariamente competirem entre si, costumam se aglomerar em pontos específicos e exibir em suas mãos diferentes modelos e marcas de *smartphones*, exemplares dos mais simples aos mais caros disponíveis no mercado. Algumas esquinas próximas ao Uai Shopping e à Praça Rio Branco são preferidas por estes vendedores que, em horários de maior fluxo, formam verdadeiros corredores humanos. Diferentes de outras práticas de comércio ambulante, nesse caso, não provocam ações das equipes de fiscalização, mas principalmente de policiais militares.

A Polícia Militar afirma que esses vendedores seriam participantes de “quadrilhas criminosas” e que as mercadorias que exibem procedem de furtos e roubos efetuados principalmente na própria região central da cidade³³. Tendo sido poupado dos detalhes, a história foi confirmada e contada por diversos sujeitos desta pesquisa, alguns deles já tendo participado “de dentro” dessas redes.

Apesar da suposta procedência ilegal das mercadorias, os pontos são fixos e se mantêm visíveis, tornando-os conhecidos para a aproximação tanto de consumidores, revendedores, quanto também de policiais, que inclusive têm a possibilidade de os vigiar a qualquer hora do dia ou noite através das câmeras de monitoramento do Olho Vivo³⁴.

³³ Os números de roubos e furtos de celular praticados em Belo Horizonte têm aumentado progressivamente desde 2015. Dados disponíveis em Vale (2018).

³⁴ O Programa Olho Vivo consiste no videomonitoramento por imagens geradas por câmeras distribuídas nos espaços públicos da cidade em regiões com altos registros de ocorrências de criminalidade. Foi implementado no contexto do Centro Vivo a partir da parceria da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) e a Câmara de Lojistas de Belo Horizonte (CDL-BH).

Figura 6 - Vendedores de celulares de “segunda mão”



Fonte: Captura de imagem de uma reportagem do programa MGTV da Rede Globo (2016)

Assim como ocorre no caso de outros grupos de ambulantes, a aglomeração de vendedores funciona, em última instância, como medida de proteção do grupo contra possíveis investidas policiais e da fiscalização. Primeiramente, os agentes evitam abordá-los sempre que os vendedores estão em maior número. Além disso, quando estão em grupos grandes, multiplicam sua capacidade de *antear*, podendo, assim, dispersarem as aglomerações de forma preventiva.

Visando sufocar as “quadrilhas”, as abordagens policiais que esporadicamente surpreendem os vendedores de celular na *rua* costumam ser simultâneas às investidas nos pontos de recepção, armazenamento e distribuição desses celulares (VALE, 2018). Atualmente, muitos desses locais (conhecidos pelas autoridades) se encontram dentro de shoppings populares, onde, principalmente dentro de boxes de portas fechadas, as mercadorias podem ser estocadas e negociadas discretamente. Mesmo sem ter tido acesso aos meandros deste circuito, é possível afirmar que, por estarem a metros de distância dos pontos de venda em avrejo, estes locais sediam uma etapa importante de intermediação logística dos fluxos de mercadorias e dinheiro que, finalmente, mantém o funcionamento desses mercados no baixo-centro.

Para além dos celulares de “segunda mão”, os espaços físicos dos shoppings populares servem como instâncias de intermediação fundamentais ao funcionamento de outros circuitos de comércio ilegal. O mais representativo deles é o comércio de cigarros contrabandeados, de origem paraguaia. Neste caso, como veremos, os espaços dos shoppings populares se

configuram em um estágio do percurso das mercadorias em que os enormes volumes de mercadorias ilícitas são fragmentados e, assim, convertidas em itens comercializáveis.

2.2.1 O *corre* dos cigarros paraguaios

Luiz Antônio foi uma das primeiras pessoas com quem conversei nesta região, enquanto ele trabalhava na esquina da Avenida Oiapoque com a Rua Curitiba. O rapaz tem 22 anos, negro de pele clara, magro, usava boné e uma camiseta estampada com folhas de maconha. Tinha também várias cicatrizes no ombro que pareciam queimaduras. Ele vendia cigarros San Marino, e de vez em quando pegava um do maço para fumar. Enquanto falava, batia uma ripa de madeira na mão de forma inquieta. A ripa foi retirada da caixa improvisada para apoiar os cigarros. Antenava, mas também conversava e brincava com os outros toreros. Conteí a ele sobre a pesquisa e ele se intrigou com esse meu “trabalho que também parece estudo”. Ele disse nunca ter ouvido falar de Sociologia ou “essa coisa de pesquisa” de que eu falava para justificar aquela conversa inusitada. Sentiu-se na obrigação de se justificar, dizendo que estudou apenas até a oitava série. Diferente de muitos ambulantes que, segundo ele, “não estão nem aí pra ninguém”, queria me ajudar e se animou com minha proposta de sentar um dia para conversar mais, com mais calma. Luiz Antônio parecia muito surpreso com a ideia de alguém ter interesse em saber sobre a sua vida. Sugeri, inclusive, de conversar “fumando um”, e não acredita quando respondo que não sou chegado em maconha. Fez a ressalva de que não ficava apenas ali: a venda de cigarros é apenas um dos “muitos corres” que faz para levar dinheiro para casa, onde estão sua esposa e sua filha de quatro anos. [Extrato de caderno de campo - 2018]

A interessante conversa que tive com Luiz Antônio me encheu de curiosidades e ideias para a pesquisa. Infelizmente foi a única vez que o encontrei. Todas as outras vezes em que passei pela esquina, em diferentes horários e dias da semana, não tive a sorte de reencontrá-lo. Cheguei a perguntar aos demais *toreros* se alguém sabia onde ele se encontrava, mas a rotatividade de vendedores trabalhando naquela esquina era tamanha que a maioria não sabia ou nem se lembrava de ter o visto alguma vez. A situação de perder contato com sujeitos de pesquisa foi recorrente ao longo do desenvolvimento do trabalho de campo, e isto tem a ver justamente com a mobilidade característica da prática da *tora* e que buscaremos explorar a seguir.

2.2.1.1 A *noção de corre*

A rápida conversa que tive com Luiz Antônio me inspirou a investigar mais sobre como o comércio ambulante se configura frequentemente como um *corre*³⁵, termo corrente na *rua* e que remete a uma atividade de rápida adesão e abandono. Diferente de outras noções como *freelancer* ou *bico*, que também denotam atividades temporárias, o *corre* não representa uma atividade secundária ou de complementação de renda, uma vez que ela não pressupõe a existência de uma atividade principal. De maneira mais importante, o termo tampouco designa necessariamente alguma atividade socialmente reconhecida como trabalho, já que diz respeito mais à busca imediata por soluções³⁶, do que à atividade em si, ainda que com frequência estejam associadas à busca ativa por dinheiro. Frequentemente, também podem representar atividades que permeiam os limiares entre o que se considera o mundo do trabalho e o mundo do crime (TELLES, 2010; FELTRAN, 2008). Por isso, pequenas tarefas do tráfico de drogas, roubo e furto também podem ser considerados *corres*.

A noção corresponde ao caráter mutável que marca a socialização no trabalho no Brasil contemporâneo, abrangendo toda a sorte de atividade que os indivíduos podem acessar na busca por recursos e soluções práticas imediatas. Deste modo, dentro do universo de possibilidades do comércio popular, a noção de *corre* pode ser designada a um serviço, um trabalho pago em diária, um bico, o atravessamento, o transporte e a venda de alguma mercadoria, etc. Sua abrangência ou falta de forma definida características, em outra escala, dão nuance à noção de “viração”, utilizada para seguir os traçados da “mobilidade lateral” entre inserções laborais difusas que compõem as trajetórias urbanas populares, para além do prisma convencional do assalariamento (TELLES, 2006; RIZEK, 2006; FREIRE DA SILVA, 2011; ABÍLIO, 2011, 2018).

Em outra perspectiva, o *corre* também pode ser entendido como noção socialmente compartilhada ligada à organização do tempo, e que denota seu caráter imediatista: encobre atividades de curto prazo, com previsibilidade sempre provisória de início e fim. Por isso, levando em conta a centralidade da informalidade para a organização do capitalismo no Brasil (OLIVEIRA, 1987), não é contraditório que uma variedade de atividades de trabalho e formas de emprego também sejam percebidos e vividos como *corres*; e também que um mesmo tipo

³⁵ A pesquisa documental realizada por Andrade (1987) sobre os registros policiais em Belo Horizonte nas primeiras décadas de fundação da cidade (entre 1897 e 1930), encontra designação do termo “corre” pelo menos desde 1915, com acepção semelhante à que compreendemos nas ruas atualmente.

³⁶ Por exemplo, quando uma pessoa diz que vai “fazer um corre no banco”, pode ser que ela queira dizer que vai ao banco resolver alguma questão. Ou, se diz que vai “fazer o corre do supermercado”, pode estar afirmando que deve fazer suas compras.

de *corre* se torne, aos poucos, uma atividade permanente na trajetória de um sujeito. Da mesma forma, o comércio ambulante deve ser entendido, ao mesmo tempo, por sua aparente perenidade na história das cidades e também pelo seu caráter imediatista ou provisório.

O caráter genérico do *corre*, que marca o ponto de vista de Luiz Antônio, também remete à heterogeneidade de atividades que deve exercer para compor sua renda. Enquanto categoria “nativa”, bastante comum no linguajar dos mais jovens, quando anunciada desta forma, equipara os significados fracionados de suas múltiplas e dinâmicas táticas de viração como parte daquilo que Gago (2018) denomina como “pragmática vitalista”, segundo a autora, “dado seu caráter experiencial, não puramente discursivo” (GAGO, 2018, p. 31).

Subjetivamente, a concepção parece estar vinculada a uma cultura do trabalho em que as identidades individuais no trabalho não se prendem aos significados coletivos das atividades desempenhadas, remontando à noção de trabalho amador, isto é, um trabalho sem forma profissional (ABÍLIO, 2020). Dessa forma, jovens *toreros* como Luiz Antônio não necessariamente se percebem a partir das identidades profissionais, como camelôs, ambulantes ou tampouco como comerciantes. Por esse motivo, do ponto de vista da pesquisa sociológica, a questão do pertencimento identitário mostrou-se multifacetada e nada definitiva como meio de demarcação de supostos padrões ou que possibilitasse generalizações a partir de um recorte por “categoria profissional”.

2.2.2 O *corre* do comércio de rua e os circuitos mercantis transnacionais

Veremos que, para muitos *toreros*, o *corre* dos cigarros paraguaios representa frequentemente uma garantia de estabilização da renda, embora seja também uma mercadoria mais “visada” pelo poder público do que outras. A venda destes cigarros pode ser enquadrada como uma prática análoga ao crime de contrabando, como previsto no Código Penal (BRASIL, 1940b)³⁷. Entretanto, dada a disponibilidade regular tanto da mercadoria quanto da possibilidade de encontrar o consumidor final na *rua*, o cigarro se torna uma mercadoria

³⁷ “Art. 334: Importar ou exportar mercadoria proibida ou iludir, no todo ou em parte, pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria: Pena - reclusão, de um a quatro anos. § 1º - Incorre na mesma pena quem: (...) c) vende, expõe à venda, mantém em depósito ou, de qualquer forma, utiliza em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria de procedência estrangeira que introduziu clandestinamente no País ou importou fraudulentamente ou que sabe ser produto de introdução clandestina no território nacional ou de importação fraudulenta por parte de outrem.” (BRASIL, 1940b).

preferida pelos *toreros*. Dentre uma gama de inumeráveis possibilidades de produtos que poderiam revender, em muitos casos, “o cigarro é o que paga as contas”, como me disse certa vez uma ambulante com quem tive outra conversa rápida.

Do ponto de vista dos consumidores, a disponibilidade de pontos de venda de cigarros contrabandeados no baixo-centro parece ser permanente. Mesmo atuando de maneira mais ou menos móvel, contribuem, de maneira quantitativamente importante, para conformação dos pontos de venda no baixo-centro. Deste modo, o cigarro contrabandeado consiste em uma mercadoria central e representativa para compreendermos ambiguidades características da persistência da *tora* na cidade: mesmo sendo uma atividade “problema”, ao mesmo tempo, é incorporada como elemento normalizado do cotidiano nas *ruas*.

A bilionária indústria multinacional da tabacaria clandestina encontra justamente nas ruas das grandes cidades os maiores canais de distribuição das mercadorias aos consumidores finais. Tratando-se de uma mercadoria de natureza e procedência ilegal — portanto com menor entrada nos negócios com características mais formais — seu fluxo depende, assim, da força de trabalho de uma multidão de trabalhadores disponíveis nas *ruas* (ABÍLIO, 2011, 2020).

A concorrência pelos pontos de venda é, portanto, intensa. Durante a conversa com Luiz Antônio, ao seu lado, outros cinco ou seis jovens ofereciam as mesmas mercadorias aos passantes. Cada um tenta chamar a atenção de possíveis compradores aos berros, ora fazendo referência à marca mais conhecida da clientela — “OLHA O SAN MARINO!” — ora remetendo ao preço das mercadorias — “OLHA CIGARRO BARATO!”.

Dada a circunstância de trabalharem com um tipo de mercadoria bastante difundida, o *corre* dos cigarros pode ser considerado um caso estratégico para compreendermos as racionalidades por trás da dispersão dos *toreros* pelo espaço urbano.

2.2.2.1 *O corre por espaço, tempo e dinheiro*

A distribuição dos vendedores pelos espaços é resultante da sobreposição de várias lógicas, perpassando decisões coletivas ou individuais; imbricando razões comerciais e de resguardo contra abordagens das polícias e da fiscalização. De forma dinâmica, normalmente balizam sua posição no espaço de acordo com o acesso aos mais abundantes fluxos de consumidores em potencial. Entretanto, levam em consideração a concentração de outros vendedores nos pontos em que normalmente serão concorrentes e, ao mesmo tempo, pares

importantes para uma proteção implicitamente necessária contra eminentes ações de controle (similar ao que já ressaltamos acerca dos vendedores de celulares de segunda mão). Além de diminuir o risco de serem perturbados pelos agentes, as aglomerações tornam estes pontos de compra mais facilmente identificáveis pelos consumidores. Com o passar do tempo, assim se consolida um ponto comercial (VILLAÇA, 1998, FREIRE DA SILVA, 2014).

Do ponto de vista de cada indivíduo ou pequeno grupo, a escolha dos lugares de venda passa por uma “definição da situação” (THOMAS; THOMAS, 1928; GOFFMAN, 1986), cujas condições podem variar de forma significativa. Conforme identificamos pelos relatos de campo, um bom posicionamento decorre de uma *capacidade* que o vendedor aguça à medida que acumula *experiência de rua*. Analogamente a outros conhecimentos práticos fundamentais ao exercício do comércio ambulante, quanto mais se sabe circular e parar nos melhores locais, maior a lucratividade medida pelo tempo de dedicação ao trabalho.

Assim, valendo para grande parte dos produtos que os *toreros* trabalham, o lucro final por item vendido é relativamente baixo. Em 2018, o custo por cada maço de cigarro girava em torno de R\$2,00, e o preço de revenda entre R\$2,50 e R\$3,00. No baixo-centro é comum que também comercializem os pacotes inteiros (que contém 10 maços) por cerca de R\$22,00; ou o “picado” (um cigarro único) por R\$0,50. Os preços são praticamente tabelados entre os ambulantes de uma mesma área. A variação de preços é insignificante, até porque a margem de lucro também já é baixa. Portanto, o rendimento considerado mínimo ou satisfatório de cada ambulante, seja diário, semanal ou mensal, se garante principalmente pelo volume de vendas e, portanto, pelo tempo que se dispõem a passar trabalhando.

Como me contaram vários destes vendedores, o cigarro é um produto de saída praticamente garantida durante o ano inteiro, e sua venda pode ser efetuada em qualquer hora do dia e noite em locais onde há tráfego de pedestres. Sua perenidade é um dos fatores mais importantes que explicam a atratividade desse mercado para os ambulantes. Entretanto, por diversas vezes, escutei que os lucros médios desse comércio têm abaixado nos últimos anos conforme o contingente de vendedores nas ruas se alargou. Mesmo conferindo lucros menores e demandando maior tempo contínuo de trabalho em um dia, o “dinheiro rápido” e a necessidade de baixos investimentos iniciais parecem ser as vantagens mais significantes desse *corre*.

Figura 7 - Vendedor de cigarros



Fonte: Flávio Tavares - Jornal Hoje Em Dia (2017)

Figura 8- Vendedores de cigarro



Fonte: Maurício Vieira – Jornal Hoje em Dia (2018)

Vendedores de cigarro podem explorar vários espaços em um mesmo dia, ou se estacionar em algum ponto se assim considerarem conveniente. O grau de mobilidade adotado

pelos *toreros* é via de regra definido situacionalmente. Os pontos de venda, entre os mais ou menos vantajosos, também se alteram de acordo com as limitações causadas pelas ações de controle em cada espaço, e a cada momento.

Diante disso, de forma geral, os vendedores de cigarro adotam algumas precauções básicas para o exercício da atividade, o que podemos compreender como características típicas da *tora*, embora agravadas quando se trata da revenda de mercadorias ilícitas. Convivendo com a possibilidade de terem suas mercadorias apreendidas, eles carregam consigo poucos pacotes, de modo a diminuir assim o impacto financeiro de possíveis prejuízos decorrentes das apreensões. Carregar poucas mercadorias, independentemente de estruturas fixas, facilita, ainda, a dinâmica de movimentação pelas ruas, necessária para aumentar suas chances de encontrarem sempre o melhor ponto possível.

Porém, como apontou Francisca, um *torero* não pode simplesmente esperar estar livre do risco da fiscalização para trabalhar. Deve, idealmente, buscar condições mais duradouras para estacionar nos melhores pontos para o comércio, estando disposto a disputar por esses pontos, isto é, sem “baixar a cabeça” para a agentes de fiscalização ou vendedores concorrentes.

Algumas localizações (ruas, esquinas, pontos) podem receber continuamente menos atenção das equipes de fiscalização (e em determinados momentos) do que outras, e assim são percebidas como mais propícias para os ambulantes atuarem de forma mais regular. Isso se dá na medida em que as práticas de controle se organizam de forma desigual pelo espaço, forjando *brechas socioespaciais* oportunas à efetivação do comércio de rua (MONNET, 2006). Por mais que não os percebam como garantias reais de trabalho estável, algumas dessas *brechas* tendem a algum nível de regularidade. Ainda que furtivas, estas possibilidades tornam-se, provisoriamente, previsíveis aos atores: vendedores, consumidores e agentes de controle.

A percepção situacional das condições de venda decorre de táticas específicas, concretizadas por gestos sutilmente diferenciados. Quando a exposição das mercadorias é arriscada, dada a maior possibilidade de aproximação dos agentes de controle, as carteiras e maços de cigarros são expostos em suas próprias mãos e os anúncios feitos de forma mais discreta, abordando os passantes um a um, em tom de voz mais baixo. Entretanto, quando percebem que as circunstâncias são mais favoráveis a uma exposição ostensiva, dispõem as mercadorias em cima de caixotes de madeira (catados nas lixeiras de sacolões) ou caixas de papelão. A escolha de materiais descartáveis diz respeito à dinamicidade destas condições de venda. Se em dada situação o *torero* percebe um risco de apreensão mais evidente, a banca

improvisada é abandonada e os cigarros são guardados em sacolas de cor opaca que ocultam seu conteúdo. No início da noite, antes que o caminhão dos lixeiros passe fazendo a coleta, é possível ver várias destas estruturas descartáveis deixadas como rastros dos *toreros*.

Outro fator importante a respeito das condições de formulação das estratégias de venda de mercadorias ilegais é a relação com os vendedores intermediários. Como já dissemos, de forma geral, os *toreros* buscam carregar apenas uma quantidade mínima de cigarros, por isso, ao longo de um dia de trabalho, é normal que precisem frequentemente buscar reposições de mercadorias.

Pontos centralizados de recepção e redistribuição de cigarros contrabandeados são comuns nas grandes cidades, a exemplo das “feiras do cigarro” no Brás, na cidade de São Paulo, etnografadas por Francisco (2014). Como em Belo Horizonte, na capital paulista, a venda desses produtos por “atacado” localiza-se no coração do centro comercial popular e, mais precisamente, próximo aos nós de conexão do transporte intermunicipal e intraurbano, facilitando o escoamento das mercadorias seja para outras regionais, seja para fora da cidade.

Em São Paulo, os principais pontos de venda de cigarro em atacado são montados nas calçadas, pontos estes que costumam mudar de lugar sempre que ameaçados pela aproximação da fiscalização. Já em Belo Horizonte, esses pontos se localizam em espaços fechados, em locais fixo, principalmente dentro dos shoppings populares, como já sinalizado. Em ambos os casos, apesar de serem pontos de distribuição, isto é, envolvendo grandes quantidades, a venda é realizada com certa discrição. Como aponta Francisco (2014), diferente da prática comercial no varejo, operadores desse tipo de ponto comercial não se preocupam em acenar aos transeuntes, mas os mantêm suficientemente visíveis e disponíveis para que atraiam somente quem já pretende comprar os produtos. Por isso, de forma análoga ao que descreve o autor, encontrei grandes dificuldades em me aproximar destes locais e estabelecer qualquer tipo de diálogo com os negociantes.

A fim de maximizarem o maior tempo de vendas ao longo de um dia de trabalho, diminuindo o número de vezes em que vão ao encontro destes intermediários, os *toreros* também recorrerem a táticas inventivas de estocagem. Por exemplo, em diferentes pontos do baixo-centro, flagrei alguns *toreros* discretamente escondendo parte da mercadoria em árvores, bueiros (ou bocas de lobo), caixas de eletricidade, e outros locais “secretos” que estejam a um

rápido alcance, próximos de suas esquinas e que não gerem custos³⁸. Desta forma, também evitariam, por maior tempo possível, desocupar seus pontos de venda, cedendo lugar aos concorrentes.

Para além da inventividade de alguns *toreros*, é importante também apontar para os arranjos de distribuição destes produtos *in loco* para *toreros* que trabalham em pontos muito disputados, como onde trabalhava Luiz Antônio. O serviço de pronta-entregas garante que os *toreros* mantenham-se portando poucas mercadorias e estejam sempre abastecidos, mantendo um fluxo contínuo de vendas. Neste caso, o transporte das mercadorias desde o shopping popular mais próximo, a poucos quarteirões de distância, é realizado por garotos mais jovens, pagos diretamente pelos ambulantes servidos. Trata-se de mais uma ocupação de apoio, dentre tantas ao longo da cadeia de contrabando de cigarro, e que emerge desde a terceirização dos riscos implicados no comércio de mercadorias ilegais.

De modo geral, a força de trabalho dos *toreros* é o que conecta o conteúdo fracionado dos enormes carregamentos da mercadoria que, correntemente, chegam às grandes cidades para o abundante público consumidor. Veremos a seguir que, para além da capacidade de capilarizar a entrada destas mercadorias até os consumidores finais, dessa forma, também trabalham pela transformação das mercadorias ilegais em mercadorias vendáveis.

2.2.3 A circulação de mercadorias ilegais e o cruzamento de fronteiras

Estimativas apontam que os cigarros clandestinos chegaram a representar, nos últimos anos, 57% do montante de cigarros consumidos no Brasil (ETCO, 2018), sendo que a grande maioria destes é fabricada no Paraguai. São irregulares em território brasileiro uma vez que não obedecem aos padrões de qualidade estipulados pelas agências nacionais de qualidade, não se enquadrando tampouco nas diretrizes de importação. Desta forma, as produções do país vizinho fogem às políticas tributárias nacionais, politicamente relevantes neste caso, pois servem como

³⁸ Em comparação, ambulantes que expõem quantidades maiores de mercadorias e/ou que possuem estoques costumam alugar espaços em depósitos. Quando é o caso, isso se configura em gastos fixos (semanais ou mensais) para o funcionamento do negócio. Os depósitos estão, em grande parte, alocados dentro de estacionamentos ou no fundo de estabelecimentos comerciais no baixo-centro. A contratação desses locais é feita via de regra sem qualquer tipo de regulamentação e são baseados em vínculos de confiança, através do qual o ambulante conta que suas mercadorias estejam resguardadas e que possam ter acesso a elas dentro dos horários combinados.

medida de redução do consumo de tabaco, seguindo diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS) (WHO, 2010)³⁹.

Além disso, a chegada massiva das marcas paraguaias de cigarros no Brasil tensiona a abrangência da política regulatória de preços, existente desde a implementação da Lei do Preço Mínimo (BRASIL, 2011). De acordo com a lei, maços e carteiras de cigarros vendidas no varejo deverão corresponder ao preço mínimo determinado por tabela. Uma vez que os cigarros paraguaios entram em território brasileiro através de “circuitos paralelos”, a política regulatória perde sua efetividade enquanto medida protecionista da indústria nacional⁴⁰.

De forma geral, pode-se afirmar que a razão da adesão dos brasileiros ao consumo de cigarros paraguaios é principalmente financeira já que os preços destas marcas oferecidas pelos vendedores nas ruas⁴¹ são significativamente mais baixos do que os que estão definidos na tabela de preços regulamentada pelos órgãos estatais. Em 2018, se um maço de cigarro de marcas nacionais encontradas em padarias, supermercados, bares e demais estabelecimentos formais custava em média R\$7,00, nas *ruas* de Belo Horizonte, um maço de cigarro paraguaio podia custar R\$2,50⁴², portanto, quase três vezes mais barato. Os próprios vendedores ambulantes, quando fumantes, são geralmente usuários fiéis dessas marcas, a exemplo de Luiz Antônio e Joaquim.

As redes de comércio de marcas de cigarros paraguaias representam uma dimensão de gigantescos circuitos de comércio transnacional cujas referências de legalidade, não raro, obedecem a ordens variáveis ao longo da cadeia entre produção, distribuição e consumo. Os

³⁹ O artigo 6º da Convenção-Quadro da OMS para o Controle do Tabaco dispõe que as medidas relacionadas a preços e impostos são meios eficazes e importantes para que diversos segmentos da população, em particular os jovens, reduzam o consumo de tabaco. E, nesse sentido, os Estados devem se comprometer em aplicar aos produtos do tabaco políticas tributárias e, quando aplicável, políticas de preços para contribuir com a consecução dos objetivos de saúde tendentes a reduzir o consumo do tabaco (WHO, 2010).

⁴⁰ Conforme Rabossi (2013), a expansão da produção de cigarros no Paraguai só pode ser entendida como decorrência do crescimento da exportação de cigarros de marcas brasileiras a este país com o objetivo de tê-las reintroduzidas de forma irregular, aproveitando-se de que a operação de exportação não era tributada. A estratégia de exportação e retorno ilegal se tratava de uma estratégia lançada pela indústria brasileira para fazer face à concorrência com marcas de outras nacionalidades. Somente em 1999 a Receita Federal implementou um imposto que, por efeito, impediu que ocorresse a circulação. Ainda assim, após cerca de dez anos de intensas transações transfronteiriças, os caminhos comerciais da indústria *tabacalera* permaneceram abertos através de novos canais que se abriram para atenderem à demanda gerada.

⁴¹ É preciso ressaltar que estes cigarros também podem ser encontrados em estabelecimentos comerciais de pequeno porte, tais como biroskas, padarias, bares entre outros, principalmente quando localizado em bairros populares.

⁴² Os preços do cigarro que já vinham aumentando progressivamente desde 2018, no contexto da pandemia do Coronavírus, tiveram um salto proporcionalmente maior. Segundo informantes da pesquisa, em março de 2020, logo antes da pandemia atingir o Brasil, o preço de atacado do pacote contendo 20 maços de San Marino era de R\$28,00, tendo passado para R\$35,00 ainda no mês de julho. A razão do aumento se dá pela menor oferta de mercadorias disponíveis nos centros locais de distribuição.

mercados locais — funcionando nas ruas das cidades — são partes constituintes das redes que se articulam entre fronteiras nacionais/geográficas como sistemas globais (RABOSSI, 2004; FRANCISCO, 2014). Trata-se de fluxos de dinheiro, objetos, pessoas que possibilitam circunstâncias heterogêneas de participação para aqueles que se inserem como empresários ou como força de trabalho dependente, a exemplo dos atravessadores, distribuidores, receptadores e vendedores (intermediários ou varejistas).

2.2.3.1 Fronteiras, ilegalismos e trabalho

De início, é preciso levar em conta as particularidades do comércio de mercadorias ilegais, em especial a indústria de cigarros paraguaios de dimensões financeiras estrondosas, movimentando cerca de 10,9 bilhões de reais todos os anos⁴³. Para além da constituição desses mercados nas *ruas* das grandes cidades, como um todo, o contrabando do cigarro “emprega” regularmente um grande número de trabalhadores ao longo de toda sua cadeia de produção e transporte.

Fora outras atribuições ligadas ao funcionamento regular destes circuitos, ressaltamos aqui o trabalho dos sujeitos responsáveis pelos atravessamentos dessas fronteiras não somente geográficas, mas dos ilegalismos (RABOSSI, 2004; FRANCISCO, 2014). Relevam-se, assim, não apenas por estarem em ocupações informais, mas também por carregarem consigo, via de regra, parte importante dos riscos das transações, uma expressividade da “globalização por baixo” (TARRIUS, 2002). Objetivamente, em cada uma das etapas, os atravessadores, via de regra, na condição de “autônomos”, assumem riscos financeiros, jurídicos e de vida. Não raro, se submetem a tais condições pois são economicamente dependentes desses trabalhos (CROSS, 1997).

A seguir, faremos uma descrição⁴⁴ do percurso que os cigarros fazem do Paraguai até chegarem às cidades brasileiras, mais precisamente até a etapa em que chegam às mãos de varejistas, como os *toreros*.

No Paraguai, os cigarros são produzidos legalmente. Em sua grande maioria, as marcas, como o *San Marino* (a campeã de vendas em Belo Horizonte) e o *Eight* (a mais vendida no

⁴³ Estipula-se que a indústria paraguaia produz 71 bilhões de cigarros. Destes, 2,3 bilhões são para consumo interno; 1,5 bilhões são destinados à exportação legal; e 67,2 bilhões são contrabandeados (CIGARRO DO CRIME, 2020).

⁴⁴ Esta descrição foi elaborada a partir de fontes diversas, com destaque para a tese de doutorado de Rabossi (2004), a dissertação de mestrado de Francisco (2014) e o documentário “Cigarro do Crime” (2020).

Brasil) fazem parte de enormes grupos empresariais, importantes representantes da indústria paraguaia e que, por sua vez, detêm considerável poder político⁴⁵. O início da jornada destas mercadorias ao Brasil se dá quando são vendidas das fábricas aos *cigarreiros*, negociantes responsáveis por organizar e operar o atravessamento das mercadorias pelas fronteiras. Dentre as portas de entrada⁴⁶ mais importantes, destaca-se a passagem das mercadorias por terra, pelas estradas através do Mato Grosso, mas principalmente por água, através do Rio Paraná. Os carregamentos comprados são fracionados e dispostos em pequenas e velozes embarcações. Os chamados *barqueiros* são pagos pelos *cigarreiros* por cada viagem em que conseguem atravessar as encomendas, despistando as patrulhas fluviais da fronteira entre Ciudad del Este e Foz do Iguaçu. Em seguida, na margem brasileira, atravessadores chamados de *formiguinhas* esperam a chegada dos carregamentos em horários já estipulados. Eles são os primeiros compradores das mercadorias em solo brasileiro, podendo também, como alternativa mais arriscada, buscar os cigarros diretamente por via terrestre. Usando veículos de variados portes, e adaptados para serem abarrotados com a maior quantidade de cigarros possível, estes motoristas fazem a primeira incursão das mercadorias pelas rodovias, rumo ao interior do Brasil. Os *formiguinhas* adentram o país para chegarem aos novos compradores, empresários brasileiros que possuem enormes galpões, normalmente em pequenas cidades do interior, via de regra com localização sigilosa, de conhecimento apenas de uma rede restrita. Estes novos operadores agrupam e organizam os carregamentos levados pelos *formiguinhas*, de modo a distribuí-los, em seguida, a novos compradores, dessa vez, já nas grandes cidades. A intenção dos responsáveis pelos galpões não é manter os carregamentos em estoque, mas repassá-los com rapidez aos novos compradores, a fim de evitar apreensões de larga escala (FRANCISCO, 2014). A última viagem, até que os cigarros cheguem às distribuidoras locais, como os shoppings populares em Belo Horizonte, é feita normalmente por caminhoneiros que, na condição de autônomos, também são remunerados por cada deslocamento efetuado com sucesso. Todo este trajeto é realizado ainda com o auxílio de outros participantes importantes, como os *olheiros* (parados em pontos estratégicos das estradas, preparados para alertarem os

⁴⁵ A ascensão de Horacio Cartes do Partido Colorado à presidência do Paraguai (2013-2018) foi um marco para a consolidação da indústria de cigarros como parte integrante de um projeto de economia nacional. Foi eleito como um dos grandes homens de negócios paraguaios, dono de dezenas de empresas, incluindo um banco e um time de futebol. Cartes foi fundador, e ainda acionista majoritário, da *Tabacalera del Este*, companhia responsável por marcas como *Eight* e *San Marino*.

⁴⁶ Segundo Francisco (2014), as três portas de entrada mais comuns são: as divisas com o estado do Paraná (Ponte da Amizade e o Lago Itaipu) e fronteira seca do Mato Grosso do Sul.

motoristas sobre possíveis “anormalidades” no percurso) e *batedores* (acompanham as viagens como guias, averiguando a presença de policiais e redefinindo rotas alternativas caso necessário).

2.2.3.2 Mercadorias políticas e insegurança

Importante destacar que, a cada etapa desse complexo e dinâmico esquema logístico, o avanço das mercadorias pelo território conta com a conivência de autoridades públicas, como policiais e outros funcionários da fiscalização em estradas e áreas de fronteira que, de forma direta, participam destes negócios, recebendo regularmente fatias importantes dos lucros sob a forma de subornos e extorsões. Investigações estipulam que cerca de um bilhão de reais são movimentados anualmente como custos da corrupção ao longo de toda esta cadeia de contrabando (CIGARRO DO CRIME, 2020). Em relação direta com os operadores deste mercado, essas autoridades configuram-se como negociantes de *mercadorias políticas*, garantindo certa regularidade e previsibilidade de funcionamento dos esquemas. Misse (2002), autor que cunha o conceito, observa que:

[...] existe um outro mercado informal cujas trocas combinam especificamente dimensões políticas e dimensões econômicas, de tal modo que um recurso (ou um custo) político seja metamorfoseado em valor econômico e cálculo monetário. O preço das mercadorias (bens ou serviços) desse mercado, ganha a autonomia de uma negociação política, algo como um mercado de regateio que passa a depender não apenas das leis de todo mercado, mas de avaliações estratégicas de poder, de recurso potencial à violência e de equilíbrio de forças, isto é, de avaliações estritamente políticas. Para distinguir a oferta e demanda desses bens e serviços daqueles cujo preço depende fundamentalmente do princípio de mercado, proponho chamá-los de “mercadorias políticas”. (2002, p. 14)

Seguindo Misse (2002, 2006), mas também Telles e Hirata (2010), as *mercadorias políticas* compõem o *modus operandi* da gestão diferencial dos ilegalismos (FOUCAULT, 1999). Em grande medida, as lógicas de sua circulação nas “dobras do legal e do ilegal” condicionam o modo como esses mercados clandestinos se organizam e se distribuem nos espaços urbanos.

Entretanto, haja vista que o contrabando de cigarros se trata de um fluxo comercial compartimentalizado (FRANCISCO, 2014), ainda que estes acordos mantenham um

funcionamento normal de mercados ilegais, apresentam, em outra escala, fragilidades intrínsecas. Isto é, a convivência das autoridades locais alocadas em cada nó estratégico do atravessamento dessas mercadorias garante que os procedimentos sejam efetuados apenas em cada uma dessas etapas. Além disso, os acordos podem ser subitamente suspensos e revistos, sem contar que frequentemente os planos são surpreendidos pelo acostamento de atores “de fora” dos combinados. Portanto, a existência dessas “economias da corrupção” (MISSE, 2002) não anula, mas movimenta o funcionamento da fiscalização e das ações policiais desenhadas para “combater as ilegalidades”. Trata-se de expedientes de regulação não excludentes entre si (HIRATA; GRILLO, 2019). Da mesma forma, não extingue tampouco a possibilidade de ocorrerem conflitos violentos ou imprevistos: fugas, perseguições a carro, troca de tiros e acidentes são iminentes e integram os cálculos dos vários operadores.

A circulação de *mercadorias políticas* convive, se sobrepõe e, por fim, reforça os expedientes de fiscalização e combate repressivo ao contrabando. Por este motivo, a máquina de enfrentamento ao contrabando se sustenta por altíssimos investimentos públicos, dispondo de uma ampla e volumosa força de trabalho, incluindo agentes da Receita Federal, policiais rodoviários, policiais militares, entre outros.

Assim, a regularidade destes esquemas a que chamamos atenção não decorre, contudo, em estabilidade das operações, uma vez que a compra de garantias de transações mercantis ilegais resulta em não mais que equilíbrios instáveis (MISSE, 2002, 2006; HIRATA; GRILLO, 2019). É preciso reter que parte importante dos riscos implicados nesses serviços de atravessamento e distribuição é assumido por aqueles que são diretamente implicados na posse transitória e na operacionalização dos atravessamentos das mercadorias, conformando a camada de subordinados na divisão do trabalho do contrabando de cigarro. São estes os atores que normalmente ficam mais expostos às ações de controle, sendo mais facilmente incrimináveis e, muitas vezes, terminam como responsáveis pelo volume de mercadorias ilegais que carregam em suas missões. São eles os *barqueiros* que fogem pelo rio, os *formiguinhas* e os *caminhoneiros* que fogem pelas estradas e, por fim, na ponta destas cadeias, os *toreros* que fogem pelas ruas. A exposição aos riscos parece ser inversamente proporcional aos ganhos monetários conferidos pela participação nesses negócios (COHEN, 2019; FELTRAN, 2019).

Por motivos já descritos neste texto, o comércio de cigarros se apresenta como uma alternativa de renda proporcionalmente importante para muitos *toreros*. Relembramos a fala de um deles: “é o que paga as contas”. Desta forma, quando ocorre alguma operação policial que,

temporariamente, interrompe a chegada dessas mercadorias na cidade, esses trabalhadores e suas famílias sofrem impactos financeiros imediatos.

A mesma relação de dependência ocorre, e talvez de forma ainda mais intensa, em outras etapas da cadeia de contrabando, principalmente nas regiões de fronteira. No documentário “Cigarro do Crime” (2020), um *cigarreiro* defende, para a repórter que o entrevistava, a relevância do contrabando enquanto “gerador de empregos”, referindo-se aos *barqueiros*, *formiguinhas*, além de outros envolvidos: “Eu não posso deixar passar em branco o monte de pessoas passando fome ou passando necessidade, precisão. Todo mundo sabe que na fronteira o contrabando é um jeito de sobrevivência. Se o cara não for trabalhar para o contrabando, vai trabalhar com o quê numa cidade pequena dessas?”

Portanto, é preciso compreender a manutenção desses circuitos a partir não somente das demandas geradas pelos consumidores (os mais pobres, geralmente), mas também pela regularidade dos vínculos que formam uma “economia da corrupção”. Além destes elementos, argumentamos que a oferta regular de trabalhadores que tiram seu sustento do trabalho com o cigarro, em suas diversas etapas, também funciona como geradora de demanda que retroalimenta esse mercado.

2.2.3.3 A funcionalidade da concentração dos riscos entre os atores

A venda de cigarro apresenta-se como uma porta de entrada bastante comum aos *corres da rua* em Belo Horizonte. Demandando investimentos iniciais baixíssimos, normalmente o bastante para comprar um pacote a ser fracionado em maços e cigarros soltos, já é possível fazer o *corre* em um dia, gerando uma quantia de dinheiro suficiente para comprar novas remessas e continuar no dia seguinte. No entanto, diferentemente da venda de outros tipos de mercadorias igualmente baratas — como doces, salgadinhos e garrafas d’água — concluímos que “trabalhar com o cigarro” ainda demanda disposições mais complicadas, e um conhecimento da dinâmica da *rua* igualmente mais especializado do que na maioria das possibilidades de comércio na rua.

Roselene (24 anos), por exemplo, hoje atua como ajudante de um ambulante, ou *guerreira*, como se diz na *rua*. Trabalha em uma banca vendendo as mercadorias de seu patrão (meias, luvas e toucas) em troca de um ganho fixo, calculado em forma de diárias. Inseriu-se no *corre da rua* em 2016 vendendo cigarros, contando com a ajuda de seu ex-namorado que já tinha experiência na atividade:

TARCISIO – Como é que você entrou nessa de vender cigarro?
ROSELENE – Com ele, com o pai do meu filho.
TARCISIO – Ele comprava para você? Como é que você fazia?
ROSELENE – Eu trabalhava com ele, ele comprava para mim, aí eu vendia.
TARCISIO – E como que é vender cigarro? O que você achou da experiência?
ROSELENE – Não gosto, não gosto de vender cigarro.
TARCISIO – Por quê?
ROSELENE – Ah não, cigarro não. Cigarro é, não sei...assim, não é que é ruim, cigarro, quem vende cigarro é muito visto. Camelô já é visto, mas você vendendo cigarro é mais visto ainda. Não sei o porquê. Igual teve um dia, um menino estava vendendo cigarro ali na frente, a polícia levou ele pra delegacia.
TARCISIO – É visto, como assim?
ROSELENE – Porque o cigarro eles falam que é... como que fala? Ah, eu esqueci o nome que eles falam.
TARCISIO – Contrabando assim?
ROSELENE – É, entendeu? Aí, quem vende cigarro, se pegar eles, dá até polícia. Igual teve uma vez, quando eu vendia lá em cima com o pai do meu filho, um tanto de polícia chega por causa de cigarro. Ah não... olha o constrangimento. Eu não gostava não.

Ainda que a venda de cigarros contrabandeados seja enquadrada como crime, isso não significa que toda vez que um policial se depara com um desses *toreros* nas calçadas, ele o repreenderá. Ainda assim, alguns ambulantes, como Roselene, queixaram-se do risco de sofrerem abordagens de policiais militares que, em circunstâncias operacionais específicas, podem chegar de surpresa, podendo fazer uso de força bruta e/ou levá-los à Delegacia de Polícia, onde poderão ainda ser enquadrados criminalmente.

Uma reportagem veiculada pela *TV Alterosa* (filial mineira da *SBT*) relatava um episódio de abordagem violenta de guardas municipais contra um vendedor ambulante, situação que havia sido flagrada e filmada por outras pessoas. Os vídeos, produzidos por câmeras de celular, e que viralizaram nas redes sociais dias antes, mostram que o grupo de guardas não só tomam as mercadorias de determinado *torero*, como chegam a imobilizá-lo no chão e a ameaçá-lo com um revólver apontado para a cabeça. Um major da Polícia Militar que participou da ação foi chamado à reportagem para comentar o caso. Em suas palavras:

Muitas vezes as pessoas ficam indignadas e reclamando: ah, a polícia devia prender bandido. Não se esqueçam, senhores, que o gênero bandido se refere a criminoso, e criminoso é quem comete um crime. Quem está em flagrante de contrafação penal, quem está em flagrante de contrabando, de descaminho, de posse de arma proibida também é criminoso. Portanto, o flagrante justifica a abordagem. Agora o tipo de abordagem vai depender do nível de resistência do abordado (JORNAL ALTEROSA, 2021).

Em decorrência de riscos como estes — ao ser tratada como criminosa — Roselene “pesou na balança” e decidiu trocar a ágil e dinâmica lógica de rentabilidade dos cigarros por uma situação de trabalho comparativamente mais segura, na condição de *guerreira*, recebendo o que seria uma espécie de salário-mínimo da *rua* (ver [seção 6.6.1](#)).

De toda forma, nas *ruas* de uma grande cidade, os cigarros contrabandeados integram uma imensa gama de mercadorias legais, ilegais ou semilegais, cuja criminalização é determinada por uma escala moral de gravidade relativa e contextualmente cambiante (MISSE, 2006). A princípio, o comércio de cigarros contrabandeados provocaria uma criminalização dupla: por se tratar de um mercado não regulado formalmente e que faz circular mercadorias ilícitas, como é o caso do tráfico de drogas (MISSE, 2010a, 2019).

Entretanto, como o consumo em si de cigarros paraguaios não é considerado uma contravenção penal ou um problema moral aparentemente significativo em nossa sociedade, na prática, quando os *toreros* carregam poucos pacotes consigo, isso frequentemente os livra da suspeição de contrabando ou de outros problemas jurídicos sérios. Isso se dá, principalmente, em razão da zona cinzenta que a dimensão dos volumes ativa, acerca da distinção entre consumo e comércio. Por esse motivo, muitas vezes policiais evitam realizar abordagens com essa finalidade, já que elas não costumam resultar mais do que apreensão de volume pouco significativo (do ponto de vista da apreensão). Levando isso em conta, é possível afirmar que a repartição dos carregamentos em pequenos volumes torna-se fundamental para a continuidade, de certa forma, normalizada desses mercados. Nesta etapa, fracionam-se os riscos envolvidos no negócio ilegal, o que, ao fim, provoca uma transformação qualitativa das mercadorias (RABOSSI, 2004; FELTRAN, 2019) a ponto de se tornarem mais facilmente absorvidas pelo público consumidor final.

É preciso pontuar, no entanto, que os vendedores ambulantes de cigarro são figurados como adversários “oficiais” das agências de controle, representantes típico-ideais do *torero*. O fato de serem mais “vistos”, como explicou Roselene, se dá em razão direta, não somente da procedência ilícita dos produtos, mas também pelo que representam diante da dinâmica relacional que se ritualiza cotidianamente junto aos trabalhadores do Estado, como os agentes de fiscalização e da Guarda Municipal, responsáveis por performar um *controle negociado* diariamente (ARAÚJO FILHO, 2016a, 2016b). De forma relacional às demais circunstâncias de exercício do comércio ambulante, no jogo interacional (GOFFMAN, 1983), os *toreros*

definem-se também por sua postura frente àqueles que os vigiam e os fiscalizam (ARAÚJO FILHO, 2016a, 2016b). Vendedores de cigarro foram apontados, genericamente, tanto por agentes de fiscalização ou outros vendedores ambulantes, como os ambulantes mais esquivos, malandros, reativos e até mais perigosos⁴⁷, como se estas fossem qualificações inerentes à participação nestes mercados. Estamos diante de uma aproximação tanto racializada quanto moral inscritas na construção social do bandido (MISSE, 2010b, 2014a) e que também faz parte dos pressupostos da gestão diferencial dos ilegalismos (FOUCAULT, 1999) sobre o comércio ambulante.

Lidando de modo mais frontal com a possibilidade de incriminação, os *toreros* (em especial os vendedores de cigarro), por sua vez, incorporam o *estigma* (GOFFMAN, 2017) que lhes é imputado assumindo uma atitude combativa frente aos agentes de controle, em especial os auxiliares de fiscalização, com quem estabelecem relações face-a-face por mais tempo na *rua*.

O ponto de vista interacional em que nos baseamos nesta dimensão da análise encontra ponto de apoio em outros dispositivos de marginalização (e criminalização) de raízes mais profundas. Não surpreende que a maioria daqueles que se direcionam a este *corre* como recurso frequente, e cumprem assim um papel determinado neste mercado, tenham origens e perfis sociais semelhantes ao de Luiz Antônio, qual seja: jovem, negro, morador de periferia, ostentando um “jeitão de favela”, como bem resumiu um dos meus interlocutores.

2.3 Conclusão

A seção se inicia com descrições de como o comércio popular se espacializa no baixo-centro de Belo Horizonte. Tendo em vista um esforço compreensivo acerca das sociabilidades de *rua*, tomamos como focos as atividades de trabalho e consumo, dimensões que, ao nível do cotidiano, parecem se confundir. As observações foram guiadas pela intenção de captar as heterogeneidades características do comércio popular, e mesmo do comércio ambulante em si, tendo em vista os variados arranjos destas práticas com alguns dos elementos característicos do espaço urbano nesta localidade.

⁴⁷ Esta percepção coincide com os achados de pesquisa de Francisco (2014). O pesquisador aponta que, diferenciando-se de outros ambulantes, os vendedores de cigarro eram considerados os mais “maloqueiros”.

De forma estruturante, são as classificações constituídas através das relações estabelecidas com o Poder Público que gerarão diferenciações fundamentais para a leitura dessas heterogeneidades. Elas incidem e balizam as experiências de trabalho, impactando o uso do tempo, a circulação pelo espaço, as margens de lucros e outras formas de especulação que condicionam o desempenho da atividade. Ou seja, trata-se de crivos que expressarão, em suas consequências, quanto cada prática, sujeito e mercadoria será mais ou menos tolerado, mais ou menos obstaculizado.

Em outra escala, as diferenciações que constatamos também se reverberam nos ajustes entre os diferentes circuitos mercantis populares e a organização socioespacial da cidade. A partir do olhar sobre os vendedores de cigarros paraguaios, discutimos como esses sujeitos lidam com as vicissitudes, ao mesmo tempo, da interação com uma gama de agentes de controle, além de uma intensa dinâmica de concorrência. Tais fatores influirão na produção de dimensões distintas e complementares de adversidades que, em maior ou menor grau, acometem vendedores ambulantes de forma geral: uma imbricação de inseguranças de dimensão jurídica, econômico-financeira e físico-emocional.

Mesmo diante de fatores desvantajosos, que lhes parecem inerentes à atividade, homens e mulheres das classes populares urbanas encaram o comércio ambulante como recurso permanentemente disponível para produzirem renda, ao passo que os mercados que dependem desta mão-de-obra permanecem, em grande parte em função disso, em funcionamento regular. Para isso, a exemplo de Luiz Antônio, Joaquim e Roselene no *corre* do cigarro, esses trabalhadores passam por uma aceitação consentida (mas constantemente à prova de reexame) dos riscos da atividade. Eles assumem a responsabilidade de se adequarem às condições de sobrevivência nesses mercados, inclusive desde um ponto de vista das subjetividades, uma vez que devem aprender a “pensar diferente”, como indicou Francisca.

Se olhando de perto enxergamos as incertezas características dos trabalhos provisórios ou informais, cujas condições de atuação são instáveis e apenas relativamente previsíveis, indo mais além, é possível observar que os sujeitos compreendem estes fatores como condições duradouras e abrangentes. Eles enxergam no comércio ambulante uma similitude com outros tipos de *corres* disponíveis na cidade que, não por acaso, também são abundantemente ofertados para públicos análogos, em especial entre os jovens mais pobres e com baixa escolaridade. Por isso, levando-se em conta os modos com que o capitalismo se desenvolveu no Brasil, o comércio ambulante não pode ser compreendido como um trabalho atípico e tampouco

simplesmente um tipo de atividade que tende ao desaparecimento, que subsiste como resquício de um outro tempo. Contrariamente, em um mundo do trabalho reconfigurado, marcado por possibilidades frágeis de inserção profissional — e quando há, de forma praticamente desprotegida —, o *corre das ruas* se configura como uma espécie de “escola” do mundo do trabalho voltada aos indivíduos das camadas populares. Nela se aprende a naturalizar as temporalidades, riscos e especulações que no curso da flexibilização capitalista parecem estar se generalizando para outros tipos de atividades e empregos.

Destacamos também o papel dos *toreros* para o funcionamento de circuitos mercantis, localizando-os como umas das principais “pontas” das cadeias de distribuição de mercadorias de diversas procedências e, em muitos casos, nos limiares da legalidade/ilegalidade. Em outra escala de análise, sem que isso seja necessariamente tematizado pelos sujeitos, observamos o papel central que estes vendedores de varejo cumprem no sistemático fracionamento dos carregamentos, convertendo-os, desta maneira, em volumes vendáveis. Quando alcançam, por fim, os consumidores finais, estas mercadorias perdem seu teor “ilegal” que as acompanhou ao longo de seu percurso.

Analisamos também as táticas de atuação dos *toreros*, partindo da observação dos sujeitos que atuam nas mediações do Terminal Rodoviário e shoppings populares, comercializando mercadorias de tipos diversos. A convivência entre os “negócios formais” dos shoppings; e a forma mais clandestina do comércio popular (a *tora*) embora não menos normalizada, revela alguns dos pontos de encontro destas duas modalidades de negócios e trabalho. Somente partindo de uma observação situada sobre este campo poderíamos observar que *toreros* e shoppings populares podem ser compreendidos para além do espectro formalidade-informalidade (mais ou menos formal, mais ou menos informal), mas a partir da circulação monetária e das relações de interdependência pelo trabalho, observadas nas interações entre os diferentes espaços, sujeitos e formas de negócio.

O que observamos acerca do cotidiano dos trabalhadores e consumidores também se reflete em uma continuidade logística: *rua* e shopping servem-se mutuamente enquanto etapas distintas dos circuitos de distribuição de mercadorias, e representam lugares e possibilidades de inserção produtiva não apenas distintas em termos de espaço, senão complementarmente

estruturantes da expressão contemporânea do que podemos denominar como “mundo do comércio popular”⁴⁸.

Essa composição se faz nítida também desde uma perspectiva da circulação de *mercadorias políticas*, uma vez que os shoppings populares se tornam pontos estratégicos neste jogo de conversões, em termos de sua espacialidade física e institucional. O contraste entre rua e shopping se inscreve como dispositivo de “regimes de visibilidade” (RIZEK, GEORGES, 2016) constituintes da produção do Estado pelas margens (DAS; POOLE, 2004). Primeiramente, a localidade dos shoppings representa a centralidade necessária para a receitação e a redistribuição de mercadorias ilegais. Por se encontrarem dentro de espaços fechados, os boxes também são estratégicos pois são suficientemente discretos aos “de fora”, e suficientemente visíveis e de fácil alcance aos atores diretamente implicados nas transações. Além disso, a alocação destes nós intermediários nos centros comerciais é possibilitada uma vez que representam a face contemporânea do comércio popular que passou pelo rito da formalização, cuja legitimidade é, relativamente, condicionada pelo aval do poder público. A despeito de sua ambiguidade latente, esse estatuto oferece proteção aos principais operadores, de forma a contribuir para um funcionamento regular dos mercados, incluindo da própria circulação de *mercadorias políticas*.

⁴⁸ Tomamos emprestado a noção de “mundo” [do comércio popular], da forma como utilizou Becker sobre o “mundo da arte”, a fim de englobar todo o conjunto de atividades, ocupações, práticas, para além do comércio em si. Segundo Bertaux, em uma entrevista realizada recentemente, a noção designa uma totalidade composta por todos os agentes que “participam da produção ‘ao vivo’, da distribuição/comercialização e do consumo da atividade da música clássica. Há coerência nesse mundo social. Ele é governado por regras específicas, não escritas, conhecidas apenas por pessoas iniciadas, pelas lógicas internas (de carreira, de concorrência, de lucratividade, de sucesso e fracasso pessoais etc.) que se trata de descobrir.” (COSTA, SANTOS, 2020).

3 OS INGREDIENTES DA GESTÃO CONTEMPORÂNEA DO COMÉRCIO POPULAR: A CRIAÇÃO DOS SHOPPINGS POPULARES E A IMPLEMENTAÇÃO DAS OPERAÇÕES URBANAS EM BELO HORIZONTE

Para entender a grande jogada que fez com que Valadares descobrisse uma mina de ouro desprezada e ficasse conhecido internacionalmente, é preciso pular para meados de 2002, quando um impasse envolvia um grande imóvel na avenida Oiapoque, no baixo centro de BH, uma conhecida zona boêmia com botecos sujos e reduto noturno de bandidos. O prédio onde funcionaram algumas fábricas de cerveja estava abandonado e havia sido condenado, depois de constatado que estava em avançado estado de demolição. Valadares vendeu suas cotas na Meridional [empresa no ramo do transporte de cargas], sua parte em um imóvel alugado por uma grande loja de roupas, acrescentou algumas economias que havia feito ao longo de décadas e arrematou o prédio em leilão da cervejaria Antarctica. “Era um lugar invadido, caindo aos pedaços, no meio da prostituição de Belo Horizonte. Quando fiz isso, minha mulher até chorou”, brinca. O valor pedido era R\$ 1,5 milhão, mas ele conseguiu levar por R\$ 350 mil a menos. Um ano depois, a Prefeitura de Belo Horizonte aprovou o Código de Posturas que tinha como mudança mais radical a remoção dos vendedores ambulantes das ruas do centro da cidade. Com um grande imóvel em mãos, mas sem saber ao certo o que fazer, Valadares assistiu à grande crise entre camelôs e prefeitura, e preferiu chamá-la de oportunidade. A prefeitura já preparava um projeto de revitalização do centro de Belo Horizonte, chamado Centro Vivo, e a proposta que o empresário fez caiu como uma luva para os interesses do governo: criar um shopping popular para que os camelôs pudessem trabalhar. De camelôs eles passariam a lojistas. A prefeitura topou e, inclusive, ajudou o empresário a levantar verbas para reformar o que seria o mais novo camelódromo de Belo Horizonte. A empreitada foi um sucesso (AMARAL, 2012, sem página).

O trecho acima foi retirado de uma reportagem veiculada pela *Encontro*, revista mineira que frequentemente dá publicidade a novos negócios locais e enaltece as principais personalidades do mundo corporativo de Minas Gerais. Como apresenta a reportagem, Mário Valadares foi um dos empreendedores precursores no investimento dos shoppings populares, tendo inaugurado o primeiro do estado, o Shopping Oiapoque.

A metáfora utilizada pelo jornalista é esclarecedora. Assim como os mineiros (da mineração pioneira de pedras preciosas), foi preciso aventurar-se em lugares desconhecidos, por vezes hostis, para encontrar o tesouro. Foi em um prédio “invadido, caindo aos pedaços”, em meio a “botecos sujos”, “reduto noturno de bandidos”, meio da prostituição, que Valadares encontrou sua “mina de ouro”. A “jogada” não se define como um simples achado imobiliário, mas representa a abertura de uma nova possibilidade de acumulação.

No conto do empreendedor mineiro, os descobrimentos parecem ser os grandes acontecimentos para a condução da história. Na narrativa sobre o percurso de Valadares, são dois os principais achados que constituem sua “jogada” e projetam o arco de sucesso de um

visionário. Primeiro, o imóvel abandonado, em uma região de pouco valor, negociado a baixo custo, aparentemente sem que ainda tivesse propósito claro: “sem saber ao certo o que fazer”. Em seguida, “a grande crise entre os camelôs e a prefeitura” que se apresentava como uma oportunidade de parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte, que converteria o galpão em um abrigo para vendedores de rua recentemente removidos de seus locais de trabalho.

A despeito do discurso que sublinha o alto risco do negócio — a ponto de provocar espanto em sua própria esposa — foi justamente a parceria com o poder público que tornou seu negócio mais do que uma simples negociação no mercado imobiliário. Ressalto tanto o ponto de vista da potencialidade financeira desse novo tipo de empresa que viria a ser fundada; quanto dos significados políticos em torno da “função social” que o negócio público-privado evoca. E é através da produção de sua legitimidade que esses modelos de negócio, imbricados à governança pública, ganham potencial reproduzibilidade, tanto em Belo Horizonte quanto fora.

Em um vídeo institucional divulgado em 2016, Valadares apresenta-se como participante de um “movimento”, um “projeto” em plena continuidade.

Sou o empreendedor que fundou o Shopping Oiapoque, que deu oportunidade de remanejamento para praticamente todos os camelôs de Belo Horizonte, oportunidade da gente ser a primeira cidade da América Latina que não tem camelôs no hipercentro. Eu me sinto muito orgulhoso de participar desse projeto e dar início a esse movimento de sucesso (SHOPPING OI, 2016).

A emergência de shoppings populares está intimamente atrelada aos modos contemporâneos de combate ao comércio ambulante, representando a face contemporânea da *gestão do comércio popular* (RANGEL; ARAÚJO FILHO, 2021). Nos últimos anos, observamos a multiplicação de shoppings populares em várias regiões do Brasil. O fenômeno tem atraído o olhar de pesquisadores interessados em compreender as transformações sofridas pelas cidades e pelo comércio popular, voltando olhares tanto aos novos centros de compras, quanto às mutações nas dinâmicas das *ruas*. Há pesquisas realizadas em São Paulo (GUERREIRO, 2000⁴⁹; FREIRE DA SILVA, 2014; RANGEL, 2019a), Rio Grande do Sul

⁴⁹ O primeiro shopping popular construído no Brasil, nos moldes em que conhecemos atualmente, foi o Pop Center do Brás, em 1998 no Centro de São Paulo, a partir da parceria entre Secretaria Municipal de Planejamento, o Sindicato dos Trabalhadores em Economia Informal, o Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (SEBRAE) e a Mart Brás. A experiência pioneira, considerada fracassada naquele momento, foi analisada por Guerreiro (2000).

(PINHEIRO-MACHADO, 2011; KOPPER, 2015), Pernambuco (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2013; CARNEIRO, 2017), Paraíba (CARNEIRO, 2017), entre outras localidades.

Veremos, a partir do caso brasileiro, como as medidas aplicadas a cada contexto expressam ressonâncias de articulações políticas e mercadológicas em escalas mais amplas. São circuitos pelos quais recursos financeiros, empresas especializadas, saberes técnico-políticos, práticas de gestão estão constantemente em mobilidade e transpõem-se inclusive para além de fronteiras nacionais. Inserem-se no rol das novas agendas do controle da pobreza (MARANHÃO, 2009; PECK; THEODORE, 2010; ROY, 2010).

Assim, um conjunto de estudos tem apontado para semelhantes estratégias de reordenamento dos espaços de mercado associados ao consumo popular em diversos países, como na Argentina (KOPPER, 2015), México (CROSSA, 2016), Equador (BROMLEY, 2002), Peru (BROMELY; MACKIE, 2009), Gana (SPIRE; CHOPLIN, 2017) e mesmo em países europeus, como demonstram Dines (2009) e Gonzales e Waley (2013) no caso de cidades inglesas. Em todos esses contextos estudados, as medidas adotadas para a contenção do comércio de rua envolveram o deslocamento dos trabalhadores para espaços fechados, via de regra administrados por entidades privadas.

De forma transversal, as pesquisas nacionais e internacionais demonstram que, uma vez que o comércio ambulante é enquadrado como um “problema” inquestionável (seja de ordem fiscal, trabalhista, de ordenamento urbano ou mesmo segurança pública), essas práticas tornam-se objetos de esforços gestionários. A circunscrição do “problema” (HIRATA, 2014) ocorre na mesma medida, e de modo simultâneo, à mobilização de suas “soluções” pré-fabricadas que, como tecnologias sociais, movem-se em circuitos globais de códigos de “boas práticas de governança” (MARANHÃO, 2009; ROY, 2010; MCCANN; WARD, 2011).

No contexto do capitalismo neoliberal, elas conformam um mercado próprio cujos produtos são frequentemente elaborados e validados de forma imbricada às instâncias estatais (DARDOT; LAVAL, 2009; HIBOU, 1998, 2012). Isso nos leva à hipótese de que não somente o comércio ambulante deve ser considerado um fenômeno globalizado (LEDENEVA et al, 2018), que se adere aos *modus operandi* do capitalismo transnacional (RIBEIRO, 2010), como também, e de forma espelhada, assim devem ser compreendidas as práticas de regulação sobre esta atividade.

A “forma” shopping parece ocupar um lugar central na “fórmula mágica” da regulação sobre o comércio popular em várias partes do mundo, frequentemente evocando feições e

ambientações “empresariais” (RANGEL, 2019a; DURÃES, 2013; BROMLEY; MACKIE, 2009). Corresponde a pressões políticas diversas para que Estado e sociedade civil se unam para resolver uma crise aparentemente persistente; ao passo que é organizada e operacionalizada como um plano de negócios de agentes privados.

Portanto, o comércio popular tem sido enquadrado contemporaneamente a partir de narrativas gêmeas (*twin narratives*), que o remontam, ao mesmo tempo, à imagem do declínio e da degradação dos centros urbanos; e à de seu renascimento, dando origem a novas modalidades de trabalho e, principalmente, formas de acumulação (DINES, 2009; GONZÁLEZ; WALEY, 2013). Como argumentou Rangel (2019), apresentando-se ao mesmo tempo como *problema e potência*. Uma vez que as ações de revitalização desses espaços tornam-se um negócio em si, seu motor e seus medidores de eficiência são sumamente de natureza financeira. Ou seja, não obstante à sua fachada como medida de “inclusão social”, a política “funciona” somente se e enquanto for lucrativa aos investidores.

Os efeitos das articulações entre agentes privados e Estado concretizam-se tanto na própria estrutura física dos shoppings — alterando a paisagem urbana, o mercado imobiliário e o funcionamento dos circuitos comerciais —; quanto de um ponto de vista institucional, conformando novas modalidades de formalização e reconhecimento desses sujeitos e seus modos de ganhar a vida. Implica, assim, na produção de códigos e modalidades de trabalho mais próximos à lógica empresarial-formal aos quais esses sujeitos devem idealmente se comprometer de modo a manterem suas atividades nesses novos espaços. Nesse sentido, a multiplicação de shoppings populares pelas metrópoles representaria também um movimento de transformação do comércio popular também por uma frente de conversão subjetiva dessa força de trabalho (BROMLEY; MACKIE, 2009; DURÃES, 2013; KOPPER, 2015; RANGEL, 2017, 2019).

Analisar o processo de viabilização política desse modelo é de suma importância nesta pesquisa. Ele afeta tanto aqueles que chegam a inserir seus negócios nos shoppings populares, como também aqueles que deles ficam de fora e resistem nas *ruas*. Esta pesquisa demonstra que, apesar de um discurso institucional que se preza a converter trabalhadores, nem a figura do “ex-camelô” tampouco a do *torero* são absolutas ou terminadas. Mesmo à espreita desses processos que iremos descrever, os *toreros* encontram-se presentes e de forma central nessa nova configuração, vivendo e tensionando os efeitos de poder inscritos na produção cotidiana da *gestão do comércio popular*.

Nesta seção, discutiremos alguns dos principais ingredientes político-econômicos que condicionam o surgimento dos primeiros shoppings populares em Belo Horizonte, em um esforço de compreender o processo de “formação” (HIBOU, 1998) da *gestão do comércio popular*. A partir desta contextualização, debateremos os fundamentos institucionais e mercadológicos que tornam os shoppings populares uma tecnologia de gestão urbana e de reconfiguração do trabalho atualmente em plena expansão.

3.1 Articulações público-privadas na circunscrição dos problemas urbanos

Em Belo Horizonte, o surgimento dos shoppings populares remonta às políticas de “revitalização urbana” ocorridas no início dos anos 2000 no contexto do Programa Centro Vivo (2004) e da formulação do Código de Posturas (2003) — ambos implementados durante os mandatos municipais de Fernando Pimentel (Partido dos Trabalhadores – PT), entre 2001 e 2008. Resumidamente, essas normas embasam um conjunto de intervenções que pretendem “recuperar” a área central da cidade, considerada degradada e insegura. São informadas pelas diretrizes do Planejamento Estratégico — orientação urbanística neoliberal pela qual as cidades são imaginadas, planejadas e geridas como empresas. Como se constata na formulação de reformas urbanas especialmente fortes na década de 1990 em outras metrópoles — a exemplo do Rio de Janeiro, São Paulo, Barcelona, Cidade do México —, as parcerias público-privadas constituem os principais motes para a efetivação das intervenções no espaço urbano (HARVEY, 1996; VAINER, 2000; COMPANS, 2005).

3.1.2 Centro Vivo

Tendo sido influenciado, direta ou indiretamente, por alguns desses modelos exemplares de “boa governança” urbana, o mandato petista à frente da Prefeitura de Belo Horizonte lançou oficialmente em janeiro de 2004 seu plano de revitalização, o Centro Vivo (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2004). Como um projeto “guarda-chuva”, o programa incluía ações em diferentes frentes: inclusão social e revitalização econômica; revitalização urbanística, ambiental e cultural; e segurança. Algumas dessas ações foram previstas desde a fase de planejamento, enquanto outras foram articuladas e incorporadas no decorrer do tempo de

implementação que se estendeu até o segundo mandato de Márcio Lacerda, do Partido Socialista Brasileiro (PSB)⁵⁰, entre 2012 e 2015.

O Centro Vivo assentou-se discursivamente diante do objetivo de reverter o centro da cidade em um lugar “bom para morar, trabalhar, passear, aprender, conviver” (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2004). Almejava-se, com isso, “reforçar o Centro como região simbólica da cidade, valorizando a diversidade de suas atividades e consolidando-o como local de encontro de todos” (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2004). Entretanto, uma de suas ações mais centrais e que garantiu maior publicidade ao Programa foi o combate ao comércio ambulante (JESUS; LOTT, 2007; CARRIERI, et al., 2009; JAYME; NEVES, 2010).

Apesar da relação paradoxal entre o conteúdo político de suas diretrizes e o objetivo específico central, as ações contrárias à presença dos ambulantes nas *ruas* do Centro encontravam fundamentação transversal aos vários eixos que compunham o programa. Propagava-se, por exemplo, que a presença massiva dos camelôs levava sujeira às ruas, dificultava a visibilização das fachadas e vitrines das lojas, bloqueava a locomoção dos transeuntes. Além disso, a presença dos camelôs era associada à manutenção dos altos índices de criminalidade no baixo-centro, um fator que, por si só, tornava urgente a “recuperação” do centro pelo método de remoção destes trabalhadores de seus locais de trabalho (CARRIERI, et al., 2009).

De forma não exclusiva no caso belo-horizontino, a remoção dos ambulantes foi considerada, portanto, uma ação complementar às medidas de segurança pública também implementadas nesse contexto (HIRATA, 2012). Medidas explicitamente coordenadas dentro do eixo da segurança pública, como a implementação do *Projeto Olho Vivo*⁵¹ (sistema de vídeo-vigilância) e a criação da Guarda Municipal (BELO HORIZONTE, 2003c), serviram, ao mesmo tempo, como novos dispositivos de monitoramento continuado à ação de ladrões, vândalos, traficantes de drogas, mas também de “flanelinhas” e, claro, ambulantes. Esses instrumentos e equipes de controle viriam se articular às rotinas dos aparatos já operantes de fiscalização (âmbito municipal), bem como de repressão (âmbito municipal e estadual).

⁵⁰ Importante ressaltar que a primeira candidatura de Márcio Lacerda, ocorrida em 2008, foi resultante de uma inédita coalizão entre o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o PT, partidos respectivamente mais à direita e mais à esquerda do campo partidário nacional, e que, historicamente, vinham protagonizando os principais embates eleitorais em níveis municipal, estadual e federal.

⁵¹ Convênio Nº 15/2004 – “PROJETO OLHO VIVO/BH”. Convênio celebrado entre o Estado de Minas Gerais, o Município de Belo Horizonte e a Câmara de Lojistas de Belo Horizonte (CDL/BH).

De forma geral, dentro dos parâmetros de projeto de cidade ao qual o Centro Vivo se subscrevia, a presença dos camelôs representava ao mesmo tempo a imagem do atraso e do descuido do poder público, a qual deveria, portanto, ser combatida. Tendo seus resultados visíveis à população, o objetivo foi perseguido como prioridade já desde o início de sua implementação. Sua operacionalização se deu a partir de duas etapas, cuja complementariedade seria inédita na história da cidade: a expulsão dos camelôs de seus locais de trabalho e seu remanejamento aos *shoppings populares*.

3.1.3 Código de Posturas de Belo Horizonte

Outra base importante para a execução dos projetos de intervenção foi a remodelagem da legislação que diz respeito aos usos dos espaços públicos na capital mineira, cuja elaboração foi praticamente simultânea à própria execução do Projeto Centro Vivo.

Segundo consta no site da Prefeitura, o “Código de Posturas regulamenta a melhor convivência das pessoas em Belo Horizonte. Ele foi criado para organizar a cidade, fazendo com que o interesse de todos prevaleça sobre o interesse individual” (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2017). E também se trata de “um instrumento mais efetivo e democrático para garantir a qualidade de vida e a boa convivência entre todos os cidadãos, definindo claramente direitos e deveres na utilização do espaço urbano” (BOTELHO, 2017). O Código foi criado, portanto, como um ajustamento, a um só tempo, discursivo e legal dos esforços de intervenção projetados e já em curso. Foi pensado como um instrumento que reunisse, em uma única peça jurídica, leis e decretos concernentes à regulação dos usos dos espaços públicos, inclusive relançando leis que, apesar de já formalmente operantes, ainda não haviam encontrado efetiva aderência em sua aplicação.

Esse compilado regulador das “posturas” conta com mais de 300 normas, datadas desde 1930. Há normas relativas a uma variedade de usos dos espaços públicos: utilização das calçadas, instalação de materiais de publicidade, regularização de obras privadas, atividades comerciais, incluindo direcionamentos sobre solicitações de alvarás de vários tipos, e, claro, proibição da atividade de “camelôs e *toreros*”⁵²: “fica proibido o exercício de atividade por camelôs e *toreros* em logradouro público.” (BELO HORIZONTE, 2003a).

⁵² Ambas denominações são usadas no texto da lei sempre em par e de forma indistinta, sem que sejam acompanhadas de significados precisos.

Desde então, a proibição dessas atividades bem como o esforço do poder público em fiscalizar e reprimir *toreros* de forma geral encontram embasamento técnico nesse quesito em específico, isto é, como uma cláusula de tráfego urbano. Não é em vão que, em meio aos muitos pontos do Código que foram modificados desde a sua implementação em 2003, esse dispositivo permaneça intacto.

Cada ponto retido na elaboração do Código de Posturas, baseado oficialmente nas discussões da II Conferência de Política Urbana (COMPUR), realizada em 2002, articulava-se às ações previstas no programa Centro Vivo, a exemplo das Operações Urbanas que viriam a dar origem aos shoppings populares. Portanto, no que diz respeito à proibição do comércio de rua, a circunscrição do problema e da solução foram elaborados em concomitância, como veremos.

Como apontou Jesus (2011), a aprovação do Código foi possível graças à produção de um consenso através da articulação entre os poderes executivo (mandato do PT) e legislativo (representado, dentre outros partidos, pelo PSDB), o setor privado (orientado principalmente pela CDL-BH e a Associação Comercial de Minas Gerais – ACMinas). Isso sem contar o apoio incondicional da grande mídia para a validação dos discursos de ordenamento entre a opinião pública (JESUS; LOTT, 2007; CARRIERI, et al, 2009).

3.1.3.4 O papel das associações comerciais

Chamo a atenção tanto para o Centro Vivo quanto para o Código de Posturas não somente enquanto marcos regulatórios formalmente importantes para a história recente do comércio ambulante em Belo Horizonte. De fundo, a formulação desses dispositivos representa um momento central na organização política dos setores burgueses interessados em instrumentalizar as ações estatais por dentro e direcionar o rumo das transformações urbanas.

Deve-se chamar a atenção, primeiramente, para a centralidade dos setores comerciais organizados que há décadas realizam uma verdadeira cruzada em oposição à ocupação do Centro por ambulantes, considerados concorrentes aos “negócios formais”, seus associados. Historicamente, instituições como a ACMinas e a CDL-BH dispõem de tamanho poder de barganha que podem ser consideradas praticamente *policy makers* municipais. A CDL-BH, por exemplo, reivindica para si a responsabilidade pela conquista da política de “realocação dos camelôs para shoppings populares” (CDL-BH, [20--]) e assume que, desde a sua fundação na

década de 1960, “começou [...] a agir contra os camelôs, cobrando fiscalização da Prefeitura de Belo Horizonte.” (CDL-BH, [20--]). De fato, essas duas entidades encontram nas publicações da mídia dominante local, mesmo hoje (como veremos na seção 4), uma plataforma para promoverem denúncias e cobrarem publicamente maior veemência nas ações de controle aos ambulantes.

A participação desses grupos organizados foi central para a efetivação tanto das Operações Urbanas de 2004 quanto de 2017, como veremos na seção 4. Se a essas entidades representantes do “comércio formal” (os lojistas) interessa diretamente a expulsão dos ambulantes das *ruas*, outros agentes viriam a financiar e modelar as soluções ao “problema” do comércio ambulante. Assim, tão importante quanto a construção política da legitimidade estatal de agir contra as populações indesejadas, foi a aproximação de investidores de outros nichos do setor privado que convertem o “problema” em oportunidade de lucro.

3.2 Articulações público-privadas na formulação das soluções urbanas

Vale reter a atenção para as Operações Urbanas, instrumento institucional que permite a participação direta de entidades privadas no planejamento urbano, desde sua formulação até a implementação das ações. Elas se tornaram encaixe fundamental para a efetivação dos objetivos contidos no Centro Vivo e para a aproximação de agentes privados interessados em fazer negócios junto ao poder público.

3.2.1 Operações Urbanas

A Operação Urbana consiste em um instrumento que permite ao Poder Executivo viabilizar ações de grande impacto e de alto valor com rapidez, através do estabelecimento de ligações diretas com entidades da sociedade civil — no geral, empresas — interessadas nessas intervenções. De acordo com o Estatuto da Cidade, implementado em 2001, as Operações Urbanas se definem como um:

conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar, em uma área determinada, transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental. (BRASIL, 2001, Art. 32)

De início, é preciso compreender como funcionam as contrapartidas implicadas em parcerias público-privadas. Para isso, devemos ir além do que colocam as definições oficiais, recorrendo a uma visão crítica em torno da noção de “parceria”, e do suposto princípio de isonomia que existiria entre os interesses estatais e empresariais. Dessa forma, para compreender a prerrogativa das Operações Urbanas, é preciso compreendê-las como plataforma de negociações. De forma resumida, o dispositivo é manobrado da seguinte forma:

Em qualquer área delimitada na cidade, o Poder Público Municipal pode modificar características de parcelamento, uso e ocupação do solo, normas edilícias e até mesmo regularizar edificações existentes. Os proprietários e o mercado imobiliário envolvidos na Operação devem pagar uma contrapartida, em dinheiro ou títulos conhecidos como CEPAC [Certificado de Potencial Adicional de Construção], pelo benefício recebido. A contrapartida é calculada em função do Coeficiente de Aproveitamento máximo do terreno e o valor da área adicional determinado pelo ITBI [Imposto de Transmissão de Bens Imóveis]. Esses certificados de potencial adicional de construção (CEPAC) emitidos pelo Município, são alienados em leilão ou utilizados diretamente no pagamento das obras da Operação. O potencial construtivo adicional é convertido nos títulos do CEPAC, que podem ser negociados livremente e depois convertidos no direito de construir áreas acima do potencial até o limite fixado pela lei específica que aprovar a Operação. O lançamento dos CEPACs permitiria que a Prefeitura angariasse recursos rapidamente na fase inicial das obras, evitando o comprometimento do orçamento municipal. (INDISCIPLINAR, [20--])

Importante frisar, portanto, que as empresas que compõem as parcerias — responsáveis em converter as obras de “interesse público” ou “interesse social” em ativos — não são as únicas a participarem diretamente das transações junto ao Estado. Adjacentes a essa plataforma de negociação, implicam-se também os atores do mercado imobiliário ou financeiro que negociam os títulos de potencial construtivo, seja para benefício próprio seja para delas extraírem valor a partir de futuras negociações, considerando que podem se tornar mais valiosas com o decorrer do tempo.

Finalmente, a utilização desses títulos diz respeito ao poder de extrapolar os limites de certos parâmetros definidos pela legislação urbanística, limites estes que foram estipulados para fins de planejamento urbano mas que, do ponto de vista dos empreiteiros, são entendidos como empecilhos que, por fim, diminuem suas margens de lucro. A posse dos títulos se configura, então, como uma mercadoria rara. Cota (2013), pesquisadora que realizou estudos sobre o dispositivo das Operações Urbanas em Belo Horizonte, explica que:

a principal “moeda de troca” consiste na permissão de utilização de parâmetros construtivos mais permissivos que os definidos por lei, mas em acordo com as determinações da Prefeitura. Em outras palavras, o setor privado estaria pagando para “transgredir”, controladamente, a lei, ação esta legitimada em nome do bem-estar da coletividade (COTA, 2013, p. 294).

Reforço o caráter político inscrito na emergência das Operações Urbanas como dispositivos de negociação entre elementos mobilizados como sendo de interesse público de modo que se tornem permeáveis e formatados aos interesses financeiros privados (LAGE E LAGE, 2008; COTA, 2013).

Apesar de estarem previstas no Estatuto da Cidade apenas em 2001, algumas gestões municipais já faziam o uso de Operações Urbanas desde a década anterior. Em São Paulo, por exemplo, foi implementado pela primeira vez em 1991, durante a gestão de Luiza Erundina (PT, 1989-1992). A experiência paulista serviu como modelo para que o instrumento viesse a se espalhar por outras cidades brasileiras, como Belo Horizonte. Na capital mineira, este dispositivo foi incorporado no Plano Diretor de 1996 (BELO HORIZONTE, 1996), também durante um mandato municipal petista, de Patrus Ananias (1993-1996).

Segundo Cota (2013), a efetivação das Operações Urbanas figura como reflexo institucional do “modo petista de governar”, em plena difusão naquele momento, especialmente entre as gestões municipais. Nesse sentido, a autora sublinha que o dispositivo se formata por meio de uma concepção de estratégia política a partir do Estado, “destinada a responder simultaneamente às exigências da acumulação e à sua necessidade própria de legitimação política” (COTA, 2013, p. 140). Em suma, as Operações Urbanas representariam instrumentos exemplares, ao mesmo tempo, de celeridade na aplicação dos investimentos e de exercício da suposta “gestão democrática”, uma vez que prevê, em tese, a participação de “membros da sociedade civil”.

Entretanto, como alertam Lage e Lage (2008) e Cota (2013), as obras previstas em Operações Urbanas normalmente são desenhadas de forma a prevalecerem, primeiramente, o interesse privado e a lucratividade das empresas envolvidas. As autoras concluem que a imensa maioria dessas obras são pautadas pelos agentes privados que, tendo previamente interesse financeiro nas áreas de intervenção, encontram assim os meios de provocar parcerias

financeiramente vantajosas junto ao poder público. Do ponto de vista desses investidores, o Estado serviria, na prática, como um fiador dos riscos do negócio.

As autoras demonstram ainda que a participação popular dificilmente provoca impacto, seja na formulação seja no acompanhamento das ações, embora essa possibilidade esteja prevista nos acordos, inclusive como forma de legitimação do dispositivo. Em uma entrevista realizada em 2017, técnicos da Secretaria Adjunta de Planejamento Urbano (SMAPU) da Prefeitura de Belo Horizonte alegaram que as Operações Urbanas dão apenas uma “ilusão” de interesse público ou popular em torno desses projetos, já que “os afetados mais diretamente [pelas obras] participam muito pouco”; e que há, do ponto de vista do corpo político, uma clara “aposta” nas potencialidades do “mercado” em si. Assim, diante dos acordos já estabelecidos, caberia ao corpo técnico da prefeitura a tentativa de “reequilibrar” os interesses econômicos com os “ganhos para a cidade” (PRAXIS, 2017, p. 4).

3.2.1.1 Operação Urbana do conjunto arquitetônico da Avenida Oiapoque

Tomemos como caso emblemático, de forma breve, o processo que viabilizou a construção do Shopping Oiapoque, citado no início desta seção. Já concatenado com o projeto municipal de reabilitação de áreas centrais da cidade, o empreendedor Mário Valadares negociou, em 2002, por baixo preço em leilão, o galpão da *Cervejaria Antártica*, construído em 1908 e tombado em 1991 como patrimônio da cidade. O imóvel que se encontrava em condições estruturais precárias e estava localizado em uma região alvo para as obras de requalificação em vias de implementação foi transformado, dois anos depois, no primeiro shopping popular de Belo Horizonte.

Legalmente, a conversão do edifício em shopping foi resultado da Operação Urbana do Conjunto Arquitetônico da Avenida Oiapoque (BELO HORIZONTE, 2003b). Entretanto, o caráter de “interesse social”, que legitimou a parceria público-privado, tomou formas distintas nesse projeto: primeiro, a recuperação de um conjunto arquitetônico tombado; e, em segundo lugar, a destinação do edifício a atividades que estivessem em sintonia com a política de requalificação da área central, bem como a oferta do “apoio a essas atividades por meio dos serviços necessários” (BELO HORIZONTE, 2003b, Art. 5º).

Este último ponto, que poderia ser encarado a princípio apenas como uma responsabilidade onerosa à entidade contratada, tornou-se o mote para outra fonte de lucro. O

galpão reformado não se converteu meramente em um abrigo temporário para os pequenos negócios, mas em um negócio em si, um shopping.

Importante frisar ainda que a relação entre a administração do shopping e os pequenos negócios localizados nele é atravessada pela “demanda social” que inscreve o shopping (popular) em uma parceria com o poder público. Entre outros efeitos, de forma estruturante, observamos a emergência de um modelo de negócio privado que compartilha com o Estado o desafio de seu sucesso⁵³ e que tem, portanto, também seus riscos econômicos atenuados. Este fator é central para que compreendamos a capacidade de continuidade do modelo de governança em questão.

Como já abordamos, o Oiapoque não foi um caso isolado em Belo Horizonte, já que representou o pontapé inicial desse *projeto-movimento*, como sugeriu Mário Valadares. Nesse mesmo contexto, seguindo diretrizes análogas, foi implementada a Operação Urbana Centros de Comércio Popular (BELO HORIZONTE, 2005), que inaugurou, pelos mesmos tipos de procedimento, outros shoppings populares no baixo-centro, como o Tocantins, Xavantes, Caetés e Tupinambás (este último também um empreendimento de Mário Valadares).

3.3 A implementação da primeira política de transferências de camelôs para shoppings populares em Belo Horizonte

A tomada de decisão de deixar a *rua* e ir para os shoppings foi um tema frequentemente abordado de forma voluntária pelos interlocutores da pesquisa que vivenciaram a primeira política de “transferência” de ambulantes para shoppings. Se já houve outros formatos de regularização do trabalho ambulante no passado (ver [seções 5 e 6](#)), do ponto de vista desses trabalhadores, tal possibilidade se diferenciava da possibilidade de se realocado para um lugar fechado, com estrutura física e administração própria. A expectativa criada no primeiro momento era de que os empreendimentos seriam, de certa forma, semelhantes aos dos shoppings convencionais. Muitos dos trabalhadores observavam, entretanto, um caráter dúbio acerca das promessas feitas pelo empresariado, com relação ao que o shopping poderia se tornar quando as obras de construção fossem finalizadas; e também da Prefeitura, acerca do

⁵³ Na [seção 4](#), refletiremos sobre as relações de interdependência entre o Estado, shopping e os pequenos negócios de comércio popular, quando examinamos o caso de um shopping popular que fracassa e não oferece meios para que os pequenos negócios se sustentem por si só.

reconhecimento institucional que parecia estar inscrito naquela mudança. Afinal, ao serem formalizados daquela forma, podia um ambulante tornar-se lojista?

De toda forma, o *consentimento* foi frequentemente tematizado e problematizado nas narrativas dos interlocutores. Tanto os que aderiram à política quanto os que não aderiram reconhecem que a introdução dos shoppings populares na cidade foi fruto de um processo de imposição, ainda que fossem pesadas também as suas vantagens: deixar a *rua* e tentar a vida como um comerciante formalizado.

O grupo de ambulantes que atuava naquele momento se dividiu. Enquanto a maior parte dos trabalhadores que já tinham sido licenciados em registros de formalização precedentes aderiram em maior volume, ocupando as primeiras vagas ofertadas em shoppings populares (como era previsto no plano), uma parte importante dos ambulantes, composta principalmente dos não licenciados (os *toreros*), seguiram resistindo nas *ruas*.

3.3.1 O papel da repressão policial

Se os *toreros* já estavam acostumados a trabalhar frente a frente com o controle, no momento dos atos de remoção, a resistência passou a implicar outras disposições de enfrentamento. Naquele momento, eles se depararam não apenas com os expedientes e aparatos de controle a que estavam acostumados a lidar cotidianamente, mas passaram a enfrentar também as ações da Polícia Militar que, de forma espetacular, encenava a expulsão dos ambulantes como um marco do Centro prestes a se “recuperar”.

A mídia acompanhou os eventos de perto. Seguem alguns trechos de reportagens publicadas na *Folha de S. Paulo* e uma fotografia que ilustra os embates travados nas ruas do baixo-centro naquela época:

A retirada de camelôs não-licenciados de uma rua do centro de Belo Horizonte causou tumulto e quebra-quebra, nesta terça-feira, na capital mineira. Pelo menos sete ambulantes foram presos, acusados de quebrar telefones públicos e vidraças em protesto contra a desocupação. (GUIMARÃES, 2004)

Pelo segundo dia consecutivo, ambulantes que se recusam a deixar as ruas centrais de Belo Horizonte tumultuaram o centro da capital mineira, levando comerciantes a fechar as portas. O confronto nesta terça-feira foi com a Polícia Militar, que prendeu sete manifestantes. (PEIXOTO; GUIMARÃES, 2004)

Pela manhã, fiscais da prefeitura e homens da Polícia Militar foram para as ruas. As confusões começaram quando um grupo de manifestantes agrediu um funcionário da prefeitura que distribuía jornais explicando as mudanças e a exigência da lei. Um agressor foi detido e liberado em seguida. Cerca de cem ambulantes deficientes físicos

que continuam nas ruas foram impedidos pelos manifestantes de montar suas barracas. (PEIXOTO; GUIMARÃES, 2004)

Figura 9 - Confronto policial na retirada dos ambulantes em 2004



Fonte: Euler Júnior - Jornal Estado de Minas (2004)

A exemplo de outras experiências de programas de requalificação urbana ao redor do mundo, os eventos de ostentação da força policial são centrais para a imagem de programas de “limpeza” urbana (WACQUANT, 2002, 2010; DEVLIN, 2018)⁵⁴. Esses eventos encenariam a aplicabilidade e a materialização de novas referências de *representação do espaço* (LEFEBVRE, 2006), ligadas a sua pretensa renovação. A expulsão das populações indesejadas e indisciplinadas se configuram como marcações espaço-temporais do processo de ordenamento, separando (à força) o *velho* do *novo*.

De outro lado, empurrado, portanto, pelo empreendimento de extraordinária violência nas *ruas*, um grupo de camelôs aderiu à remontagem de seus negócios nos novos centros comerciais. A despeito de toda a incerteza que a situação de mudança, tanto de local de trabalho quanto de modalidade de negócio, impunha, em especial devido à aparente impossibilidade de

⁵⁴ A mesma dinâmica vem a se repetir com a implementação da Operação Urbana de 2017 em Belo Horizonte. Na seção a seguir, descreverei com maior detalhamento como os eventos de expulsão violenta se inserem em um expediente mais amplo de implementação da política.

retorno às condições precedentes de trabalho, há de se reiterar que a ida para os shoppings representou para muitos uma possibilidade de melhora das condições de trabalho.

3.3.2 As expectativas pela “melhora de vida”

Em uma pesquisa realizada junto aos comerciantes recém ocupantes do Shopping Oiapoque, Carrieri et al. (2007) sistematizaram o que seus entrevistados relataram ser os principais pontos positivos da transição. São eles: a melhoria das condições de trabalho, como acesso a banheiros, bebedouros, aparatos de segurança, manutenção de limpeza no ambiente de trabalho; também a melhoria das condições logísticas relacionadas à reposição de mercadorias e à estocagem nos boxes. Além disso, foram destacadas expectativas que atrelavam a ideia de formalização à maior possibilidade de crescimento dos negócios e à ascensão econômica de suas famílias. Da mesma forma, esperavam que, assim, fossem menos discriminados se passassem a serem reconhecidos como “empreendedores populares” e se distanciassem de categorias estigmatizadas como camelôs ou ambulantes. Isso sem contar que, uma vez amparados dentro dos shoppings, os negócios formalizados estariam protegidos das ações de controle aplicadas na rua e que, naquele momento, como vimos, pareciam estar em pleno processo de recrudescimento.

Expectativas semelhantes foram descritas por pesquisadores que estudaram o processo de formalização de ambulantes em outras cidades brasileiras, como Kopper (2015) em Porto Alegre, Rangel (2019) em São Paulo e Sakai (2011) em Campinas. Mesmo partindo de localidades diferentes, essas pesquisas demonstraram como a efetividade dessas políticas depende da mobilização de frustrações socialmente compartilhadas relacionadas ao reconhecimento social, estabilidade financeira e acesso à proteção social, sobretudo se olharmos para as camadas populares. Nesse sentido, o imaginário dos trabalhadores demonstra-se, de certa forma, sensível às especulações atreladas à “modernização” do comércio popular, ou à noção de “formalização” que, por sua vez, se espelham nas promessas (não cumpridas) ligadas ao assalariamento.

A perene esperança pelo “melhorar de vida”, uma crença tão comum que pode ser considerada constitutiva das classes populares brasileiras, converte-se em peça importante para o quebra-cabeça da legitimação de políticas como a que analisamos. Diz respeito, portanto, a

características duráveis do mercado de trabalho brasileiro e seus efeitos subjetivados pela população de trabalhadores.

3.3.2 O papel de mediação dos sindicatos de camelôs

Tendo isso em vista, é importante situar que parte importante da efetivação do programa de transferência ficou a cargo de duas organizações representativas dos camelôs incumbidas de fazerem a mediação junto ao poder público. São elas: o Sindicato dos Camelôs do Estado de Minas Gerais e do Sindicato dos Trabalhadores na Economia Informal de Belo Horizonte. Diante de uma política cujos objetivos estavam premeditados, as lideranças dessas organizações se valeram da função de convencimento dos grupos atingidos para que aderissem pacificamente à política de “transferência”. Sem que seja necessário aprofundar na história destas entidades específicas, ou discutir os alcances e limitações políticas da sindicalização de trabalhadores informais (GEORGES, 2011), não nos parece casual que a maior parte dos interlocutores da pesquisa apontaram elas eram adversas aos interesses do coletivo de trabalhadores nas *ruas*, sendo suas lideranças apontadas como beneficiárias diretas das operações que mediavam.

Segundo Carolina⁵⁵, *torera* já experiente na época, os sindicatos que supostamente deveriam representar os interesses dos camelôs, jamais os “fortaleceram” alguma vez. Ademais, pelo que se lembra, a existência dessas instituições parece ter se restringido ao processo de deslocamento dos ambulantes para os shoppings, cujo trabalho de mobilização, de fundo, contribuiu para que a essa medida fosse efetiva.

CAROLINA – Tinha um sindicato, acho que ainda tem, sabe. Era, o sindicato era ali na Curitiba, se não me engano, era na [Rua] Curitiba... dos camelôs.

TARCISIO – Que tanto é que parece que foi importante pra, pra transferência do shopping né.

CAROLINA – Foi, foi. Só pra isso. Só serviu pra isso. E cadê agora? Cadê eles pra nos ajudar, nos defender, e nos dar... nos fortalecer na rua aí? Não tem. [...] O sindicato... eles não fortaleceram nós. Cadê eles? Nem digo “nós” porque eu não fiz inscrição pra trabalhar em shopping. [...] Eu não confiei, não acreditei. E de fato está provado aí que não foi... não foi uma coisa bacana. Tanto é que os camelôs estão aí voltando pra rua, tão na tora, tão enfrentando fiscal do mesmo jeito. Entendeu?

Em uma pesquisa realizada no calor desses acontecimentos, Zambelli (2006) confirma que, embora tais sindicatos carregassem o papel de representação do conjunto de comerciantes

⁵⁵ A trajetória de Carolina será aprofundada na [seção 7.1](#).

das ruas, as suas ações práticas não se configuravam em espaços de participação popular. De forma geral, suas lideranças tampouco lograram estabelecer vínculos de confiança e credibilidade em meio ao heterogêneo, esquivo e volumoso grupo de trabalhadores das *ruas*. Os *toreros*, os mais diretamente afetados pelas ações da prefeitura, eram, no geral, os mais afastados das discussões.

Francisca, outra *torera* atuante naquele momento, descreve:

FRANCISCA – Aí, o que que acontece, a gente trabalhava na rua, tinha uma associação que representava os camelôs na época [...] Na época não foi feito uma reunião com a gente, com os camelôs, porque eu não me ingressava nessa época porque era só o pessoal que tinha licença né. Não foi feito uma reunião com o pessoal para esclarecer, foi uma coisa dentro da Prefeitura, um vínculo da associação com eles de convivência para levar os camelôs pro Oiapoque. Foi um acordo feito entre associações. Não teve participação de camelô nenhum. [...] Então, quer dizer, todo mundo ficou muito revoltado porque não escutou a opinião de todo mundo, se queria ir, se achava que ia.

Zambelli (2006) aponta que a relação das lideranças sindicais com o conjunto de camelôs era de características clientelistas, ponto de vista que vai ao encontro com o que os sujeitos de pesquisa relataram. Essas lideranças teriam “traído a classe” e se beneficiado economicamente enquanto operadores da distribuição das vagas para ambulantes inscritos. A “compra” de adeptos teria funcionado como contrapartida, concedida através designação ilegal de mais de um box por pessoa ou pela distribuição arbitrária de pontos de comércio mais bem localizados e que, portanto, agregam maior valor financeiro — levando-se em conta o aquecido mercado de revenda e sublocações de boxes.

Se não podemos nos certificar da veracidade dessas ligações, podemos levar em conta, contudo, que posições de representação de grupos politicamente dispersos, em intermediação junto ao Estado, configuram-se em posições privilegiadas na operação de *mercadorias políticas*, conforme formulação original de Misse (2002, 2006). Segundo Hirata (2010), pesquisador que se apropria do conceito, as *mercadorias políticas* se conformam:

[...] frente aos fenômenos relativos aos mercados legais, ilegais e ilícitos, mas não se confunde nunca com a grade de legibilidade que busca normalizar estes mercados. Isto significa que ela não é pensada na perspectiva das formas de controle do crime, mas da compreensão destes mercados a partir de um jogo de forças entre os atores envolvidos nestes mercados. O que definiria as esferas das economias formais, informais e ilícitas não seria a transgressão da lei, as oportunidades da infração ou o comportamento criminoso como conduta desviante. Trata-se de uma maior ou menor subordinação ao uso da força nas relações de troca, e neste sentido, uma maior ou

menor dependência desta força potencial para que o mercado se realize enquanto tal. O movimento efetivo de combinações que se produzem entre este uso da força dos agentes que têm esta prerrogativa garantida ou não pelo Estado é que define as posições das economias formais, informais e ilícitas: a economia informal é dependente do “mercado parasita” das mercadorias políticas e o mercado ilícito é ainda mais dependente pela criminalização dos produtos que são comercializados (HIRATA, 2010, p. 96).

Tendo analisado um procedimento semelhante em Campinas, ocorrido também no início dos anos 2000, Sakai (2011) argumenta que a atuação de um sindicato de representação dos ambulantes implica certo domínio sobre um território ou sobre o grupo de atingidos pelas políticas, isto é, seus “representados”. A entidade, por sua vez, se legitima enquanto mediadora oficial junto ao poder público, enquanto o processo de formalização é tramado como um tipo de política de *proteção* desse público. Nas palavras da autora: “Essa negociação ganha a dimensão de um direito, de uma conquista política para os trabalhadores, mas sua inserção em um grande mercado da necessidade e do desespero torna-a uma mercadoria rara” (SAKAI, 2011, p. 224).

Essas trocas configuram-se em uma camada importante da circulação de *mercadorias políticas* (MISSE, 2006) e peça fundamental para a mecânica da formalização. Mais do que uma relação de parasitagem ao comércio popular (parcialmente criminalizado), como sugere Misse (2006), reiteramos que as articulações propiciadas pela circulação de mercadorias políticas coadunam interesses de agentes diversos, tornando tais modos de regulação das atividades, assim, exequíveis. Sua efetividade se expressa na proteção e, portanto, na continuidade (ainda que de maneira transfigurada) dos mercados, em que participam os próprios operadores, e dos quais dependem uma miríade de trabalhadores, principalmente os ambulantes. Do ponto de vista destes atores, a alternativa de seguir atuando no comércio popular, porém enquanto formalizado — “dentro da lei” — torna-se plausível apenas quando são por eles incorporadas como uma espécie de *oportunidade*. Por isso, destacamos o lugar central dos sindicatos de camelôs nestas articulações, através de seu *poder de convencimento*.

Portanto, o teor das contrapartidas designadas à população deslocada de seus lugares de trabalho e os modos de sua distribuição somente podem ser compreendidos se considerados conjuntamente aos expedientes de circulação de *mercadorias políticas*, em seus variados níveis, relacionados aos procedimentos diferenciais de formalização de negócios e legalização de formas de trabalho.

3.3.3 A gradativa expulsão dos “ex-camelôs” dos shoppings populares

A primeira política de transferência de ambulantes não logrou em mantê-los por muito tempo nos shoppings populares. Gradualmente, os vendedores que ocuparam boxes nos shoppings foram sendo substituídos por outros atores econômicos que não necessariamente haviam, no passado, experienciado o comércio de rua. Após apenas dois anos desde a inauguração, em 2006, dentre os 767 ambulantes transferidos inicialmente aos shoppings, 100 deles ainda permaneceram em seus boxes, isto é, apenas 13%⁵⁶.

A rápida mudança de “perfil” dos ocupantes dos shoppings pode ser compreendida como uma nova expulsão dos vendedores de seus espaços de trabalho. Dessa vez, ela se deu, inicialmente, pelo aumento dos custos dos negócios, já que, antes de se estabelecerem como “lojistas”, os “ex-camelôs” se tornaram inquilinos dos shoppings, tendo que arcar com custos fixos tal como condomínio e aluguel. Além disso, a mudança da *rua* para um local fechado, com administração própria, impunha ajustes drásticos na organização do trabalho e no funcionamento de seus negócios, aos quais muitos não conseguiram se adequar.

De forma interdependente às impreteríveis dificuldades que a mudança de local e de modalidade de comércio implicaram, desenvolveu-se um mercado clandestino de aluguel e venda de boxes que se aquecia com a, cada vez mais comum, chegada de novos lojistas com maior capacidade de investimento, que desequilibravam a competição com os recém “ex-camelôs” (VILELA, 2006; ZAMBELLI, 2011; JESUS, 2011). Por este mesmo motivo, os trabalhadores também estavam mais suscetíveis a venderem seus pontos e se livrarem do risco de serem engolidos pela competição. Além disso, a despeito de qualquer expectativa de mudança de vida atrelada à nova condição de “lojista” ou camelô formalizado, a venda dos boxes pareceu uma operação absolutamente vantajosa também porque essas operações conferiam “dinheiro rápido” e em montantes significativos que se destoavam de seus rendimentos comuns. Ao longo do trabalho de campo, conheci camelôs nas *ruas* que, pouco tempo após a implementação da política de transferência, compraram carro, terrenos, casas após terem negociado seus boxes “de direito”.

Em conjunto, todas estas características parecem apontar para um processo de gentrificação do comércio popular, tal como analisado a partir de outros contextos empíricos (BROMLEY; MACKIE, 2009; RANGEL, 2019a). Além disso, esse processo foi impulsionado,

⁵⁶ Cf. Jornal Hoje em Dia, 09/05/2006

como ressaltou Sakai (2011), à medida em que o mercado clandestino de compra/venda e sublocações propiciou a entrada, de maneira menos restrita, para a modalidade “formalizada” do comércio popular, tornando-a desvinculada dos procedimentos burocráticos antes centralizados pelo Estado. Portanto, para aqueles que já possuíam recursos e conhecimentos suficientes para abrir um pequeno comércio em um ponto de grande circulação de consumidores, o acesso a esses boxes também se demonstrou uma *oportunidade*. Assim, se uma política de inclusão nos shoppings, enquadrada a princípio como sendo de interesse social, funciona pelo mercado, o “direito” conquistado pelos sujeitos potencialmente circula como *mercadoria política*.

De forma geral, o resultado foi a saída em massa dos shoppings daqueles que constituíram originalmente sua razão de existir, pelo menos desde um ponto de vista formal. Factualmente, as primeiras políticas de transferência para shoppings em Belo Horizonte não converteram camelôs em empreendedores, tornando-os “ex-camelôs”. Isso porque muitos destes rapidamente retornaram às ruas buscando nelas a fonte de seu sustento. A contradição ou a (suposta) falha das políticas não decorreu da falência dos shoppings e tampouco do modelo de negócio e de governança a que são remontados. Contemporaneamente, os negócios de Mário Valadares seguem crescendo e o empresário ainda busca manter sua imagem pública como quem “deu a oportunidade de remanejamento para praticamente todos os camelôs de Belo Horizonte” (SHOPPING OI, 2016).

3.4 Conclusão

Sabe-se que o comércio ambulante e suas variadas formas de regulação são elementos tradicionais no cotidiano das cidades latino-americanas. Os shoppings populares figuram, no entanto, como uma nova presença — tanto física quanto institucional — que reordena os modos de gerir o comércio popular. Nesta seção objetivamos demonstrar, a partir de uma análise da implementação dos primeiros empreendimentos do ramo em Belo Horizonte, o processo de organização dos interesses políticos e econômicos que confere viabilidade aos modos contemporâneos de *gestão do comércio popular*.

Para isso, desde uma perspectiva multiescalar, analisamos alguns dos principais ingredientes que compuseram (e continuam compondo) o enquadramento institucional que define o comércio ambulante como “problema”, na medida em que, dessa forma, se formula

como um mote para “soluções”, cujas operacionalizações sejam vantajosas aos principais grupos dominantes concatenados nesse processo. O teor político dessas definições se escamoteia em simulacros técnicos e/ou se esquivam pela formação de consensos que, por fim, institucionalizam-se na forma de programas de revitalização, códigos de posturas e operações urbanas.

Entre os principais atores a nível local que atuam pela definição da relação entre problema e solução, ressaltamos as associações comerciais e os demais elos empresariais que compõem as parcerias público-privadas. Incluem-se, centralmente, os empreendedores que, investindo em shoppings populares, tornam-se os principais financiadores dos conflitos entre o Estado e os trabalhadores que atuam no comércio ambulante.

De forma não menos importante, também ressaltamos o papel que cumpriram as lideranças de sindicatos de camelôs no processo de *convencimento* desses trabalhadores a serem realocados para os shoppings populares, assim como as vantagens que essa posição de mediação pode conferir aos atores. Sem que isso esteja restrito a um caso isolado, contrariamente, observamos que essas trocas configuram apenas uma parcela do complexo circuito de *mercadorias políticas* que acompanham o processo de formalização e que delas se tornam dependentes.

Assim, observamos alguns dos nexos que compõem as “constelações de interesses” na configuração de formas de governo. Elas operam através da convergência de diferentes intencionalidades, mas também de não intencionalidades (HIBOU, 2012). Nesse sentido, dentro dessa constelação ou redes de interdependência (ELIAS, 1994a), figuram, claro, também os próprios trabalhadores de *rua*, incluindo tanto aqueles que deslocaram seus negócios para os boxes (em sua maioria camelôs já licenciados), quanto os que resistem na *tora*. De todo forma, eles se deparam com “alternativas infernais” (STENGERS, 2015): caso eles decidem se formalizar e assumir um box, têm que reinventar seu modelo de negócio e rotina, tendo que lidar também com uma fixidez de seus comércios, custos adicionais, assim como são envolvidos em novas relações de subordinação junto à administração do shopping; caso permaneçam atuando clandestinamente na *rua*, como *toreros*, são ameaçados pela repressão policial, pelo risco de terem suas mercadorias apreendidas e ainda têm que conviver com os constrangimentos típicos de um estigma reforçado pela situação de acirramento classificatório.

A confluência entre essas diversas dimensões que compõem essa problemática torna a política-negócio dos shoppings populares efetiva em seus próprios termos: a capacidade de gerir

o comércio popular de forma lucrativa e, como argumentaremos a seguir, de modo que tenda à continuidade e à expansão. Na medida em que o comércio ambulante segue sendo considerado um problema urbano inquestionado, os trabalhadores de rua ficam passíveis a serem manobrados, classificados, deslocados, encurralados, de forma que assim se sustente um mercado de soluções formatadas concomitantemente à “questão social” que se desenha no contexto do capitalismo neoliberal. Dessa forma, como resultado imediato, observamos não somente um aprofundamento das desigualdades sociais, mas, de forma mais latente, uma diversificação dos mecanismos que as reiteram.

4 O BUSINESS DO EMPREENDEDORISMO SOCIAL E A VIOLÊNCIA: *PLANO DE INCLUSÃO, EXPULSÃO OU CAPTURA?*

Se a Operação Urbana do Conjunto Arquitetônico da Avenida Oiapoque, implementada em 2004, inaugurou em Belo Horizonte o formato de negócio dos shoppings populares como uma nova via da modernização do comércio e consumo popular; a Operação Urbana Simplificada do Plano de Inclusão Produtiva de Camelôs do Hipercentro, de 2017, serviu como instrumento de recuperação de empreendimentos desse ramo que se encontravam em manifesta decadência. Por meio dessa política, buscou-se, por exemplo, reocupar o Shopping Caetés, estabelecimento parcialmente gerido pela administração pública municipal, que não funcionava com todo seu potencial: de um total de 62 boxes, contava com apenas 30 em atividade. O mesmo movimento ocorre, e como um motor desse processo, nos empreendimentos do Grupo Uai: a unidade O Ponto, em localizada na região de Venda Nova e o Uai Shopping, localizado no baixo-centro.

A primeira unidade do Shopping Uai foi criada pelo empresário (e ex-camelô) Elias Tergilene, em 2008. Esse foi o momento em que o ramo dos shoppings populares parecia se desenvolver de maneira promissora não apenas em Belo Horizonte, mas também em outras grandes cidades brasileiras, seguindo o ritmo de crescimento econômico e o aumento do poder de compra das classes trabalhadoras — que marcaram o auge do período lulista (SINGER, 2012). O Shopping Uai foi criado como uma aposta na intensificação do consumo popular e não contou, no primeiro momento, com subsídio público. Com o passar dos anos, em rápida decadência, mas ainda ocupando uma localidade de interesse no baixo-centro, o empresário encontrou meios de promover a recuperação de seu negócio, dessa vez atraindo a participação direta do Estado.

Veremos a seguir que a Operação Urbana implementada em 2017 se configurou, então, como uma resultante das articulações entre agentes dos setores público e privado que representa uma segunda propulsão em escala local do movimento-projeto dos shoppings populares, no sentido de sua consolidação como instrumento de governança urbana, mas também como negócio lucrativo, que se vende por seu suposto “impacto social”. Se em um nível pudemos observar a construção da plausibilidade de implementação dos shoppings populares através da dimensão da “solução” de um “problema” municipal, é através de um enfoque sobre sua dimensão sumamente empresarial que podemos compreender como ela se difunde para outros

territórios. Ou, seguindo a linguagem corporativa, discutiremos os meios pelos quais esse negócio se torna escalonável.

Esta seção se divide em duas partes. Primeiro, analisaremos, etapa a etapa, o processo de implementação da Operação Urbana de 2017. Assim, podemos compreender os principais elementos que possibilitam politicamente essa medida, mesmo que ela não se apresente eficiente enquanto “plano de inclusão produtiva”, isto é, a partir dos critérios que ela mesma estipula. Em seguida, partindo da trajetória de expansão dos negócios do Grupo Uai, atualmente a principal corporação do ramo, discutiremos alguns dos elementos associados à capacidade de escalonamento dos shoppings populares como instrumento de governança urbana, bem como do espraiamento do empreendedorismo social como sua base ideológica.

4.1 O Uai Shopping e o “Plano de Inclusão Produtiva”

O primeiro ano da atual gestão de Alexandre Kalil⁵⁷ foi marcado pela implementação de um novo programa de revitalização urbana que recuperou as metas, os discursos e os métodos das Operações Urbanas implementadas no contexto do Centro Vivo há mais de uma década. Em 2017, a nova gestão municipal voltou a reprimir os ambulantes com grande intensidade, enquanto os shoppings populares, agora não mais uma novidade, serviram de espaço para a premeditada realocação desses trabalhadores. Dessa vez, o projeto levou o rótulo de “inclusão produtiva dos camelôs” e o tema do empreendedorismo social apareceu com mais força nos discursos tanto do poder público, quanto da iniciativa privada que compõe a parceria.

A Operação Urbana implementada durante a gestão de Kalil não resultou na construção de novos shoppings, mas (sem que isto fosse publicamente explicitado) serviu como meio de “recuperar” alguns desses empreendimentos que, erguidos anos atrás, passavam por dificuldades econômicas. Nesse contexto, Uai Shopping é o que carrega o maior peso simbólico para a nova operação, que ainda conserva a requalificação da região central como uma de suas diretrizes. Além disso, essa foi a unidade que ofertou maior espaço (e maior número de vagas) aos trabalhadores deslocados das *ruas*.

⁵⁷ Em 2017, o prefeito foi eleito pelo Partido Humanista da Solidariedade (PHS) e, em 2019, vinculou-se ao Partido Democrático Social (PSD). Em 2020, foi reeleito por esta legenda.

Alan (32 anos), atualmente *torero*, vendedor de bebidas (ou *caixeiro*⁵⁸) trabalhou no Shopping Oiapoque por oito anos: primeiro na condição de funcionário, depois como responsável por um negócio próprio, revendendo equipamentos de som automotivo. Deixou o shopping em 2014, no momento em que as vendas caíram drasticamente, de forma que já não suportavam os custos fixos do negócio, principalmente as taxas condominiais e o aluguel que pagava ao responsável nominal pelo box, isto é, “por fora” dos procedimentos formais. Em 2017, com a implementação da nova Operação Urbana, Alan se deparou com outra possibilidade de retornar à condição de lojista/comerciante, mas escolheu permanecer trabalhando como *caixeiro*, na *tora*. Durante uma entrevista realizada em 2020, Alan explicou sua decisão:

TARCISIO - Mas você não chegou a querer ter um box lá no Uai?

ALAN - Tô fora! Aquilo ali é algo totalmente negativo. Os que estão lá... Eu vou lá, conheço muitos que estão lá. Conheço a história do Uai Shopping de muito antes, de quando deram o terreno ali. Então aquela ideia ali não vai prosperar, não tem como prosperar aquilo ali.

Tarcisio - Por que que você acha?

ALAN - Porque o local está morto, o local é morto. O que estava mantendo o shopping Uai era o cigarro. Agora que está tendo uma perseguição tamanha que o movimento ali caiu. Você passa ali e está parecendo um... sei lá, uma cidadezinha quase que fantasma. Não tem o movimento.

TARCISIO – É, ali abrigava o pessoal que distribuía o cigarro para quem estava na rua, né?

ALAN – É. E aí o cigarro atrai clientes, atrai clientes em potencial. E você vai comprar um cigarro, você acaba comprando um celular, você acaba comprando outro produto, é uma... o cigarro chama muito cliente. O cigarro levantou o Shopping Xavantes. E agora já deu uma diminuída para caramba. Agora foi para o Uai, tiraram o cigarro de lá⁵⁹... o Uai Shopping vai acabar.

Como vimos na [seção 2](#), por estar localizado no coração do baixo-centro da cidade (de frente ao Terminal Rodoviário), a presença física desse shopping também cumpre um papel importante na circulação de mercadorias ilegais, sejam elas roubadas, contrabandeadas ou falsificadas. Isso veio a ser reforçado a partir de 2017 quando o shopping ganhou novos lojistas, sem, contudo, atrair grande volume de clientela para o varejo. Agora, com essa vocação

⁵⁸ Em Belo Horizonte, são chamados “caixeiros” os ambulantes que, fazendo uso de caixas de isopor sobre carrinhos de mão, vendem bebidas (refrigerantes, água, cerveja) principalmente em eventos festivos realizados nos espaços públicos.

⁵⁹ O entrevistado se refere a uma “varredura” que ocorreu em vários shoppings populares da cidade, incluindo o Shopping Uai, ao longo de 2019. Diferente do que Alan especula naquele momento, embora as autoridades policiais tenham realizado enormes apreensões e cumprido alguns mandados de prisão, os circuitos de receptação e distribuição de mercadorias ilegais não se deslocaram desses locais após serem “descobertos” (OLIVEIRA, 2019; EVANGELISTA, 2019).

reafirmada, ele serve como um dos principais pontos de recepção, estocagem e redistribuição de mercadorias que depois se capilarizam aos consumidores, principalmente pela força de trabalho dos *toreros*.

A hipótese levantada por Alan pode gerar uma explicação apenas parcial acerca do que tem mantido o funcionamento de um “shopping fantasma”. O ponto que consideramos central, e que merece ser mais aprofundado, diz respeito à construção política e empresarial dos shoppings populares, dimensões que devem ser interpretadas de forma ampla, isto é, para além de critérios a curto prazo, a respeito do sucesso ou insucesso de um empreendimento.

A seguir, a fim de introduzir uma discussão acerca do funcionamento do shopping popular, partirei da descrição das minhas impressões ao chegar neste espaço. A descrição foi elaborada “por dentro” e “pelos fundos”, e levou em conta desde a localização do empreendimento, fachadas, vias de entrada, além das minhas percepções acerca da presença dos poucos vendedores ocupantes. Nossa aposta é que uma leitura acerca das características da organização interna do Shopping Uai pode nos guiar a conhecer parte das contradições implicadas no processo de recuperação do empreendimento, uma vez legitimada pelos objetivos da “inclusão produtiva”.

4.1.1 Caracterização espacial de um “shopping fantasma”

Ao longo dos percursos que constituíam a rotina de trabalho de campo, habituei-me a passar pela Rua Curitiba em direção à Praça Rio Branco (a Praça da Rodoviária). Neste itinerário, deparava-me primeiro com a entrada de fundos do Uai Shopping, no cruzamento da Rua Vinte Um de Abril — um acesso visivelmente mais precário do que sua entrada oficial pela Rua Saturnino de Brito — de frente para o Terminal Rodoviário e a passarela que leva à Estação Central do metrô. A entrada dos fundos está localizada quase embaixo de um dos viadutos que compõe o Complexo da Lagoinha, e por isso oferece pouca sinalização aos passantes desavisados de que se trata da entrada de um shopping. Diferente da fachada oficial que traz o letreiro “Uai Shopping — Empreendedorismo Social”, o portal de entrada da Rua Vinte Um de Abril não é sinalizada e tampouco esconde as más condições de conservação do prédio.

Figura 10 - Entrada dos fundos do Uai Shopping



Fonte: Acervo pessoal

Logo na comparação entre os dois acessos, observamos desigualdades importantes na distribuição dos pontos de venda. Elas estão ligadas à visibilidade dos negócios aos passantes, mas não somente. Enquanto os boxes próximos à entrada principal expõem vitrines robustas, manequins, placas; os vendedores que trabalham nos boxes próximos ao acesso dos fundos contam com pouco espaço de calçada, além de conviverem ali com maior sujeira e barulho causados pelo tráfego intenso de veículos.

Entrando pelos fundos, caminhamos pelos corredores estreitos formados pelas dezenas de boxes (estruturas de dois metros de largura por um de comprimento) construídas em 2017 para abrigar a maior parte dos ambulantes cadastrados no programa público-privado de “inclusão produtiva”. Naquele momento, já após mais de seis meses da implementação da política, os novos boxes ficaram, em sua grande maioria, fechados devido à baixíssima adesão dos ambulantes.

Sob o mesmo teto, pareciam existir dois shoppings distintos. Visivelmente, os novos boxes não se confundiam com os demais negócios existentes desde antes à gestão municipal atual. Em sua maioria, os pontos já anteriormente ocupados por comerciantes que pagam

aluguéis de forma convencional — leia-se: sem qualquer mediação com o poder público — se concentram em áreas mais bem localizadas, próximas da entrada principal no andar térreo, onde os consumidores são mais facilmente atraídos pelas vitrines que avançam às calçadas. Enquanto isso, as centenas de boxes da “era Kalil” ficam tanto nos fundos do andar térreo, como nos outros dois acima, estando acessíveis, portanto, apenas a quem entra e caminha pelo shopping. As lojas se diferenciam dos boxes, além disso, por ostentarem estruturas mais bem apresentadas e com maior metragem, proporcionando que os comerciantes tenham mais quantidade e diversidade de produtos, seja em estoque ou em exposição.

A ligação entre os três andares é feita principalmente por escadas rolantes localizadas em pontos estratégicos que obrigam os visitantes a realizarem percursos mais tortuosos e compridos do que precisariam — tecnologia arquitetônica existente também em shopping centers convencionais. Especialmente nos andares superiores a sensação era de andar em um labirinto, já que a maioria das centenas de boxes construídos tinha portões fechados. Presenciei algumas vezes pessoas que abordavam os vendedores perguntando pelo acesso às escadas ou a alguma das instituições alocadas no shopping. Aquela parecia uma interação corriqueira e que irritava os comerciantes. A unidade do Sebrae, a casa lotérica da Caixa Econômica Federal, a agência dos Correios, isso sem contar uma unidade das Lojas Americanas e um único restaurante, de tipo *self-service*, pareciam ser a garantia que sempre houvesse público circulando pelo shopping. Nas mesas pouco disputadas da silenciosa praça de alimentação, encontrei o lugar perfeito para escrever meus diários de campo.

Mesmo frequentando com regularidade o espaço, constantemente me perdia em seus corredores e recorria aos vendedores buscando por orientação. Deste modo, dei início tanto a conversas rápidas quanto entrevistas mais longas que pareciam cortar o tédio angustiante de quem espera clientes em um “shopping fantasma”. Ainda assim, a interação com os vendedores neste shopping também parecia, por vezes, ser bastante incômoda. Diante de um movimento praticamente inexistente de clientes, foi inevitável que quando me aproximava para apenas conversar, sem intenção de compra, isso provocasse frustração nos trabalhadores.

4.1.2 O prelúdio da operação: articulações público-privadas

Desde o início da gestão de Alexandre Kalil, criou-se um ambiente político para a realização de novas investidas organizadas de disciplinarização de práticas e “limpeza” do

centro. Do ponto de vista institucional, as ações já estavam amparadas pelo Plano de Reabilitação do Hipercentro (ou Plano de Ação do Hipercentro) (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE; PRAXIS, 2007)⁶⁰ que, tendo sido formulado ainda em 2007, foi reavivado pelo executivo municipal como diretriz geral no âmbito da gestão urbana no novo mandato.

O documento produzido, resultante de um estudo sobre a importância e a viabilidade de uma série de propostas de ação, incluía os seguintes eixos: habitação, requalificação dos espaços públicos, atividades econômicas, sistema viário e transportes públicos, legislação urbana e gestão⁶¹. Diante dos critérios técnicos estipulados para a ordenação das ações prioritárias em cada um desses eixos, ações ligadas diretamente ao combate ao comércio ambulante e à efetivação da política dos shoppings populares aparecem no topo de prioridades⁶².

De forma concomitante à readequação do plano de governo, é preciso ressaltar o surgimento do Movimento SOS Hipercentro, anunciado oficialmente como iniciativa da ACMinas⁶³ junto à Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG). O “movimento” conta com a participação de pelo menos 20 organizações e emerge antes mesmo do resultado das eleições de 2016. A articulação sugere a formação de uma governança compartilhada entre integrantes dos setores público e privado, a fim de que fossem elaboradas transformações solucionadoras para os problemas da área central. Segundo o presidente da associação, os representantes das entidades que integram o movimento acompanham a implementação das ações coordenadas da Prefeitura em reuniões realizadas quinzenalmente, em que também apresentam sugestões, ideias e projetos diretamente aos secretários e técnicos

⁶⁰ O plano foi elaborado pela empresa Práxis Projetos e Consultoria Ltda., que venceu o processo licitatório para a sua realização. A Prefeitura de Belo Horizonte coordenou os trabalhos por meio da Secretaria Municipal de Políticas Urbanas, e contou com recursos da Caixa Econômica Federal e do Ministério das Cidades.

⁶¹ Em cada uma dessas categorias, as propostas de ação foram elencadas levando-se em conta o potencial estratégico, a viabilidade econômica, o grau de independência, a abrangência espacial, o potencial de inclusão social. Na metodologia utilizada, cada um desses critérios conta com pesos diferentes, resultando em uma “nota” final para cada ação, conformando, consequentemente, uma lista de prioridades (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE; PRAXIS, 2007, p. 46).

⁶² No eixo “Atividades econômicas”, aparecem em primeiro lugar “Monitoramento e avaliação das ações de retirada dos camelôs das vias públicas: política dos Shoppings Populares” e, em segundo, “Utilização de shoppings populares, galerias e centros comerciais como espaço de comercialização do programa de economia solidária”. Já no eixo “Legislação urbana e gestão”, aparece em primeiro lugar “Campanhas educativas sobre as normas do Código de Posturas especialmente quanto à utilização das calçadas e intensificar fiscalização” (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE; PRAXIS, 2007, p. 47-50).

⁶³ Consta no site oficial da ACMinas: “A entidade também busca contribuir para a revitalização do hipercentro de Belo Horizonte, com a criação do movimento S.O.S. Hipercentro, e atua intensamente em favor da normalização político-institucional do Brasil e a retomada de seu desenvolvimento.” (ACMINAS, [20--])

municipais (CAMELÔS..., 2017). Além disso, representantes da Polícia Militar e Guarda Municipal são cobrados e orientados pessoalmente nessas reuniões pelos empresários que compõem o grupo. Dentre as medidas prioritárias, amplamente anunciadas pelo Movimento SOS Hipercentro, estão a “tolerância zero à presença de camelôs no prazo de 60 dias, redução do número de pessoas em situação de rua e providências para a segurança pública.” (GOVERNANÇA..., 2017, p. 3).

Figura 11 - Reunião entre empresariado, secretaria municipal, PM, GM e parlamentar



Fonte: Jornal ACMinas (2017)

Em uma das reuniões do Movimento SOS Hipercentro, junto a figuras importantes do poder público, a recém-empossada secretária municipal de Serviços Urbanos, Maria Caldas⁶⁴, “ênfatizou a existência de um problema imediato — os mais de 600 camelôs e *toreros* que invadiram o centro da cidade — que precisa ser resolvido o quanto antes e que vem envolvendo praticamente todos os órgãos da administração municipal.” (GOVERNANÇA..., 2017, p. 10). Os objetivos imediatos buscados pelo “movimento” são apregoados como parte de um projeto de “longo prazo para assegurar à região central de Belo Horizonte um desenvolvimento sustentável” (GOVERNANÇA..., 2017, p. 8). A retirada dos ambulantes das *ruas* é destacada por esse grupo de interesse a partir de seu inerente caráter de urgência, o que acelerou uma vinculação concreta dos vários atores implicados através da convergência de seus interesses.

⁶⁴ Entre 2011 e 2014, Maria Caldas esteve à frente do Departamento de Infraestrutura Social e Urbana do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no ministério do Planejamento no governo de Dilma Rousseff (PT). Entre 2015 e 2016, ela foi chefe de gabinete da Presidência da São Paulo Obras, empresa ligada à Prefeitura de São Paulo.

O conjunto de medidas funcionaria a curto prazo como uma “força tarefa”. Ele seria um primeiro passo dentro de um expediente extenso de ações, resultantes de um emaranhado de investimentos, diretos ou indiretos, de atores de diferentes áreas, dentre eles os segmentos do mercado imobiliário, de segurança (pública e privada⁶⁵), de lojistas e, claro, dos shoppings populares. Como uma relação em cadeia, uma primeira frente de investimentos, então, abriria o caminho para outras, à medida em que, no decorrer do processo, as condições e plausibilidades se redesenham. Subscreeve-se a isso a noção de “movimento”, termo expresso também por Mário Valadares quando se referia ao nascimento dos shoppings populares, ligado, por sua vez, à simbiose e à suposta inseparabilidade entre os objetivos e as atribuições dos setores públicos e privados para o ordenamento da cidade.

4.1.3 A implementação da transferência dos ambulantes para os shoppings populares, fase a fase

A seguir, descreveremos como ocorreu o processo de implementação da transferência dos ambulantes das *ruas* para os shoppings populares em 2017. Tomamos como indicação inicial a complementariedade das ações de controle e de inserção dos trabalhadores nos shoppings, mas também as articulações políticas que dão forma a novas institucionalidades que legitimam e fazem desencadear o processo de expulsão dos trabalhadores .

Como método de compreensão da cronologia de implementação dessa política, propomos uma divisão da cadeia de ações em cinco partes, cada qual representa um elemento fundamental para sua concretização. Paralelamente, exporemos também a evolução das mobilizações populares suscitadas em cada fase desse processo.

4.1.3.1 Primeira etapa: o mapeamento do público-alvo

⁶⁵ Como já analisado em outro trabalho (ARAÚJO FILHO, 2016b), diferentemente dos fiscais integrados (funcionários públicos, ingressados mediante concurso, com a devida progressão salarial, plano de carreira, sindicalizados, com atribuições bem definidas etc.), os auxiliares de fiscalização são funcionários terceirizados que, em maior número do que os primeiros, se engajam nas ações diárias contra o comércio ambulante. A carteira de trabalho dos auxiliares é assinada enquanto funcionários de uma empresa especializada em “serviços gerais”, que por sua vez mantém vínculo contratual (do tipo “prestação de serviços”) com a Prefeitura.

Antes mesmo da aprovação definitiva da nova Operação Urbana, o primeiro passo do novo mandato municipal foi mapear e cadastrar os ambulantes que atuavam no Centro. Entre março e maio de 2017, agentes de campo credenciados pela Prefeitura andaram por toda a região abordando os ambulantes e preenchendo questionários para a produção rápida⁶⁶ de dados sobre essa população. Um total de 1143 ambulantes teriam sido contabilizados e pré-cadastrados como potenciais “beneficiários” da política por vir. Cerca de apenas 600 desses compareceram posteriormente à sede da Prefeitura para completarem o cadastro, tal como orientado.

Compreendemos que essa primeira ação serviu a três propósitos estratégicos principais:

(1) Como anunciado publicamente, esse mapeamento do público-alvo serviu primeiramente como base para o dimensionamento e o ajuste do projeto em elaboração.

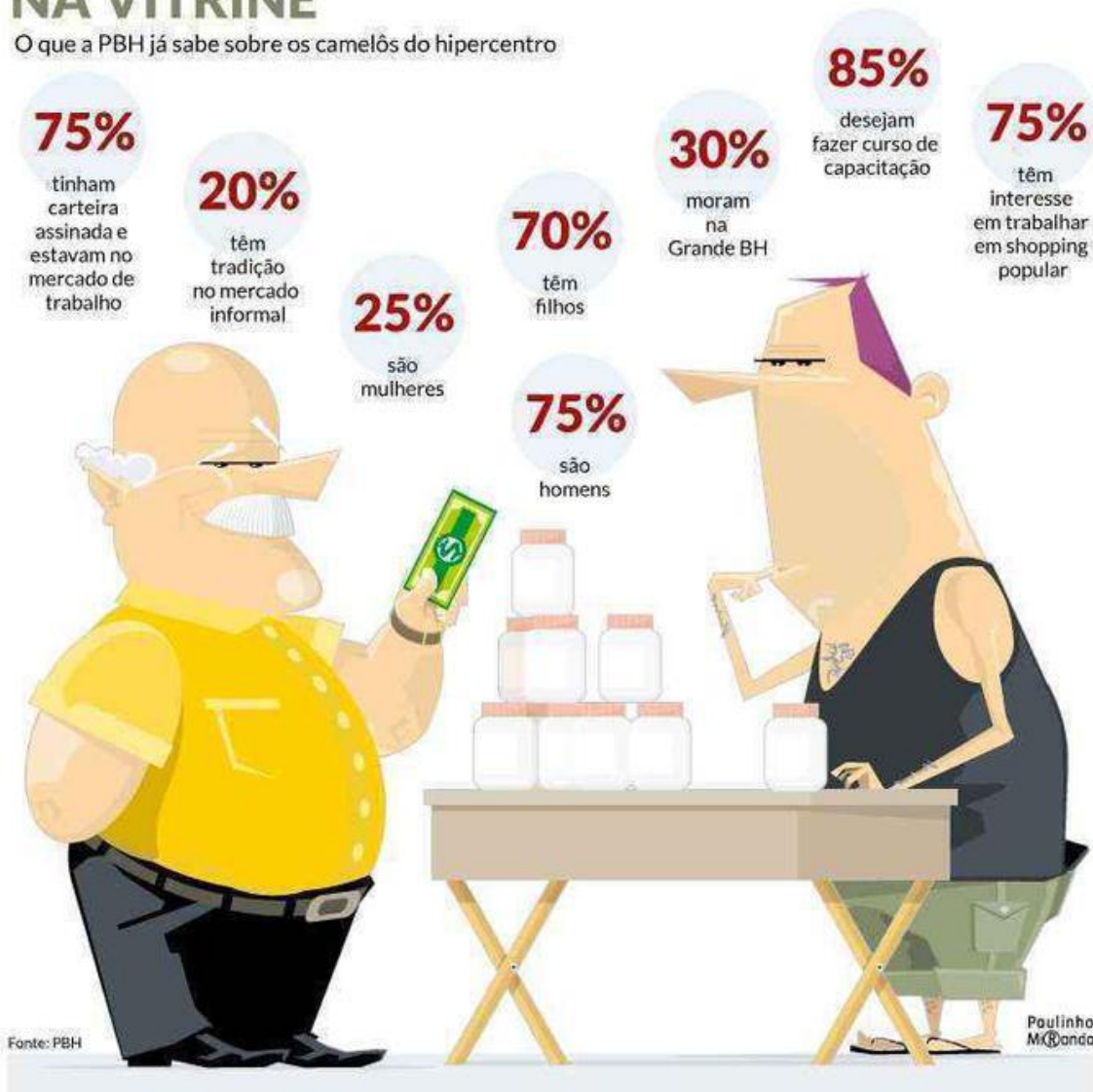
(2) Além disso, os dados produzidos tiveram função no *marketing* utilizado para atestar a legitimidade das ações públicas, bem como para consentir a viabilidade das medidas formuladas. Esses dados foram divulgados sistematicamente tanto na mídia quanto em arenas públicas, como audiências, reuniões de conselho, coletivas de imprensa etc. A partir desses fins, produziu-se, assim, um perfil médio do ambulante ajustado oportunamente aos planos já existentes de transferência para os shoppings populares. Resultados preliminares divulgados ainda no mês de abril de 2017 já apontavam, por exemplo, que 75% dos ambulantes já estiveram inseridos no mercado de trabalho formal, apenas 20% tinham “tradição no mercado informal” e 75% tinham interesse em trabalhar em shoppings populares.

⁶⁶ Os elementos metodológicos desse levantamento ainda são obscuros: não foram divulgados oficialmente e tampouco revelados ao pesquisador quando requisitados. Por isso, para fins desta pesquisa, considero os dados inviáveis como retrato quantitativo deste grupo social.

Figura 12 - Apresentação gráfica do “perfil dos vendedores ambulantes” levantado pela PBH

NA VITRINE

O que a PBH já sabe sobre os camelôs do hipercentro



Fonte: Paulinho Miranda - Jornal Estado de Minas (2017)

A política contou, portanto, com a produção e veiculação de um perfil homogeneizado desses trabalhadores, induzindo, pela “força dos números”, à inevitabilidade da aplicação de medidas específicas. A aparente situação transitória de engajamento desses sujeitos à prática do comércio ambulante está, portanto, associada a esse perfil geral convenientemente ressaltado inclusive pela mídia. A elaboração da imagem de que vendedores ambulantes são “desorganizados” e “em situação temporária” também está presente na base de legitimação de políticas regulatórias, via de regra paradoxais, aplicadas em outros lugares do mundo, como demonstraram, por exemplo, Racaud, Kago e Ouwor (2018) em um estudo realizado em centros urbanos no continente africano. Estrategicamente, enquanto encapsulados como força de

trabalho desprendida e fragmentada, tornam-se mais facilmente capturáveis por medidas que visam à sua “inserção”.

(3) Por último, para além da produção de dados, a abordagem (não corriqueira) de agentes da Prefeitura aos trabalhadores de *rua* também serviu como “ação educativa”, que visou orientar os ambulantes que foram encontrados descumprindo regramentos municipais. Isto é, tal aproximação serviu como uma notificação da gestão municipal que, por sua vez, demarcava naquele momento a celebração de um reinício da relação entre os ambulantes e o poder público. Ou, desde o ponto de vista de um *controle negociado*, normalmente estabelecido entre o Estado e os vendedores ambulantes (ARAÚJO FILHO, 2016a, 2016b), foi firmado um novo princípio de acordo, a partir de novos termos e datas. Obedecendo às resoluções do Movimento SOS Hipercentro, foi anunciado um prazo de 60 dias (e depois estendido para 90) para que os ambulantes buscassem se reorganizar e renunciassem “voluntariamente” ao trabalho nas *ruas*.

No decorrer desse intervalo de tempo, os ambulantes não se depararam com grandes investidas de equipes de fiscalização ou de Guardas Municipais, foi, portanto, um período de tolerância. Apesar disso, mesmo tendo se aproveitado dessa janela, angustiavam-se com a aproximação do fim do prazo, sem saber ao certo que tipo de tratamento receberiam em seguida, como foi observado diariamente nas conversas virtuais dos grupos de *Whatsapp* naquele período.

Como anunciado previamente pelo poder público, o término dos 90 dias de prazo daria início a uma nova etapa: a “tolerância zero” (MARIANO, 2017). Pelas palavras do prefeito Kalil em depoimento para uma reportagem: “Nós abordamos carinhosamente todo mundo. Agora, não podemos ficar à mercê de contravenção, de coisa errada” (NOGUEIRA, 2017).

4.1.3.2 Segunda etapa: “tolerância zero”

O início do mês de julho de 2017 marcou o término do período de orientações e notificações realizadas por agentes de campo da Prefeitura. Foi um período relatado como bastante intenso, repleto de acontecimentos marcantes pelos embates diretos entre as forças policiais e os ambulantes. Foi nesse contexto que surgiram algumas centelhas para transformações importantes relacionadas tanto aos esforços de reordenamento urbano propostos pela gestão municipal, quanto às ações coletivas em reação.

Terminado o prazo anunciado pela Prefeitura, deu-se início à retirada forçada dos ambulantes das *ruas*, procedimento que ocorreu mediante muita resistência desses trabalhadores. Em paralelo à agitação popular, ocorreu o adiantamento da designação das vagas nos shoppings, subseqüentemente complementada pela aprovação da Operação Urbana na Câmara Municipal, articulando, assim, cada um dos diferentes pontos de consolidação do programa. É preciso, de início, compreender as referências que se subscrevem a essa etapa fundamental de implementação das medidas.

Dentro do processo desenrolado em Belo Horizonte a partir de 2017, o termo *tolerância zero* foi utilizado como um ponto de virada da postura da gestão municipal, precisamente como um endurecimento programado. A escolha do termo, tanto por representantes do poder público, quanto da mídia, não é aleatória, inclusive porque ele é utilizado com frequência também em outros contextos locais no Brasil⁶⁷. É preciso ressaltar que, longe de ser um simples elemento retórico que representa a “mão firme” do prefeito, ele remete diretamente a uma corrente de formulação de políticas urbanas que ficou conhecida originalmente pela experiência novaiorquina⁶⁸ na década de 1990, marcada pela intensificação do combate à criminalidade, embasada em um discurso criminológico pretensamente científico (WACQUANT, 2002, 2010). Segundo estas premissas originais, incluíam-se como alvos tanto atividades criminosas (especialmente as práticas delituosas de pequena expressão), quanto atividades irregulares que comprometeriam a “ordem urbana” em sua dimensão visível, a exemplo dos vendedores ambulantes daquela localidade. Ao ser implementada sob a forma de um programa de “ação policial racional”, a doutrina baseava a delimitação de seu público-alvo a partir de “uma equivalência entre agir fora das normas e estar fora da lei” (WACQUANT, 2002, p. 16).

Sem que essas práticas tenham sido, de fato, eficazes perante seus próprios objetivos, como demonstrou Devlin (2018), elas se configuraram em técnicas de gestão — que combinam elementos do urbanismo com segurança pública — cujos resultados foram vendidos como

⁶⁷ O termo “tolerância zero” tem sido utilizado por governantes de outras capitais para anunciar uma mudança de postura no trato com praticantes de pequenas infrações, frequentemente com ambulantes. Os projetos de intervenção urbana implementados por Marcelo Crivella (Partido Liberal - PL) e Eduardo Paes (Democratas - DEM) no Rio de Janeiro; e de João Dória (PSDB) e Bruno Covas (PSDB) em São Paulo, em substância, trazem discursos e léxicos similares aos mobilizados por Kalil em Belo Horizonte, tal como relatado em matérias jornalísticas (CRIVELLA..., 2020; CENTRO..., 2021).

⁶⁸ Trata-se do mandato de Rudolph Giuliani que, pelo Partido Republicano, implementou em seus mandatos (1994 a 2002) renomadas políticas de requalificação urbana, bem como teria diminuído drasticamente nos índices de criminalidade. Seus métodos tornaram-se mundialmente conhecidos, inclusive porque, depois do fim de seus mandatos como prefeito, difundiu seus métodos enquanto consultor internacional de políticas urbanas e de segurança pública.

inquestionáveis e amplamente replicáveis a qualquer contexto urbano. A partir do esforço coordenado de exportação dessas concepções (PECK; THEODORE, 2010; WACQUANT, 2010), como uma política que “circula” globalmente, o procedimento da *tolerância zero* converteu-se em uma espécie de senso comum para a elaboração de políticas de ordenamento urbano nas décadas seguintes (SWANSON, 2013). A princípio, funcionaria como uma orientação geral habilitada a se ajustar a qualquer cidade, se configurando, assim, como a chave para a superação de todo tipo de criminalidade associada à noção de desordem urbana. Em especial nas metrópoles latino-americanas, o discurso da *tolerância zero* foi bastante difundido (WACQUANT, 2010; SWANSON, 2013), tendo reforçado e se imbricado, na prática, à estrutura punitiva e racista já vigente. Transpõe-se, assim, aos grupos indesejados de qualquer lugar o manto da ameaça à “qualidade de vida urbana”.

Por fim, a utilização do termo pelo prefeito de Belo Horizonte parece demarcar o limite das problemáticas da convivência urbana que não merecem ser debatidas publicamente e que, assim, devem ser “superadas” à força. O discurso adotado por Kalil que qualificava a operação como “definitiva e sem volta” para os ambulantes, portanto, não era uma novidade. A Operação Urbana de 2017 seguiu como um reforço do isomorfismo entre a ordem pública e a segurança pública (HIRATA, 2014), cuja plausibilidade institucional e discursiva foi construída ao longo dos últimos anos, inclusive em consonância com concepções políticas validadas globalmente.

No dia 03 de julho de 2017, começaram efetivamente as ações de retirada dos trabalhadores ambulantes, ocasionando confronto aberto entre ambulantes e a polícia, colocada nas *ruas* desde o anúncio do período de *tolerância zero*. A secretária Maria Caldas anunciou: “A fiscalização vai acontecer enquanto houver necessidade, poderá aumentar ou diminuir de acordo com a evolução do cenário que nós temos nos ocupado” (DAMÁZIO, 2017). Desde então, a secretária assumiu-se como a porta-voz das ações, esteve presente nas principais reuniões de negociação, audiências públicas, deu inúmeros depoimentos para a mídia. Em decorrência disso, seu nome também esteve na boca dos *toreros*, e os grupos de *WhatsApp* (em que ambulantes de toda a cidade se comunicam diariamente) passaram a fervilhar com milhares de mensagens diárias. Nas *ruas* e nas redes sociais, ambulantes esbravejavam e disparavam ameaças tanto a ela, quanto ao prefeito Kalil. Segue alguns extratos de caderno de campo redigidos a respeito dos eventos ocorridos naquele dia.

As ações começaram no início da manhã quando as equipes de fiscalização acompanhadas de policiais rondaram as ruas e retiraram materiais de ambulantes que ficavam acumulados nos quarteirões fechados da Praça Sete de Setembro e nos principais pontos de venda no baixo-centro, como a região da Rua Carijós e da Avenida Oiapoque. No fim da manhã, ambulantes que já estavam se comunicando por grupos de *WhatsApp* se reuniram em pontos estratégicos e, em resposta à fiscalização, fecharam vias da Praça Sete com objetos em chamas. A PM tentou dispersar os manifestantes com bombas de efeito moral e vários ambulantes responderam com pedradas. Os corre-corres aconteceram principalmente nas mediações da praça, que se tornou o centro dos conflitos. Alguns lojistas espontaneamente fecharam suas portas com medo da violência. Durante toda a tarde houve protestos. Gritavam “UH, É CAMELÔ!”, “FORA KALIL!”, “KALIL VACILÃO, CAMELÔ NÃO É LADRÃO” e “QUEREMOS TRABALHAR!”. [...] No fim da tarde, saíram da Praça Sete e fizeram uma caminhada de protesto até o Shopping Oiapoque, local simbolicamente importante para o grupo. No caminho, mandavam os lojistas fecharem as portas. Em coro, gritavam “FECHA, FECHA, FECHA!”. A polícia revidou com gás de pimenta e agiu de forma truculenta até com quem estava próximo, mas sem necessariamente fazer parte da manifestação. Vários vídeos que flagraram brutalidade policial foram veiculados pelo *Facebook* e *WhatsApp*. Logo neste primeiro dia, 11 pessoas foram presas por incitar a violação da ordem pública e três foram acusadas por destruição de patrimônio. Além disso, oito pessoas foram feridas e atendidas pelo SAMU [Serviço de Atendimento Móvel de Urgência], sendo que duas delas tiveram que ser encaminhadas para hospitais. As passeatas seguiram até a noite, quando os manifestantes tentaram fechar a pista de ônibus na Avenida Paraná, mas sem sucesso. [Extrato de caderno de campo - 2017]⁶⁹

Figura 13 - Manifestação de vendedores ambulantes



Fonte: Mídia Ninja – Brasil De Fato (2017)

⁶⁹ Quando estes eventos aconteceram, o pesquisador não estava em Belo Horizonte, mas pode acompanhar, em tempo real, as postagens nas redes sociais, que traziam, além das mensagens escritas, áudios com depoimentos, fotos e vídeos; além da cobertura da mídia.

Figura 14 - Ação policial contra a manifestação dos vendedores ambulantes



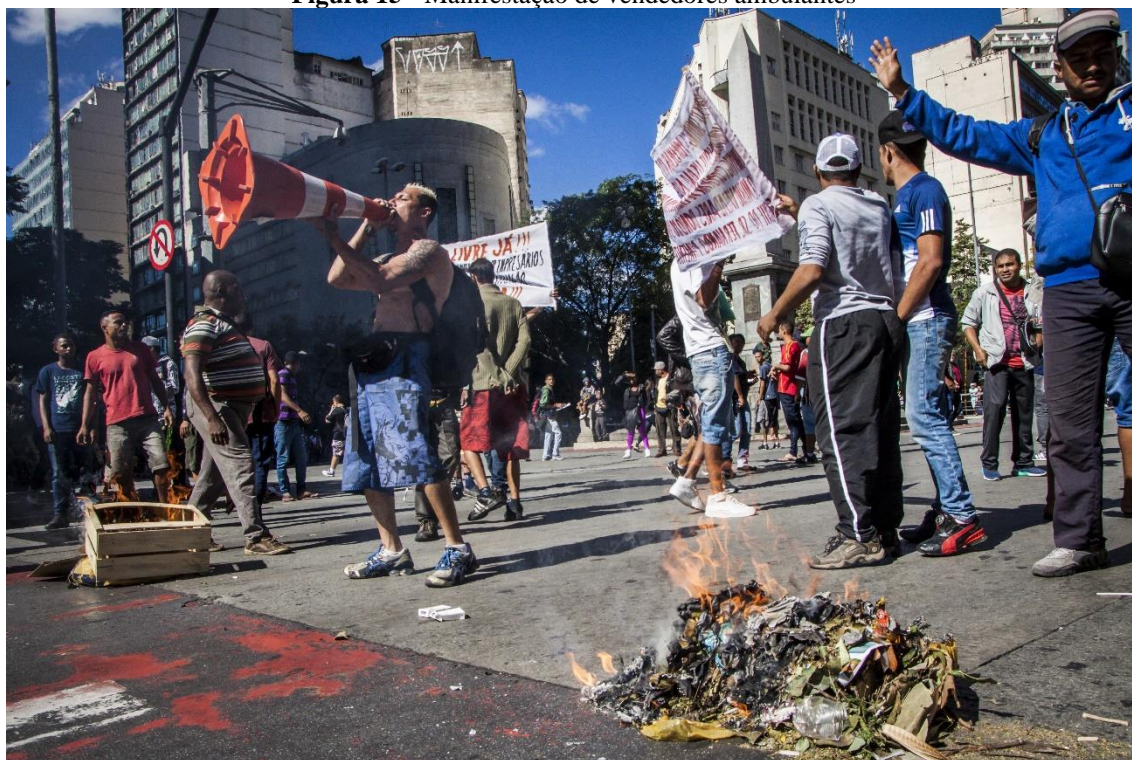
Fonte: Esquerda Online (2017)

Na manhã do dia 04/07, em coletiva de imprensa, Kalil comentou as ações de fiscalização e as manifestações nas *ruas*. Referindo-se à resistência dos trabalhadores, o prefeito alegou não permitir que “um bando de 50 contrabandistas de cigarro” voltasse a trabalhar na cidade. Sublinhava, assim, tanto o caráter minoritário do grupo que resistia, quanto a sua face ilícita: “Cigarro roubado e celular roubado vendido na cara do poder público na minha cidade não terá”. Na mesma entrevista, porém, referindo-se à alternativa dos shoppings, alegou que “o poder público tem o dinheiro pra ajudar a quem precisa. Então não é uma coisa desumana que nós estamos fazendo. Nós estamos fazendo uma coisa planejada, bem feita, de responsabilidade” (SILVA, 2017). O enquadramento narrativo explicitado nas falas públicas do prefeito diz respeito à necessária elaboração de uma transversalidade na lógica classificatória que, simultaneamente, dá sentido à premeditada repressão policial bem como ao investimento em inserção social “para quem precisa” por meio da realocação nos shoppings.

Mais uma vez, o dia foi marcado por intenso conflito entre manifestantes e a Polícia Militar. As manifestações ocorreram desde a manhã e com ainda maior volume de participantes do que anteriormente. Os ambulantes fecharam ruas em vários pontos do Centro e reagiram às

ações da polícia com pedradas e bombas caseiras. Uma notícia do jornal *Estado de Minas* caracterizou a situação como “campo de guerra”. Mais 10 pessoas foram detidas, acusadas de incitarem a desordem pública.

Figura 15 - Manifestação de vendedores ambulantes



Fonte: Mídia Ninja - Brasil De Fato (2017)

Todo o trânsito de veículos no centro da cidade ficou afetado. As vias interrompidas foram liberadas somente às 18h, momento em que a maioria dos manifestantes se deslocou para uma assembleia organizada através de grupos de *WhatsApp* e que ocorreu debaixo do Viaduto Santa Tereza, lugar já tradicionalmente associado a manifestações políticas e culturais na cidade. Cerca de 200 pessoas estiveram presentes na reunião daquela noite, quando deliberaram a respeito dos próximos passos dos protestos e das tentativas de negociação. A equipe da Gabinetona⁷⁰, incluindo Áurea Carolina (Partido Socialismo e Liberdade - PSOL), então vereadora, além de um promotor de justiça, também estiveram no local em apoio à causa popular. A Polícia Militar e a Guarda Municipal acompanharam a assembleia de perto, mas não

⁷⁰ Mandato coletivo das vereadoras do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL): Áurea Carolina e Cida Falabella, e em “coverança” com Bella Gonçalves (membra da Brigadas Populares), iniciado em 2017. Trata-se de “uma equipe única, em um gabinete compartilhado e sem divisórias” (GABINETONA, [201-])

impediram que ela acontecesse. Apesar da truculência policial dos dias anteriores, o grupo decidiu manter as manifestações para o terceiro dia consecutivo.

Figura 16 - Assembleia realizada debaixo do Viaduto Santa Tereza



Fonte: Gabinetona (2017)

É preciso dizer que toda a sequência de protestos marcou a concretização de organizações coletivas em torno da pauta do direito ao trabalho de *rua* em resposta à Operação Urbana. As assembleias realizadas naquele momento serviram não só como espaços deliberativos para a articulação de ações coletivas, mas também foram ocasiões de surgimento (ou legitimação) de algumas figuras que surgiram como lideranças durante o processo, inclusive atuando como mediadores diretos em ocasiões de negociação com o poder público ao longo dos meses seguintes. Confluentes a essas trajetórias, foi também naquele momento que algumas organizações de esquerda já atuantes em outras frentes, como as Brigadas Populares e a Intersindical, se aproximaram das manifestações e da causa. A partir desses eventos, passaram a se articular com algumas das lideranças que emergiam entre os ambulantes, incorporando, de forma duradoura, a “questão dos ambulantes” em suas pautas.

De forma geral, essas articulações recolocam a pauta do comércio ambulante dentro da agenda dos movimentos urbanos em Belo Horizonte de forma importante. A principal ação concreta fruto dessas articulações foi a ocupação, já no início de 2018, do prédio do antigo

Banco Hércules no Centro de Belo Horizonte. A Ocupação Vicentão⁷¹ foi coordenada por lideranças dos ambulantes em parceria com as Brigadas Populares e a Intersindical. Abrigou cerca de 90 famílias, prioritariamente sem-teto e trabalhadores ambulantes que atuavam no Centro e que foram diretamente afetados pela política municipal. A ocupação foi uma experiência considerada inovadora ao confluir as lutas urbanas (PAOLINELLI, CANETTIERI, 2019), ao articular em sua prática política estratégias de moradia e trabalho (NOGUEIRA, 2019). Além de proporcionar local de habitação provisória, a organização transformou o saguão do edifício em uma espécie de centro de referência ao trabalhador de *rua*, onde ocorreram reuniões periódicas, atividades de formação diversas etc.

No dia 05 de julho de 2017, pelo terceiro dia, os ambulantes resistiam nas *ruas* contra a retirada forçada e a nova transferência para shoppings populares. Desde as 10h da manhã, seguiram caminhando pelas ruas do baixo-centro, passando pelos quarteirões cotidianamente preferidos dos *toreros*. A manifestação transcorreu, dessa vez, de forma mais pacífica que antes. Contando com um menor grupo de pessoas, a Polícia Militar administrou a passeata sem fazer uso da força para dispersá-la.

Mesmo diante do “esfriamento” dos protestos, simbolicamente foi um dia importante e com ampla repercussão na mídia local (CAMELÔS..., 2017; PELO 3º..., 2017). Na Praça Sete, os vendedores deram as mãos e fizeram um abraço coletivo no obelisco que marca o centro da cidade.

⁷¹ A ocupação foi nomeada em homenagem a Vicente Gonçalves (falecido em 2016). Vicentão atuava como advogado popular e ficou conhecido por militar em prol de ocupações em vilas e favelas em Belo Horizonte. Além disso, foi um dos membros da Comissão Brasileira da Anistia.

Figura 17 - Manifestação de vendedores ambulantes



Fonte: Cláudio Costa - Jornal Estado de Minas (2017)

Mais tarde, naquele mesmo dia, um grupo de manifestantes caminhou até a Câmara de Vereadores, ocupou o *hall* e tentou entrar na galeria do plenário, mas foi impedido. Outro grupo de representantes dos ambulantes conseguiu ingresso e se reuniu com alguns vereadores, inclusive com o presidente da casa, Henrique Braga (PSDB), no intuito de angariar apoio para negociações junto ao poder executivo. Com esse intuito, e com o auxílio da equipe técnica da Gabinetona, os ambulantes elaboraram um documento com propostas levantadas nas assembleias, em alternativa à transferência para os shoppings populares (CAMELÔS..., 2017), e acionaram o Ministério Público.

Figura 18 - Manifestação de vendedores ambulantes



Fonte: Mídia Ninja – Brasil De Fato (2017)

A presença espetacularizada das forças policiais nas ruas foi um elemento indispensável para a ativação do discurso de poder. O sufoco produzido e performado nos locais de trabalho dos ambulantes catalisa a conversão da única alternativa apresentada em única saída plausível, incorporada pelos sujeitos. Para isso, como vimos, a sequência de protestos também foi, de certa forma, administrada pelas forças policiais. Apesar dos discursos da “tolerância zero”, o uso da força policial não é desmedido, mas balizado a ponto de forçar uma resignação massificada e gradual ao trabalho de *rua*. Articuladas às possibilidades de funcionamento dos shoppings, em paralelo à temporalidade dos trâmites legislativos em curso, as polícias intensificam e afrouxam suas forças em medidas suficientes para arrefecer os conflitos nas *ruas* e forçar a efetivação da alternativa imposta.

4.1.3.3 Terceira etapa: a entrada nos shoppings

No dia 06 de julho de 2017, ocorreu o sorteio das vagas nos shoppings populares no auditório da Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte (BELOTUR). Como manobra de apaziguamento das manifestações que persistiam dia após dia, o sorteio dos boxes que deveria ocorrer no dia 20 foi adiantado 14 dias. O auditório comportava cerca de 50 pessoas

ficou lotado. O procedimento também foi transmitido ao vivo via internet pelo canal oficial da Prefeitura no *Youtube*. Foram cerca de 600 pessoas cadastradas para participar do sorteio para as 1547 vagas, pelo qual também se definiria, à sorte, em qual shopping e em qual posição/banca cada vendedor atuaria (havia mapas informativos que mostravam aos presentes a localização das bancas dentro dos dois shoppings, marcadas por um número de identificação)⁷².

Figura 19 - Sorteio das vagas nos shoppings populares



Fonte:

Fonte: Leo Fontes - Jornal O Tempo (2017)

Observa-se, nesta fase, uma valorização estratégica do instrumento de sorteio, através de sua publicização midiática. Indica-nos Kopper (2015), a partir da análise de um procedimento análogo, ocorrido em Porto Alegre, que o sorteio de vagas funciona como um rito da formalidade público-privado que cumpre o papel de dar ares de impessoalidade às negociações políticas que ocorrem de fundo.

Dois shoppings populares do mesmo grupo empresarial — o Grupo Uai — atenderam ao edital e ofereceram vagas para serem ocupadas pelos ambulantes. Foram 676 bancas disponíveis no Uai Shopping; e 871 no Uai Shopping O Ponto, em Venda Nova. Da mesma

⁷² As vagas remanescentes foram sorteadas em data posterior entre os trabalhadores que não ficaram satisfeitos com a posição e/ou shopping que foram designados a ocupar. A troca de lugar entre os sorteados também foi permitida, mas apenas em data posterior, e como um procedimento interno.

forma que a data do sorteio de vagas foi adiantada para esfriar os ânimos dos manifestantes, com o mesmo intuito, a permissão para a ocupação dos espaços dos shoppings também ocorreu às pressas. A princípio, os vendedores começariam trabalhando em bancas improvisadas, feitas de compensado de madeira, enquanto a obra de construção dos boxes definitivos não era finalizada.

Figura 20 - Uai Shopping em julho de 2017



Fonte: Gladyston Rodrigues - Jornal Estado de Minas (2017)

A partir daí, para assumir suas vagas, os sorteados ganharam outro prazo, dessa vez para apresentarem um “termo de ingresso” em que atestariam os novos compromissos com a administração dos shoppings: aluguel, condomínio, taxa de luz, regras sobre uso do espaço e frequência. Os shoppings, que já estavam em obras, ficaram prontos para receber os novos comerciantes já na semana seguinte.

Complementarmente, o projeto também previa a oferta de cursos, a serem realizados no âmbito do Programa Municipal de Qualificação Emprego e Renda, sem custos aos vendedores. Através de chamamento e seleção pública, a Prefeitura terceirizou o serviço a um instituto que ofereceu 669 vagas em cursos como artesanato, informática, assistente administrativo, línguas, e, claro, empreendedorismo.

Ao mesmo tempo, nessa data, os vereadores anunciaram a aceleração da tramitação da proposta da prefeitura relativa ao subsídio público aos shoppings populares, que foi apresentada

no dia 04. Enquanto isso, a mídia que acompanhava o processo indicava, naquele momento, que a proposta tinha tudo para ser aprovada.

As tentativas de diálogo por parte dos coletivos de ambulantes foram uma constante durante todo esse período de implementação. No dia seguinte, dia 07 de julho, ocorreu a mais importante reunião que, dessa vez, contou com a mediação de representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) (TERMINA..., 2017) para negociar a extensão do prazo dos ambulantes deixarem as *ruas*. Também foi requisitado que as alternativas de formalização se diversificassem, isto é, para além da transferência para os shoppings, a fim de atender à grande variedade de práticas de ambulantes, mas a Prefeitura não cedeu.

Os argumentos utilizados nessa tentativa de negociação jogam luz sobre o mecanismo de exclusão inscrito em programas de formalização (RANGEL, 2019a). Como vendedores de balas, algodão doce, refrigerante, cerveja, cigarros, frutas sobrevivem comercialmente dentro de um shopping? Estava clara aos trabalhadores a estratégia por trás da incompatibilidade entre as práticas de trabalho e a alternativa imposta.

4.1.3.4 Quarta etapa: a efetivação institucional

Em 12 de julho de 2017, a Operação Urbana Simplificada do Plano de Inclusão Produtiva de Camelôs do Hipercentro foi aprovada em primeiro turno com facilidade na Câmara Legislativa. Ao todo, foram 32 votos favoráveis, dois contrários e três abstenções. Dessa forma, legitimou-se a alocação dos ambulantes cadastrados em shoppings populares privados, a partir de subsídio público às vagas criadas para esse fim.

O subsídio funciona como uma espécie de financiamento compartilhado. Os shoppings privados se comprometeram em oferecer vagas aos ambulantes cadastrados pela prefeitura, reduzindo os aluguéis em um terço do valor original. Durante um prazo de cinco anos, os dois terços restantes dos pagamentos seriam custeados igualmente pela Prefeitura e o comerciante permissionário. Inicialmente, a Prefeitura arcaria com 95% do valor e o comerciante com 5%. A proporção dos valores vai se invertendo a cada mês transcorrido, de tal forma que, no fim desse prazo, o comerciante passará a arcar com o montante integral do aluguel. Projetava-se que os custos de manutenção dos negócios no shopping crescessem na medida em que eles se desenvolvessem e se estabilizassem economicamente, tornando-se autossustentáveis. Estipulou-se, assim, um valor inicial, para o primeiro ano, de R\$ 30,00. Idealmente, com o

tempo transcorrido, deixariam o *status* de beneficiários do subsídio, tornando-se inquilinos plenos.

Como foi realizado em 2004, no contexto do Centro Vivo, a Operação Urbana de 2017 também previu o custeio, pelo município, de parte dos valores a serem pagos pela transferência dos ambulantes. Em ambos os casos, o pagamento aos proprietários dos shoppings seria feito por meio da disponibilização de títulos de potencial construtivo, proporcionais ao impacto social que estariam produzindo, medido, por sua vez, pelo número de boxes efetivamente ocupados. Apesar do grande impacto urbanístico que esse tipo de negociação acarreta para a organização da cidade, prevista no Plano Diretor, porta-vozes da gestão de Kalil justificam se tratar de um método menos oneroso às contas públicas, alegando ser uma opção ao deslocamento de recursos de áreas prioritárias do orçamento, tais como saúde e educação.

A utilização dessa forma de contrapartida, financeiramente promissora, torna a “questão dos ambulantes” mais atrativa a uma gama mais ampla de agentes econômicos que, em articulação com os demais atores interessados, produzem a viabilidade política dessas medidas. A pluralidade de atores diretamente envolvidos provoca reflexão sobre outras possibilidades de análise multiescalar que, por sua vez, redesenham os significados e os efeitos do combate ao comércio ambulante, isto é, para além das dinâmicas observadas no espaço da *rua* propriamente dito.

Ao longo do processo implementação da Operação Urbana, observamos a reconversão do “direito” em moeda de troca e, em seguida, como ativo financeiro que circula no mercado. Deparamo-nos, portanto, com outra plataforma de circulação de *mercadorias políticas*, tal como havíamos discutido na seção anterior. As negociações destas mercadorias extrapolam os diferentes espaços de interação e troca. Elas possibilitam convergências entre a promoção de uma política de “inclusão produtiva”, fomentada e acelerada pela repressão nas *ruas*; e os processos, previstos em lei, de intervenção financeirizada no Plano Diretor.

A fala de Francisca, uma *torera* que recusou se cadastrar para os sorteios, é ilustrativa para entender o lugar do ambulante nesta imbricação de processos:

FRANCISCA - Ela [Maria Caldas] tomou a conclusão por ela mesma, fez um projeto falido. [...] O Uai Shopping é shopping falido há anos, o Elias vem arrastando com esse shopping há anos, tentando reerguer esse shopping, não consegue. Deu o direito de construção, parece que de cada metro, um metro, dois metros ele ganha. Ele vende isso aí [...]. Quantos milhões esse homem vai ganhar em cima disso? [...] Pois é, até esse ano, até essa gestão da Maria Caldas, eu não entendia, eu fui entender agora porque eu fui na Câmara de Vereador, corri atrás pra ver se a gente conseguia ganhar

alguma coisa, mas aí é que eu fui conhecer esse direito de construção. Quer dizer, a gente vale muito e ao mesmo tempo a gente não vale nada. [...] Cada vez que você volta pra rua, é uma verba que sai do Estado pra mão de um empresário rico e milionário, é isso que eu penso.

A percepção de Francisca desvela as principais funcionalidades da ilegalidade do ambulante para a produção de uma política que, a um só tempo, sustenta um *business* e eleva a circulação de *mercadorias políticas* a outro patamar. Seu depoimento também revela o caráter cíclico e autolegitimador desses programas cujos critérios de eficiência não se baseiam em qualquer tipo de indicador de inclusão social, mas principalmente está relacionado à lucratividade para os atores privados.

Discutiremos a seguir algumas das decorrências práticas da implementação do programa, relativas às ambiguidades de adesão dos trabalhadores à formalização condicionada ao seu deslocamento para os shoppings.

4.1.4 Formas ambíguas de adesão ao “plano de inclusão produtiva”

A pressão pela ocupação de um box em shopping popular no contexto do programa de combate ao comércio ambulante impõe aos trabalhadores um dilema tocante à expectativa de se estabilizar economicamente. Isso ocorre, pois, uma inserção sólida no mercado de trabalho assalariado já não faz parte do horizonte de possibilidades da maioria desses trabalhadores, então a “conquista” de um ponto de venda fixo lhes oferece uma percepção de estabilidade econômica (RANGEL, 2019a). Assim, enquanto comerciante popular, a atuação em um local fechado, “dentro da lei”, sem o risco de ser perturbado pela fiscalização de *rua*, representa um dos caminhos contemporâneos plausíveis de busca por segurança no trabalho. A política de formalização, portanto, toca a subjetividade desses trabalhadores no que diz respeito à esperança por dias melhores.

Visto que o programa de “inserção produtiva” não se efetiva enquanto política de emprego, baseada em direitos sociais, do ponto de vista do seu público-alvo, individualmente, a adesão configura-se em uma aposta nesse sentido. Por um lado, abrir mão de um box concedido significa o retorno para a intranquila vida de *torero*, e então sob condições ainda mais inseguras, frente ao controle estatal ainda mais intenso. Por outro lado, a ocupação dos boxes nos shoppings, ainda que em parte subsidiadas, não lhes garante retorno financeiro (a

curto prazo) suficiente, ou sequer condições mínimas de sustento de suas famílias, como muitos relataram nos primeiros meses de ocupação dos boxes do Uai.

Diante disso, foi comum nos deparar com casos de trabalhadores que, diante desse impasse, encontraram um caminho híbrido entre as duas situações. São vendedores que mantêm seu box de “direito”, mas que ainda têm suas rendas dependentes da venda ambulante, mantendo estafantes rotinas de jornada dupla de trabalho no comércio. Para isso, devem, minimamente, cumprir algumas das normas impostas pela administração dos shoppings (sem necessariamente evitar outros tipos de conflitos) para conservarem suas permissões de utilização dos boxes. Os permissionários não podem, por exemplo, desobedecer aos horários de funcionamento do shopping, se ausentar por muitos dias ou colocarem algum ajudante para os substituírem em seus pontos de venda.

Itamar é um desses trabalhadores que, em 2017, se inscreveu no programa da prefeitura para se formalizar. Participou dos sorteios e ganhou a permissão de uso de um box no terceiro andar do Uai Shopping, no baixo-centro. As razões por trás de sua entrada e permanência no shopping nos servem à melhor compreensão das formas relativas de adesão à política de formalização. Para além das vicissitudes das promessas de “inclusão produtiva”, é importante observar em que medida esses recursos foram incorporados no horizonte de expectativas dos sujeitos. Nesse sentido, prosseguimos com um breve relato da situação em que nos conhecemos, seguido de uma descrição de sua trajetória de vida.

Dando umas voltas pelo Uai, fui chamado por um rapaz que me reconheceu da rua, em um dia que caminhava nos entornos do Shopping Oiapoque. Naquela ocasião, percebendo que observava e conversava com os ambulantes da região, repentinamente, soltou um pacote de cigarros em minhas mãos e falou “vende aí pra você ver como é”. Lembro que a provocação que me impôs me causou desconforto, me deixando quase sem reação no momento. Aquilo me fez pensar que os ambulantes também me observavam; e que minha presença poderia causar incômodos. Respondi à pergunta desafiadora que ele me direcionou dizendo que fazia uma pesquisa sobre os toreros. Expliquei a proposta resumidamente com um sorriso amarelo no rosto, como quem luta para suavizar o constrangimento. Sem surpresa para mim, naquele dia na rua o diálogo não durou muito. O reencontro no Uai, alguns dias depois, por outro lado, rendeu uma conversa longa e mais tranquila. Aparentemente entediado (mas também curioso), ele mesmo puxou papo. Ele era praticamente o único vendedor com as portas abertas naquele canto do shopping. Contou-me que na rua vende cigarros e no Uai vende roupas. Em seu box, a maior parte das mercadorias expostas era de camisetas (falsificadas) da seleção brasileira de futebol. Seu semblante era de desânimo. Disse que investiu 2000 reais naquelas mercadorias acreditando que o clima de Copa do Mundo [realizada naquele ano] aumentaria suas vendas. A estratégia foi repetida, na verdade, por centenas de ambulantes e lojistas que também apostaram nos artigos voltados aos milhares de torcedores que lotaram a cidade quatro anos antes, quando o evento foi sediado no Brasil. E as camisetas continuavam “encalhadas”. Frustrado (apoiando o rosto sobre o punho fechado), contou-me que “se

sai uma por dia, é muito”. Neste dia ainda não tinha vendido: “tem que vender uma camisa pra eu poder almoçar”. [Extrato de caderno de campo - 2018]

Itamar tem 31 anos, negro, nasceu na cidade de São Paulo (cidade de seu pai). Ainda bebê, foi para Itambacuri, cidade da região leste de Minas Gerais (origem de sua mãe), onde passou toda sua infância e adolescência.

Ele se diz vendedor ambulante “desde pequeno”. Lembra que vendia biscoitos que sua tia fazia pelas ruas da cidade onde cresceu. Naquela época, sustentava o sonho de se tornar jogador de futebol: “Eu era atacante habilidoso, sô!”. Ainda quando adolescente, o sonho tornou-se aposta profissional: participou de testes de seleção de jogadores para equipes de renome, dentro e fora do estado. Contou-me que a promissora carreira de atleta teve um fim precoce e, de forma resignada e sintética, atribui as causas: “mulher, droga e bebida”.

Em 2004, aos 17 anos, se mudou para Belo Horizonte, sem família. Na cidade, completou o ensino médio; e encontrou no comércio ambulante suas melhores chances de renda. Antes de migrar, já tinha conhecidos que vendiam CDs e DVDs piratas que lhe apresentaram a *rua* e o conectaram aos fornecedores. Aquela solução ao problema financeiro não era coisa de outro mundo, lhe parecia simples: “Botava na mochila e saía para vender”, relata.

Durante alguns meses tirou seu sustento atuando como *torero* (sem licença de qualquer tipo). O *boom* das mercadorias piratas nas *ruas* de Belo Horizonte marca o período na memória dos ambulantes como uma época de intenso consumo popular e aumento da renda dos ambulantes (ver [seção 6.4.1](#)). Enquanto as mercadorias “saíam” com facilidade, Itamar manteve-se dedicado somente à atividade.

Passando por períodos cada vez mais conturbados para continuar se mantendo como vendedor ambulante (devido ao aumento da concorrência e das ações de fiscalização), ainda jovem, na casa dos vinte anos, buscou pela primeira vez se inserir no mercado de trabalho formal. Segundo ele, foi a partir daquele momento (fim da década de 2000) que buscar emprego “começou a valer a pena”.

Dentre os empregos em que se inseriu, mencionou uma vaga como educador social⁷³ dentro de um programa da prefeitura dedicado aos jovens que cumpriam medida

⁷³ Apesar de falar desse trabalho social com certo orgulho, não soube me explicar bem do que se tratava, ou do que o programa se consistia. Comentou que trabalhava em um serviço voltado para “jovens muito carentes”, “meio abandonados pelas pais”.

socioeducativa. Outro emprego foi no ramo de vendas em uma empresa de grande porte do ramo alimentício. Nesse caso, destacou que tinha chances de “crescer na empresa” e, sem explicar com muita precisão, pediu demissão quando seus chefes o propuseram que se mudasse para Juiz de Fora (MG), a 273 km de distância da capital. Em tom de arrependimento, identifica que aquela foi a sua oportunidade para “melhorar de condição” e se questiona: “O que será que teria sido minha vida se eu tivesse ido, hein?”.

Para além do que percebe como fruto de suas escolhas individuais, e quiçá seus arrependimentos, debate também sobre as chances que não teve. De maneira ressentida, se compara com um conhecido da época de jogador de futebol que também não prosseguiu na carreira, mas que, em seguida, passou no concurso para policial militar e hoje cursa a graduação em Direito. Itamar considera este um caso concreto (e próximo a ele) de sucesso individual.

Em outro momento, lembra também de conhecidos de sua região de origem que migraram para os Estados Unidos. A mudança para um país mais desenvolvido apresenta forte simbologia em sua narrativa. Segundo ele, trata-se de um país “mais organizado”, onde “as leis funcionam”, onde “tem mais respeito”. Esses conhecidos, segundo ele, hoje “têm estabilidade financeira”, um deles “até virou até empresário”, aponta. Como parece ser um reflexo do imaginário de mobilidade típico de sua região⁷⁴, especialmente comum entre os jovens, Itamar diz ter sustentado, ainda que minimamente, a vontade de migrar para os Estados Unidos. Contudo, diz nunca ter encontrado condições de transformar essa vontade em planejamentos concretos. A ideia permaneceu acessa pelo menos até o nascimento de seu filho, em 2010, quando se casou e constituiu família. Itamar hoje mora com sua esposa e o filho em um bairro da região Noroeste de Belo Horizonte.

Mesmo durante os anos em que circulou por empregos em diferentes segmentos, Itamar seguiu recorrendo ao comércio ambulante como um *corre*, isto é, como modo de “levantar um dinheiro”, principalmente recorrente nos períodos entre-empregos. Atualmente, enquanto persiste em manter seu box no Uai em funcionamento, a *tora* segue tendo uma função similar: senão como complemento de renda (já que, economicamente, é sua fonte principal), mas uma atividade que acompanha a formulação de suas expectativas de vida em paralelo.

Contrariamente aos caminhos de narrativa de outros entrevistados que buscam ressaltar suas identificações e aptidões com o trabalho de *rua*, Itamar não demonstra sustentar esperanças

⁷⁴ A região do Vale do Rio Doce e Vale do Mucuri, de onde veio Itamar, é conhecida por emigrar muitos trabalhadores para os EUA desde a década de 1980.

de melhoria de vida por meio do comércio, mesmo agora que tem o “direito” de manter um box em shopping popular. Tampouco apresenta sentimento de orgulho pela vida de *torero*. Contou-me sobre as várias vezes em que perdeu mercadorias para a fiscalização e como os prejuízos financeiros súbitos o afetaram psicologicamente, no geral gerando desmotivação para continuar nas *ruas*. Relacionados a isso, também fala dos perigos das dinâmicas de concorrência por pontos de venda e clientes, algo especialmente tenso em circuitos de grande inchaço de vendedores, como é o *corre* dos cigarros (ver [seção 2](#)). Relembramos juntos da situação em que nos vimos pela primeira vez e sobre as tensões mantidas entre os vendedores que ocupavam aquela área, visivelmente uma das mais disputadas do baixo-centro.

Itamar relata que, atualmente, busca passar mais tempo na banca no Uai já que, mesmo vendendo pouquíssimo, ali não corre o risco de perder mercadorias para a fiscalização que atualmente “anda muito em cima”. O ponto de vista de Itamar nos aponta que, uma vez preso no impasse entre *rua* e shopping, é pressionado a manter uma jornada dupla de vendas em dois tipos de espaços distintos de trabalho, aumentando desta forma também sua jornada de trabalho, sem contudo aumentar seus rendimentos.

Ainda assim, ao fim da conversa, quando o perguntei sobre o que ele especulava acerca de seu futuro próximo, ele elabora uma resposta em tom realista. Ele reafirma não só sua desesperança com o negócio no shopping, como também diz que provavelmente continuará a viver da *tora*.

4.1.5 A tentativa de reerguimento do shopping e a efetivação relativa do “plano de inclusão produtiva”

O Uai Shopping abriu as portas em 2008, a princípio, como um empreendimento privado convencional, ou seja, sem que dependesse de qualquer tipo de parceria com o poder público. Entretanto, após viver um período de alta no início da década de 2010, não conseguiu prevalecer comercialmente ao longo dos anos, ainda que estivesse localizado em um ponto de alta circulação de pessoas no baixo-centro de Belo Horizonte.

O Uai não foi o único empreendimento do segmento que sofreu com a crise econômica iniciada no Brasil por volta de 2015. De modo geral, shoppings populares foram afetados pela recessão de forma imediata, uma vez que ela arrebatou diretamente o poder de consumo e estabilidade financeira das famílias mais pobres: classe de muitos dos comerciantes,

trabalhadores e/ou consumidores desses mercados. Assim, o declínio do shopping se fez visível pela diminuição da clientela e, por efeito, também pelo fechamento de boxes, tal como ocorreu na maioria dos demais shoppings populares de Belo Horizonte.

O esvaziamento do Uai, no entanto, se destacou. Até a chegada dos boxes da Operação Urbana de 2017, três dos quatro pisos do edifício encontravam-se praticamente sem uso.

O plano de expulsão dos ambulantes das *ruas*, operada pela gestão municipal de Kalil, apresentou-se como uma oportunidade de reerguimento do shopping de Tergilene. Essa, porém, não foi a primeira tentativa. Em 2016, o empresário chegou a iniciar um polêmico plano de salvação: a ideia foi se aproveitar da potencialidade boêmia do baixo-centro e transformar os últimos andares do shopping em um complexo comercial voltado para o mercado da prostituição. O espaço contaria com *scotch bar*, saunas, quartos de hotel. Nas entrevistas que concedeu para divulgar a empreitada, discursou sobre o melhoramento das condições de trabalho das prostitutas (RUBENS, 2017) que já ocupavam, tradicionalmente, os velhos hotéis da região. Contudo, a pressão de setores mais conservadores, incluindo alguns lojistas evangélicos, fez com que Tergilene recuasse. Ainda que o projeto nunca tenha se concretizado, alguns dos elementos que compuseram a estratégia de Tergilene chamam atenção pela intencionalidade da mercantilização das “vocações populares”, economicamente vantajosas naquela zona, o que convergiu com o plano efetivado no ano seguinte.

A parceria estabelecida com o município em 2017 significou uma possibilidade mais factível de reanimação do empreendimento já que o retorno financeiro do empreendimento viria não somente por meio do aquecimento das atividades comerciais e do pagamento dos aluguéis pelos lojistas, mas diretamente por meio de subsídios públicos. Além disso, o movimento de clientes e o desenvolvimento do shopping se tornariam de responsabilidade e interesse também da Prefeitura. Se “o sucesso do camelo, é o sucesso do Uai”, como afirmou um dos diretores e porta-vozes da empresa em audiência pública, é possível dizer também que o sucesso do Uai também representa o sucesso de uma empreitada da gestão municipal.

A despeito do concatenamento dos esforços de múltiplas instituições, a operação teve baixa adesão entre os vendedores ambulantes. Mesmo contando com novos cadastramentos e remanejamentos ao longo do primeiro ano da implementação da política, menos da metade dos sorteados confirmaram interesse em se mudar para os shoppings; e apenas 19 pessoas se inscreveram nos cursos de capacitação profissional e empreendedorismo oferecidos gratuitamente. Apesar dos mais de 1.500 cadastros realizados pela Prefeitura de Belo Horizonte,

apenas 470 das 600 vagas oferecidas foram ocupadas nos dois shoppings da chamada Rede Uai, além do Shopping Caetés. Por fim, somente 37,2% dos “conveniados” compareciam regularmente aos locais de trabalho (FONTES, 2018), segundo sondagem realizada em julho de 2018.

A dificuldade em atrair clientela ao longo desse primeiro ano também foi agravada uma vez que a situação de abandono fazia recair sobre o empreendimento uma má reputação entre comerciantes e consumidores. Além do apelido “shopping fantasma”, interlocutores também chamaram o shopping de “caído”, “morto”. De forma cíclica, com a baixa clientela, os boxes foram aos poucos sendo fechados e/ou tendo diminuídas as horas por dia em que permaneciam abertos.

Figura 21 – Corredores do Uai Shopping



Fonte: Moisés Silva - Jornal O Tempo (2017)

Em uma audiência pública realizada em outubro de 2018, com o objetivo de examinar os efeitos da política, um grupo de vendedores transferidos para o Uai exibiu no telão um vídeo que mostrava longas fileiras de boxes de portas fechadas e ausência de clientes. No mesmo evento, foram inúmeros os vendedores que relataram não conseguir se sustentar com a renda auferida pelas raras vendas, e tampouco arcar com os custos fixos de manutenção dos boxes, ainda que estivessem em parte subsidiados pelo programa. Um dos vendedores subiu ao púlpito,

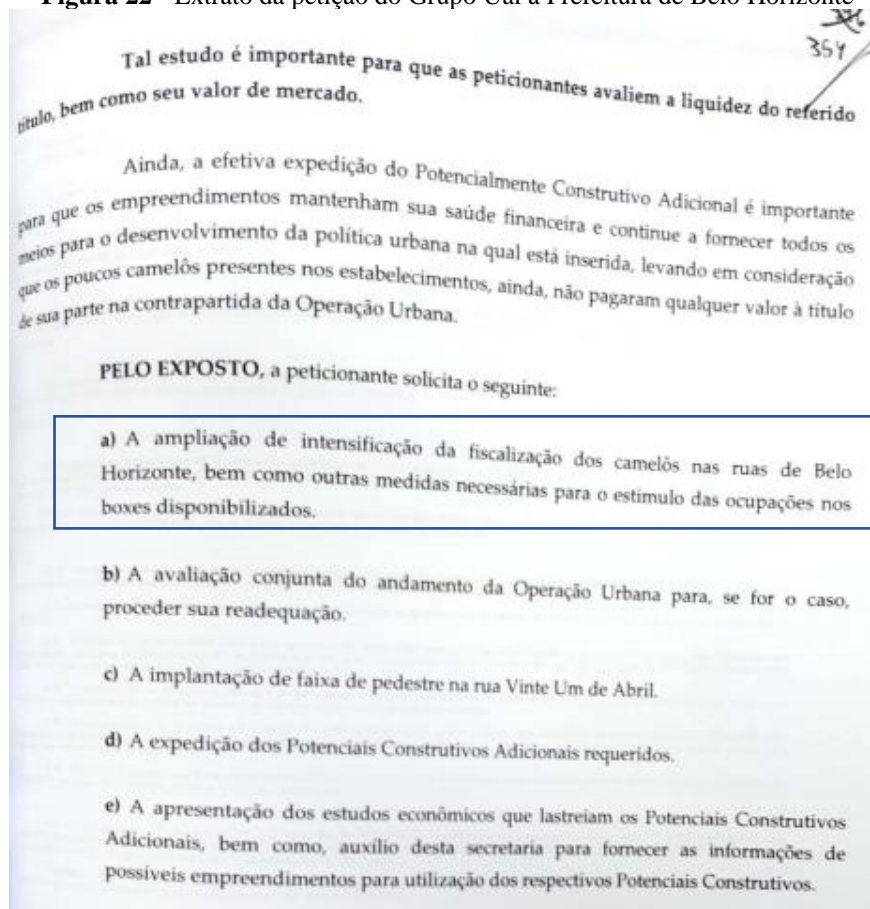
indagando em tom de revolta: “Para quem foram feitos os shoppings populares? Para o bolso de quem está indo o dinheiro?”

Confrontados pela acusação de que o Shopping Uai estava abandonado, representantes da parceria público-privada alegaram que o processo de transferência ainda estava em fase de consolidação (FONTES, 2018). Na ocasião, também prometeram outra bateria de incentivos à ocupação do shopping. A principal medida anunciada foi uma parceria com Secretaria Municipal de Saúde (SMSA) que viria a instalar um Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA)⁷⁵ no terceiro andar do edifício, em meio aos novos boxes, como maneira de atrair maior fluxo de pessoas ao espaço.

Como uma ressonância do modo como a ocupação inicial do shopping ocorreu, o principal incentivo para os ambulantes aderirem à formalização e manterem seus boxes ativos seguiu sendo o atravancamento das condições de trabalho na *rua* por meio das ações de controle. Para além de tornarem a permanência do comércio ambulante mais intranquila e perigosa, a intensificação da fiscalização e das ações policiais também tornou a atividade menos lucrativa para a maior parte dos *toreros*. Assim, uma das formas encontradas pelo Uai Shopping de forçar a transferência dos trabalhadores para seus boxes foi pressionar o município a lançar mão de maior efetivo de fiscais e de guardas municipais nos espaços públicos. Dessa forma, os ambulantes não teriam outra alternativa melhor senão aderirem à política de formalização, como sugere o extrato de petição exposto a seguir.

⁷⁵ “A Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), por meio da Secretaria Municipal de Saúde (SMSA), inaugurou um novo equipamento de saúde na tarde desta quinta-feira. Localizado na Rua Saturnino de Brito, no terceiro andar do Shopping Uai, o Centro de Testagem e Aconselhamento oferecerá insumos de prevenção, material informativo, teste rápido para HIV, sífilis e hepatites B e C, aconselhamento e encaminhamento aos serviços de saúde da PBH” (RONAN, 2018).

Figura 22 - Extrato da petição do Grupo Uai à Prefeitura de Belo Horizonte



Fonte: Autos do Processo OUS-PIPCH (2018) (grifo nosso)

4.2 A construção do shopping popular como *business*

A despeito do apenas aparente fracasso do modelo, com base no que acabamos de apresentar, é preciso então compreender o que move financeiramente a modernização do comércio popular. Para isso, voltamo-nos a compreender os shoppings populares através de uma leitura sobre o *business* do Grupos Uai. Faz-se oportuno começar pela descrição do ambiente de trabalho nos escritórios de um desses shoppings. De modo a estabelecer alguns paralelos, permanecemos na unidade do baixo-centro.

A caracterização apresentada a seguir foi elaborada a partir das minhas impressões sobre o local de trabalho dos quadros responsáveis pelas gerências administrativa, comercial e jurídica que se encarregam de todos os projetos do grupo empresarial, desenvolvidos tanto em Belo Horizonte, quanto em outras cidades brasileiras. Minha visita ocorreu na ocasião de uma

entrevista marcada com um importante representante corporativo do Grupo Uai, através da qual eu buscava compreender melhor sobre o “lado” por vezes inacessível (inclusive aos próprios comerciantes) do universo dos shoppings populares.

A chegada nesse espaço provocou-me, de início, uma inescapável sensação de contraste com o espaço de entorno: tanto a área interna do shopping, onde estão os boxes, quanto a externa, as *ruas* do baixo-centro, são vistas de cima através das janelas do escritório. Segue um extrato do caderno de campo com minhas impressões daquela situação.

Cheguei ao shopping dentro do horário previsto. O escritório da administração fica no quarto andar. O acesso se dá por uma escadinha discreta nos fundos do terceiro andar, próximo ao restaurante. Na minha imaginação, o setor de administração do shopping funcionaria em um espaço reduzido, não ocuparia mais que uma sala. Toquei a campainha e a secretária abriu para mim. Ela trabalhava em um balcão do outro lado de uma porta de vidro opaco que me impedia espiar o lado de dentro antes que ela permitisse minha entrada. No primeiro segundo, senti um choque térmico provocado pelo ar-condicionado dado o contraste com o forte calor que fazia do outro lado da porta, dentro do shopping. Todo o espaço, incluindo a sala de recepção, é bastante amplo, com pé direito alto. Disse à secretária — maquiada, usava um terno como uniforme — que havia telefonado e marcado horário com Albert, um dos representantes do shopping que já havia assistido falar em audiências públicas na Câmara Municipal. Ela pediu que eu esperasse ali e foi aos fundos. Em seguida, me chamou e me acompanhou até a sala do setor jurídico, no fim do corredor. No caminho, observei outras várias pessoas trabalhando (a maioria homens brancos: vestiam camisa social, terno, gravata), dentro de outras várias salas, de um lado e de outro do corredor. A quantidade de funcionários também me surpreendeu. Não pude deixar de notar a estética da decoração e organização dos espaços de trabalho: móveis lustrados, com detalhes de *design* requintado; as paredes com os tijolos e as vigas à mostra (da edificação antiga), em combinação com as divisórias de vidro e persianas. A composição *open concept* me permitia ver dentro das salas. Cheguei até a sala do setor jurídico, onde fui recebido por um dos diretores da Fundação Doimoe do Grupo Uai, Albert (ou “doutor Albert”, segundo a secretária). Ele é branco e aparentava ter cerca de 35 anos. “Em que posso te ajudar?”. Me apresentei como estudante de doutorado e ele me deu os parabéns (achei graça na resposta). Disse-me que poderia me receber, mas que em pouco tempo deveria entrar para outra reunião. Respondendo a um outro funcionário que o lembrou do compromisso na sala ao lado, ele respondeu: “pode deixar, aqui eu resolvo em dez minutinhos”. Não foi o que aconteceu. Conversamos por mais ou menos uma hora e meia. [Extrato de caderno de campo - 2019]

A entrevista com um representante do topo do corpo executivo do Grupo Uai não pôde ser gravada. Tampouco proporcionou à pesquisa qualquer tipo de informação confidencial ou algum dado restrito que pudesse ser revelador da natureza organizacional ou financeira dessa corporação. Entretanto, a situação foi esclarecedora quanto à amplitude e diversidade de negócios por trás da presente implementação de shoppings populares, bem como dos discursos que seus representantes elaboram em torno do sucesso e da importância social desses negócios.

A começar pela dimensão espacial: em um mesmo edifício, separados por apenas um lance de escadas e uma porta de vidro, encontra-se o adensado aglomerado de boxes de comércio popular; e um ambiente de escritório amplo, climatizado, de decoração elegante. O escritório representa uma dimensão privada, visível a poucas pessoas. O contraste se faz entre a faceta externa (e pública) desses empreendimentos que, de forma persistente, atrelam sua imagem à linguagem e estética populares, expressa também no econômico aproveitamento do espaço dividido entre as centenas de boxes.

Afinal, como o Grupo Uai gera lucro se o que observamos do lado de fora da porta de vidro é um shopping em manifesta decadência? Parte das minhas interrogações em torno dessa dimensão privada foi respondida ao longo da conversa. Ainda assim, as curiosidades cresceram quando notei o número de funcionários que trabalhavam nos escritórios à nossa volta. A administração do shopping é apenas uma das atividades desempenhadas ali. Albert me explica que aquela era uma das principais sedes do grupo de empreendimentos de Elias Tergilene, fundador e presidente. Apesar de ter na capital mineira muitos de seus negócios, o Grupo Uai está em plena expansão pelo território brasileiro. Atualmente, o principal escritório tem sido transferido para São Paulo, no Brás (bairro conhecido pelo comércio popular), onde o empresário passa a maior parte do tempo.

O Grupo Uai se utiliza de seu “braço social” (termo utilizado pelo entrevistado) como principal fachada institucional, a Fundação Doimo. É ela que se apresenta à mídia como a instituição responsável pela implementação dos vários shoppings populares espalhados pelo Brasil, sempre atrelada ao discurso da construção de equipamentos de “impacto social”. Em seu site oficial, a fundação se define como “uma entidade sem fins lucrativos, de assistência social que apoia a organização e desenvolvimento econômico e social” e que atua “em projetos sociais para o empreendedorismo na base da economia” (FUNDAÇÃO DOIMO, [20--]).

Dois grupos empresariais diferentes (*holdings*⁷⁶) compartilham um mesmo corpo administrativo, incluindo Albert e o restante dos funcionários que vi trabalhando nos escritórios. São eles: a Mais Invest Empreendimentos e Incorporações S/A (51% de capital italiano e 49% de Tergilene) e o Uai Investimentos Infra-estrutura Empreendimentos e Incorporações S/A. (100% de Tergilene). Cada uma das sociedades anônimas é juridicamente

⁷⁶ *Holding* é uma sociedade gestora que possui a maioria das ações de outras empresas e que detém o controle de sua administração e políticas empresariais. Tem como atividade principal a administração de conglomerados de um determinado grupo.

responsável por porções majoritárias de empresas de diferentes setores (além da própria Fundação Doimo)⁷⁷.

O capital dessas empresas encontra uma gama diversa de destinos de aplicação. Além do setor de administração de shoppings e feiras populares, essas sociedades incluem investimentos em agronegócio e terras, mineração de ardósia, mas também empresas cujas ações podem ser diretamente pertinentes à política de modernização do comércio popular e “revitalização urbana”, tais como no setor de construção, mercado imobiliário (intermediação de compra e venda de imóveis), consultorias jurídicas para projetos de parceria público-privado, etc. Conforme a apresentação de Albert, essas diferentes organizações atuam frequentemente de forma articulada, prestando serviços umas para as outras — ou em “sinergia”, conforme o léxico empresarial.

Na entrevista, Albert chamou a atenção para a “facilidade” de se criar empresas para cobrir demandas à medida em que elas surgem nos projetos já em andamento, uma vez que já contam com a infraestrutura e um corpo jurídico-administrativo consolidado. Por exemplo, em 2019, o grupo empresarial inaugurou o Uai Bank, cujo público-alvo são os microempreendedores. O banco digital — isto é, independente do atendimento em agências físicas, acessado pelos usuários exclusivamente pela internet — oferece serviços de conta corrente, máquina de cartão e oferece crédito “sem análise de crédito, sem comprovação de renda”, segundo o site (UAI BANK, [201-]).

Nesse heterogêneo conglomerado empresarial, também está inclusa uma marca de móveis de luxo — o que explica a decoração chamativa do escritório onde ocorreu a entrevista —, de origem italiana, cuja fábrica é atualmente localizada em Ribeirão das Neves (Região Metropolitana de Belo Horizonte). O vínculo direto dos negócios de Tergilene com o capital europeu remete ao salto de sua carreira como empresário, quando teve sua serralheria de pequeno porte, sediada em um galpão no bairro Jardim Leblon (região de Venda Nova), comprada por uma sociedade, o Gruppo Doimo. No momento em que Tergilene foi “descoberto” pelos italianos, saltou de pequeno empreendedor para a posição de investidor, se envolvendo com uma gama cada vez maior de ramos econômicos.

Em praticamente todos os espaços em que Tergilene é apresentado (reportagens, notícias, blogs, sites de seus empreendimentos⁷⁸) ou é convidado a falar (programas de televisão

⁷⁷ Estas informações foram em parte indicadas por Albert e em parte extraídas de fontes de acesso público em 2019.

⁷⁸ No site oficial da Fundação Doimo, uma das abas clicáveis se chama “Trajetória De Elias Tergilene”.

e rádio, palestras, palanques), sua trajetória ascendente é exposta com centralidade, como um *case* de sucesso da mobilidade “através” do empreendedorismo. A história que se conta sobre este *self-made man* normalmente começa com ênfase em sua terra natal. Tergilene nasceu em 1972, em Carlos Chagas, cidade pobre do Vale do Mucuri. Em suas palavras: “sou quase baiano, um pouco do Vale do Jequitinhonha” (FUNDAÇÃO DOIMO, 2015). Na juventude, atuou como vendedor ambulante (vendeu leite, lenha, esterco, porta-retrato). Também foi carreteiro, dono de boteco, passando pela construção da oficina de móveis.

O conteúdo dos negócios que o tornou uma personalidade conhecida e sua história de vida são indissociáveis. O discurso e a imagem pessoal se adequam exemplarmente ao nicho de mercado que ele busca explorar, como um discurso que o fundamenta. A narrativa formatada em torno de si, e contada repetidamente, é veiculada como produto de uma espécie de desmistificação de destino de classe a que o empreendedorismo social se propõe enquanto projeto para toda uma classe social. Reforçando o caráter supostamente inovador da perspectiva, sua origem é reiterada e modulada na medida em que serve como uma comprovação corporificada das vias inéditas de mobilidade: o homem que começou a vida como camelô e hoje “dá a oportunidade” ao camelô. A posição que assume atualmente, como quem investe nos pobres, é espelhada em sua própria experiência: “A minha vida mudou por causa de muita gente que me ajudou. Foram muitas pessoas que se aproximaram de mim, pessoas boas que estão comigo até hoje, que me ajudaram a construir tudo isso”.

Atualmente, Elias Tergilene é o principal e mais conhecido empresário brasileiro do ramo dos shoppings populares. Não faltam representações de sua proeminência nesse nicho de mercado que o vinculam também à figura de autoridade no assunto. Já foi chamado de “rei do varejo popular” pela *Folha de S.Paulo* (GOMES, 2012); de “rei dos camelôs”, que construiria um “império dos shoppings ‘povão” (LAGUARDIA, 2012). Foi chamado até mesmo de “rei do morro” pela *Revista Encontro* (FÉLIX, 2013), em uma reportagem que trata de um dos seus projetos considerados como o mais ousado: a construção do primeiro shopping de favela, que ocorreria no Complexo do Alemão, Rio de Janeiro. Segue um trecho desta reportagem:

Se quisesse, o empresário Elias Tergilene, de 41 anos, poderia frequentar as rodas “de bacanas”, como chama as pessoas de alto poder aquisitivo. Cacife para isso ele tem de sobra: é sócio de diversos empreendimentos, como uma fábrica de móveis em parceria com um grupo italiano, uma mina de beneficiamento de ardósia voltada à exportação, uma administradora de imóveis para aluguel e os shoppings populares Uai e Oi. Mas é mais fácil encontrá-lo em “quebradas” como o Morro do Papagaio ou na praça da Rodoviária, em Belo Horizonte. “A high society é chata demais. Só aquele

papo de ‘filho de rico’, falando de Miami, golfe, balada, marcas. Conversar com o povo é muito mais legal. Não tem frescura, as histórias são mais interessantes. É papo reto. É onde me sinto em casa”, diz, com vocabulário típico das ruas (FÉLIX, 2013).

Nem a ascensão social ou a conquista dos “títulos de realeza” nesse segmento, no entanto, o afastam das simbologias da pobreza e da linguagem das *ruas*, como supõe o autor da reportagem. Ao contrário, elas o acompanham estrategicamente como elementos da manutenção de sua imagem pessoal, típica de um “empreendedor moral” (BECKER, 2008), em prol da ativação de seus discursos e, por efeito, da legitimação política de seus negócios. A imagem popularesca que se quer atribuir ao empresário remete, ao mesmo tempo, ao caráter de sujeito inovador/desbravador, que não se vende, que não se aparta de suas origens e que, assim, transforma o mundo.

4.2.1 A expansão do empreendedorismo social: pobreza como oportunidade

Em uma entrevista realizada em 2014 no programa de televisão *Show Business* da *Rede Bandeirantes*, o apresentador João Dória Jr. (atual governador de São Paulo) pergunta a Tergilene o que é o Uai Shopping. O empresário define: “É um equipamento de infraestrutura urbana com altíssima capacidade de geração de emprego, renda e empreendedorismo para a base da pirâmide. Nós temos lá uma mistura que vai desde o camelô que está na rua, o empreendedor de favela, da periferia, e grandes marcas do varejo. Nós juntamos tudo isso e criamos um equipamento.”

Fundado em 2008, o Uai Shopping foi o primeiro shopping popular construído por Tergilene. A proposta inicial foi de conglomerar pequenos comerciantes, oferecendo valores de aluguel mais baixos, atraindo-os pela potencialidade do ponto. O shopping pretendia captar clientela da multidão que circula todos os dias na região, em especial pela centralidade da Estação Central do metrô e do Terminal Rodoviário, cuja entrada principal está em frente ao shopping. Naquele momento se inseria no circuito de consumo popular, marcado, naquele momento, pela ascensão de outros shoppings populares, como já apontamos.

As justificativas em torno da criação de um shopping no baixo-centro mobilizam, no entanto, os estigmas da região que, uma vez ressignificados, remetem ao discurso proferido por Mário Valadares no início dos anos 2000 (ver [seção 3](#)). Agora nas palavras de Tergilene: “Era um lugar de pouco valor. Era a área vermelha. Essa marca vermelha tinha muito assalto, tráfico

de drogas, criminalidade, prostituição. Eu nunca tive medo de investir em lugares como esse. Eu acho que lugares como este são oportunidades.” Inclusive, indo na contramão da polêmica da perseguição/proibição da circulação de grupos de jovens periféricos em shoppings convencionais (os chamados “rolezinhos”⁷⁹), Elias se posiciona: “Rolezinho é aqui no Uai Shopping, é aqui que nós temos que roletar” (FUNDAÇÃO DOIMO, 2014).

A diversidade de tipos de negócios — algumas lojas de roupas, de acessórios de informática, loja de departamento, salões de beleza, oficinas de celular e restaurante — que ainda existe contemporaneamente remonta a uma curta época de sucesso comercial do empreendimento, que já foi inclusive tema de reportagem do programa *Mundo SA*, do canal *Globo News*, dedicado a visibilizar ideias inovadoras e de proeminência no mundo corporativo. O “informal” ou a “informalidade”, termos usualmente remetidos às representações negativas de certas atividades e setores econômicos, vinculando-as ao atraso, desorganização, marginalidade, contravenção, aqui ganham outra acepção. Como exposto na reportagem, o líder do Grupo Uai se vangloria por apostar no “negócio informal”:

Nós não podemos confundir a informalidade com a ilegalidade. Nós somos informais, mas somos legais. Ford nasceu na informalidade, Bill Gates era informal; Zara, Honda... Todas as histórias das grandes empresas começaram lá atrás com o empreendedor na informalidade. Então nós consideramos os informais de hoje os grandes empresários do futuro. Os informais são um berçário de empresários que vão crescer, como eu. Eu sou um exemplo disso. (Entrevista no Programa Mundo SA - FUNDAÇÃO DOIMO, 2014)

A criação do Uai Shopping seguiu a esteira do fenômeno da “galerização” e modernização de negócios do comércio popular (RANGEL, 2015) que, em Belo Horizonte, se expandiram após a implementação do Centro Vivo, mas que também encontravam ressonância nas transformações observadas, nesse período, em outras localidades, tal como já discutimos. De um ponto de vista mais amplo, empreendimentos como esse já eram e continuam sendo adotados como instrumentos de governança urbana em diversos municípios do Brasil, o que veio a se acentuar na década de 2010. No caso do Grupo Uai, indo além de sua capacidade de

⁷⁹ O fenômeno conhecido como “rolezinho” ganhou ampla visibilidade nacional nos anos de 2013 e 2014. “Trata-se de adolescentes das periferias urbanas que se reúnem em grande número para passear, namorar e cantar funk nos shopping centers de suas cidades. O evento causou apreensão nos frequentadores e, conseqüentemente, fez com que alguns proprietários dos estabelecimentos conseguissem o direito na justiça de proibir a realização dos rolezinhos, barrando o acesso dos jovens. Deste então, emergiu um amplo debate sobre a ferida aberta da segregação racial e social na sociedade brasileira, uma vez que a maioria desses jovens é composta por negros e pobres.” (PINHEIRO-MACHADO; SCALCO, 2014, p. 2)

se articular com o poder público, conta também com capital estrangeiro que robustece seus aportes de investimento.

Só em Belo Horizonte, o grupo conta com duas unidades do Uai Shopping em funcionamento e promete inaugurar ainda em 2021 uma feira “gourmetizada” de produtos agrícolas, o Mercado de Origem⁸⁰ (região Sul). Além disso, Tergilene possui participação no Shopping Oiapoque⁸¹, o mais bem sucedido empreendimento do ramo no estado.

O grupo também tem atuado na revitalização de “feiras tradicionais” em diversas regiões da cidade e que estavam desativadas ou consideradas subaproveitadas. Em 2020 e 2021, o grupo integrou consórcios que venceram licitações implementadas pelo poder público para a concessão de mercados à gestão privada. São eles: o Mercado Distrital de Santa Tereza (região Leste), a Feira Coberta do Padre Eustáquio (região Noroeste), o Mercado do Cruzeiro (região Centro-sul) e a Feira do Bairro São Paulo/Central de Abastecimento Municipal (região Nordeste). Representantes do Grupo Uai prometem a construção de um “Circuito de Mercados” que se expandirá ainda para as demais regionais de Belo Horizonte, mas também para outras cidades da região metropolitana (ALVES, 2021).

Além disso, o Grupo Uai construiu shoppings populares em cidades espalhadas por várias regiões do país, como em Manaus (Amazonas), Toritama (Pernambuco) e Feira de Santana (Bahia). Em todos esses casos, a implementação dos shoppings se deu por meio de parcerias com as prefeituras, prometendo por meio delas dar meios de enfrentamento ao “problema” dos vendedores ambulantes que teriam a opção de migrar seus negócios das *ruas* para locais fechados. Cidades como Manaus, Toritama e Feira de Santana têm notória importância em suas respectivas regiões através do comércio, seja como polos produtivos ou de distribuição de mercadorias. Por isso, essas parcerias também trazem em comum o discurso do “desenvolvimento local”, voltado à organização e ao direcionamento dos potenciais econômicos já existentes em cada uma das localidades. Esse também foi o caso da participação

⁸⁰ “Segundo o empresário Elias Tergilene, presidente da Fundação Doimo e do Grupo Uai, idealizador do projeto, em comunicado enviado à imprensa, o Mercado de Origem não terá a figura do atravessador. O projeto visa a valorização da agricultura familiar e terá espaço para 300 produtores, cooperativas e associações comercializarem diretamente para o consumidor final e para o atacado, produtos tradicionais como café, queijo, carne, fruta, bebida, doce e artesanato. O mercado conta ainda com a parceria da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater–MG). Ao todo, o empreendimento terá cinco pavimentos, 14 mil m² na primeira fase e mais 26 mil m² na segunda, totalizando 40 mil m² de área construída.” (BR-356..., 2019)

⁸¹ Segundo fontes ouvidas pelos jornalistas, o Uai passou a controlar um aporte de 25% do Oiapoque (LOPES; CHOUCAIR, 2013).

ativa de Tergilene no consórcio que promete “modernizar” ou “renovar” o maior mercado popular do Brasil, a Feira da Madrugada em São Paulo⁸².

A expansão dos negócios do Grupo Uai, bem como de sua influência, se dá, portanto, por meio de variados tipos de parcerias, através das quais consegue alargar seu nicho de atuação e multiplicar as ações de *marketing* que fundamentam a ideologia do empreendedorismo social. Nos últimos anos, Tergilene também ganhou notoriedade por ter criado, juntamente com Celso Athayde (criador da Central Única de Favelas - CUFA), a primeira “holding social” do mundo, chamada *Favela Holding*. As duas personalidades participaram juntos, em 2013, do programa *Esquenta*, da *Rede Globo*, apresentando a iniciativa que prometia alavancar o empreendedorismo e o consumo em favelas pacificadas.

O projeto da dupla com maior apelo midiático seria implementado no Complexo Morro do Alemão, no Rio de Janeiro. Em aproveitamento da implementação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), em 2010, a construção do primeiro “shopping de favela” prometia alavancar a economia local com a construção de um equipamento condizente à nova realidade “pacificada” da comunidade. Enquanto era anunciada ao público, a Favela Holding prometia investir R\$ 1 bilhão em shoppings populares dentro de um prazo de cinco anos, com a meta de construir de três a quatro shoppings por ano. Os empresários chegaram a anunciar, nessa mesma época, que se articulavam com grandes marcas do varejo para construir um shopping no Aglomerado da Serra, favela da Zona Sul de Belo Horizonte, tendo identificado “vocaçãõ” econômica nesse local.

Nenhum shopping de favela saiu do papel. A *holding*, no entanto, continua ativa, tendo como público-alvo os pequenos negócios já alocados em favelas cariocas. Contudo, a ideia de fundo, que representaria os caracteres de inovação e ousadia do empresário, continuou sendo veiculada⁸³, como um produto em si.

⁸² Para mais detalhes sobre o processo de implementação deste novo circuito de compras bem como o contexto de disputas a partir da abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Feira da Madrugada (2017), ver Rangel (2021).

⁸³ No momento em que me despedia de Albert após a entrevista, ele me entregou uma série de encartes contendo propagandas dos principais empreendimentos da rede de shoppings Uai. Apesar de não ter saído do papel, um destes projetos foi o Favela Shopping Alemão. O texto do encarte apresenta o empreendimento como uma decorrência direta da implementação das UPPs. “[...] em novembro de 2010, a pacificação chegou ao Complexo do Alemão, na Zona Norte da cidade. Considerado pela imprensa ‘o coração do mal’ e ‘o inferno’, esse conjunto de 13 favelas se tornou um símbolo de sucesso do projeto da Secretaria de Segurança Pública. [...] Os turistas perderam o medo e invadiram o conjunto de favelas. Apesar de felizes com o fim da violência e dos tiroteios no Complexo do Alemão, além da chegada dos turistas, o comércio local se desaqueceu, pela ausência de traficantes – que tinham renda milionária e costumavam gastá-la em estabelecimentos da comunidade. Diante disso e do crescente poder de consumo dos trabalhadores locais – que, muitas vezes, preferem consumir em shoppings, que

Em 2020, em uma entrevista transmitida no formato de *live* em uma página do *Instagram*⁸⁴, afirmou que quanto maior o número de empreendedores com condições de manter seus negócios, isto é, pagando poucos impostos e não sendo incomodados por fiscalizações diversas, reduz a demanda por emprego no Brasil; e que “o empreendedorismo liberta o ser humano do governo, do Bolsa Família, da falta de emprego.”

Tergilene assume-se como um dos principais porta-vozes do empreendedorismo social do Brasil. Tendo firmado contemporaneamente o Grupo Uai como uma das maiores referências nacionais em negócios de “impacto social” pelo empreendedorismo, o empresário pode ser compreendido como um típico “expert da pobreza”. O conhecimento legitimado que se produz sobre a pobreza, desde sua concepção, seu comportamento e seu futuro, diz respeito a um dos pilares para a mercantilização dos espaços e formas de vida das camadas populares, ou, como denominou Roy (2010) o avanço do *poverty capital*. Para a autora, esse conhecimento “expert”, mais do que anunciado como inovador, é entendido como correto, legítimo, indubitável. Ele é formulado não somente para validar ações locais já em execução, mas tem em vista a circulação de modelos de gestão do social e pressupostos políticos.

Por último, ressaltamos que os projetos e ideias difundidos por Tergilene ganham projeção internacional. Em um púlpito de audiência internacional, com ampla cobertura midiática, seu discurso ganha ecos das agendas neoliberais internacionais de mitigação da pobreza, contidos por exemplo em grandes pactos internacionais, como o Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU). Em setembro de 2015, na sede da organização em Nova Iorque, durante a Semana Global da CUFA, o empresário discursou em defesa do empreendedorismo social como estratégia para geração de renda e “emancipação social através do trabalho”. A proposta aponta para um modelo de desenvolvimento econômico e social cujo foco está em “capacitar, educar, formalizar, bancarizar, informatizar e incentivar os pequenos empreendedores locais informais, para que cresçam e desenvolvam o território gerando renda e mais postos de trabalho”. As ideias do empreendedorismo social apareceram associadas ao incentivo ao comportamento empreendedor em áreas de “vulnerabilidade social”, para a reorganização da “base da pirâmide brasileira”.

não existem na comunidade — foi lançada a ideia de um empreendimento pioneiro: o shopping favela.” (UAI SHOPPING, [201-])

⁸⁴ A entrevista com Elias Tergilene “O Rei dos Shoppings Populares” (como aparece na chamada) pelo programa Bate-papo com Pinheiro, transmitido pela página do Instagram @marco.pinheiro (PINHEIRO, 2020).

4.3 Conclusão

Desde o início da implementação da Operação Urbana Simplificada do Plano de Inclusão Produtiva de Camelôs do Hipercentro, os trabalhadores que se instalaram nos shoppings encontraram enormes obstáculos para lograrem rendimentos suficientes para conseguirem se tornar comerciantes de shopping popular. Em partes, como ocorreu no contexto das operações urbanas de 2004, isso esteve associado à dificuldade de inserção real em uma modalidade de comércio diferente da que estão habituados na *rua*: situados em novas lógicas e ritmos de manutenção e gestão dos negócios, novos custos, novas lógicas de controle, a diante as regras da administração etc. Para além desses fatores, como vimos, eles foram inseridos em estabelecimentos que viviam um período de crise, sendo eles mesmos os principais responsabilizados (ainda que indiretamente) pela recuperação da clientela para o estabelecimento.

A maioria dos ambulantes que atuavam na cidade preferiram seguir suas atividades nas *ruas* (combinando com a manutenção dos boxes ou não), embora enfrentassem um controle municipal ainda mais intenso, colocando seus investimentos em risco ainda maior. Argumentamos que o recrudescimento do controle quando implementado estrategicamente nesse momento reiterou o caráter de complementariedade entre a repressão nas *ruas* e a inserção/formalização pelos shoppings como o caminho único “dentro da lei”.

O aumento do controle sobre os *toreros* não decorreu, a princípio, em desistência da atividade, mas os pressionou a elaborar táticas diversas de viração, através da mobilização de recursos lícitos ou ilícitos que, por sua vez, seguem movimentando a cidade. Ainda assim, diante das incertezas próprias das circunstâncias que restam a esses trabalhadores é preciso compreender a “adesão” aos modos de inserção/formalização a partir da pluralidade de seus significados práticos na construção das trajetórias.

Assim, recorremos aos relatos de Itamar que nos demonstram que o “plano de inclusão produtiva” não ofereceu condições para uma transição efetiva de modelo de negócio. Mais do que isso, ele provoca então um aumento da pressão sobre os trabalhadores para que forjem novas saídas para novos problemas. A forma que ele teve que encontrar para “jogar” com a circunstância imposta foi de trabalhar tanto no *box* quanto nas *ruas*, solução de curto prazo encontrada por outros vários comerciantes em situação semelhante. De imediato, essa

circunstância levou ao agravamento das condições de trabalho: tendendo à diminuição dos rendimentos, ao aumento do tempo de trabalho e a uma maior insegurança financeira.

Nesse sentido, observamos que a política de convencimento dos trabalhadores ao empreendedorismo social não se dá por meio da assimilação dos conteúdos ideológicos ou através da efetividade dos discursos institucionais, representado por personalidades como Valadares e Tergilene, além do próprio Estado. Isso se confirma mesmo se levamos em conta que grande parte dos ambulantes sejam trabalhadores “por conta própria”, portanto, supostamente mais facilmente assimiláveis à categoria “empreendedor”. Entretanto, é possível apontar que a construção discursiva do empreendedorismo social se apresenta como um dos elementos de efetivação de uma *política de captura* mediada pela violência, incidindo sobre uma força de trabalho em potencial marcada, sobretudo, pela imagem da informalidade.

Do ponto de vista dos trabalhadores, a ida para os shoppings se constitui apenas como mais uma tentativa de geração de renda, entre muitas. Entretanto, ela não se restringe à temporalidade de curto prazo, já que impacta também a formulação subjetiva de suas expectativas para a vida. A captura da força de trabalho se dá pela conjunção de dois movimentos principais: (1) através da conformação de políticas produzidas para esse fim e (2) o estreitamento das possibilidades de viração de homens e mulheres, impondo-lhes dilemas fundamentais na constituição de suas estratégias de vidas, o que denominamos como a produção de “alternativas infernais” (STENGERS, 2015).

A força de trabalho historicamente subalternizada e manobrada, apreendida pelas categorias políticas da informalidade e da pobreza, torna-se mote para negócios milionários, expressões dos mecanismos do *poverty capital* (ROY, 2010), como vimos pela emergência do negócio dos shoppings populares. Observa-se, a partir das operações urbanas implementadas em Belo Horizonte, que há um encadeamento fundamental entre os processos de mercantilização da pobreza e de criminalização do comércio ambulante.

Conclui-se que o recurso da formalização via shoppings populares se configura em tecnologia social lucrativa e replicável para outros territórios: onde há pobreza urbana, há oportunidade de negócios. Para isso, funcionam em parceria com o Estado (prefeituras, polícias, guardas municipais), revestindo-se dos referenciais de legitimidade, legalidade e formalidade. Esses esforços de gestão do trabalho se refletem diretamente na modulação das estratégias de vida dos ambulantes, seja no âmbito de suas ações mais imediatas, voltadas às necessidades

materiais imediatas, seja impactando os modos com que esses trabalhadores configuram seus horizontes de possibilidades.

5 A CONSOLIDAÇÃO DOS “LUGARES DE AMBULANTES”: FORMAS DE LEGITIMAÇÃO PELAS *BRECHAS*

Sobre a técnica do parisiense de *habitar* suas ruas: “Na volta pela Rue Saint-Honoré, encontramos um exemplo eloquente desta indústria da rua parisiense, que sabe tirar proveito de tudo. Em certo trecho estavam restaurando o pavimento e colocando tubos; deste modo, surgira no meio da rua uma área interditada, de terra, porém levantada e coberta de pedras. No meio deste terreno, estabelecera-se imediatamente a indústria da rua. Cinco ou seis vendedores ambulantes ofereciam utensílios de papelaria e livros de bolso, artigos de cutelaria, abajures, ligas de meias, golas bordadas e toda a sorte de miudezas; até mesmo um autêntico belchior tinha instalado ali uma sucursal, espalhado seu bricabraque de xícaras velhas, pratos, copos e coisas do gênero sobre as pedras, de modo que os negócios se beneficiariam com a breve interrupção, em vez de sofrer prejuízo. Eles são de fato mestres em transformar a necessidade em virtude.” Adolf Stahr. *Nachfunf Jahren*, Oldenburg, vol.1, p. 29 [Setenta anos mais tarde, tive a mesma experiência na esquina do Boulevard Saint-Germain com o Boulevard Raspail. Os parisienses transformam a rua em *intérieur*.] (BENJAMIN, 2019, p. 709)

Abrimos esta seção com um breve excerto de Walter Benjamin, em *Passagens*, no qual o autor reflete sobre a capacidade dos parisienses de fazerem da *rua* seu habitat, e toma como imagem de reflexão a ação de vendedores ambulantes. Na cena descrita pelo filósofo, a partir do relato de outro escritor alemão (também atento com a Paris de seu tempo), a interação dos ambulantes com o espaço é utilizada como representação das dinâmicas de criação da cidade moderna. As incisões deixadas pelo processo de crescimento urbano — no caso, representada pelo trecho de rua interditado por uma obra pública —, não se configuram em vazios, mas em *brechas*. O que os dois alemães notaram e estranharam não passava, pois, de uma cena corriqueira na Paris do século XIX. Nas palavras de Benjamin (2019, p. 712): “um inebriante cruzamento da rua e da morada”.

A astuciosa interação dos ambulantes com a cidade em movimento — de construção e reconstrução — pode ser compreendida através da imagem da *rua* como “morada do coletivo” (BENJAMIN, 2019). A atuação de vendedores ambulantes na capital francesa, situada no trecho em dois períodos históricos distintos, figuram os intrincados modos de trabalho desses “mestres em transformar a necessidade em virtude” (BENJAMIN, 2019, p. 709) à dinamicidade própria dos meios urbanos.

Apesar das distâncias geográfica e temporal, a reflexão de Benjamin nos oferece elementos para pensar a contemporaneidade do comércio de rua em Belo Horizonte. Esta tese se dedica, entre outros aspectos, a analisar a organização do cotidiano dos trabalhadores que resistem trabalhando nas *ruas*. Para isso, parece-nos inescapável que isso seja feito de forma

articulada às espacialidades que propiciam essas atividades, e como elas tensionam a normatividade da organização urbana.

Esta seção explora a hipótese de que o comércio ambulante se imbrica à produção da cidade, mantendo-se um elemento que integra o crescimento urbano tal como ele ocorre concretamente. Como indicado pela passagem inicial, aspectos desse processo que poderiam ser encarados como pequenos, residuais ou desimportantes, aqui ganham atenção especial quando vistos através dessa perspectiva. Trata-se das esquinas barulhentas e pouco celebradas da área central, aqui compreendidas como lugares de trabalho. Ou, ainda, dos próprios vendedores ambulantes, cuja miríade de atividades que desempenham é frequentemente subsumida ao espectro das marginalidades, ou da luta pela sobrevivência, e aqui são compreendidos como sujeitos, participantes ativos da vida urbana em constante construção.

A seção está dividida da seguinte forma: primeiramente, discutiremos como o comércio ambulante parece se entranhar às dinâmicas socioespaciais urbanas, conformando assim seus lugares. Através da análise da história recente da Avenida Paraná (por onde prosseguimos nossa *caminhada*), mostraremos como as transformações no âmbito do planejamento e das reformas urbanas interferiram na constituição e no funcionamento dos mercados, coproduzindo algumas das condições ligadas à perpetuação do comércio ambulante nessas localidades.

Em seguida, descendo na escala de análise, chegaremos a um desses “lugares de ambulantes”: o ponto de cruzamento entre Avenida Paraná e a Rua Carijós. Mais precisamente, tomamos como ponto de observação privilegiado uma banca de salgadinhos que ali funciona diariamente a fim de compreender a faceta cotidiana das sociabilidades da *rua*. Assim, discutiremos sobre uma das principais estratégias utilizadas pelos ambulantes para se manterem trabalhando de forma relativamente estável, ainda que situados em um contexto de recrudescimento da fiscalização, com a implementação da Operação Urbana. Trata-se do agenciamento de pessoas com deficiência física como meio de viabilizar um funcionamento “legalizado” das bancas. A partir de um estudo sobre essas práticas, pudemos analisar os alcances e limites de formas adaptativas de legitimação do trabalho de rua, realizadas através da apropriação das zonas cinzentas próprias dos regulamentos que embasam as licenças. A partir disso, também buscamos refletir acerca das hierarquias desveladas nessas relações que, por sua vez, organizam os mercados de trabalho de rua.

5.1 “Lugar de ambulante”: espacialidade de trânsito e trabalho

O baixo-centro de Belo Horizonte foi alvo de inúmeras obras ao longo das últimas décadas, em grande parte, foram relacionadas às demandas relativas à mobilidade urbana. Em meus percursos de trabalho de campo, passando pelo Shopping Uai e Praça Rio Branco até a Rua Carijós, observei os novos trechos de ciclovias — que, na prática, são utilizados principalmente por pedestres, como uma extensão da calçada — além do corredor exclusivo dos ônibus MOVE (modalidade municipal do sistema *Bus Rapid Transit* - BRT), um modal de transporte cuja instalação se justificava pela promessa de oferecer maior capacidade de integração à malha, interconectando com maior eficiência as várias regiões da cidade.

Ao longo dessas avenidas, os passantes encontram as cabines de embarque nos canteiros centrais, controladas por catracas e seguranças privados. Nas calçadas, os guichês para compra dos bilhetes formam grandes filas ao longo do dia. Ao redor desses equipamentos do MOVE, aglomeram-se diariamente *toreros* que, diariamente, fazem dali seus lugares⁸⁵ de trabalho. O mesmo se repete em praticamente todas as cabines do MOVE espalhadas pela área central. A depender da atenção que a fiscalização dá a cada localidade precisa, pode-se encontrar tanto vendedores com bancas fixas quanto de características mais móveis.

Através de suas marcas ainda visíveis, as mudanças urbanísticas remetem diretamente ao contexto político de sua implementação. Como exemplo de uma memória ainda recente, a implantação das ciclovias e do sistema MOVE, assim como várias outras obras iniciadas desde o início da década de 2010, subscreveram-se à controversa demanda turística provocada pela recepção na cidade de jogos da Copa do Mundo de Futebol (Federação Internacional de Futebol - FIFA) de 2014. De forma geral, elas foram implementadas “a toque de caixa” pelo prefeito Márcio Lacerda (PSB, 2009 a 2016), que visava preparar a cidade para a chegada de um volume extraordinário de torcedores vindos de várias partes do mundo. As chamadas “obras para a

⁸⁵ A definição de lugar sugerida por Bourdieu (1997) joga luz sobre como o espaço social (e suas inerentes hierarquias) se exprime no espaço físico. Em suas palavras: “Considerados como corpos (e indivíduos biológicos), os seres humanos estão, do mesmo modo que as coisas, situados em um lugar[...] e eles ocupam um espaço. O *lugar* pode ser definido absolutamente como o ponto do *espaço físico* onde um agente ou uma coisa se encontra situado, tem lugar, existe. Quer dizer, seja como *localização*, seja, sob um ponto de vista relacional, como *posição*, como graduação em uma ordem. O *lugar* ocupado pode ser definido como a extensão, a superfície e o volume que um indivíduo ou uma coisa ocupa no espaço físico, suas dimensões, ou melhor, seu entulhamento. [...] O espaço social reificado (isto é, fisicamente realizado ou objetivado) se apresenta, assim, como a distribuição no espaço físico de diferentes espécies de bens ou de serviços e também de agentes individuais e de grupos fisicamente localizados (enquanto corpos ligados a um lugar permanente) e dotados de oportunidades de apropriação desses bens e desses serviços mais ou menos importantes (em função de seu capital e também da distância física desses bens, que depende também de seu capital). É na relação entre a distribuição dos agentes e a distribuição dos bens no espaço que se define o valor das diferentes regiões do espaço social reificado.” (BOURDIEU, 1997, p. 160-161).

Copa”, resultantes de articulações transnacionais entre atores públicos e privados, serviram não somente para tornar a cidade uma vitrine para o mundo. Elas foram implementadas com a premissa de serem entendidas como investimentos, ou “legados” herdados da passagem da FIFA nas cidades-sede. Contudo, tais obras infraestruturais não seguiram programas explícitos de planejamento e sequer foram debatidos publicamente, embora, como um todo, tenham impactado a vida dos moradores da cidade, principalmente da população mais pobres (NOGUEIRA, 2019)⁸⁶.

Ressaltamos estes “legados” pois, mesmo com todo o desgaste que causaram, as intervenções não alteraram em substância a infraestrutura urbana das cidades-sede do evento esportivo, como exemplo, temos as obras de implantação do sistema MOVE na Avenida Paraná, via por onde acostumei a passar em meus percursos de trabalho de campo. Chama-nos a atenção que a implantação do MOVE nesta avenida reforça sua já antiga função de “corredor” viário, conectando pontos limítrofes do perímetro central, entre a Praça Raul Soares e a região do Terminal Rodoviário.

⁸⁶ Nogueira (2019) analisa o processo de expulsão de moradores de habitações informais, bem como de trabalhadores das tradicionais feiras de comida no entorno dos estádios de futebol, no contexto das transformações urbanas decorrentes da recepção dos jogos da Copa do Mundo de 2014 em Belo Horizonte. Além disso, o relatório de pesquisa *O retrato dos vendedores ambulantes nas cidades-sede da Copa do Mundo de 2014* veiculado, já em 2012, pela *StreetNet International*, visou analisar os possíveis impactos da FIFA para os trabalhadores informais e populações pobres em várias capitais brasileiras que viriam a sediar seus jogos, incluindo Belo Horizonte, além de mapear as principais entidades representativas e movimentos sociais locais que atuaram em defesa dessas populações. Para encontrar informações complementares a esse respeito, ver os manifestos e demais materiais produzidos pelo Comitê Popular dos Atingidos pela Copa (COPAC, [201-]).

Figura 23 - Percurso do trabalho de campo no baixo-centro (Avenida Paraná)



Fonte: *Google Earth* (edição nossa)

Para além de sua designação historicamente prioritária no planeamento urbano como “corredor” de transportes desde a década de 1980, é preciso apontar que a Avenida Paraná não nunca se limitou a isso. Também é conhecida pela população pela vigorosa movimentação de pedestres⁸⁷ e por abrigar muitos negócios de ramos “populares”, incluindo a atividade de muitos ambulantes. As lojas que funcionavam ali eram, em sua grande maioria, estabelecimentos de

⁸⁷ Augé (1994, p. 73-74) desenvolve a noção dos “não-lugares” como produtos em multiplicação no desenvolvimento das cidades supermodernas. São espaços que não se definem como identitários, nem como relacionais, nem como históricos, portanto, representam o oposto do que conhecemos na experiência moderna como “lugares antropológicos”. As vias rápidas, voltadas construídas prioritariamente para o trânsito de automóveis são exemplos comuns dos “não-lugares”. Entretanto, o autor aponta ainda que esse caráter não é absoluto. A relação entre os lugares e os não-lugares é o de superposição e entrecruzamento: “lugar e não-lugar são, antes, polaridades fugidias: o primeiro nunca é completamente apagado e o segundo nunca se realiza totalmente.”

pequeno porte, como botecos, lanchonetes, hotéis, pensões⁸⁸ e motéis baratos, além de pequenas lojas de autopeças, ferragens e eletrônicos. Grande parte destes estabelecimentos fechou suas portas após o início das “obras da Copa”, como resultado da interdição do tráfego de veículos na avenida, ao longo de nove quarteirões, por quase um ano (LOURENÇO, 2013). Diferentemente do que vimos com os ambulantes de Paris, as obras do MOVE da Avenida Paraná deixaram a *rua* praticamente deserta durante aquele período, tendo dispersado o movimento de transeuntes, usuários do transporte público, consumidores e, claro, vendedores ambulantes.

Concomitante ao processo de valorização dos imóveis e de subida dos aluguéis decorrentes do fim das obras e da retomada da circulação de pessoas pela avenida, instalaram-se ali vários estabelecimentos comerciais de grande porte. Esta valorização, no entanto, não decorreu em transformação no caráter simbólico sobre a via e a região. Apesar da diferença de porte com os negócios que ali existiam, as lojas inauguradas mantiveram o mesmo apelo ao consumo popular. Sua maior parte são franquias de grandes marcas varejistas capazes de desbancarem os preços oferecidos pelos pequenos negócios populares que ainda lutavam para sobreviver ali. Alguns exemplos dos novos estabelecimentos na Avenida Paraná são: *Lojas Marisa*, *C&A*, *Eskala*, *Lojas Rede*, *Elmo Calçados*, *Supermercados BH*. Mais recentemente, também apareceram as lojas de importados — as “lojas chinesas” — como a *Hong Kong Importados* e a *King Panda* cujos produtos, não raro, são revendidos por ambulantes nas *ruas*.

Desde a reabertura da avenida, concomitante à emergência de um comércio popular reconfigurado (e globalizado), reapareceram ali também os *toreros*. Tal constatação parece confirmar a aptidão dos diferentes segmentos dos setores comerciais em se adaptarem dinamicamente às mudanças de acordo com as características socioespaciais, incluídos eles mesmos na consolidação dessas circunstâncias. A conclusão da reforma reitera, assim, a região como um ponto de comércio popular consolidado, que parece ter impregnado em suas *ruas* uma “vocaçãõ”.

Nesse ponto, faz-se oportuno refletir sobre os significados de uma dada localidade para a geografia intra-urbana, já que a “vocaçãõ” a que nos referimos não tem a ver com a natureza própria desse espaço, mas de seus valores relativos. Segundo Villaça (1998), o entendimento dessa “vocaçãõ”, em termos de seu valor, não poderia estar restrito, tampouco, ao crivo das

⁸⁸ A presença de estabelecimentos de hospedagem de baixo custo é especialmente marcante nesta região devido à proximidade com o Terminal Rodoviário.

precificações imobiliárias. De forma mais esclarecedora para esse caso, compreende-se a importância de um ponto comercial considerando:

sua capacidade de fazer com que se relacionem entre si os diversos elementos da cidade. Esse ‘relacionamento’ se dá de diversas formas e por meio de diversos fluxos — o transporte de mercadorias, de consumidores, de força de trabalho ou as comunicações —, os quais têm importância e papéis diferentes conforme se trate do espaço regional ou intra-urbano (VILLAÇA, 1998, p. 53).

Portanto, partindo de uma análise sobre a centralidade da Avenida Paraná, com o intuito compreender a distribuição do comércio popular pelo espaço urbano, é preciso levar em conta o valor estratégico da via para a região como um todo. Ela é disputada por agentes do mercado imobiliário, empresariado, ambulantes, passando também pela atenção que provoca ao poder público, como veremos.

A prevalência de práticas e estabelecimentos de consumo popular no baixo-centro poderia ser explicada meramente como um efeito das dinâmicas de mercado, entre a oferta e a demanda: pessoas sabem onde encontrar produtos por determinadas qualidades e faixas de preço; enquanto comerciantes sabem que estes consumidores irão voluntariamente procurar por esses produtos nesses lugares. Entretanto, uma explicação rápida como esta pode esconder os efeitos acumulados das intervenções e planejamentos estatais sobre as dinâmicas espaciais.

A partir do que debatemos nas [seções 3 e 4](#), tanto as condições de funcionamentos de mercados quanto as ações estatais devem ser compreendidas através dos efeitos produzidos em suas relações mútuas. Veremos a seguir o caso de dois projetos voltados para a “melhoria” dos espaços públicos e das condições de circulação de pedestres e veículos, implementados nas décadas de 1980 e 1990. Estes programas podem ser compreendidos como as “sementes” do Centro Vivo, implementado décadas depois (VILELA, 2006). Sem deixar de lado as mudanças que provocaram a curto prazo, a marca mais importante deixada por esses projetos foi a consolidação de algumas características já presentes na organização da área central, a respeito do ordenamento entre suas diferentes “regiões morais” (PARK, 1915). Nesse sentido, a produção histórica das características de cada localidade impacta diretamente na distribuição das práticas pelo espaço urbano.

De um lado, sob a premissa da otimização do fluxo de veículos, o Programa de Reorganização do Transporte por Ônibus (PROBUS), projeto de significativo impacto urbano implementado em 1982, visou reorganizar o sistema viário e de transporte público, e, dessa

forma, interferir nos modos de circulação de pessoas, com atenção especial para as áreas centrais da cidade. O PROBUS “alterou itinerários dos ônibus, introduziu linhas diamétricas e eliminou terminais pontuais no Centro, alterando as referências para a localização de determinadas atividades, em particular o comércio varejista” (VILELA, 2006, p. 70). Dito de outra forma, o projeto objetivava poupar áreas nobres do Centro da circulação intensa de pessoas (em especial as que faziam uso frequente do transporte público), afastando destes locais, assim, as atividades ligadas ao transbordo, em especial o comércio ambulante.

De outro lado, a primeira versão do Plano da Área Central de Belo Horizonte (PACE), implementado em 1980⁸⁹, respondia a uma desvalorização simbólica de algumas áreas frente ao início do processo de “deterioração” e “saturação” da área central (PLAMBEL, [198-]). O PACE visava “requalificar” o Centro, separando áreas prioritárias para o fluxo de pedestres de outras áreas por onde passariam o maior volume do tráfego de veículos, agrupando os equipamentos urbanos de transporte. A realocação dos pontos de ônibus seria uma forma de redirecionar as ocorrências de assaltos e furtos, crimes mais comuns nos pontos da cidade onde há maior aglomeração de pessoas (HAUSEMER, 2017). Se o objetivo dessas ações foi a recuperação e a proteção de diversos espaços considerados nobres e simbólicos para a cidade, o método utilizado foi isolar a aglutinação dos “problemas” justamente no baixo-centro.

Em um estudo sobre os projetos de renovação incididos no baixo-centro belo-horizontino, datadas desde os anos 1980, o geógrafo Sant’anna (2008) identifica que tais medidas visavam à diminuição da intensidade e do fluxo de pessoas nestas ruas, consideradas as “mais críticas” do Centro, estabelecendo uma conexão entre pontos de comércio popular (atacado e varejo) e os terminais e pontos de ônibus. O autor ressalta a naturalização do termo “degradação”, presente nos discursos sobre a reforma, como representação direta das grandes aglomerações de pessoas, fator que indica se determinada área será considerada mais “popular” e, portanto, mais “crítica”.

Constata-se a partir desses casos que as intervenções estatais voltadas à mobilidade e à “requalificação urbana” consolidam padrões de distribuição desigual da ocupação do espaço. A organização das práticas de comércio e consumo, haja vista suas simbologias hierarquizantes (BOURDIEU, 1997), também se ajustam e se produzem através desses padrões, em que pese também a agência dos atores de tensionar estas fronteiras.

⁸⁹ Outra versão do PACE foi implementada em 1999.

Com isso, a despeito das intenções anunciadas por tais programas, dizendo enobrecer ou requalificar a área central, as intervenções não resultaram em uma alteração da natureza das dinâmicas econômicas ali encontradas. Contrariamente, elas teriam reforçado a lógica diferencial da valorização entre diferentes “pontos” comerciais, na medida em que possibilitaram que mesmo as atividades indesejadas como o comércio ambulante encontrassem algum espaço reservado para seu exercício, como veremos a seguir. Na prática, essas medidas não resultaram na extinção das práticas indesejadas, mas estimularam processos de adaptação dos mercados, ou seja, dinamicamente provisionando o sufocamento de alguns negócios, mas também a abertura de outras possibilidades nesses mesmos nichos.

Quando vista através de uma escala ampliada, essa dinâmica está associada ao processo de metropolização de Belo Horizonte. Conforme Monnet (2006), a metropolização se espacializa no caráter extensivo das aglomerações urbanas, aumentando a interdependência entre as zonas de residência, trabalho, consumo e serviços cada vez mais afastadas umas das outras. As transformações urbanas não ocorrem, então, exclusivamente pela intencionalidade das ações estatais, guiadas pelo planejamento urbano, mas estão expressas nos usos e ocupações práticas do espaço, como sugere a passagem de Benjamin que inaugura a seção. Trata-se do aparecimento dos *interstícios espaciais* (MONNET, 2006) que os vendedores ambulantes buscam ocupar transformando-os em espaços de trabalho.

Na perspectiva de Roy (2005), acerca do crescimento das cidades no Sul Global, a informalidade é entendida como elemento fundamental para o modo com que a urbanização metropolitana se estruturou. Segundo a autora, o Estado é entendido como produtor dos espaços de exceção e exercício da discricionariedade incorporados como parte da lógica das informalidades. Assim, ao olharmos para reformas urbanas, nos deparamos com transformações decorrentes diretamente daquilo que foi planejado, mas também devemos levar em conta os efeitos daquilo que não foi planejado (*unplanned*), ou o que não é planejável (*unplannable*).

Seguindo este raciocínio para pensar na formação da Avenida Paraná, não há contradição, senão um vínculo entre, de um lado, as políticas de intervenção urbanísticas que reforçam uma dada funcionalidade para a via e, de outro, a consolidação de uma “vocaçãõ” da localidade para o comércio popular, puxada pela rápida reocupação de *toreros* em busca de locais propícios para atuarem.

Como já descrevemos na [seção 2](#), parte importante do comércio ambulante faz dos entroncamentos de transporte alguns de seus principais pontos de comércio. Consideramos aqui

todo tipo de benefício de *brechas* provocado pela intensa mobilidade (MONNET, 2006), sejam nos momentos de inatividade ou nos momentos culminantes dos deslocamentos; seja entre os carros particulares e os coletivos de transporte público, inclusive por ocasião das baldeações e do fluxo de passageiros nos pontos de embarque e desembarque.

Portanto, a situação mais comum e mais facilmente associada a esse tipo de atividade é o trabalho dos vendedores de rua mais móveis, que se aproveitam de oportunidades fugidias, ocupando esses pontos na mesma rapidez com que se dispersam em seguida. Contudo, tratando do comércio de rua, de modo geral, não nos restringimos aos trabalhadores que se mantêm constantemente em trânsito, mas também aos grupos de vendedores que conseguem se manter nos mesmos pontos com alguma regularidade.

Essa comparação de modalidades de comércio de rua nos convida e refletir sobre os diferentes meios intersticiais que os ambulantes fazem uso para conseguirem seguir trabalhando. Se aqueles que adotam maior mobilidade tornam possível o trabalho no espaço público permanecendo em constante esquiva da fiscalização, observar trabalhadores que atuam de forma relativamente fixa (ou semifixa), atrelados a algum ponto específico, permite-nos conhecer outras dimensões da evolução dessa atividade através da interação tanto com o ambiente urbano, quanto com os sistemas vigentes de regulação.

Durante a passagem das décadas de 1980 para 1990, a Avenida Paraná abrigava um dos principais corredores de camelôs com pontos fixos da cidade, cunhado pelos seus usuários como “canteiro” (ou “feira do canteiro”). Seu nome fazia referência ao canteiro central (estrutura que divide as pistas da via e que hoje é ocupada pelos terminais do MOVE) uma *brecha* no espaço onde a feira se formava diariamente. Apesar de não ter sido formalmente autorizada, a feira foi, durante alguns anos, tolerada pelos órgãos fiscalizadores, permanecendo em funcionamento, inclusive, após a implementação do PROBUS e do PACE. Sua localização estratégica facilitava o acesso de pessoas e o fluxo de mercadorias, para dentro e fora da cidade. O “canteiro” servia como uma espécie de feira atacadista (clandestina) contínua, onde eram revendidos os itens trazidos à capital dos polos manufatureiros no interior do estado, e também de outros centros urbanos, como São Paulo. Uma vez que se consistia em um dos principais pontos de distribuição de mercadorias de Belo Horizonte, também funcionava como um ponto de encontro entre vendedores atuantes em diversas regiões.

Embora os feirantes estivessem ali dia após dia — e os ambulantes varejistas contavam com isso —, a “feira do canteiro” funcionava *na tora*, isto é, na iminência dos vendedores serem

expulsos por agentes da fiscalização. Por este motivo, não dispunham de barracas. No chão, lado a lado, os vendedores colocavam caixas e bolsas cheias de mercadorias que eram vendidas prioritariamente aos compradores dispostos a levarem grandes quantidades.

Os membros do “canteiro” criaram forte vínculo entre si, com sua clientela e com o espaço que ocupavam, significando-o como um “lugar de ambulante”. A lembrança dos “tempos do canteiro” está bastante presente na fala dos ambulantes mais experientes com quem conversei, que associam a experiência coletiva do comércio a partir de seu arraigamento em determinada localidade do espaço urbano. Frequentemente, o “canteiro” também foi rememorado com um marcador de “um outro tempo”, uma época em que a prefeitura tratava os trabalhadores de *rua* com mais respeito.

No início dos anos 2000, as lideranças que emanaram de sua organização evitaram que a feira fosse desmobilizada pelo poder público. Eles lograram em negociar a transferência da feira (com cerca de 180 vendedores) para a Avenida Oiapoque (também no baixo-centro), naquele momento, uma área de pouco valor estratégico para a gestão municipal. A partir daí, gozando de certo reconhecimento conquistado perante o poder público, como um tipo de coletivo, a feira continuou sendo o principal ponto de distribuição em atacado para ambulantes.

O “canteiro” só deixou de existir anos depois, em 2004, no contexto do Centro Vivo. No entanto, em função da centralidade que representava para o universo do comércio ambulante, além de sua capacidade organizativa e o capital político de suas lideranças, seus membros foram os primeiros a serem incorporados ao Shopping Oiapoque, inaugurado no galpão localizado justo em frente à calçada que ocupavam (ZAMBELLI, 2006).

Outra presença de coletivo de camelôs importante nesta região foi a chamada “feira dos deficientes” que ocupava o quarteirão da Rua Carijós, entre a Rua Curitiba e a Avenida Paraná, entre as décadas de 1990 e 2000. Diferente do “canteiro”, esta feira contava com a anuência da Prefeitura, tendo sido designada exclusivamente aos deficientes físicos licenciados pelo município (cadeirantes, pessoas com mobilidade reduzida etc.). Tendo atravessado diferentes momentos da evolução dos instrumentos regulatórios sobre o comércio ambulante, trabalhar nas barracas da “feira dos deficientes”, naquele tempo, se consistiam em uma das poucas possibilidades regularizadas de exercício da atividade. As permissões deste tipo eram reservadas oficialmente apenas àqueles que pudessem comprovar sua condição de deficiente através de laudos médicos validados pelo corpo técnico da prefeitura. Os vendedores ambulantes deficientes físicos, muitos deles integrantes dessa feira, também foram destinados

a ocuparem os shoppings populares logo no início do processo de realocação, como um grupo de atenção prioritária.

O “canteiro” e a “feira dos deficientes” — coletivos circunstanciados por *status* de legalidade distintos — encontraram seu fim definitivo com o advento do Centro Vivo. Entretanto, figuram ainda contemporaneamente como algumas das referências de experiência coletiva de comércio ambulante. Essa memória coletiva parece se mobilizar de forma atrelada à localização precisa em que cada um desses coletivos atuava: “aqui é nosso”. A apropriação de uma dada localidade como “lugar de comércio ambulante” se dá na prática pela persistência destes trabalhadores, atravessando cronologicamente as gerações de trabalhadores em resistência às forças de ordem orientadas por diferentes mandatos municipais.

Portanto, para além de se tratarem de áreas disputadas, de valor estratégico para uma multiplicidade de atores, a breve recuperação da história desses coletivos nos provoca a refletir sobre a forma pela qual os ambulantes se apropriam dos espaços públicos como locais de trabalho, os incorporando às memórias do grupo. Conforme Halbwachs (1980), em contraposição à dimensão temporal que oferece continuamente a imagem da mudança, a dimensão espacial oferece a imagem da permanência. Nesse sentido, conforme o autor, os lugares recebem a marca de um grupo e a presença de um grupo deixa marcas num lugar.

Como um ponto central, ressaltamos que esta memória é vívida uma vez que não se restringe à nostalgia dos ambulantes mais velhos, que viveram “outro tempo” da história. Para além dos relatos de outrora, ela se transmite aos mais jovens na medida em que esses encontram precisamente nestes pontos do espaço previamente “conquistados” também os seus lugares de trabalho, pelos quais também terão que lutar para permanecer.

Através de uma perspectiva do conflito social podemos observar que o comércio ambulante, ainda que entendido como uma atividade clandestina, ganha espaço na cidade em função das ações estatais, e não em detrimento delas. Isso ocorre uma vez que os efeitos destas intervenções (articuladas às dinâmicas mercantis) reforçam as hierarquias sociais através das simbologias de classe impressas no espaço físico, se vinculando, por sua vez, tanto à conformação do mercado de trabalho, quanto à (re)organização da malha urbana. As fronteiras que fazem do baixo-centro uma área recortada do restante da área central é resultado desse processo.

Diante destas condições, os trabalhadores ambulantes encontram *brechas* na cidade onde conseguem atuar, suas “linhas de fuga” (TELLES, 2015). Em determinadas localizações,

os ambulantes podem encontrar condições de se fixar e, assim, se aglomerar, de maneira mais ou menos duradoura, mais ou menos clandestina, mas via de regra de modo instável. Dali emanam sociabilidades da *rua* ligadas à luta pelo trabalho em dimensões variadas, frequentemente perpassadas por multifacetadas negociações junto ao Estado, como a que veremos a seguir.

A partir de então, retornaremos à *rua*, precisamente na esquina formada pela Avenida Paraná e Rua Carijós, um típico “lugar de ambulante” do Centro de Belo Horizonte. Através do exercício de observação prolongada, analisamos como os trabalhadores lutam para estabilizar suas rotinas de trabalho. Neste ponto, a fragilidade de suas estratégias contrasta com as possibilidades desiguais de se manterem em atividade. Veremos como buscam, nesse sentido, “legalizar” seus negócios, ainda que o façam de forma adaptativa (ou “tática”, nos termos de CERTEAU, 1994). Ademais, este é um ponto de vista privilegiado para observar as hierarquias e algumas das lógicas por trás da divisão do trabalho de *rua* que dificilmente poderiam ser captadas através de outro tipo de abordagem.

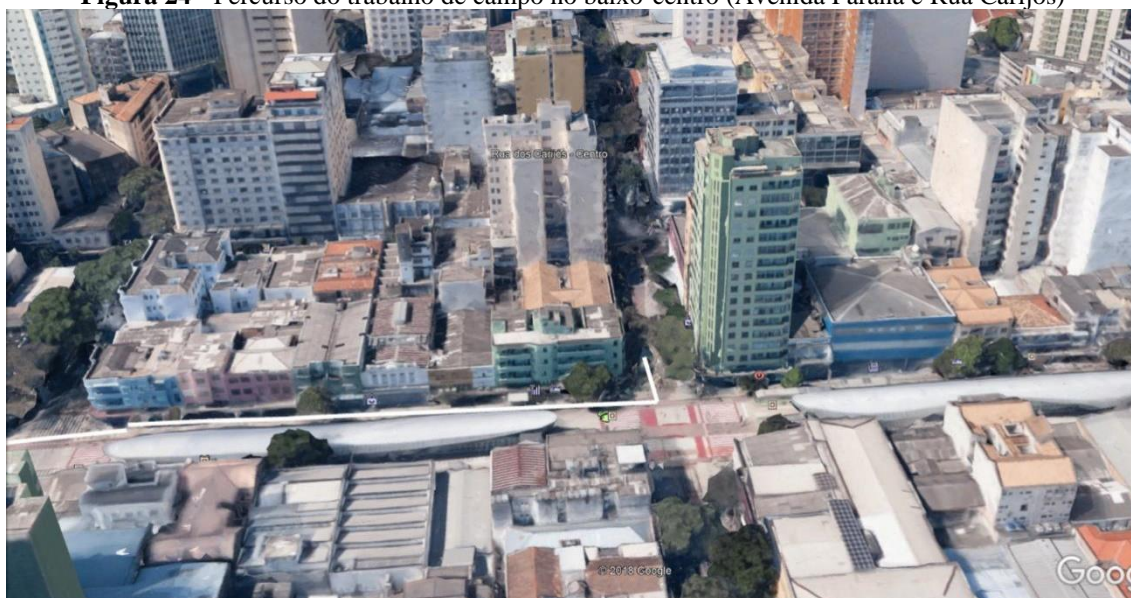
5.2 A esquina da *tora*: a Avenida Paraná com Rua Carijós

Durante minhas caminhadas pela Avenida Paraná, observei a atuação de *toreros* que param em esquinas para venderem, em pé, cigarros, acessórios para celular, bebidas, etc. Quanto mais passo por essas calçadas, mais tenho a impressão de que, apesar desses pontos estarem frequentemente ocupados por *toreros*, eles estão ali apenas de forma provisória, como se estivessem também de passagem. Percebo também que, quando se encontram sozinhos, manifestam maior preocupação com a aproximação de fiscais ou policiais. Por exemplo, em pontos de menor movimentação de pessoas, alguns vendedores chegam a deixar embalagens de suas mercadorias expostas em cima de caixotes sem que estejam próximos delas. A tática parece ser a de disfarçar o vínculo com as mercadorias. As embalagens servem, então, apenas como sinalizações aos clientes, enquanto eles permanecem em esquinas opostas. Apesar dos “caixotes-vitrine” [ver a foto que ilustra a [capa desta tese](#)] estarem aparentemente abandonados, basta que algum passante o perceba em seu caminho, demonstrando algum interesse pelas mercadorias, que o seu dono rapidamente aparece para realizar a venda. Caso surja algum fiscal ou policial, ele não poderá realizar a apreensão sem que o dono da mercadoria seja responsabilizado nominalmente. E se o fizer, o *torero* arcará apenas com um prejuízo monetário de valor limitado e, de certa forma, já previsto; e também não poderá ser incriminado ou ser comprometido de forma mais séria. [Extrato de caderno de campo - 2018]

Durante o trajeto ao longo da Avenida Paraná, começando na região do Terminal Rodoviário, percebo a presença de um número importante de *toreros*: seja enquanto estão de passagem, em movimentação; seja enquanto estão estacionados. Como vimos anteriormente,

tratando-se de uma via com intensa movimentação de pedestres e veículos, os ambulantes se espalham por toda a sua extensão, principalmente nas esquinas. No entanto, é importante apontar que a ocupação não parecia se distribuir de forma aleatória ao longo da via: conforme caminhava por ela, ficavam visíveis nas esquinas as concentrações de *toreros* cada vez maiores, como se este trajeto me conduzisse a um *hotspot* da *tora*. Se no início do trajeto ainda encontrava algumas esquinas pouco movimentadas, à medida que me aproximava do entroncamento formado com a Rua Carijós, tanto o espaço físico como os passantes pareciam ser mais disputado, de modo que também eram mais intensos os burburinhos e os gritos por venda.

Figura 24 - Percurso do trabalho de campo no baixo-centro (Avenida Paraná e Rua Carijós)



Fonte: *Google Earth* (edição nossa)

Desde a fase exploratória de trabalho de campo, orientei minhas *caminhadas* pelo baixo-centro rumo a este ponto específico que carrega a fama de “lugar de ambulante” entre os frequentadores do baixo-centro. Minha curiosidade em compreender a “confusão” desta esquina tem origem anterior ao interesse acadêmico. Sendo habitante de Belo Horizonte durante quase toda a minha vida, essa percepção também remete a minha própria experiência de frequentador da região e consumidor das bancas dos camelôs. Na época da minha adolescência, na passagem dos anos 1990 para os 2000, meus amigos e eu encontrávamos, nesta esquina específica, o melhor ponto para comprar jogos de vídeo game, CDs e DVDs piratas.

Neste caso, um “lugar de ambulante” se elabora na medida em que é assim reconhecido por consumidores, vendedores, mas também pelos agentes de controle. O sentido simbólico de centralidade atribuído à esquina ainda foi reiterado ao longo da minha pesquisa de mestrado, realizada entre 2014 e 2016, quando pesquisava sobre o trabalho dos auxiliares de fiscalização. Esses funcionários terceirizados da Prefeitura, atuantes nas “pontas” do controle diário do comércio ambulante, me indicavam a esquina da Paraná com a Carijós como uma das principais *áreas toradas* do Centro. Isso significa que era compreendida por eles como uma área em que o trabalho de “inibição” do comércio irregular encontrava maior resistência (ARAÚJO FILHO, 2016b). Por isso, mesmo contemporaneamente, observa-se a consolidação de pontos mais fixos de venda, seja na esquina em questão ou em suas áreas de entorno.

Ali observei uma complexa dinâmica de arranjo entre a contínua tolerância da fiscalização (a *vista grossa*) e a tensa iminência de operações municipais. Por se tratar de uma *área torada*, as operações de fiscalização que visavam à apreensão de mercadorias provocam reações coletivas no grupo de ambulantes — contando, algumas vezes, também com o apoio de alguns passantes que resolvem comprar a briga dos ambulantes. Ainda que naturalizassem algum grau de violência como “parte do trabalho” (ARAÚJO FILHO, 2016b, 2019), os agentes e seus supervisores pareciam evitar abordagens em áreas “dominadas” por *toreros*. Interessante notar que, assim, o sentido da relação entre ambulantes e agentes de controle se inverte nesses locais: são os *toreros* que, estando em maior número, inibem as ações de regulação e “regulam” o trabalho dos agentes de fiscalização.

Se com a pesquisa anterior identifiquei a produção de um *controle negociado* como base de funcionamento da regulação ao comércio (ARAÚJO FILHO, 2014, 2016a, 2016b), nesta pesquisa, a análise da regularidade de ambulantes em pontos relativamente fixos instigou-me a alargar minha concepção sobre o que deveria compreender como *tora*. Ao longo do trabalho de campo, fui surpreendido pelo fato de que *toreros* nem sempre se restringem à estratégia de fuga constante. Parece compreensível que muitos deles busquem justamente permanecer em pontos mais fixos, onde podem com isso conquistar clientela, expor maior volume de mercadorias e, portanto, obter maior margem de lucro ao longo de um dia. Percebi, assim, que, enquanto categorias de análise de uma situação de trabalho, as noções de *torero* e *tora* poderiam abarcar diferentes temporalidades, espacialidades e tipos de estratégia de venda.

Nas adjacências da esquina da Paraná com a Carijós, acompanhei a atuação de vendedores que, mesmo sem estarem de fato “dentro da lei”, conseguiam se manter trabalhando

regularmente: dia após dia, em horários repetidos, nos mesmos pontos. Verificamos que isso acontece em função, principalmente, dos diferentes “graus de legalidade” e da sobreposição de diferentes critérios de regulação (RABOSSI, 2011; SERNA LUNA, 2013; HAYDEN, 2018; TUCKER; DEVLIN, 2019) ou, pelo menos, através de uma emulação dessas formas de legalização.

A seguir, descreverei o funcionamento do negócio de uma das interlocutoras mais centrais desta pesquisa, a qual denominarei Francisca. Sua pequena banca de salgadinhos tem sido tolerada pela fiscalização há vários anos através de uma das mais recorrentes estratégias contemporâneas de manutenção de negócios nas *ruas*.

Como apontado anteriormente, trata-se da apropriação de um dado mecanismo de inclusão social, oferecido pelo município, que concede permissões de comércio ambulante a pessoas com deficiências físicas. De forma breve, a manobra realizada por alguns ambulantes se dá pela contratação dos serviços de uma pessoa com deficiência (ou que assim seja reconhecida pelos agentes de fiscalização) de forma que aparente que ela seja a responsável pela banca. O negócio consegue permanecer em funcionamento na medida em que, diante as interações com os operadores do controle, se crie uma espécie de fachada moral e legal para o negócio, o suficiente para torná-lo continuamente tolerado.

5.3 A *tora* com “ares de legalidade”: o funcionamento de uma banca

Como um microcosmos do “mundo do comércio popular”, encontramos em uma mesma esquina uma gama diversa de produtos sendo expostos por vendedores ambulantes. Na Paraná com Carijós, ao redor de Francisca, observei a atuação de vendedores de cigarros, frutas, panos de chão, acessórios de celular, meias, bebidas, guarda-chuvas, doces, bilhetes de loteria, entre outros.

Entretanto, mais importante do que a multiplicidade de produtos que compõe uma verdadeira “feira de esquina”, é possível também notar que essa variedade pode ser dividida em dois tipos de estratégias de manutenção das atividades: primeiro, aqueles que atuam de forma literalmente ambulante, em constante esquiva da fiscalização; e, segundo, aqueles que instalam suas mercadorias em bancas semifixas, valendo-se, nesse caso, da estratégia que

denominaremos como *esquema dos deficientes*⁹⁰, sobre a qual debateremos posteriormente com mais detalhes.

Seguiremos com um extrato de caderno de campo redigido no dia em que fui pela primeira vez à esquina da Avenida Paraná com a Rua Carijós enquanto começava o trabalho de campo. O intuito inicial da minha aproximação foi conhecer alguns ambulantes para compreender como conseguiam realizar suas vendas de forma explícita, sem serem impedidos pela fiscalização. Naquela ocasião, conversei com algumas das trabalhadoras que atuavam próximas aos movimentados guichês de venda de bilhetes para o MOVE, ao lado de dois agentes de fiscalização que, com ar de apatia, nos observavam.

Abordo uma das primeiras ambulantes que vejo ali, duas garotas atrás de uma banca de salgadinhos. O tabuleiro era bastante farto e colorido, com diversos tipos de salgadinhos industrializados. “Qualquer um deles custa um real”, anunciou uma das moças, percebendo meu interesse. O apoio que segurava o tabuleiro era de madeira, tinha as pernas dobráveis, aparentemente de fácil montagem e desmontagem. Quando comecei a me apresentar, uma das garotas me interrompeu e disse que estava ali apenas ajudando. Apontou para a responsável: uma senhora que estava sentada na mureta de uma loja, bem na esquina. Havia, na verdade, duas mulheres, ambas negras. A mais nova era deficiente visual, e foi apontada como a dona da banca. Nesse momento entendi que ali era uma “banca de deficiente” e que as demais mulheres supostamente trabalhavam para ela. No entanto, a senhora mais velha (Francisca) foi quem mais me deu atenção quando, ao me apresentar, falei dos interesses de pesquisa. Aos poucos, passei a especular que ela seria, de fato, a dona do negócio: se preocupava com o movimento de clientes que interrompiam nossa conversa a todo minuto. Enquanto isso, Georgia (a deficiente visual) parecia alheia tanto à nossa conversa quanto à aproximação de clientes que constantemente anunciavam interesse nos salgadinhos. Com o tempo, ainda naquele dia, Francisca acabou se revelando a real dona da banca. As duas garotas eram suas filhas, e Georgia uma ajudante remunerada. A conversa com Francisca foi longa e muito instigante. Pela maneira com que falava desde o início, percebi que se tratava de alguém com bastante inserção nas tramas políticas do “mundo do comércio popular”. A cada momento oportuno, ela citava leis, nomes de políticos, militantes, movimentos sociais, etc. Disse que trabalha nas ruas há muito tempo, há mais ou menos 25 anos. Apesar do “conceito da rua” que acumulou com o passar dos anos, tendo se envolvido com muitas “lutas”, nunca se envolveu de perto com partidos políticos, sindicatos ou associações. Em 2017, no contexto da nova Operação Urbana, alegou ter assumido um papel de liderança, mas,

⁹⁰ Este termo foi criado como um esforço compreensivo para designar uma estratégia popular muito difundida nas ruas de Belo Horizonte. Ao alegar que se trata de um *esquema*, o fazemos independentemente de qualquer juízo de valor por parte do pesquisador, mas com o intuito de diferenciar este ilegalismo de outros. Conforme Gobbi (2021), que realizou um estudo etnográfico sobre práticas de agiotagem em São Paulo, um *esquema* tem suas especificidades, se diferenciando de uma *negociação* ou de um *rolo*, por exemplo. Nas palavras da autora: “para que ocorra um *esquema*, é necessário que haja uma constante relação de lealdade e confiança entre quem ‘executa’ o *esquema* e quem ‘manda’ no *esquema*. Existem esquemas de roubo de carga, transporte de droga ou mortes por encomenda, por exemplo.” (2021, p. 10). Em nossa pesquisa, um *esquema* refere-se a uma apropriação sóciolegal dos regulamentos vigentes que, para funcionar, depende da participação de diferentes atores. Na rua, esta estratégia não tem um nome próprio “nativo”, e certamente não é denominado como um *esquema* pelos sujeitos, principalmente entre os mandantes. Isso representa o esforço dos sujeitos envolvidos de manterem a naturalidade dessas relações que, como descreveremos à frente, são marcadas, sobretudo, pela desigualdade de forças.

como já estava cansada de “dar murro em ponta de faca”, acabou se afastando antes do fim do primeiro ano da gestão Kalil. [Extrato do caderno de campo de 2018]

O relato acima demonstra meu estranhamento inicial com o inerente jogo entre visibilidade e invisibilidade que marca a experiência de trabalhadores que rotinizam seus modos de trabalho às *margens* dos parâmetros estatais (DAS; POOLE, 2004). Tratou-se, portanto, de um ponto de observação privilegiado para a compreensão da espacialidade do comércio ambulante, organizada sobremaneira pela apropriação das *brechas* da legalidade. Desta forma, compreendemos como se organizam as atividades cotidianas de trabalho, a circulação de dinheiro, a formação das redes, incluindo as práticas de contratação dos serviços de pessoas com deficiência física.

A banca de salgadinhos de Francisca é montada todos os dias no meio da calçada da esquina, próxima a um dos guichês de venda de passagens do MOVE. Francisca está quase sempre acompanhada de alguma de suas filhas (Zélia, 20 anos; e Fernanda, 14 anos) que a ajudam a cuidar das mercadorias expostas, fazem reposições, montam a banca no início do dia e a desmontam no fim. Quando estão juntas, revezam-se no anúncio dos produtos: “SALGADINHO UM REAL! OLHA O SALGADINHO!”. Além delas, Georgia, deficiente visual, também trabalha na banca, porém, curiosamente, sem se envolver nas transações. Assume a função de conferir “ares de legalidade”⁹¹ ao negócio que é apresentado aos fiscais como sendo dela.

Desde o final de 2016, Francisca trabalha com essas mercadorias. Os produtos são comprados, desde então, diretamente da fábrica, localizada em um bairro próximo ao Centro, onde passa de carro frequentemente no caminho da sua casa até o trabalho. Como compra grandes volumes a cada vez, consegue negociar com o fornecedor preços mais baixos por sacos de salgadinhos, que contém cerca de 20 unidades. Isso é o que a permite vender cada uma delas por apenas R\$1,00, desbancando os preços de mercadorias da mesma qualidade e tipo em outras bancas de ambulantes e mesmo entre estabelecimentos formais da região.

Seguindo o padrão de grande parte de vendedores de rua, como cada unidade de mercadoria tem baixo preço e confere pouca margem de lucro, o diferencial de rendimento se dá pelo alto volume de transações, o que também se conjuga com o tempo com que se consegue permanecer trabalhando. Dado que a banca de Francisca funciona de forma fixa em um ponto

⁹¹Escutei este termo pela primeira vez de um vereador quando ironizava a atuação dos “prepostos”, durante uma reunião da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Câmara Legislativa Municipal”.

de alta circulação de consumidores, seu fluxo de vendas é frenético, principalmente nos horários de pico de utilização do transporte público.

Em minhas vistas à esquina, enquanto conversávamos, Francisca não parava de vender. Para manter a agilidade das trocas, orienta os clientes que eles mesmos peguem os produtos de sua escolha no tabuleiro. Neste mesmo ritmo, à medida que fazem as vendas, Francisca e suas filhas repõem as mercadorias que ficam estocadas em grandes potes cilíndricos, escorados aos pés da estrutura de madeira. Francisca me ensina que um tabuleiro sempre abundante, diverso e colorido “chama o cliente”.

O preço “redondo” de cada unidade facilita o pagamento e a devolução do troco, aumentando a possibilidade da ambulante em realizar um maior volume de vendas em pouco tempo, algo especialmente importante nos horários de pico — momentos especialmente inoportunos às nossas conversas. Além disso, a intensidade do trabalho demanda de Francisca e de suas filhas maior concentração nas inúmeras transações e cálculos rápidos “de cabeça”. A maior parte das pessoas paga com moedas, que são imediatamente depositadas em um dos potes postos ao chão, até que os encha por completo. Guardar o dinheiro a salvo dos ladrões também é uma tarefa constante, e que exige atenção redobrada quando aumentam as aglomerações de pessoas em torno da banca.

Como Francisca é conhecida entre os outros vendedores atuantes na região, muitos a procuram quando precisam de “troco”, ou seja, para trocarem notas de alto valor por moedas. Tal como observei também em outras localidades, a troca de dinheiro é prática corriqueira entre vendedores de rua, uma vez que a maioria aceita somente pagamentos em espécie e comercializa mercadorias de baixo valor. Dada a rapidez das negociações, quando um vendedor não tem “troco” ao rápido alcance, corre o risco de deixar escapar oportunidades de venda. Entretanto, ficou claro que, do ponto de vista de Francisca, quando o pedido pelo troco é recorrente, o favor é considerado um incômodo (uma “folga”), sendo motivo de reclamações debochadas.

Dinâmicas corriqueiras como essa dizem respeito a uma economia dos gestos própria das sociabilidades urbanas. Sendo assim, os “favores”, portanto, não são gratuitos ou insignificantes. De forma geral, as cenas urbanas são repletas de demonstrações de cumplicidade (cumprimentos, piadas) ou desavença (comentários maliciosos, fofocas), a partir das quais pude identificar aqueles que são seus conhecidos, amigos e parceiros de graus variados; e aqueles que não são. Incluem-se não somente seus pares de profissão, mas todos os

que, de “lugares” diferentes, participam com maior ou menor frequência da vida cotidiana naquela esquina: catadores de papel, moradores de rua, clientes recorrentes, ex-ajudantes, vizinhos do bairro onde mora, policiais, auxiliares de fiscalização, familiares, ladrões, funcionários das lojas, funcionários dos guichês do MOVE, vendedores clandestinos de bilhetes para o transporte público, e até mesmo um pesquisador.

As redes a que nos referimos, portanto, devem ser compreendidas como mais amplas do que as próprias relações diretamente implicadas nas práticas de trabalho. A diversificação de suas “parcerias” não apenas aumenta, mas também qualifica sua reputação (ou “conceito da rua”, nas palavras de Francisca), multiplicando, portanto, a possibilidade destes contatos serem mobilizadas para benefício próprio, a cada momento em que necessite se adaptar às circunstâncias. A estratégia utilizada por ambulantes como Francisca para manterem um funcionamento estável na esquina da Paraná com Carijós (um bom ponto comercial) depende, portanto, de seu ancoramento nas redes de sociabilidade da *rua*.

O trabalho do *torero* implica aprendizados para além do comércio em si. Saber trabalhar é saber se manter trabalhando ao longo do tempo, o que implica não somente conseguir fugir da fiscalização. Ao acompanhar a rotina na esquina da Paraná com Carijós, aprendi que um *torero* precisa conhecer as nuances tanto dos códigos da *rua*, quanto dos códigos da diferenciação entre legal e ilegal, formal e informal (TELLES, 2006). Levando em conta, um sentido ampliado de *tora*, observamos o acionamento de táticas forjadas através das ambiguidades e imprecisões próprias dos parâmetros legais (HAYDEN, 2018; TUCKER; DEVLIN, 2019). Conforme Monnet (2006):

Esses *interstícios da formalidade* permitem explorar a tolerância das autoridades e da sociedade com relação ao respeito às regras e de tirar partido da convivência. Esta se baseia em valores sociais associados às relações interpessoais diretas entre o vendedor e o cliente, no patrimônio paisagístico visual, sonoro e olfativo da desordem da rua, em um momento em que as transações são cada vez mais despersonalizadas, assépticas e automatizadas no interior dos estabelecimentos comerciais. (MONNET, 2006, p. 181, grifo do autor)

Assim, mais do que a verificação dos desajustes entre as vivências dos trabalhadores e o que está posto nas fronteiras próprias da linguagem das leis, é preciso recusar o suposto caráter estático da aplicação das leis e olhar para como os sujeitos lidam com as circunstâncias em suas atividades diárias (VALVERDE, 2009). Apesar de seu objetivo abertamente disciplinar, não parece banal que da constituição e transformação dos instrumentos regulatórios sejam mantidas

zonas cinzentas. Podem ser compreendidas, portanto, como espaços de gestão da heterogeneidade própria da constituição do mercado de trabalho (KESSELMAN; AZAÏS, 2011; AZAÏS, 2014). Trata-se das “beiradas” dos espaços institucionais, repletos de ambivalências e de inconsistências entre o que está prescrito e praticado, em que os sujeitos implicados nos efeitos práticos de sua aplicação encontram meios de contorná-las ou, em alguma medida, reconvertê-las para seu proveito. Portanto, em outro nível, as zonas cinzentas podem ser compreendidas como espaços de criação institucional (AZAÏS; DIEUAIDE; KESSELMAN, 2017; BUREAU; DIEUAIDE, 2018; BUREAU; CORSANI, 2019). Analogamente à exploração dos espaços físicos da cidade, onde os *toreros* circulam para encontrarem suas *brechas* e momentos oportunos, os *interstícios das formalidades* também se convertem em recursos de luta pelo trabalho.

Esse ponto de vista ficará mais nítido a seguir, ao analisarmos mais a fundo os aspectos que possibilitam o funcionamento do que denominamos aqui como *esquema dos deficientes*. Discutiremos como as *brechas* dos regulamentos são apropriadas pelos sujeitos, incluindo também a dimensão moral implicada na lógica de tolerância seletiva comércio ambulante.

5.4 O esquema dos deficientes

Para que possamos compreender em que condições o *esquema dos deficientes* se faz possível, é preciso, primeiro, levar em conta o processo de elaboração (e ajustes) do conjunto de regras que orientam a regulação do comércio ambulante, para depois analisarmos em que medida, e como, ele foi implementado na prática. Dessa forma, para além de acessar os documentos que prescrevem as normas, foi preciso escutar os ambulantes para entenderem como foram, progressivamente, sendo incorporadas como instrumento de mediação entre *toreros* e a fiscalização municipal.

5.4.1 Entraves entre a lei e a moral na regulação do comércio ambulante realizado por pessoas com deficiência física

Primeiramente, podemos afirmar que, de forma geral, o comércio de rua exercido por pessoas com deficiência foi uma prática relativamente mais tolerada e permitida do que para os demais vendedores. O Código de Posturas funcionou como uma forma de regularização ampla do comércio de rua. Isso se deu, de início, através de uma proibição geral da atividade do

“camelô e do *torero*” (BELO HORIZONTE, 2003a, Art. 118). De forma complementar, manteve-se aberta a possibilidade de expedição de permissões⁹² (ainda de forma limitada) para alguns grupos específicos minoritários, tais como os vendedores ambulantes licenciados por serem deficientes físicos. Diante as novas normas, os ambulantes com deficiência física teriam, então, que “atualizar” suas permissões.

Porém, como já discutido na [seção 3](#), a implementação do Código consolida uma política de priorização da formalização condicionada à transferência para os shoppings populares, de forma a desmobilizar todo o tipo de atividade entendida como ambulante. Então, as ambiguidades que regulam o “direito” das pessoas com deficiência em exercerem o comércio ambulante propiciaram que esse aspecto jurídico fosse tensionado pelo poder público a todo momento em que desejou encurtar as possibilidades de atuação no comércio ambulante.

Inicialmente, o processo de readequação dos regramentos confrontou a heterogeneidade de ambulantes a novos crivos classificatórios a serem operacionalizados no nível da rua (HAYDEN, 2018). Basicamente, como os demais ambulantes, o grupo de deficientes foi dividido em dois: os que aderiram aos shoppings e os que permaneceram atuando nas *ruas*, seja como portadores de licenças ou não. Ainda que muitos desses trabalhadores pudessem acessar o “direito” de ocupar um box, não o fizeram naquele momento, principalmente, porque isso acarretaria em uma mudança drástica na organização habitual de suas atividades, uma adequação qual não estavam dispostos a assumir seus riscos. Grande parte dos deficientes visuais, por exemplo, permaneceu atuando nas *ruas* em sua forma “tradicional”: trabalhando em sua maior parte sozinhos, parados em algum ponto seguro, fazendo uso de tabuleiros presos ao corpo, comercializando mercadorias de baixo custo, leves e de fácil manejo, como cartelas de loteria, pilhas, isqueiros, fones de ouvido, etc.

As condições de permanência de ambulantes deficientes nas *ruas* que não portavam licenças, entretanto, não eram como a dos demais *toreros*. Mesmo sem terem conquistado de fato um direito ou qualquer tipo de garantia duradoura para manterem suas atividades, foram continuamente tolerados por agentes municipais. Além disso, sua presença nas *ruas* também parecia não ser percebida como problemática nem pela mídia local nem pelas associações comerciais, como a CDL-BH, que regularmente denunciam a ineficiência ou a frouxidão das medidas municipais de contenção do comércio ambulante.

⁹² Esse tipo de permissão não foi exclusivo do caso de Belo Horizonte, também aconteceu em outras grandes cidades, como São Paulo (FREIRE DA SILVA, 2014) e Cidade do México (SERNA LUNA, 2013).

A situação veio a se alterar somente no momento em que a quantidade geral de ambulantes parecia aumentar intensamente no fim da década de 2000. Uma quantidade considerável dos novos ambulantes eram pessoas com deficiência física que estariam sendo atraídos pela suposta tolerância do município para com essa categoria específica de vendedores. Como uma resposta a isso, em 2010, o Código de Posturas ganhou uma alteração no texto do artigo 153-A: “a atividade de comércio em logradouro público por deficiente visual, dependerá de prévio licenciamento” (BELO HORIZONTE, 2010). Em 2016, através de outra alteração no mesmo artigo, a possibilidade de licenciamento passa a se estender a pessoas com outros tipos de deficiência (BELO HORIZONTE, 2016).

Contrariamente ao que pode parecer num primeiro momento, a aparente autorização serviria na realidade como um dispositivo de freio ao aumento do comércio de rua, já que buscava distinguir com maior precisão o público que deveria ser autorizado e reforçava o uso das licenças para tal. Contudo, à medida que dependia da interpelação de fiscais a esses vendedores, não ganhou aderência prática. Nem os ambulantes buscaram se formalizar, nem os fiscais se dispuseram a autuar, multar e apreender mercadorias dos deficientes que não portavam licenças, estes que representavam a maior parte do grupo. Isso se deve, principalmente, a um desajuste entre o teor moral das regras e as condições relacionais implicadas em sua operacionalização no âmbito das interações estabelecidas na *rua* (ARAÚJO FILHO, 2014).

Tal situação em que a moralidade popular parece balizar a aplicação das regras ao nível de rua (LIPSKY, 1980; ARAÚJO FILHO, 2014) foi flagrante ao longo do trabalho de campo da pesquisa junto aos auxiliares de fiscalização, realizado entre 2013 e 2016⁹³, impressões essas que foram reforçadas ao longo do trabalho de campo desta pesquisa. A passagem a seguir, retirada do caderno de campo redigido naquele momento, ilustra uma situação captada durante o acompanhamento de uma das equipes de fiscalização responsáveis por ações de apreensão, enquanto faziam suas rondas de dentro da Kombi da prefeitura:

Em certo momento, no caminho de volta para a passarela, enquanto estávamos parados no sinal, um dos auxiliares vê um ambulante e fala, de forma agitada: “bora espantar aquela dona ali que tá vendendo!”. Seu colega [mais experiente] responde:

⁹³ A régua moral inscrita na tarefa dos agentes de fiscalização foi um dos principais elementos de estranhamento inicial para a minha trajetória de estudos sobre a regulação do comércio ambulante em Belo Horizonte. Ela foi iniciada no contexto de um trabalho final de disciplina do curso de Ciências Sociais pela UFMG, em 2012, evoluindo para a escrita do trabalho de conclusão do curso no ano seguinte (ARAÚJO FILHO, 2013) e culminando na escrita da dissertação de mestrado, defendida em 2016 (ARAÚJO FILHO, 2016a).

“você quer espantar deficiente físico, doidão?”. Criticando a permissividade informal aos deficientes físicos, Alan comenta: “Sagrados direitos humanos que acabam com o mundo”. [Extrato de caderno de campo - 2015].

A cena anterior demonstra que a discricionariedade dos agentes das pontas é atravessada por senso de moralidade — por vezes motivando dissensos nas equipes — que se inscrevem nos efeitos práticos de controle (ARAÚJO FILHO, 2015) e interferem diretamente na distribuição de possibilidades de comércio de rua. Constatamos, assim, que a passagem da lei escrita para sua aplicação concreta é mediada pela moralidade dos sujeitos diretamente implicados na prática, tornando-se um elemento a ser negociado no *drama social do trabalho* (HUGHES, 1976) de fiscalização. No que tange à concretude das situações de trabalho na *rua*, por mais que o instrumento da licença tenha se mantido como uma “formalidade”, em dadas circunstâncias, “ser” (ou pelo menos parecer) deficiente já parecia bastar como critério para justificar a tolerância ao trabalho ambulante.

Para além desses trabalhadores das “pontas” (policiais, guardas municipais, mas principalmente auxiliares de fiscalização), mais diretamente implicados nas tensões diárias da *rua*, a ambiguidade entre a regra prescrita e sua aplicabilidade também é refletida nos extratos superiores de suas organizações. Em entrevista para o jornal *O Tempo*, em 2017, o Comandante da 6ª Cia da Polícia Militar (localizada no baixo-centro) alegou que: “As pessoas com deficiência podem trabalhar com o que conseguem carregar, mas as bancas, por exemplo, podem ser recolhidas.” (MANSUR, 2017). Chama-nos atenção nessa fala que, além do critério que expôs em sua fala não estar prevista formalmente, o militar sequer menciona a necessidade da licença vigente naquele momento. A própria reportagem desmente o oficial de polícia reiterando que há precedência legal para a apreensão de mercadorias de ambulantes com deficiência (em bancas ou não), caso não apresentem os devidos documentos que atestam a permissão.

O ponto que gostaríamos de reter aqui é que se as regras não se efetivaram no sentido da limitação do comércio ambulante, suas imprecisões criaram novos flancos de atuação. Diante da formação de zonas cinzentas entre diferentes âmbitos, o da legalidade e da moralidade, ambulantes deficientes físicos ocuparam com relativa tranquilidade as *ruas* de Belo Horizonte entre 2003 e 2016. A regulação via cobrança de permissão foi incompatível com a lógica do *controle negociado* que envolvia tanto o conjunto de ambulantes, como dos diferentes agentes envolvidos na produção cotidiana do controle (ARAÚJO FILHO, 2014, 2016b; 2019).

5.4.2 O problema dos “prepostos” e as relações de trabalho entre deficientes e os donos das bancas

Um dos aspectos que circunscreve os regulamentos vinculados ao direito de licença para ambulantes deficientes diz respeito à proibição do emprego de ajudantes às suas bancas, os chamados “prepostos”. Conforme o Código de Posturas, o vendedor ambulante deficiente físico deve “exercer pessoalmente as atividades respectivas, sendo-lhe proibido colocar preposto no serviço”. (BELO HORIZONTE, 2003a, Art. 153-A).

Na lei, consideram-se “prepostos” as pessoas que se dispõem regularmente a auxiliar os deficientes nas atividades de comércio de rua. Na prática, a regulamentação cobriria tipos de situações diferentes. Por exemplo, um auxiliar poderia propiciar as condições básicas para o funcionamento da atividade desempenhada por um deficiente, como o trato com o dinheiro, montagem e desmontagem das bancas e, até mesmo, a proteção contra roubos e golpes, podendo essa ser uma ajuda voluntária ou remunerada. Por outro lado, o auxílio de outra pessoa poderia se converter em recurso de ampliação das possibilidades comerciais de um negócio já estruturado, que daria conta de uma ampliação do fluxo de operações. Ainda de outra forma, um dito “preposto” poderia se configurar, na prática, em um sócio com quem o outro dono do negócio dividiria custos, riscos e lucros. Assim, embora consideremos diferentes significados para cada uma das situações, fato é que a regra se aplicaria às várias intencionalidades, a princípio, sem que pudessem ser distinguidas pelos agentes de controle.

Entretanto, como a própria obrigatoriedade de licença para a atuação, a proibição de ajudantes também foi, durante vários anos, um aspecto deixado de lado como critério prático na regulação das atividades. Por muitos anos, o comércio ambulante realizado por deficientes físicos foi tolerado pela fiscalização em Belo Horizonte. Possivelmente, muitos dos agentes de controle sequer sabiam da existência desse inciso, uma vez que, via de regra, aprendem o conteúdo das leis de posturas na prática, isto é, sem passarem por capacitações ou treinamentos com base na forma escrita das leis (ARAÚJO FILHO, 2016b). Ainda assim, podemos intuir que o objetivo da proibição de ajudantes aos ambulantes deficientes físicos é coerente com os demais pontos do Código de Postura: limitar o comércio ambulante, minando as condições de seu exercício pelos deficientes, mas também inibindo o crescimento do mercado de serviços oferecidos exclusivamente por essas pessoas.

Em agosto de 2017, em meio ao processo de implementação da Operação Urbana, que se propunha a dificultar o trabalho dos ambulantes, o tema dos “prepostos” dos deficientes emergiu como uma questão central nos debates na Câmara Municipal.

Para averiguar denúncias de exploração de pessoas com deficiência no comércio irregular em desrespeito ao Código de Posturas, a Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor realizou audiência pública nesta quarta-feira (9/8). O presidente da comissão e requerente da audiência, vereador Gabriel (PHS), afirmou que indivíduos mal intencionados exploram as pessoas com deficiência, colocando-as para atuarem como vendedoras nas ruas da capital em afronta à legislação vigente. A prefeitura informou que no prazo de até 60 dias será publicado edital para que pessoas com deficiência disputem vagas para atuar legalmente como ambulantes nas vias públicas de BH. A Secretaria Municipal de Serviços Urbanos acrescentou que não permitirá que os deficientes que venham a atuar legalmente nas ruas sejam ajudados por qualquer pessoa além de funcionários da própria prefeitura durante suas atividades laborais, de modo a evitar a sua exploração indevida. A Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL-BH) e o vereador Gabriel concordaram com a posição da PBH de proibir a atuação de auxiliares junto às pessoas com deficiência durante as atividades laborais destes últimos por considerarem que tal fato consistiria em exploração indevida dos mesmos e em desrespeito à legislação vigente (PESSOAS..., 2017, grifo do autor).

Com discursos de bases semelhantes ao que foi exposto anteriormente, houve reações também das representações das associações comerciais locais. Para além dos constantes depoimentos de seus representantes nas matérias jornalísticas, ao longo de 2017, representantes da CDL-BH participaram de reuniões na Câmara dos Vereadores (PESSOAS..., 2017) dedicadas a pressionar Prefeitura e vereadores a eliminar *brechas* contidas no Código de Posturas, além de exigirem mais rigor no cumprimento da fiscalização. O argumento repetidamente veiculado pelos empresários foi ainda de que camelôs estariam “explorando” os deficientes, que por sua vez estariam servindo de “testas de ferro” para “driblar fiscais”, dando “ares de legalidade à atividade ilegal de camelô” (MENDES, 2017).

Para além da justificativa de cunho salvacionista exposta pelo vereador, CDL-BH e a secretária municipal, é possível afirmar que o *esquema dos deficientes*, forjado através das permissões previstas por lei municipal, possibilitaram, na prática, que inúmeros ambulantes permanecessem nas *ruas*. Desta forma, estariam desafiando o programa de “tolerância zero” contra os *toreros* e, por consequência, também a retomada dos shoppings populares promovido pela Operação Urbana.

No primeiro ano do mandato de Alexandre Kalil, em 2017, com a intensificação das ações de fiscalização nas *ruas*, um número cada vez maior de bancas de deficientes passou a povoar as calçadas do baixo-centro. Do ponto de vista dos *toreros* que adotaram a estratégia,

por mais que o custo dos negócios aumentasse com o emprego de deficientes (pagos em forma de diária), essa foi a maneira mais eficaz de estabilizarem seus negócios em pontos mais concorridos, e sem que corressem maiores riscos de sofrerem prejuízo com apreensões de mercadorias. Afinal, os fiscais não poderiam apreender mercadorias de uma “banca de deficiente”, pois, além do imbróglio legal, representaria também uma afronta moral, um desrespeito, conforme os acordos tácitos.

Figura 25 - Deficiente visual trabalhando em uma banca



Fonte: João Godinho - Jornal O Tempo (2017)

Certamente, não podemos afirmar que o *esquema* surgiu recentemente, porém ganhou dimensões impactantes para as dinâmicas do comércio popular concomitantes ao início do novo mandato da gestão municipal. Em comparação aos anos anteriores, cresceu o número de trabalhadores que se estabeleceu de forma mais fixa em diversos pontos do centro, tendo preenchido os quarteirões na região da Carijós, Curitiba e Paraná, lugares que, como vimos, a fiscalização já encontrava maiores dificuldades para atuar. Com base nisso, muitas reportagens denunciaram a frouxidão da Prefeitura e alegaram uma suposta “volta dos camelôs”, “um

cenário que renasce”, “uma viagem no tempo”, fazendo alusão à época anterior ao Código de Posturas. Segue um trecho de uma reportagem do jornal *O Tempo* publicada logo em março de 2017:

Visitar o centro de Belo Horizonte atualmente é quase uma viagem no tempo, de volta à década de 90, quando camelôs tomavam conta das calçadas disputando clientes com o comércio formal. O cenário que renasce, em grande parte por causa da crise econômica, se consolida diante de uma brecha da legislação municipal. Para fugir da fiscalização, os ambulantes estão usando pessoas com deficiência, que tem liberação para o trabalho. [...] Em conversa com muitos ambulantes, eles disseram que pagam pessoas com deficiência, que teriam dificuldades para trabalhar sozinhas, para que elas assumam o posto de vendedor no caso de fiscalização da prefeitura. Apesar de todas as pessoas usarem bancas ou barracas, o que é proibido, os camelos afirmam que a fiscalização “não mexe com eles”, nem mesmo para checar se têm documentação necessária (MANSUR, 2017, grifos nossos)

Importante ressaltar que práticas semelhantes ao *esquema dos deficientes* do baixo-centro de Belo Horizonte ocorrem em outras grandes cidades. O caso de Nova Iorque vale a pena ser descrito. As leis estadunidenses beneficiam os militares veteranos, que se tornam deficientes físicos no contexto das guerras, com a concessão de licenças (livres de custos) para abrirem negócios de *rua*, como carrinhos de cachorro-quente ou *food trucks*. Além disso, nessas circunstâncias, também são permitidos de estacionarem seus carrinhos licenciados em áreas de acesso restrito aos demais negócios ambulantes, mesmo entre portadores dos demais tipos de permissões. O benefício é concedido como uma compensação pelos serviços militares prestados ao país, e também como um tipo de incentivo positivo ao trabalho autônomo para essa população que, geralmente, é de origem popular e encontra dificuldades de reinserção no mercado de trabalho após retornarem do tempo de serviço. O “privilégio”, no entanto, nem sempre é usufruído da forma prevista, afinal nem todos dispõem de recursos para investir em um negócio próprio. Diante disso, o uso que alguns desses veteranos fazem dessa alternativa é alugar as licenças a empresários que visam tanto reduzir os custos de entrada — já que as licenças convencionais são escassas e mais caras — como também acessar localidades mais disputadas dos espaços públicos.

A prática denominada *rent-a-vet* — ou “alugue um veterano” — foi analisada em um artigo de Koch (2016), e também exposta como uma denúncia de corrupção pelo jornal *New York Post*, em 2019, com a reportagem “A verdade sombria por detrás daqueles carrinhos de

alimentos dos veteranos deficientes” [tradução livre]⁹⁴ (FASICK; O’NEIL, 2019). Ambas as publicações demonstram que, na maioria dos casos, os militares aposentados sequer assumem qualquer tarefa nos negócios que alegam ser donos. Formalmente, a autenticidade da licença pode ser comprovada apenas pela presença física do veterano cujo nome está atrelado à licença no momento em que os negócios venham a ser fiscalizados. Diante disso, muitos desses veteranos simplesmente passam o dia nos bancos das praças ou dentro de seus carros estacionados nos arredores dos *food trucks* e recebem em troca um pagamento fixo enquanto as licenças servem aos reais donos dos negócios.

Mais do que uma analogia das estratégias sociolegais (VALVERDE, 2009; KOCH, 2016), a comparação entre os *esquemas* observados em Nova Iorque e Belo Horizonte diz sobre um processo de substituição de medidas protetivas ou de inserção profissional para pessoas com deficiência por “privilégios” que, diferentemente de um direito adquirido, podem ser transacionadas em um circuito de *mercadorias políticas* (MISSE, 2002, 2006). A contratação informal do serviço de deficientes pelos donos das bancas configura uma espécie de atalho que possibilita aceder aos benefícios das autorizações públicas em paralelo aos critérios e procedimentos burocráticos (SAKAI, 2011). Do ponto de vista desses subordinados, o serviço prestado é comumente encarado, a curto prazo, como uma forma de ganhar “dinheiro rápido”; ou, a médio prazo, como uma forma de emprego precário.

De volta ao baixo-centro belo-horizontino, em alguns casos, os serviços dos deficientes podem ser oferecidos de forma pontual e casual — como um *corre* —, por exemplo, quando assumem temporariamente uma “vaga” como substitutos de outro. Mas há também o caso de pessoas que continuam nessa posição por vários meses, auferindo daí sua principal fonte de renda. Assim, permitem que os negócios permaneçam “legalizados” e em funcionamento relativamente mais estável em uma localidade fixa. De forma similar ao que ocorre no *rent-a-vet* de Nova Iorque, a função básica de uma pessoa com deficiência no acordo com os donos nessas bancas é o de permanecer por perto para assumir responsabilidade sobre ela, caso haja qualquer tipo de abordagem de agentes de fiscalização.

De forma geral, a continuidade neste trabalho é geralmente justificada por ser considerado um “trabalho fácil”, e que, ao mesmo tempo, com a sequência das diárias, pode remunerar proporcionalmente ao salário-mínimo, tornando-a, em muitos casos, uma escolha vantajosa com relação a um emprego precarizado no mercado de trabalho formal. Inclusive,

⁹⁴ Título original da matéria: *The shady truth behind those ‘disabled vet’ food carts*

vários relatos apontam que parte importante dos deficientes subordinados nunca havia atuado no comércio popular e sequer desejam trilhar um caminho nesse segmento, criando um negócio por conta própria. Veremos que, nesse caso, o serviço pode se tornar sua renda principal ou complementar.

Nesse sentido, é preciso ressaltar os aspectos que contribuem para que o emprego desses indivíduos seja vantajoso aos donos das bancas: muitos dos deficientes contam com benefícios tanto de políticas assistenciais quanto previdenciários (ver trajetória de Toni na [seção 7.3](#)). Assim, como muitos deles não necessariamente dependem dos montantes recebidos na *rua*, observamos um rebaixamento no valor médio das remunerações. Em campo, muitas vezes as diárias pagas aos deficientes foram descritas pelos contratantes como se representassem apenas uma “ajuda”, em complemento às suas rendas. A sub-remuneração foi justificada, nesse sentido, como compatível tanto com a facilidade do trabalho, como pelo fato de que essas pessoas “não estariam fazendo mais nada”. Além disso, outro fator que barateia a mobilização dessa mão-de-obra diz respeito à isenção do custeio das passagens de transporte público para irem e voltarem do trabalho, uma vez que deficientes físicos acessam o passe livre (BELO HORIZONTE, 2002).

A seguir, tomaremos a perspectiva de Georgia, que trabalhou como “deficiente da banca” de Francisca, por pouco mais de um ano. Georgia foi uma importante interlocutora na pesquisa, enquanto, em campo, eu acompanhava a rotina da banca de salgadinhos na movimentada esquina da Paraná com Carijós. Em nossas conversas, ela me apresentou uma perspectiva complementar (e por vezes conflitante) à de Francisca com relação aos significados das “parcerias” estabelecidas entre os deficientes subordinados e os donos das bancas, que Georgia chamava ironicamente de “peixões”. Apesar de não se identificar como *torera*, a partir da análise de sua trajetória anterior à entrada nos *corres da rua*, podemos compreender algumas das dimensões de formação deste mercado de trabalho específico e que, por fim, tornam plausíveis o funcionamento e a difusão do *esquema dos deficientes* nas ruas de Belo Horizonte.

5.4.3 A perspectiva de uma deficiente visual

Georgia é negra, solteira, nascida em 1982 em uma cidade do interior de Minas Gerais, onde também viveu a maior parte de sua vida. Em sua cidade natal, teve uma única experiência de trabalho: atuou como técnica em um hospital privado. Permaneceu nesse emprego por oito

anos, ocupando uma das vagas da cota para Pessoas com Deficiência (PCD), prevista em lei federal (BRASIL, 1991).

Após ser demitida, mudou-se junto com a mãe para Ribeirão das Neves (Região Metropolitana de Belo Horizonte), cidade em que o irmão mais velho já morava. A renda doméstica passou a ser composta, a partir de então, de uma pensão referente à aposentadoria do pai de Georgia, já falecido; a aposentadoria da mãe e pelo salário de seu irmão (também deficiente visual) que, na época, trabalhava em um supermercado. Na nova cidade, Georgia permaneceu desempregada e sem realizar nenhum tipo de atividade remunerada até 2015.

A trajetória do irmão, que passa pela gradual abandono do assalariamento e a entrada nos *corres da rua*, é elucidativa para compreendermos como essa alternativa se tornou plausível também para Georgia. Na década de 1990, ele foi funcionário de diversos estabelecimentos comerciais, via de regra como locutor em lojas, anunciando as promoções do dia através de microfone e alto-falante. Trata-se de um tipo de função assalariada, de baixa remuneração, ocupada frequentemente por pessoas com deficiência visual. Georgia relata que em um dos períodos entre-empregos o irmão foi convidado por um amigo também deficiente visual a montarem juntos um “negócio de camelô”, depois de terem conhecido um “canal” (um intermediário) para compra de brinquedos e outros produtos baratos da moda. No baixo-centro conseguiam revendê-los com facilidade: “vendiam igual água, na época”, ressaltou Georgia.

A tentativa inicial de seu irmão trabalhando na *rua* não o tornou ambulante em tempo integral, e o salário como locutor continuou sendo sua fonte de renda principal. Entretanto, tendo circulado por outros empregos nos anos seguintes, gradualmente incorporou o trabalho ambulante como alternativa para obter renda em momentos de maior necessidade. Apesar de curta, a primeira experiência na *rua* fez com que “perdesse o medo”, relatou Georgia.

Em 2011, após ter passado um período mais longo como desempregado, voltou aos *corres da rua* e, dessa vez, de forma mais definitiva. Diferente de suas outras experiências como ambulante, ele passou a atuar à frente de uma banca de outra pessoa, sendo remunerado com valores fixos, por dia trabalhado. Mesmo não sendo portador de licença, ele contava apenas com a tolerância dos agentes de fiscalização. De sua perspectiva, o *esquema* que se inseria tratava-se de uma alternativa, portanto, menos arriscada e menos desgastante do que se estivesse ele mesmo, de fato, tocando um negócio próprio. No momento da entrevista, em 2018, Georgia relata que, desde então, seu irmão não retomou a busca por emprego no mercado de trabalho formal e vive até hoje do *dinheiro da rua*.

Foi ao longo do processo de incorporação de seu irmão nesses *corres* que ela mesma também “perdeu o medo” e passou a atuar como uma ajudante em uma banca. Há anos desempregada e dependente da pensão que a mãe recebia, em 2015, Georgia aceitou o convite para cobrir a falta de outra deficiente que trabalhava em uma banca próxima a de seu irmão. A demanda era urgente, pois, sem um deficiente por perto, a dona da banca enfrentaria problemas com o auxiliar de fiscalização que fazia *plantão* na área e, por isso, provavelmente não conseguiria sequer iniciar as vendas naquele dia. Georgia conta que estranhou a ideia, admitindo ter preconceitos com quem vive do comércio ambulante, a despeito da proximidade que tinha com a história de seu irmão. Entretanto, como se tratava de um trabalho temporário (a princípio apenas por um dia), decidiu se aventurar. “Era uma coisa fácil de se fazer”, justificou-se. Depois daquela situação, tornou-se um “contato” oportuno para os outros donos de bancas da região, tendo recebido e aceitado alguns convites ao longo dos meses seguintes. Se não dependia daquele dinheiro para viver, podia, contudo, ajudar sua mãe e “aliviar as contas de casa”.

Com o tempo, depois de firmar acordos de maior prazo com diferentes donos de bancas, a partir de compromissos semanais ou mensais, Georgia passou a contar com o *dinheiro da rua*. Foi esse o momento em ela começou a experienciar a fragilidade dos acordos que firmava. Aponta que o “peixões” podem romper com os combinados de um dia para o outro, uma vez que o interesse em os manter por perto pode ser revisto a cada dia, à medida em que são tidos como indispensáveis para o funcionamento da banca.

Relatou-me uma situação extraordinária vivida no início de 2017. Naquele momento, os donos das bancas perceberam que os agentes de fiscalização já não estavam sendo enviados para fazerem *plantões*, e que as operações de apreensão já não os surpreendiam há algum tempo. Assim, julgaram que já não era mais necessária a manutenção dos deficientes em suas bancas. Sem que soubessem necessariamente qual havia sido a causa daquela trégua e, portanto, quanto tempo ela duraria, a percepção de que “a rua estava liberada” dispensava o gasto com as diárias.

Com rapidez semelhante com que os deficientes foram dispensados naquela situação, frustrando suas expectativas, também foram novamente requisitados assim que a rotina da fiscalização retornou aos seus modos habituais de funcionamento, isto é, tolerando o funcionamento apenas das “bancas de deficientes”. Certa manhã, na esquina da Paraná com Carijós, tanto os guardas municipais quanto os agentes de fiscalização cobraram a presença dos deficientes, supostos donos das bancas, com a pena de apreenderem as mercadorias de quem

descumprisse a regra. Importante frisar, contudo, que não o fizeram de forma abrupta e desavisada, mas, como de praxe, como uma negociação, já que, tratando-se de uma *área torada*, sabiam que a reação dos inúmeros ambulantes poderia desencadear conflitos violentos.

Georgia relata esse dia fatídico em que as poucas bancas que conseguiram providenciar rapidamente o retorno de seus deficientes conseguiram, assim, realizar um grande volume de vendas devido à pouca concorrência. Enquanto a demanda pelos deficientes era alta, as diárias também se valorizaram conforme as negociações eram feitas às pressas ao longo do dia. Georgia se lembra que seu telefone “não parava de tocar”, e as propostas de remuneração se superavam a cada nova ligação. Se anteriormente a diária média girava em torno de R\$30,00 ou R\$40,00, naquele dia, as propostas chegaram a R\$80,00.

Francisca foi uma das ambulantes que a contactou neste dia. Georgia conhecia suas filhas — “gente do *corre* desde novinhas” — e, por conta do contato prévio (importante pelo estabelecimento de relação de confiança), fechou um acordo verbal pelo telefone: diária de R\$60,00 (mais o marmitex de almoço) para estar presente das 9:00 às 19:00, de segunda-feira a sábado.

Desde então trabalha de forma regular para Francisca sob basicamente os mesmos combinados, com exceção dos pagamentos que vieram a ser reduzidos no decorrer do tempo, com o retorno progressivo da disponibilidade de outros deficientes no mercado. Em certo momento, Francisca então simplesmente altera o valor das diárias, passando para R\$50,00 (além do custo do marmitex), decisão que Georgia acabou acatando por não vislumbrar alternativa melhor fora do *esquema*.

5.5 Conclusão

Nesta seção, discutimos as formas pelas quais o comércio ambulante se mantém como um elemento integrado aos processos de crescimento e transformação urbana. Exploramos a hipótese de que o Estado, sob os mecanismos do planejamento urbano, das obras públicas, dos regramentos sobre o uso do espaço, da imposição das leis, produz as condições para o exercício de práticas não previstas (ROY, 2005), mas que, conseqüentemente, tornam-se elementos constitutivos da vida urbano, e não simplesmente um efeito colateral. Não se trata, portanto, de um afrouxamento do poder estatal, mas da produção das zonas cinzentas, de onde são

negociados e disputados os “termos de uso” das categorias próprias das forças regulatórias que, nesse caso, incidem sobre as formas do trabalho e de ocupação dos espaços urbanos.

Primeiro, analisamos as mudanças e permanências constatadas no curso da história recente de uma importante avenida do baixo-centro, a Avenida Paraná. As políticas implementadas desde a década de 1980, que visaram reiteradamente organizar a área central, contribuíram para que permanecesse concentrada nessa avenida grande parte dos equipamentos de transporte público, fazendo com que nela, e em suas mediações, surgissem e persistissem alguns dos pontos mais “tradicionais” de comércio ambulante. Observamos como as políticas voltadas à organização da mobilidade urbana e dos fluxos de pedestres se inserem nos modos de zoneamento da área central, consolidando a separação de áreas populares, de áreas relativamente mais nobres, o que remonta à lógica civilizatória do planejamento que fundou Belo Horizonte no fim do século XIX (PASSOS, 2016).

De um ponto de vista complementar, são nesses lugares onde a *rua* é mais claramente significada na *memória coletiva* (HALBWACHS, 1990) das classes populares como local de trabalho, e não apenas de passagem, onde famílias inteiras seguem tirando suas rendas através do comércio. A *rua* é o que conecta as lembranças do passado com as possibilidades de viração do presente. Entretanto, longe de terem adquirido um direito nesse sentido, as formas práticas pelas quais os sujeitos aprendem para ocuparem essas localidades são heterogêneas.

A partir deste ponto, discutimos como a noção de *tora* pode envolver, na verdade, todo o inventário de recursos táticos implementados nesses espaços e vinculados ao esforço de *trabalhar pelo trabalho*, valendo-se, então, de *brechas* de variados tipos. Se ponderamos que a *tora* é representada mais claramente pelas formas com que esses vendedores se mantêm em constante mobilidade, buscando se beneficiar das ocasiões fugidias de venda em diferentes tipos de lugares, também foi possível observarmos as formas de comércio relativamente mais fixas (ou semifixas), que demandam outros tipos de negociação pela permanência no espaço. Destacamos, nesse sentido, não somente os *interstícios espaciais*, ligados aos espaços físicos, mas os *interstícios da formalidade*.

A partir do acompanhamento da rotina de uma banca em uma movimentada esquina do baixo-centro, formada pela Avenida Paraná com a Rua Carijós, identificamos um tipo de estratégia que visa à legalização provisória do trabalho de *rua*. No trato com os agentes de controle, constantemente à espreita — e, em outra escala, em interação com a própria política municipal de ordenamento urbano —, a manobra que denominamos *esquema dos deficientes*

envolve a mobilização da mão-de-obra de pessoas com deficiência, levando em conta o acesso que esses indivíduos têm (ou poderiam ter) a uma licença. A estratégia é baseada na contratação dos serviços de uma pessoa com deficiência para servir de fachada à banca e torná-la tolerável para a fiscalização.

Em outro nível, se, por um lado, pudemos observar que estas fachadas não servem para necessariamente enganar os agentes de fiscalização, por outro, elas funcionam como mediação para a manutenção de certo senso de respeitabilidade e de ajuste dos interesses imediatos no *drama* diário (HUGHES, 1958) entre fiscalizados e fiscalizadores (ARAÚJO FILHO, 2019). Nas localidades onde a presença dos ambulantes é persistente, como é o caso dessa esquina, a manobra funciona principalmente como um critério para manutenção dos acordos entre os sujeitos diretamente implicados. Ao nível do cotidiano, esses acordos preveem, sobretudo, a conservação de um ambiente de trabalho pacífico para os trabalhadores de ambos os lados (ARAÚJO FILHO, 2016b).

Importante notar ainda que existem interesses indiretos, porém não menos importantes, ligados à tendência de manutenção dos acordos nesse nível. Podemos afirmar que a intensificação do controle sobre o comércio ambulante piora as condições gerais de trabalho e rendimentos dos *toreros*, porém, como discutido nas seções anteriores, constatamos que estes prejuízos não são igualitariamente distribuídos entre eles. E mais, isso ainda pode ser reconvertido em ganhos diretos para aqueles que conseguem se readaptar no momento certo, se apropriando de maneiras vantajosas das adversidades gerais e, assim, se sobressair economicamente. Enquanto mantido a efetividade do *esquema dos deficientes*, segue restrito um número limitado de bancas fixas posicionadas lado a lado em um mesmo ponto, interessando não somente aos esforços de disciplinamento do comércio de rua, mas favorecendo economicamente os ambulantes, como Francisca, que capitaneiam o *esquema* naquele ponto, uma vez que contarão com um eficiente (ainda que incerto) controle da concorrência.

Por outro lado, também não há como desprezar o fato de que os *esquemas* absorvem a mão-de-obra de pessoas com deficiência que, diante a exclusão do mercado de trabalho formal, encontram nas possibilidades da “informalidade regulada” (SERNA LUNA, 2013) uma forma de salário.

Por último, a análise dos *esquemas dos deficientes* também permite observar as relações de trabalho que integram as sociabilidades da *rua*, compondo hierarquizações para além das triagens institucionais que distinguem os licenciados (dentro da lei) dos *toreros* (fora da lei). A

observação das relações de subordinação entre os donos das mercadorias e seus auxiliares é um dos caminhos possíveis de análise que permite a compreensão de algumas das desigualdades de forças que também atravessam a constituição do “mundo do comércio popular”. Na seção seguinte, a partir do que compreendemos como relações de subcontratação na *rua*, poderemos encontrar ainda outros pontos de conexão com processos ligados à produção das cidades e dos mercados de trabalho no contexto mais amplos do capitalismo contemporâneo.

6 MEMÓRIA E PRODUÇÃO DA CIDADE PELO AVESSO: A TRAJETÓRIA DE UMA *TORERA*

Nesta seção, nos debruçaremos na descrição e análise da trajetória de Francisca, uma *torera* de longa experiência (cerca de 25 anos), com quem pude realizar repetidas entrevistas, além de ter acompanhado parte de sua rotina enquanto comandava uma pequena banca de salgadinhos localizada na esquina da Avenida Paraná e Rua Carijós. Em nossas conversas, tocamos em diversos temas, como fiscalização e repressão contra ambulantes, políticas de regulação, contrabando, produção de produtos piratas, comércio em shoppings populares, entre outros.

Muitos desses elementos tinham relevância para a ordem do dia, tendo surgido a partir do que observávamos na *rua*, enquanto seguia o funcionamento de sua banca. Ao passo que, também, foram escolhidos pela entrevistada como suportes ao relato de sua trajetória de vida durante as situações de entrevista.

Partir da narrativa da vida de uma *torera* permite uma organização cronológica dos temas e de suas interconexões para a compreensão dos circuitos mercantis de consumo popular, das relações de trabalho bem como dos esforços estatais para sua regulamentação, tudo isso visto por um ponto de observação nem sempre usual. Devido a seu caráter situado no tempo e no espaço, os relatos de vida também são compreendidos de forma encadeada, conferindo inteligibilidade às relações de interdependência em *processos sociais* mais amplos (ELIAS, 1980, 1994c). Foram postos, é claro, a partir de suas experiências próprias, mas, uma vez reconstituídos através da interação com o pesquisador, não são restritas a um olhar simplesmente pessoal. Assim, como uma “guia” para o trabalho de campo — similar à figura de Doc em *Sociedade de Esquina* (WHYTE, 2005) —, pude conhecer os principais pontos de inflexão que constituem as últimas três décadas de história do comércio ambulante no baixo-centro. Isto ocorre ainda que ocasionalmente esses relatos nos levem para outras localidades, mesmo no exterior, sintoma da “globalização por baixo” (TARRIUS, 2002) que conforma as situações de trabalho no comércio popular mundo afora (ALBA VEGA, 2011).

Ao reconstituir suas memórias em entrevista, Francisca demarca as conquistas, crises e reviravoltas mais marcantes de sua trajetória, enquanto ressalta as suas próprias maneiras de agir. Esses momentos são como nós que dão relevo à linha cronológica da própria história e que revelam os elementos circunstancialmente fundamentais sobre seu contexto. Dessa forma,

cabe ao pesquisador interpretar alguns dos “ingredientes de ação” que possibilitaram a elaboração das estratégias de vida, haja vista a incessante recomposição dos elementos no campo de possibilidades (BIDART, 2006).

Importante ressaltar que as histórias contadas por Francisca trazem nuances analíticas que orientam as direções das variações de escala. As circunstâncias de um tempo, das crises e dos desfechos foram descritas também como maneira de dar sentido ao que ocorria e ainda ocorre a sua volta. Considerando-se ela própria não apenas uma testemunha dessa história, mas uma conhecedora excepcional dos “nós” da sociabilidade da *rua* — isto é, como uma narradora (BENJAMIN, 1986) — Francisca articula e pondera os diferentes “lados”, dimensões e interesses em jogo na política da *rua*. Seus relatos tampouco se limitam ao grupo de vendedores ambulantes, mas abrangem os diversos atores que compõem o “mundo do comércio popular”, como os auxiliares de fiscalização, fiscais, policiais, ladrões, administradores dos shoppings populares. Preferencialmente nomeia um a um, como comprovação de que conhece e se relaciona com “gente de todo tipo”.

Além disso, Francisca também se destaca entre seus pares, e os demais entrevistados, pelo fato de ter ascendido economicamente através das atividades do comércio popular. Como vimos na seção anterior, foi o que a permitiu agenciar o trabalho de outras pessoas e se tornar uma “patroa”. Assim como seu atual marido, que também tem origem pobre, ascenderam socialmente e adquiriram parte importante dos bens de consumo “de classe média” movimentando o *dinheiro da rua*. Sabendo “jogar” com os riscos típicos do comércio ambulante bem como das importações de produtos do Paraguai, Francisca se anuncia como a “torera mais bem sucedida de Belo Horizonte”.

Sua história de vida põe em xeque alguns dos estigmas que pesam sobre a atividade do camelô, frequentemente subsumida à noção de “trabalho pela sobrevivência”. A análise de sua trajetória nos leva a deslocar o comércio ambulante de certas representações comuns, em especial sobre as racionalidades e os destinos dos seus praticantes. Não ensejamos, no entanto, exaltar as singularidades das histórias em que nos debruçamos em termos das virtudes individuais. Ao invés disso, nos apropriamos teoricamente de alguns dos elementos das sociabilidades que dotam de sentido o traçado das trajetórias e os horizontes de possibilidades.

A história de Francisca, em especial, nos convida a refletir sobre os expedientes de mobilidade dos atores, as relações de subordinação, as formas de interação dos sujeitos com os

regulamentos, a circulação de dinheiro e de *mercadorias políticas* nos diversos espaços sociais e de troca que integram o “mundo do comércio popular”.

6.1 Origem familiar

Francisca nasceu em 1971, em uma favela da região Centro-Sul de Belo Horizonte. Seus pais são originários de cidades do interior do estado e migraram para a capital na década de 1960 em função, principalmente, da esperança por melhores chances de trabalho: um perfil migratório típico das classes populares ao longo do processo de urbanização de Belo Horizonte que teve nessa década um de seus ápices. A mãe nasceu em uma cidade do Centro-oeste mineiro; e o pai no Vale do Mucuri, ambos vindos de famílias pobres que antes viviam da terra.

O convívio de Francisca com o pai se deu por pouco tempo, até seus cinco anos de idade. Ele adoeceu e morreu em decorrência de complicações causadas pelo alcoolismo, como explica sem querer contar os detalhes. Fez carreira trabalhando como pedreiro, via de regra como assalariado em empresas. Sua morte, no fim da década de 1970, marcou o início de um período de radical declínio financeiro da família (já com duas filhas), que o tinha como principal provedor. Além da súbita perda da renda, a família não teve acesso à pensão por morte, fato que Francisca não soube explicar os motivos. Por isso, a partir de então, o sustento da casa passou a vir principalmente do trabalho da mãe que teve que multiplicar suas horas de trabalho. Desde que chegou em Belo Horizonte, passou a atuar como doméstica “em casa de família” e, esporadicamente, oferecia serviços de faxina como complemento de renda, em ambos os casos, sem ser registrada.

Diante da perda do pai, Francisca e sua irmã (um ano mais nova que ela) ajudavam nas atividades domésticas e na busca por recursos desde a infância. Para ajudar a mãe, as irmãs caminhavam pelos bairros de classe alta próximos ao aglomerado para pedir esmolas de porta em porta. Também se aventuravam no Centro, região próxima à sua casa, onde pediam dinheiro para motoristas parados nos semáforos. O trajeto até a região central da cidade se tornou familiar desde cedo. Com o passar dos anos, de pedintes, Francisca e sua irmã passaram a conseguir dinheiro para a família de outras formas. Francisca relata: “Eu fazia artesanato, mexia com tudo, fazia bolo, tentava de tudo. Desde a época da minha infância, tudo que falava que dava dinheiro eu tentava.”

Em 1983, quando tinha 12 anos, sua mãe engravidou do novo companheiro, um homem que também vivia em sua vizinhança, pedreiro como seu pai. A mãe e o padrasto moraram juntos por alguns meses, mas se separaram justo após o nascimento do bebê. A mãe de Francisca ficou novamente encarregada de cuidar dos filhos sem qualquer tipo de apoio do ex-companheiro que sequer assumiu a paternidade. Diante da necessidade de dedicar mais tempo ajudando a mãe, as filhas largaram a escola. Francisca estudou até a quarta-série do Ensino Fundamental.

Foi nesse contexto de novas urgências e necessidade de maior estabilidade e previsibilidade dos rendimentos que a mãe de Francisca conseguiu empregos com carteira assinada, como gari pela Superintendência de Limpeza Urbana (SLU) e, em seguida, como faxineira de prédios públicos, através de empresas que oferecem mão-de-obra terceirizada. A conquista do emprego assalariado no setor público apresentava vantagens relativas: por mais que garantissem uma renda certa ao fim do mês e dessem acesso aos direitos trabalhistas, caracterizavam-se por terem horários menos flexíveis e serem ainda mais árduos do que os serviços anteriores em “casa de família”. O trabalho pesado que acumulava dentro de casa e fora reverberavam diretamente para Francisca, a filha mais velha, que relata:

FRANCISCA - Ela [sua mãe] saía às 7 da manhã e chegava às 5 da tarde, aí quando chegava mal [com dores no corpo], mal jantava e deitava... porque a minha mãe pegava prédio de 20 andares e vinha areando. Na época, era aquelas escadas de granito. Tinha vez que ela levantava passando mal... eu sei porque na época... “Eu tô passando mal, não posso faltar de serviço, vai lá limpar o prédio para mim”. Aí, com 12 anos, eu ia, jogava o sapólio na escada, água sanitária, *bombril* e ia areando até ficar branquinho, porque era granito, tinha que ficar branquinho. Você vinha limpando aquilo degrau por degrau, degrau por degrau, e passando pano para tirar aquele sapólio. Quando era final do dia, suas unhas estavam comidas, seus dedos estavam comidos. Então eu entendo o sofrimento dela porque a gente viveu o sofrimento. E pelo fato de eu ser a irmã mais velha, tudo que ela não podia fazer, era eu que tinha que fazer, porque eu não ia colocar os mais novos para fazer.

De forma diretamente encadeada, a morte do pai demandou uma realocação imediata de sua mãe em posições do mercado de trabalho mais precárias, refletindo imediatamente na socialização precoce dos filhos ao trabalho que, frente a isso, abandonaram a vida escolar. Os relatos de Francisca sobre seus pais, em paralelo com tantas outras desta mesma geração, revelam a fragilidade do modelo de integração destinado às famílias trabalhadoras que nessa época migravam em busca do trabalho disponível nas grandes cidades (FELTRAN, 2011).

Desde as histórias de infância, antes mesmo de se reconhecer como trabalhadora, observa-se em sua narrativa a construção da noção de início de uma “carreira” (HUGHES, 1937; GEORGES, 2006) na viração. Foi este o momento em que aprendia as disposições para se responsabilizar por atividades diversas ligadas diretamente ao sustento de seu grupo familiar. Sem nenhum tipo de contradição, aprendia, ao mesmo tempo, os papéis tradicionais de gênero no ambiente doméstico, e também a buscar *dinheiro na rua*.

6.2 “Ponto de virada” pelo trabalho na *rua*, entre dois matrimônios

Durante a adolescência, as filhas mais velhas seguiram ajudando a mãe nas atividades de seu emprego e complementando a renda da forma como podiam. Além disso, também desempenhavam parte importante dos serviços domésticos e ajudavam a cuidar do irmão caçula enquanto a mãe trabalhava. Esta divisão de tarefas se manteve até 1988, quando Francisca, com 17 anos, saiu de casa para se casar e começar uma nova família:

FRANCISCA - O salário da minha mãe mal dava para sustentar a gente [...]. Aí, ele [namorado da época] sempre foi muito... ele gostava muito de mim sabe, aí eu já estava cansada de viver com minha mãe, aquela vida sofrida. Aí eu falei: “ah, eu vou casar e vou embora”. Aí eu casei no civil e na igreja. Tudo direitinho.

Em busca de autonomia, Francisca casou-se pela primeira vez, com um homem dez anos mais velho que ela, também morador do mesmo aglomerado, e que trabalhava como azulejista. O jovem casal passou a morar em um barracão cedido pelo sogro, na mesma vizinhança. Neste mesmo ano, ingressou em seu primeiro emprego de carteira assinada, como balconista de uma lanchonete próxima a sua casa.

Já acostumada com uma rotina de múltiplas tarefas e responsabilidades, e sem se contentar com o salário (mínimo) que recebia, passou a complementar a renda com a revenda de roupas e bijuterias em sua vizinhança. Suas mercadorias provinham principalmente das lojas do Barro Preto⁹⁵ e, por vezes, também dos camelôs/*sacoleiros* que as compravam em outras cidades⁹⁶. O principal público consumidor de Francisca eram as outras mulheres em seu bairro.

⁹⁵ Bairro próximo ao Centro conhecido por abrigar negócios do ramo de confecções, costura e moda.

⁹⁶ O “canteiro” eram um destes locais que, na época, serviam como feiras de venda em atacado. Ver [seção 5.1](#).

Ao manter as duas atividades, conta que sua remuneração fixa se convertia em investimentos para o negócio incipiente.

FRANCISCA - Eu trabalhava de balconista [na lanchonete] de seis da manhã às duas da tarde, e como a minha renda era pouca, eu complementava. Eu vinha no Centro, eu comprava bijuteria e vendia. [...] Quer dizer, se eu ganhava mil reais na lanchonete, que é o salário-mínimo no valor de hoje [...] Eu investia aqueles 1000 reais então, ganhava 2 mil, ganhava 1500, entendeu? Eu tinha a parte da tarde toda, de duas da tarde até não sei quantas horas para eu vender.

Em 1991, aos 20 anos, Francisca engravidou do primeiro filho e seguiu o mesmo expediente de múltiplas jornadas até que, três anos depois, mudou-se para a cidade de São Paulo, acompanhando o marido que havia conseguido uma oportunidade de trabalho. Francisca alegou não ter tido escolha: deixou suas atividades e mudou-se de cidade.

O ano em que viveu em São Paulo foi narrado como um período de rotina maçante. Para além dos afazeres domésticos, tinha um emprego fixo em uma loja de roupas em Santo Amaro, bairro longe de sua casa na periferia, então passava longas diárias horas dentro do transporte público. Além disso, dependia da ajuda da sogra (que morava ao lado) para cuidar de seu filho enquanto saía para trabalhar.

A estada em São Paulo também foi narrada como um período traumático. De forma muito pesarosa, Francisca relatou-me várias situações em que ela e seu filho sofreram violência doméstica e conviveram com o envolvimento frequente do marido com álcool e drogas, o que considerou um fator complicador para a convivência em casa.

FRANCISCA - Uma vez ele brigou comigo, me jogou da cabeceira da cama... bati o ombro num toquinho que tinha na cabeceira da cama. Meu ombro inchou. Aí minha mãe foi lá e falou: “não, se for para você ficar machucando ela, é melhor ela ir embora”. [...] Aí ele usou droga, bebeu e ficou me arrastando pela roupa, me puxando, falando que ia me levar embora, que o meu lugar era lá dentro de casa, que eu era casada, que não sei o quê, que eu tenho que ficar era dentro da minha casa. Mas foi muita perturbação, muita coisa... minha vida não foi fácil não, vou falar para você a verdade, tem episódios da minha vida que eu não gosto nem de falar.

A relação violenta lhe parecia ainda agravada porque estava distante de seus familiares, a quem poderia pedir ajuda, buscar acolhimento. Após cerca de um ano vivendo em São Paulo, Francisca já havia decidido voltar para Belo Horizonte. Dizia estar à espera apenas de uma oportunidade para desfazer o casamento e voltar à vida de antes.

FRANCISCA - Aí, um belo dia a gente estava lá conversando, achei um telefone de uma mulher na carteira dele e brinquei com ele: ah, você arrumou uma pessoa agora. Agora posso ir embora. Aí ele apelou. Apelou, me deu um tapa na cara. Eu estava fazendo comida, enchi um prato de comida bem quente dei a ele, e na hora que ele abaixou, abriu as pernas, colocou aqui no meio para comer, eu enfiei o pé no prato, joguei na cara dele. Cortou. Aí corri para casa da minha sogra. Na hora que eu cheguei na casa da minha sogra, minha sogra: “tá acontecendo alguma coisa?” Eu morava... eram casas vizinhas né, só que da casa que eu morava dava para ver a casa dela. “O que está acontecendo?” Eu falei: “não, não está acontecendo nada não”. E ela perguntando... e eu fui e falei que eu tinha achado o bilhete, o papelzinho com o número de telefone da mulher e fui brincar com ele e que ele apelou. Na época eu tinha uma cunhada nova, ela devia ter uns doze, treze anos ela foi e falou: “ô mãe, deve ser a tal mulher que ele trouxe aqui para te apresentar”. Aí na época eu falei: “poxa, se trouxe para apresentar é porque é alguma coisa mais séria né”. Você não leva qualquer mulher para apresentar para sua mãe, pro seu pai. Aí eu falei: “ah, você quer saber de uma coisa, de repente ele arrumou alguma coisa melhor, vou embora, vou viver minha vida”. Peguei o menino, sai de lá com a roupa do corpo e vim embora.

A situação de conflito relatada se enuncia como um “ponto de virada” em sua trajetória (ABBOTT, 2001). Em São Paulo, sentia-se encurralada tanto em casa (pelo casamento), quanto fora (pela rotina de trabalho). Ao retornar para Belo Horizonte, em 1995, voltou ao emprego como balconista de lanchonete e à revenda de roupas, como já estava acostumada. Voltou também a morar, junto ao filho, no barracão cedido pelo sogro na mesma favela onde foi criada. Francisca seguiu sua vida, novamente próxima de sua família e sem manter contato com o ex-marido⁹⁷.

Poucos meses após seu retorno, Francisca começou um relacionamento com Guimarães, com quem está casada até hoje. Foi a partir desta união que Francisca vê sua vida sendo redirecionada. Guimarães é dez anos mais velho que ela, já era pai de vários filhos, e, nesta época, era um camelô experiente. Mesmo que atualmente não mais trabalhe propriamente como ambulante, ainda ocupa um lugar de destaque nos negócios da *rua*. Guimarães opera como intermediário na distribuição de mercadorias para vendedores ambulantes.

Importante atentar para a importância desta fase da vida na construção da narrativa de Francisca sobre si. Este momento pode ser entendido como um ponto de virada ou, como propõe Bidart (2006), a primeira *bifurcação* em sua biografia. Segundo a autora, a *bifurcação biográfica* diz respeito a uma mudança significativa e radical na orientação de uma trajetória, cujo momento e resultado são, no geral, imprevisíveis. A análise de *bifurcação* acaba por ser de grande poder heurístico uma vez que, assim, se revelam os diversos e dinâmicos

⁹⁷ Depois deste episódio, seu ex-marido “sumiu”. Anos depois, Francisca escutou que ele havia sido morto de forma violenta em um bairro de periferia.

“ingredientes da ação”, bem como as suas escalas e temporalidades implicadas (BIDART, 2006).

No caso de Francisca, é através do rompimento de seu primeiro matrimônio que ela parece reordenar os significados de uma “emancipação”: primeiramente, desde um ponto de vista de um processo de “desidentificação” dos papéis de gênero convencionais (como dona de casa, esposa, mãe), presentes desde sua infância e continuados ao longo do primeiro casamento; e, em seguida, concretizado pela reconfiguração de suas estratégias pelo trabalho, se debruçando cada vez mais nas atividades autônomas de comércio que se tornaram o meio mais plausível para prosperar.

Veremos a seguir que, se antes a vida doméstica e os papéis de gênero configuravam-se como elementos limitadores de sua “carreira”, cujas origens são reconhecidas *a posteriori* (BOURDIEU, 2006), a partir de então estes elementos serão ressignificados e reconvertidos por ela em recursos de mobilidade.

6.3 Tornando-se *sacoleira e torera*

A união com Guimarães foi a porta de entrada para um novo universo de possibilidades de atividade econômica para Francisca. Com ele, conheceu o Paraguai, primeiramente observando os produtos de baixíssimo custo que vinham de lá e proporcionaram um salto nos lucros para os ambulantes que passaram a revendê-los. E, em seguida, quando ela mesma começou a atravessar a fronteira para trazer as mercadorias.

Francisca conta que conheceu Ciudad del Este pela primeira vez ainda no início do namoro com Guimarães, acompanhando-o, à passeio, em uma de suas frequentes viagens no início dos anos 1990, o momento auge das movimentações comerciais pela fronteira paraguaia. Deslumbrou-se com a facilidade com que ele conseguia abastecer sua barraca semanalmente e como, desta forma, ela mesma poderia garantir uma margem de lucro muito maior do que revendendo roupas compradas nas lojas do Barro Preto.

A oportunidade de rendimento que presumiu observando como o namorado organizava seu negócio fez com que Francisca redirecionasse seu foco. Francisca inverteu a ordem de importância de suas atividades: o comércio que antes servia como complemento do salário, a partir de então passaria a ser sua atividade principal. Não tardou que abandonasse o emprego na lanchonete e, junto com seu filho, fosse viver na casa de Guimarães em uma cidade da Região

Metropolitana de Belo Horizonte. A união que perdura até os dias de hoje nunca foi oficializada ou cerimoniada, apenas “juntaram”, como me explicou.

O relato a seguir, sobre como efetuou sua primeira compra de mercadorias, representa o “marco zero” de seus investimentos e de início de uma vida de *torera*:

FRANCISCA - Aí, minha mãe tinha um dinheiro lá: 300 reais. Eu me lembro disso como se fosse hoje. Eu falei assim: “ô mãe, me empresta esses 300 reais”. Eu sei que ela tinha esses 300 reais. Eu falei: “me empresta esses 300 reais durante 30 dias, eu vou te pagar 600”. Aí ela virou para mim: “mas como que você vai me pagar 600? E para quê você quer esse dinheiro?” Aí eu falei assim: “eu fui no Paraguai com o Guimarães e lá é bom, mãe. Eu vou comprar uns negócios, vou trazer para vender. Eu monto uma banquinha no centro e vou vender lá e vou arrumar esse dinheiro”. Peguei e fui para lá. [...] Você gastava 3 dias para ir pro Paraguai: um dia para ir, um dia para comprar e um dia para voltar. [...] Aí peguei e fiz a compra e vim. Cheguei aqui em uma quarta-feira. Cheguei na quarta, trabalhei [vendendo] sexta, sábado e domingo. Voltei no domingo [para o Paraguai], quarta, quinta, sexta e sábado. Trabalhei três dias e vendi a mercadoria toda. Voltei pro Paraguai no domingo [novamente], comprei 600. Cheguei na quarta, trabalhei sexta, sábado e domingo e voltei. Quinta, sexta, sábado, voltei no domingo de novo. Dos 300 eu fiz 600, dos 600 fiz 1200 e paguei minha mãe os 600. E, falei: “é mãe, toma o dinheiro”. “Ah... mas você conseguiu?” “Consegui, agora eu já tenho meu dinheiro para trabalhar, já tenho meu capital para eu trabalhar. Vou trabalhar!”

As primeiras viagens que Francisca fez à fronteira foram feitas com o auxílio de Guimarães e seus ajudantes contratados para este fim. Os chamados “laranjas⁹⁸”, habituados a fazerem estas viagens repetidamente, foram os primeiros a ensiná-la como lidar com a fiscalização da Receita Federal, as empresas de ônibus, os fornecedores, o câmbio monetário nas cidades de fronteira, etc. Logo se deu conta que os conhecimentos práticos e códigos restritos aos iniciados condicionavam a efetividade destes atravessamentos.

Francisca explica seu sucesso como *sacoleira*⁹⁹ a partir de duas perspectivas principais. De um lado quando apresenta o universo das importações do Paraguai e do trabalho de ambulante desta época como uma “mina de ouro”¹⁰⁰ a ser explorada. De outro lado, ressalta sua

⁹⁸ Os “laranjas” são pessoas subcontratadas para buscarem mercadorias no Paraguai. Porém, o serviço do “laranja” não é simplesmente o do transporte. Rabossi (2004) aponta que para exercer a função de laranja nesta fronteira, o sujeito deve ser cidadão brasileiro para que possa importar certa quantia de mercadorias dentro da legalidade; e não pode, portanto, ter sido “cadastrado”, isto é, ter utilizado sua quota “de direito” em um período recente. Assim, quanto mais laranjas aptos se consegue mobilizar em pouco tempo, mais mercadorias podem ser atravessadas “dentro da lei”. Freire da Silva (2011) também aborda sobre a prática a partir de uma etnografia realizada em São Paulo.

⁹⁹ Apesar de ser utilizado no contexto de viagens dentro do Brasil, o termo *sacoleiro/a* refere-se principalmente aos compradores de origem brasileira que cruzam a fronteira paraguaia buscando mercadorias para revendê-las em suas cidades. (RABOSSA, 2013, p. 171).

¹⁰⁰ Não há coincidência no fato de que tanto Francisca quanto o jornalista da Revista Encontro — quando se referiu ao negócio dos shoppings populares (com referência à seção 3) —, utilizaram a mesma metáfora para se referirem

coragem individual e capacidade de “jogo de cintura” como elementos necessários para que essa potencialidade econômica pudesse ser aproveitada.

Haja vista a elaboração de uma possibilidade de um modo de “ganhar a vida”, é preciso levar em conta como são estruturados, contextualmente, os caminhos desbravados pelos sujeitos desde um ponto de vista subjetivo, ou seja, quando se ajustam simultaneamente à conformação da plausibilidade dessas opções à reconstrução da identidade (DUBAR, 2012). No caso de Francisca, ainda que já estivesse correntemente acostumada à atividade de revenda de roupas, o fator mais importante para que, de fato, passasse a tornar-se vendedora ambulante foi a parceria com Guimarães. A possibilidade de entrada nesse mundo se elabora ao passo que ele já conhecia os caminhos e os riscos reais das atividades. Em decorrência da convivência com o companheiro, Francisca adquiriu e aperfeiçoou saberes práticos específicos para as negociações implicadas desde as importações à revenda nas *ruas*. Em ambos casos, esses conhecimentos são ligados aos códigos da (i)legalidade: os sujeitos encaram riscos comerciais das transações, aprendem a trabalhar sob essas condições (RANGEL, 2017) e testam os limites das fronteiras do legal e ilegal para, assim, transitarem por eles (TELLES, 2010).

É possível, assim, situar a facilidade de acesso e a sedutora margem de lucro conferida pelas importações do Paraguai como compreendidas em uma dinâmica de fronteira, em que se interrelacionam diferentes critérios de legalidade (RABOSSO, 2004, 2013; PINHEIRO-MACHADO, 2011). Desta forma, em nome da compreensão de um fenômeno típico da “globalização por baixo” (TARRIUS, 2002; ALBA VEGA, 2011), da circulação de mercadorias por esses meandros, é preciso compreender como ele se expressa a nível local, em específico — seguindo nossos interesses de pesquisa — no que diz respeito ao seu escoamento nas cidades.

Discutiremos, a seguir, como estes circuitos se ajustam a uma miríade de situações de trabalho ligadas à circulação das mercadorias nas *ruas*, e também como o *boom* da chegada dos produtos do Paraguai contribuiu para a expansão do comércio ambulante em grandes cidades brasileiras, a exemplo de Belo Horizonte.

à “descoberta” da potencialidade econômica dos circuitos de comércio populares. Afinal de contas, tanto *toreros* quanto donos dos shoppings populares participam e o movimentam, ainda que em “nós” distintos de um mesmo emaranhado por onde circula riquezas e *mercadorias políticas*.

6.4 A parceria entre um camelô licenciado e uma *torera* no contexto da expansão do comércio popular em Belo Horizonte

Para compreendermos as circunstâncias de inserção de Francisca como *torera* na década de 1990, é preciso olhar para as configurações que a condicionaram a participar do heterogêneo “mundo do comércio popular”. Em seu caso, após o novo matrimônio, sua entrada e estabilização inicial na ocupação foi condicionada diretamente pela assimilação do *status* do companheiro. Com o atual marido aprendeu alguns dos aspectos importantes das operações de trabalho, relacionadas à sociabilidade da *rua*, precisamente, acerca do trato com as mercadorias, intermediários, ambulantes, clientes, fiscais, policiais.

De forma mais central, com ele estabeleceu parcerias que extrapolaram o ambiente doméstico ou dos acordos matrimoniais. Guimarães era licenciado pela Prefeitura, tinha boa relação com os fiscais e trabalhava em uma banca fixa; enquanto Francisca, ainda recém-chegada, atuava como *torera*, portanto de forma mais móvel, incursionando em áreas do espaço urbano em que Guimarães não chegava. Apesar de se colocarem em diferentes modalidades de venda, as mercadorias que cada um deles vendia tinham as mesmas origens. Conseguiram estabelecer revezamentos nas idas aos centros de compras no Paraguai e São Paulo e assim trazer grandes volumes, sem que dependessem de intermediários.

6.4.1 Rastreado as transformações no comércio popular entre as décadas de 1980 e 1990

Guimarães, marido de Francisca, começou a trabalhar como vendedor ambulante em Belo Horizonte na década de 1980. Trabalhava em uma banca própria na esquina das ruas Carijós e São Paulo, a um quarteirão de distância de onde Francisca presentemente atua. Aquela foi uma época marcada pelo aumento exponencial de camelôs em Belo Horizonte, assim como em outras várias grandes cidades brasileiras.

O fenômeno está associado à arrebatadora recessão econômica do fim da Ditadura Militar, marcada pela diminuição do crescimento, estagnação das atividades industriais, altas taxas de desemprego, crises inflacionárias e a ausência de políticas sociais compensatórias, forçando grande parte da população economicamente ativa a recorrer ao trabalho por conta própria (PAMPLONA, 2004; CACCIAMALI, 2000).

Do ponto de vista das transformações regionais, a década de 1980 foi a época em que os efeitos do processo de metropolização, iniciada décadas atrás, fizeram-se mais expressivos (BAGGIO, 2006). A exemplo da capital mineira, o aumento da densidade populacional, acompanhada pela disparada do desemprego e a perda de poder de compra da população teriam sido algumas das causas importantes do aumento expressivo tanto de camelôs, quanto de consumidores dispostos a buscar produtos mais baratos. Conforme a percepção de um desses trabalhadores em um relato posto em uma revista local em 1982: “A carestia está fazendo as pessoas perderem a vergonha de comprar as coisas nas mãos dos camelôs.” (COMÉRCIO *apud* BELO HORIZONTE & O COMÉRCIO, 1997).

Figura 26 - Fruteiro no Centro de Belo Horizonte em 1982



Fonte: Carlos Ernesto Falci – grupo do Facebook “Fotos Antigas de Belo Horizonte”

Apesar da recessão econômica e dos picos de inflação que marcam a década de 1980, constata-se um processo de ampliação da gama de bens de consumo disponíveis à população urbana. Repletos de “novidades” e de produtos da moda, que muitas vezes não chegavam aos estabelecimentos formais (ou demoravam mais tempo), as bancas e tabuleiros dos camelôs não se voltamos mais somente aos consumidores de baixa renda, mas tornavam-se cada vez mais atraentes a consumidores das demais classes sociais. A oferta de novos produtos dizia respeito

a um “encurtamento das distâncias” dos polos manufatureiros e dos grandes centros de compras através do trabalho dos *sacoleiros* que, por sua vez, faziam uma linha direta com os vendedores de rua. Alguns exemplos de produtos tipicamente vendidos nas ruas, rememorados pelos entrevistados, são as canetas de várias cores, ioiôs, relógios digitais, brinquedos à pilha etc.

A intensificação das atividades dos *sacoleiros* marca a passagem para a década de 1990 como o período de maior chegada de “produtos paraguaios”. Segundo Rabossi (2013), desde pelo menos 1987, observa-se um fluxo crescente de *sacoleiros* (compradores brasileiros) em Ciudad del Este, atraídos pelos baixos preços decorrentes, em grande medida, da política nacional de eliminação dos impostos de exportação entre os dois países. O biênio 1994/1995 foi o auge do comércio na fronteira (RABOSSO, 2013, 2014), concomitante ao período de início da recuperação econômica brasileira com o Plano Real e uma recomposição das ocupações com base na expansão do setor terciário (CACCIAMALI, 2000).

Ainda conforme Rabossi (2013), este aquecimento está associado às demandas de consumo específicas vindas dos setores médios brasileiros, especialmente os produtos eletrônicos, mas também produtos falsificados e contrabandeados de menor valor agregado, como bebidas e cigarros. Somado a isso, as cidades brasileiras, principais locais de destino dessas mercadorias, já contavam com uma infinidade de espaços de revenda em varejo. Ainda que esses produtos pudessem parar nas prateleiras dos estabelecimentos formais, se misturando aos produtos de outras procedências, seu destino principal eram os mercados de rua. Tais pontos de comércio, denominados ora como camelódromos, ora como “feiras do Paraguai”, emergem (de forma legalizada ou não) em metrópoles por todo o Brasil e, mais cedo ou mais tarde, também nas cidades de médio porte.

Foi neste contexto que Guimarães, além de vários outros interlocutores desta pesquisa, se inseriram de maneira mais engajada nesse tipo de comércio, isto é, se dedicando em tempo integral à atividade nas *ruas*. Portanto, mais do que um “bico” ou um “quebra galho” temporário para enfrentar o desemprego, os relatos sobre aquele momento demonstram como o comércio popular também se configurava uma alternativa atraente, que fazia os indivíduos largarem seus empregos e, até mesmo, abandonarem de vez suas profissões.

Nessa esteira de mudanças, transformou-se também a relação entre vendedor e consumidor. Se antes cabia ao ambulante caminhar e buscar por compradores, a partir da formação dos camelódromos, também surgia, de maneira contundente, uma clientela fiel desse tipo de comércio. A partir deste momento, as pessoas passaram massivamente a se deslocar ao

baixo-centro a fim de buscar pelos produtos vendidos pelos camelôs: seja pela exclusividade, como os casos das “novidades”; seja porque, de forma geral, ofereciam preços bastante mais baixos do que se encontraria nas lojas, a exemplo dos produtos pirateados¹⁰¹.

Como vínhamos argumentando, as diversificações dos modos de trabalho e de consumo popular devem ser entendidas como indícios da expansão do mercado, e não uma substituição do “velho camelô” pelo “novo camelô”. Para além dos pontos fixos que se estabeleciam na cidade — como o “canteiro” ou a “feira dos deficientes” (ver [seção 5.1](#)) — os vendedores mais móveis seguiram atuando nessa nova configuração, bem como os produtos tradicionais do comércio de rua mantiveram-se em circulação nesses espaços, como os gêneros alimentícios, artesanatos e objetos de uso domésticos (FREIRE, 1998). Por esta razão, mesmo contemporaneamente, ambulantes “tradicionais”, de presença antiga nas *ruas* de Belo Horizonte, como os *fruteiros* e os vendedores de bilhetes de loteria¹⁰², seguem atuantes no baixo-centro até os dias atuais.

¹⁰¹ Para uma perspectiva etnográfica acerca do consumo dos produtos piratas, ver Scalco e Pinheiro-Machado (2014).

¹⁰² Em ambos casos, há registros na própria legislação municipal que atestam a preocupação do poder público em regular a atuação de vendedores ambulantes desde os primeiros anos de existência de Belo Horizonte. “Art. 17: O mascate de fazendas, armarinho, roupas feitas e miudezas, quando Commercial, pagará cada um 300\$”; “Art. 20: Agencias ou vendedores ambulantes de loterias pagarão 20:000\$000 de imposto de profissão.” (BELO HORIZONTE, 1900)

Figura 27 - Vendedor de espetinhos de churrasco na Avenida Olegário Maciel em 1981



Fonte: Fábio Liberato – grupo do *Facebook* “Fotos Antigas de Belo Horizonte”

De forma paralela às transformações quantitativas e qualitativas da presença do comércio ambulante nas cidades, é necessário analisar também como evoluíram os instrumentos e procedimento de regulação sobre a atividade. Na prática, os vendedores de rua nunca foram invisíveis ao olho da lei, sendo regulados pelo poder público desde a fundação da cidade, e através de nomenclaturas diversas, como quitandeiros, mascates, mercadores de rua ou ambulantes.

Veremos a seguir que o processo de expansão do comércio popular nas últimas décadas foi acompanhado por um acirramento dos esforços classificatórios. O processo é marcado tanto por uma gradativa institucionalização da atividade, conformando modalidades relativamente mais “aceitáveis” (ou licenciáveis), mas também expando as formas mais repreensíveis (criminalizáveis) de comércio ambulante.

6.4.2 A invenção do ambulante licenciado (e do não licenciado)

O cenário de expansão e modificação qualitativa da presença dos mercados populares na cidade implicou na criação das primeiras leis municipais de regularização voltada ao conjunto destes trabalhadores, inaugurando, nesse âmbito, o termo “camelô” como categoria de reconhecimento de um grupo ocupacional. Se anteriormente a prática de comércio ambulante era enquadrada dentro de um rol diverso de atividades proibidas, limitadas ou passíveis de taxaço fiscal, a Lei nº 3841 (BELO HORIZONTE, 1984), é a primeira que, de forma mais objetiva e clara, reconhece e autoriza seu exercício¹⁰³, institucionalizando-a como atividade licenciável. É preciso pontuar, contudo, que não se tratou de uma liberação, senão a inauguração de um dispositivo de gestão do conjunto de atividades que compõem o comércio popular, cujos aspectos principais continuam vigentes contemporaneamente. Trata-se de procedimentos de expedição de licenças, sempre em número controlado, atreladas a condicionantes para o exercício da atividade em seu modo “dentro da lei”.

Em 1984, o critério socioeconômico e o engajamento precedente à atividade foram as principais referências para a distribuição das primeiras licenças. Elas se abriam para qualquer cidadão que comprovasse pertencer às camadas sociais de baixa renda ou que já exercesse o comércio ambulante dentro dos cinco anos anteriores. A medida atraiu, portanto, um grande volume de homens e mulheres que já se viam excluídos do mercado de trabalho formal, ou com uma inserção limitada às posições mais precarizadas e instáveis.

As licenças inauguram no município um vínculo entre camelôs e Estado que podemos conceber como semelhante à lógica de subordinação (HIRATA, 2014)¹⁰⁴, haja vista a assimetria de relações que essas permissões pressupunham, notadamente entre os vendedores e os funcionários do município responsáveis pela fiscalização e gerenciamento das feiras. Aos trabalhadores licenciados eram impostos uma série de condições limitantes ao exercício de suas atividades, como controle de horários e locais de trabalho, padronização das bancas, pagamento de taxas anuais, etc. Os ambulantes que descumprissem algum destes regramentos eram

¹⁰³ Em âmbito federal, no entanto, a atividade do comerciante ambulante já havia sido reconhecida e regulada como exercício profissional desde 1940, pela Lei-decreto 2041 assinada por Getúlio Vargas: “Parágrafo único. O exercício da profissão depende de licença da autoridade competente, mediante exibição de carteira profissional emitida pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Tratando-se de estrangeiro, será ainda exigida a prova de que se acha legalmente no Brasil e está autorizado a trabalhar.” (BRASIL, 1940a)

¹⁰⁴ Hirata (2014) chega a conclusões semelhantes em uma análise dos “novos diagramas da formalização” para o comércio ambulante em São Paulo na passagem dos anos 2000 para os 2010.

advertidos e, em caso de reincidência, poderiam ser multados e/ou terem suas licenças suspensas ou cassadas.

Figura 28 - Camelôs licenciados trabalhando em barracas padronizadas (década de 1990)



Fonte: Arquivo Público de Belo Horizonte – Acervo da Assessoria de Comunicação Social (ASCOM)

A despeito de seu potencial disciplinador, que serviria inclusive para inibir a chegada de novos ambulantes, veremos que a implantação das licenças para camelôs não só permitiu o

crescimento do comércio de rua, mas criou condições práticas para sua estabilização ao longo dos anos. Apesar da medida não elevar necessariamente a atividade a um patamar de emprego protegido, como vimos, apresentou-se, contudo, como uma maneira de consolidação do trabalho informal no mercado de trabalho urbano, oferecendo aos indivíduos uma alternativa regulada das atividades que já desempenhavam, como ocorreu com Guimarães. Até hoje ele guarda em casa, como um *souvenir* da época, a carteirinha que comprovava sua licença.

Portanto, mesmo que houvesse um reconhecimento público de uma ocupação “dentro da lei”, motivo de orgulho para parte dos trabalhadores, o instrumento de formalização não conferia direitos sociais, e tampouco qualquer tipo de incentivo concreto aos negócios. Entretanto, em comparação aos que ficam de fora, as permissões são significadas, ainda assim, como fonte de proteção, notadamente contra o perigo oferecido pelas próprias agências de fiscalização.

Observamos, portanto, que o licenciamento não remete simplesmente à conquista de um direito dos trabalhadores informais por reconhecimento. Ele é produto da convergência de esforços de gestão tanto sobre o trabalho quanto sobre a ocupação do espaço urbano. Para além de uma simples mudança institucional, a criação de uma nova figura institucional, a do camelô licenciado, remete à capacidade de acomodação dinâmica das regras a uma ordem pré-estabelecida, característica dos instrumentos de regulação do trabalho informal nas zonas cinzentas do trabalho (AZAÏS, 2007; AZAÏS *et al.*, 2017; BUREAU; CORSANI, 2019).

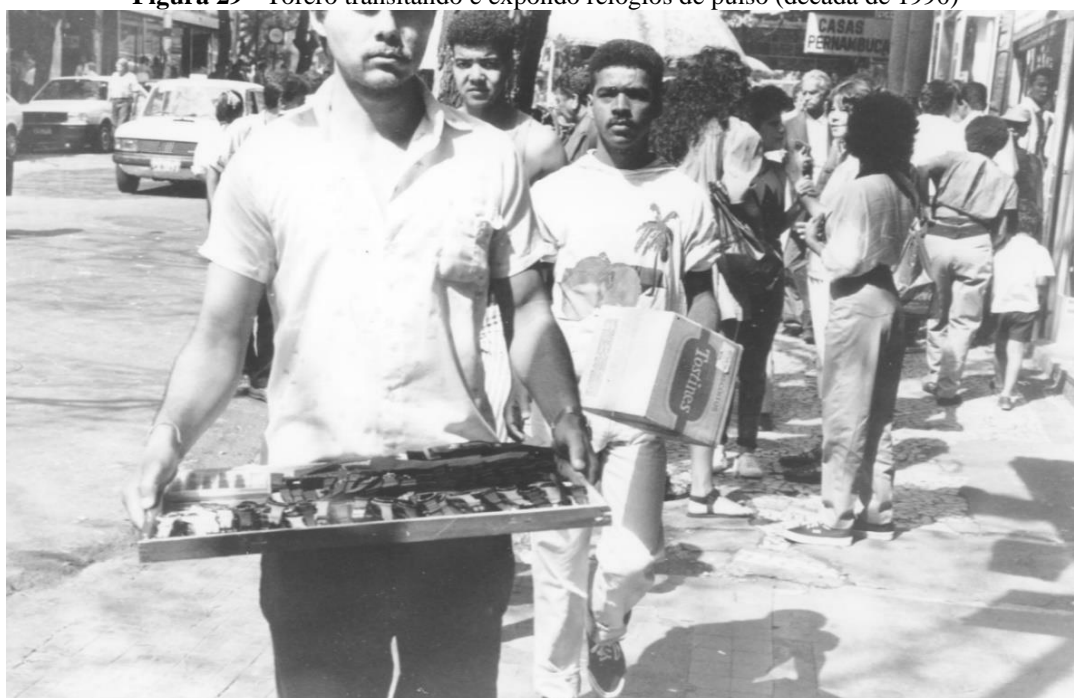
Nesse cenário, as permissões conferiam, relativamente, maior previsibilidade de retorno dos investimentos e segurança financeira para os vendedores. Assim, se perdessem esse “direito”, estariam ameaçando mais do que um *status* de vendedor formalizado. Arriscavam suas rotinas de trabalho, junto aos companheiros e clientela, e, de forma mais importante, o ponto comercial, já que as bancas licenciadas se distribuía em quantidades controladas por alguns dos pontos de maior circulação de pessoas de grande parte da área central.

A institucionalização do camelô se deu também por outras ações subsequentes, em âmbito municipal: determinou-se para o 17 de agosto o Dia do Camelô (BELO HORIZONTE, 1985), em celebração da lei de 1984; e, anos depois, cria-se a Associação de Defesa ao Camelô de Belo Horizonte (BELO HORIZONTE, 1990) que, entre outros aspectos, confere relevo ao grupo como categoria “sindicalizável”.

Não é possível afirmar, portanto, que o crescimento do comércio ambulante em cidades como Belo Horizonte ocorre de maneira descontrolada ou como efeito de um descuido

governamental. Não obstante forjada como modo de disciplinar e administrar seu crescimento, a possibilidade de exercício da atividade de modo formalizado criou condições para sua expansão pelas *margens* da lei (DAS; POOLE, 2004). Assim, se o número de camelôs registrados portadores de carteirinhas, podia ser controlado, o mesmo não ocorria com os “sobrantes”, que corriam por fora e mantinham-se independentes da fixidez das barracas, dos horários de funcionamento das barracas e dos procedimentos ligados à concessão e manutenção das permissões.

Figura 29 - Torero transitando e expondo relógios de pulso (década de 1990)



Fonte: Arquivo Público de Belo Horizonte – Acervo da Assessoria de Comunicação Social (ASCOM)

Ao passo que o comércio de rua se expandia e reconfiguravam os processos de autorização diferencial, proporcionalmente também evoluíram e se especializaram os aparatos de vigilância e confisco. Ademais de outros aparatos policiais e extralegais de controle e repressão às populações consideradas marginais¹⁰⁵, o Decreto nº 7339 (BELO HORIZONTE,

¹⁰⁵ Kowarick (2019) elabora uma discussão acerca da formação do “trabalho livre” no Brasil, bem como da consolidação da concepção de “vadiagem” como denominação classificatória nacional para a porção da “população livre despossuída” que não se enquadrava à nova ordem do trabalho desde a abolição da escravidão. “Ao longo dos tempos formou-se um imaginário social que colocou essa população livre despossuída na categoria de ‘vadios’, e sobre eles desabava a pecha de indigentes, indolentes e desqualificados para o trabalho disciplinado e regular” (KOWARICK, 2019, p.133). Constituído como dispositivo legal, a noção de “vadiagem” foi largamente utilizada como pressuposto, tanto legal quanto prático, para o encarceramento e perseguição desses trabalhadores, em especial as pessoas negras.

1992), cria o primeiro cargo municipal de “inspeção de atividades urbanas”¹⁰⁶ que abrange os camelôs como um dos seus públicos-alvo prioritários. Em última instância, aos inspetores, e, anos mais tarde, aos fiscais, cabiam a tarefa discricionária da classificação *in situ* de seus grupos alvo. A evolução desta frente de *imposição de regras* (BECKER, 2008) é decorrência direta de um modelo de disciplinarização que reconhece o camelô “dentro da lei” como referência, ainda que seus contornos tivessem caráter circunstancial e seus termos pudessem ser minimamente negociados nas interações “ao nível de rua” (ARAÚJO FILHO, 2014).

É relevante ressaltar que, diferente de grande parte das leis anteriores que associavam o problema da venda ambulante principalmente à ordem fiscal, o decreto de 1992 baseia-se na questão da ocupação irregular do espaço público. De modo geral, ainda contemporaneamente, a forma pela qual o comércio ambulante é elaborado politicamente como uma atividade ilegal, ou um “problema urbano”, está mais ligada à questão da ocupação do espaço urbano do que pela forma com que o trabalho é exercido ou pela natureza das mercadorias comercializadas (HIRATA, 2014, 2015; RANGEL, 2019).

As leis e decretos avançaram, em seguida, com esse mesmo tipo de justificação. A Lei nº 6505 de 1994 (BELO HORIZONTE, 1994), estabelece regras mais rígidas para o uso dos espaços públicos pelos ambulantes, inclusive determinando punições dirigidas aos licenciados que forem flagrados atuando fora dos pontos e/ou horários estabelecidos pelas normas. As infrações resultavam muitas vezes em cassação das permissões, conformando, portanto, uma população de licenciados potencialmente flutuante. Há de se apontar que, apesar do número de vagas não aumentar, aumentava, por outro lado, o número de ambulantes que efetivamente ocupavam as calçadas.

A *tora* passa, então, a tornar-se gradualmente um problema legível (SCOTT, 1998) à administração pública municipal. O Decreto nº 9178 de 1997 (BELO HORIZONTE, 1997), entre outros pontos, avança com maior clareza sobre a população de ambulantes especificadamente “não licenciados”. O decreto modifica um artigo já válido pela lei municipal de 1994 e circunscreve a prática da *tora*, que se expandia de forma inversamente proporcional

¹⁰⁶ Segundo o Decreto nº 7339 de 31 de agosto de 1992 (BELO HORIZONTE, 1992), entre as funções do inspetor de atividades urbanas constava: “fiscalizar o licenciamento de ambulantes e de comércio eventual, bem como o licenciamento, instalação e funcionamento de feiras livres, feiras de arte e artesanato, de livros, de bebidas e comidas típicas, de flores, mudas e plantas em geral e demais eventos.”

ao encurtamento das possibilidades de inserção no mercado de *rua* em sua forma lícita e documentada.

Art. 1º Os vendedores não licenciados, instalados com bancas, tamboretos, cavaletes, caixotes, caixas de papelão ou que estejam comercializando produtos acondicionados em bolsas, sacolas, malas ou similares, ainda que portadas a tiracolo, nos ombros, nas mãos ou sobre a cabeça, quando encontrados em flagrante transgressão à lei pela fiscalização municipal, terão apreendidas as suas mercadorias e os equipamentos utilizados. (BELO HORIZONTE, 1997)

Além disso, veremos também que as autorizações relativas à ocupação do espaço público também serviam, de forma complementar, como vias de regulação de outras naturezas como, por exemplo, sobre a origem das mercadorias.

Art. 2º Os integrantes do comércio informal, vendedores ambulantes e camelôs, não podem, em hipótese alguma, comercializar eletrodomésticos e produtos importados, seja qual for a origem.

Art. 3º Serão cassadas as licenças dos vendedores ambulantes e camelôs que estiverem comercializando mercadorias importadas. (BELO HORIZONTE, 1997)

Tanto o comércio ambulante licenciado, quanto o não licenciado, tiveram um crescimento significativo nas ruas de Belo Horizonte durante as décadas de 1980 e 1990. Vimos que a mudança institucional que, a princípio serviriam para limitar a expansão desta atividade, foram condicionantes centrais para sua acomodação e desenvolvimento. Os esforços de gestão dos espaços públicos reforçam uma configuração que ao mesmo tempo legitima o trabalho ambulante, e o mantém como alvo do controle. Não se tratou, portanto, de um crescimento desordenado, mas constantemente gerido, haja vista a evolução dos aparatos jurídicos de identificação do “problema” bem como dos meios para seu enfrentamento.

Foi a partir deste contexto institucional e de referências ambigualmente legitimadoras que Guimarães encontrou possibilidades de inserção e estabilização como vendedor nas *ruas* de Belo Horizonte ao longo dos anos. Tornou-se, assim, uma “personalidade” importante neste meio, conhecido tanto por outros vendedores, quanto pelos trabalhadores da fiscalização com os quais mantinha certa relação de respeitabilidade e certo grau de confiança (ARAÚJO FILHO, 2019).

Como já apontamos, na década de 1990, enquanto Guimarães trabalhava em um ponto fixo, Francisca atuava de forma ambulante pelas ruas do baixo-centro. As mercadorias trazidas do Paraguai eram distribuídas entre a barraca licenciada, e o tabuleiro da *torera*. O apoio e a

transmissão da credibilidade de Guimarães à companheira funcionavam fundamentalmente como uma mediação perante os agentes do Estado e outros comerciantes (entre parceiros e concorrentes) pelas ruas em que circulava. Isso não só facilitou sua entrada, como também qualificou o modo com que ela constituiu uma trajetória como ambulante.

Veremos a seguir como as construções de gênero, imbricadas às moralidades sobre o trabalho, integram um arcabouço de recursos táticos que resultam em uma normalização da insegurança e a continuidade da própria circunstância de viver do comércio ambulante como *torera*. Diante disso, discutiremos as “potencialidades” da *tora*, a partir das circunstâncias de estabilização de Francisca nessa atividade.

6.5 Buscando estabilidade na instabilidade

As dificuldades características da evolução de uma carreira *desviante* (BECKER, 2008), como na atividade da *tora*, podem ser contrabalanceadas por circunstâncias “pessoais” da iniciação na atividade. Esse ponto de vista esclarece não somente como esta alternativa torna-se plausível para Francisca, como também integra a construção subjetiva de sua “carreira” (HUGHES, 1958) na *tora*.

6.5.1 O jogo do estigma

Primeiramente, como principal responsável pela criação dos filhos, a partir do segundo matrimônio, Francisca não deixou de trabalhar enquanto esteve grávida, e tampouco quando os filhos estavam ainda pequenos (os três primeiros são nascidos em 1991, 1994 e 1998, e a caçula em 2004). Mesmo que contasse com redes femininas de apoio para o cuidado das crianças na vizinhança, como apontou, diz ter preferido levá-las ao trabalho. Gradualmente, seus filhos tornaram-se “crias da rua” (como apontou Georgia), passando a participar diretamente dos negócios familiares: no início como ajudantes e, mais tarde, tomando frente de tabuleiros. Assim, mesmo que as novas circunstâncias de trabalho e organização familiar não a livrasse das responsabilidades femininas convencionais, Francisca organizou sua rotina de modo a não as tornar obstáculos às suas atividades. O crescimento dos filhos foi, portanto, concomitante ao crescimento de seus negócios.

Em segundo lugar, a forma como Francisca se engaja nas atividades de comércio popular na década de 1990 é marcada pela respeitabilidade transmitida através da relação com

seu companheiro. Enquanto vendedora clandestina, esse *status* a permitia testar os limites da tolerância dos fiscais, fazendo-a se destacar entre seus pares. Francisca explica:

FRANCISCA - Nessa época, os fiscais da Prefeitura... que era época que tinha licença... então eles não ficavam com muita coisa não [...]. E como ele [Guimarães] era licenciado, então os fiscais não ficavam muito em cima de mim. Ele me apresentou para os fiscais como namorada dele. Eu era muito nova e ele mais velho, então todo mundo deu a maior força. E todo mundo admirou, falou assim: “poxa, você arrumou uma namorada agora, muito mais nova que você, se fosse uma outra mulher ia ficar dentro de sua casa comendo. Ele tinha uma casa boa, tinha carro, tinha tudo. “Ela foi pegar o dinheiro emprestado com a mãe para ela trabalhar. Então a gente vai dar credibilidade para ela para ver onde que ela vai chegar.” Foi o erro deles. [...] Me deram estabilidade e me deram conhecimento. [...] E eu peguei a linha e fui.

Na construção cotidiana das condições de trabalho na *rua*, os códigos da legalidade vinculam-se aos códigos morais que, por sua vez, podem ser mobilizados pelos atores na operação das regras. Na passagem acima, o relato de Francisca expõe uma positividade moral de si mesma — como mulher/mãe trabalhadora, que vai à luta — por sua vez reconhecida pelo corpo de fiscais, o que ela converte a seu favor. Francisca se apropria das representações cruzadas entre gênero e classe, invertendo o sentido do *estigma* que recai sobre quem desempenha essa atividade (GOFFMAN, 2017), como mais uma tática de amortecimento das ações de controle, tornando sua rotina na *tora* relativamente estável e promissora.

Em 1993, aos 25 anos, Francisca engravidou de seu segundo filho. Ela relata de forma orgulhosa que, não só continuou trabalhando muitas horas por dia nesta época, como utilizava-se da gravidez (o “barrigão”) para sensibilizar os agentes de fiscalização.

FRANCISCA - Quando eu engravidei, a minha vida facilitou mais ainda porque além deles terem conhecimento meu, além deles saber que eu estava ali trabalhando, eu usava a gravidez. Era a única que vinha para rua com aquele barrigão, colocava o tabuleiro na cabeça e subia: “vocês vão embora? Ô gente, eu preciso trabalhar, eu preciso vender minhas coisas, vão embora” [falando para os agentes]. Eles entravam na Kombi e iam embora. [...] Se você procurar na fiscalização antiga, você só vai ouvir de respeito, de dignidade, de esforço, de dedicação a meu respeito.

Francisca utilizava seu corpo como escudo, mobilizando o imaginário de fragilidade e inofensividade da mulher grávida para conquistar a simpatia e o compadecimento dos agentes. Desta forma, subverte a expectativa de que “poderia” (ou deveria) estar em casa, e que “escolhe” trabalhar na *rua*. Os filhos, vistos crescendo nos espaços da *rua* constantemente como suportes para a lida diária, reforçava essa imagem. Assim, Francisca não só reconhece que teve

uma entrada “privilegiada” (por ser esposa de Guimarães e por poder levar os filhos para o trabalho), como, a partir disso, também se apropria de elementos da moralidade popular ao repertório de suas estratégias de disputa por espaço.

Importante ressaltar que, sob estas circunstâncias, mais do que apenas se manter trabalhando para sobreviver — se contentando com “o mínimo” —, ter tensionado os limites dos códigos de respeitabilidade da *rua* a permitiu expandir seus espaços de atuação e possibilidades de ganhar dinheiro. Isso se expressa, por exemplo, desde um ponto de vista sobre a ocupação dos espaços para a venda. Se de modo mais frequente Francisca trabalhava nas *áreas toradas*, isto é, onde as ações de fiscalização encontravam maior dificuldade para atuar, eventualmente (e de forma calculada), buscava se arriscar entrando em áreas cuja presença de ambulantes era menos tolerada. O que buscava nessas investidas ocasionais era encontrar *brechas* onde poderia vender suas mercadorias sem que precisasse concorrer com outros ambulantes. Francisca relata:

FRANCISCA - Aí eles [fiscais] falavam: “ó vocês vão trabalhar lá para baixo!” Teve um período, que eles não faziam apreensão da mercadoria. Ficaram um ano, dois anos sem fazer apreensão, mas fizeram tipo um acordo: “vocês ficam lá para baixo e nós não mexemos com vocês nessa área não”. Aí nós ficamos, mas quando estava dando, igual agora, quatro horas, cinco horas, era o horário que eles largavam serviço e nós subíamos, que era o horário de fluxo de gente largando serviço. O que você não vendia o dia inteiro, você vendia em uma hora ali. Aí, nós subíamos. Eu que puxava, sempre puxei. Camelô de rua fala... não sei se fala, não procuro saber... mas eu sempre puxei a fila dos camelôs. “Sempre era a Francisca”. Nós estávamos lá, aquela carreira. Começava e o meu tabuleiro era o primeiro, aí aquela fila, mais de cinquenta, cem camelôs lá.

6.5.2 O jogo da respeitabilidade

Embora tenha dado ênfase à sua disposição para enfrentar as autoridades — e, assim, com base nessas características construiu sua imagem nas entrevistas — preocupou-se em relatá-la sem que parecesse impulsiva. O traquejo na interação junto aos agentes de controle constitui parte importante do conhecimento prático fundamental para o trabalho como *torera* e que Francisca também busca destacar em seus relatos. Eles revelam uma preocupação constante com a manutenção de sua reputação junto aos demais trabalhadores da *rua*, incluindo auxiliares de fiscalização, fiscais e policiais, haja vista o caráter constantemente negociado da convivência com eles (ARAÚJO FILHO, 2016a, 2016b). Mais precisamente, a construção de uma respeitabilidade e de uma rotina relativamente tranquila perante esses profissionais constitui

um fator central para a conservação dos negócios. Nesse sentido, observa-se um forte apelo tanto do lado dos auxiliares de fiscalização quanto dos ambulantes de que eles devem, na medida do possível, “respeitar o trabalho um do outro”. Nas palavras de Francisca, se trata de “tipo um acordo”, o que permite a manutenção do trabalho tanto de quem fiscaliza quanto de quem é fiscalizado.

Tanto os relatos de *toreros*, quanto os relatos dos agentes de fiscalização demonstram que os encontros e as interpelações entre os dois grupos são ameaçadores para ambos os lados, por isso, são constantemente evitados (ARAÚJO FILHO, 2016b). Diante disso, uma das táticas dos *toreros* mais recorrentes, e aparentemente mais eficazes, é aproveitamento dos (por vezes curtíssimos) hiatos entre os expedientes destes agentes, ou nos momentos em que saem para irem ao banheiro ou tomarem café, para avançarem aos pontos situacionalmente mais valiosos e disputados. Como já expressamos em outros momentos, a movimentação dos *toreros*, seja individual ou em grupo, é *tática* (CERTEAU, 1994), ou seja, se produz na medida em que o *outro* abre *brechas*, cria espaços, ainda que curtos ou fugidios.

6.5.3 O jogo da violência

Importante frisar que a construção de um controle negociado, isto é, que se elabora cotidianamente, também por acordos tácitos, não inibe a iminência do conflito violento. Contrariamente, ela tem seus termos elaborados em função desta possibilidade (ARAÚJO FILHO, 2016b). Nota-se na fala de Francisca, como também na de outros *toreros*, uma naturalização da violência como parte integrante da experiência de trabalho na *tora*, inclusive sendo um componente importante para os conhecimentos práticos necessários ao desempenho da atividade.

Ao longo do período de convivência com Francisca, ela se preocupou em se apresentar não apenas como alguém acostumada a viver sob a tensão da violência, mas também apta a vivê-las concretamente. Alegava, por exemplo, que as apreensões de mercadorias, denúncias, idas a delegacias e conflitos violentos são aspectos incontornáveis ao trabalho de um “torero de verdade”. Francisca relembra:

FRANCISCA - Nós íamos para delegacia ficávamos o dia inteiro na delegacia com fome, passava a noite na delegacia. Por causa de quê? Pelo fato de nós estarmos trabalhando? Lutando pelo pão de cada dia? [...] Quantas vezes passei a noite lá [Delegacia Adjunta ao Juizado Especial Criminal - DEAJEC]? Teve uma vez que teve

uma briga, que eles apreenderam uma mercadoria ali, e vieram cá para baixo aqui ó. Aí, o que que acontece... eu comecei a brigar com o fiscal, o fiscal me agredindo, veio um cara da cavalaria com uma espada e danou a dar espadada no fiscal. Deu um bocado de espadada no fiscal porque ele pensou que era uma briga de marido e mulher. Aí depois quando fiscal falou que ele era um fiscal da Prefeitura e contou, ele me deu uma espadada na perna que eu fiquei com a perna com um risco roxo da espada dele. Fui pro DEAJEC, a gente ia lá, já teve isso várias vezes da gente chegar lá machucado, sangrando e o próprio delegado falar: “não vai fazer corpo de delito”. A gente sempre acostumou com a injustiça feita. Eu já apanhei na rua. Nunca fiz um corpo de delito. Minha filha, essa última filha que eu tive de 14 anos, teve uma briga de camelô com meu marido lá na Praça Sete, eu cheguei para entrar e proteger meu marido. Meu marido pingando sangue. Eles me jogaram no chão, me algemaram. Minha filha ficou com o braço quebrado. No dia que eu fui pro DEAJEC por causa dessa situação... Estava grávida de nove meses. Ela nasceu com o braço quebrado. [...] O DEAJEC é pequenas causas que tem lá: brigas, coisas assim banais vai para lá. Aí, a delegada falou assim: “vai fazer exame de corpo de delito, você tá grávida, é perigoso acarretar qualquer mal para criança”. Eu falei: “não, eu já tô acostumada, eu vou embora assim mesmo, eu tô cansada!” Já era altas horas da madrugada, com sono, com fome.

A naturalização do conflito violento como parte da experiência dos *toreros* é elemento fundamental para compreendermos a *gestão do comércio popular nas ruas*, isto é, como um universo dividido entre, de um lado, as práticas toleradas, permitidas ou incentivadas; e, de outro, o que deve ser combatido e criminalizado. Essas diferenças, como vimos, não são estanques, mas são tensionadas situacional e continuamente no cotidiano, ainda que tenhamos observado a necessidade das instituições de controle de manterem uma categoria de público-alvo, os *toreros*. De modo geral, o produto imediato dos encontros cotidianos entre os ambulantes e agentes de controle é um equilíbrio de tipo frágil, que cobra um constante reexame dos riscos, principalmente, pelos mais diretamente envolvidos. Além disso, resulta, a longo prazo, na preservação da normalidade tanto do jogo de classificações como dos aspectos que compõem o senso de rotina para os sujeitos de ambos os lados.

Nesse sentido, argumentamos que, contrariamente ao que o discurso das políticas urbanas ou da própria mídia diz, o “bom” funcionamento ou o funcionamento “normal” da fiscalização e das ações repressivas de modo geral não paralisam as atividades clandestinas, mas as movimentam. Em função da relação com o Estado, certos horários, localidades e mercadorias ganham valor no mercado da rua por se tornarem diferencialmente acessíveis. Isso ocorre, portanto, não simplesmente porque são proibidos, mas devido precisamente à disputa que fazem os *toreros* em torno desses horários, localidades e mercadorias.

Francisca chega a alegar que se aproveitava quando “a fiscalização apertava” pois sabia que, mesmo que sofresse algum prejuízo naquela situação, ele seria proporcionalmente menor do que o de seus concorrentes. Além disso, ela também poderia se beneficiar quando, em dadas

situações, poucos ambulantes se dispunham a expor suas mercadorias e ela poderia, assim, se aproveitar da clientela sem concorrentes nas proximidades — ou, “comer o bife sozinha”, expressão que se escuta frequentemente entre ambulantes de Belo Horizonte.

Diante disso, a divisão do trabalho do casal Francisca e Guimarães se ajusta aos moldes de *gestão do comércio popular* e também à lógica da circulação de *mercadorias políticas* (MISSE, 2002, 2006): enquanto ele mantinha-se em sua barraca fixa, trabalhando visivelmente em obediência às regras, mantendo certa relação pacífica com os fiscais, Francisca assumia maior mobilidade, explorava os limites das normas estabelecidas, tanto em termos de tempo/espço, quanto, simultaneamente, em termo das tensas fronteiras dos ilegalismos e das regras tácitas que delas se produzem.

Tendo em vista o que discutimos a respeito das condições pelas quais Francisca se estabiliza como *torera*, veremos a seguir como ela expande seus negócios e sua capacidade de influência, tornando-se uma “patroa” e, segundo ela, “a torera mais bem sucedida de Belo Horizonte”. Diante disso, exploraremos, a seguir, o tema das subcontratações no comércio ambulante, fator fundamental para compreendermos tanto as hierarquias, as relações de trabalho e as heterogêneas formas de entrada no mercado de trabalho da *rua*.

6.6 O “conceito da rua” e as redes informais de subcontratação: o auge de uma *torera*

Desde meados da década de 1990, Francisca consolidou-se como uma pessoa de referência nos circuitos de comércio de rua. Em entrevista, se vangloria de já ter ganhado muito dinheiro com o comércio ambulante, e destaca que sua trajetória foi uma exceção entre seus pares. Ela e seu marido compraram lotes na periferia, construíram casas, compraram carros, criaram os quatro filhos, pagaram a eles mensalidade de escolas e faculdades privadas. Observamos, então, a evolução de uma “carreira moral” (GOFFMAN, 1959). A evolução de sua trajetória como mãe (independente dos ex-companheiros, criando seus filhos “de perto”) e esposa (dividindo a posição de provedora de seu novo lar com o novo marido) se mistura com seu sucesso na *rua*: conquistando espaços de venda, ganhando dinheiro, adquirindo patrimônio, mobilizando outros trabalhadores, ganhando respeito como *torera*. Em seus termos, resume: “ganhei o conceito da rua”.

Ainda que sua trajetória ascendente não seja típica dentro do seu grupo social, através dela podemos observar alguns dos elementos que, por sua vez, demonstram as potencialidades

econômicas do conjunto de atividades que compõem os circuitos de comércio popular (RABOSSI, 2004; FREIRE DA SILVA, 2014; HIRATA, 2014; PINHEIRO-MACHADO, 2011; RANGEL, 2019b).

Um dos motivos que Francisca atribui a seu sucesso foi sua capacidade de diversificar os produtos que comercializava, dada sua capacidade de “leitura” das demandas do mercado consumidor e das ofertas de produtos nos centros de compras (notadamente em São Paulo ou Ciudad del Este) ou diretamente das fabriquetas locais. Nesse esforço, inclui o exame frequente do risco de apreensão de suas mercadorias, seja pelos agentes de fiscalização da Prefeitura, pela polícia, pela Guarda Municipal ou mesmo pela Receita Federal, quando cruzava grandes carregamentos pela fronteira entre Brasil e Paraguai.

Se a capacidade de especulação sobre riscos ou oportunidades de negócios é necessária a qualquer prática de comércio, no caso dos *toreros* esta racionalidade se coloca na ordem do dia. A depender das circunstâncias práticas, a escolha da mercadoria a ser vendida nas ruas se conforma a partir de inúmeros fatores, por exemplo, a facilidade ou dificuldade de transporte ou estocagem, preços de compra, se se trata de algum produto pouco ou muito vendido nas ruas, a época do ano (feriados, condições climáticas, etc).

Parte importante desse raciocínio se dá pela adesão às modas de consumo. Segundo a interlocutora, é preciso que o ambulante saiba não somente identificar os produtos da moda, como deve colocá-los à venda, preferencialmente, antes que os demais, como uma aposta. Além disso, deve conhecer uma gama de fornecedores e intermediários para acioná-los sempre quando necessário, ou, se possível, criar meios de fabricação própria. Com essa explicação, Francisca relata o início do que diz ter sido seu auge financeiro, na passagem dos anos 1990 para os anos 2000. Trata-se de sua entrada no mercado das mídias piratas (CDs e DVDs falsificados) nos mercados populares.

Essas mercadorias inundaram os camelódromos em cidades de toda a América Latina e democratizaram o acesso aos conteúdos musicais, cinematográficos, jogos de vídeo game, cujas versões originais se restringiam à população com maior poder de compra. Uma vez que eram vendidos por faixas de preços muito mais baixas do que os “originais”, esses produtos atraíam pessoas tanto das camadas baixas quanto das camadas médias para as bancas dos camelôs. Paralelamente ao aquecimento do consumo, com o tempo, este novo mercado também foi impulsionado pela entrada de novos trabalhadores que chegavam às ruas dispostos a difundir

os produtos. Além da facilidade com que eram vendidos nessa época, CDs e DVDs piratas têm baixo-custo de produção e são facilmente transportados.

Tendo identificado a moda logo de início, Francisca entrou no mercado comprando diretamente dos produtores, os chamados “pirateiros”. Após um tempo, passou ela mesma a produzir as mídias piratas e as distribuir para outros ambulantes venderem. Os materiais para a confecção das mídias (CDs e DVDs virgens, embalagens) eram trazidos do Paraguai (cujos caminhos já conhecia bem) e, em “estúdios” improvisados, tornava os produtos prontos para o varejo.

Neste momento, não trabalhava pessoalmente nestas etapas: atuava principalmente como investidora e agenciadora de uma força de trabalho a ser distribuída desde a importação (através dos *laranjas*), passando pela linha de montagem da produção (gravação dos conteúdos, impressão das capas e embalamento) até a etapa de sua distribuição nas ruas. Francisca relata:

FRANCISCA - Comprei uma máquina de gravar DVD no Edifício Maletta, lá em cima. Eu nem tinha dinheiro na época. Eu tinha uns anéis de ouro, fui lá e deixei penhorado, entendeu? Então, quer dizer, a vida te dá várias oportunidades, basta você aproveitá-las. Eu morei na favela, eu convivi com o povo, com o crime... do tráfico, com muita coisa que é errada. Isso para minha vida seria o auge, seria até tentação. Eu não consegui ter tudo que eu tenho através de outros rumos, outros meios?

A fim de assegurar um menor risco econômico, Francisca acionou sua rede primária de confiança, aspecto comum na composição das cadeias informais de produção (LAUTIER, 1994; FREIRE DA SILVA, 2008; SAKAI, 2011; GAGO, 2018). De início, mobilizou seus parentes mais próximos nesta nova frente de trabalho: seus irmãos mais novos e os filhos que já participavam como ajudantes. Mas também envolveu outros membros da família extensa e outras pessoas conhecidas. Todos eles ocupavam, de forma flexível, as diferentes funções da confecção das mídias piratas.

A partir do acionamento de sua rede, Francisca veio a constituir um negócio de pirataria por completo, conseguindo assim um primeiro salto importante em sua margem de lucro. Entretanto, segundo ela, foi na expansão de sua influência e capacidade de agenciamento de outros trabalhadores para além de sua rede primária que conseguiu atingir o seu auge. Dessa forma, em vez de se tornar apenas uma fabricante que venderia as mercadorias para ambulantes autônomos, ela passou a gerenciar seus próprios vendedores que, por sua vez, ganhavam

remunerações fixas, por dia de serviço. À medida em que se tornava conhecida na *rua* por “dar trabalho”, as pessoas passaram a procurá-la voluntariamente.

Nesta tese, caracterizaremos o conjunto dessas práticas como uma modalidade de subcontratação, primeiramente, porque ele alcança uma rede ampla de trabalhadores em potencial e, em segundo lugar, porque, assim, se estabelece uma relação mais próxima à prestação de serviços do que de emprego. É preciso afirmar, entretanto, que a ativação e o gerenciamento dessa rede ocorrem sem que os códigos privados de vínculo percam sua predominância como elementos fundamentais para o estabelecimento dos acordos. As bases dessas relações de trabalho seguem sendo, principalmente, as relações de confiança.

Em seguida, nos dedicaremos em descrever e analisar as definições, circunstâncias e desdobramentos dessas relações de trabalho, a partir de como foram relatadas pelos sujeitos acerca do passado, mas também a partir do observamos em campo a respeito de suas configurações locais no tempo presente (LEITE LOPES, 1978).

Em Belo Horizonte, os sujeitos subcontratados para trabalharem como vendedores ambulantes com mercadorias de uma “patroa” são chamados de *guerreiros*. Destacaremos a seguir que, para além de serem fatores de estabilização dos negócios de comércio popular, a subcontratação de *guerreiros* converte-se em artifício para sua expansão. Isso ocorre na medida em que se ampliam também os alcances dos circuitos econômicos, em termos, principalmente, dos mercados consumidores e da oferta de mão de obra. Além disso, olhar para essas relações de trabalho nos leva a compreender como se reproduzem as hierarquias sociais “por dentro” do universo do comércio popular, bem como refletir em que medida podemos traçar paralelos com as relações de trabalho em outros segmentos.

6.6.1 Os *guerreiros*

Analisando as práticas de subcontratação no comércio ambulante em Belo Horizonte, podemos aferir três frentes principais de alocação de trabalhadores auxiliares. Eles podem atuar tanto na confecção e preparação de mercadorias; quanto no seu transporte (incluindo *laranjas* pagos para “atravessar mercadorias” por fronteiras); ou, por fim, em sua distribuição no varejo, atuando como ambulantes dependentes, circunstância pela qual são localmente chamados de *guerreiros*.

Se no âmbito do comércio ambulante “guerreiro” designa uma situação de trabalho, o termo tem seu significado conectado a um uso mais abrangente no linguajar utilizado entre os sujeitos em campo e que merece ser explicitado de início. Nos meios populares urbanos, “guerreiro” é uma gíria utilizada corriqueiramente como forma de reconhecimento a alguém de caráter admirável ou de atitudes corajosas. Seu uso frequente remete, no entanto, a uma perspectiva ético-moral mais ampla acerca das atitudes e condutas dos indivíduos. Em letras de rap, onde o termo é recorrente, fica mais claro que ele é uma das expressividades da “perspectiva guerreira” originada nos meios populares que enaltece a força e a resiliência necessárias à condição social dos “sujeitos periféricos” (OLIVEIRA, 2018). Destaco os versos de “Programado para morrer”, gravada em 2003, pelo Racionais Mcs, um dos grupos mais célebres do gênero no Brasil:

Anjo do bem me proteja do mal
Revolucionário, bandido e tal
Filho de Deus, um vida loka da história
Programado pra morrer, Ave Maria e glória
Guerreiro é assim, não treme e não gela
Pode vim, pode rir, o que cê quer, Zé guela?
Comigo é sem problema, só disposição
O sistema não abala e não desacredita não.

Nesse trecho de música em particular, o termo “guerreiro” aparece como uma categoria ligada simultaneamente a um destino (“programado para morrer”), bem como ao tipo de postura aguerrida (“só disposição”) que se demanda a quem é posto a viver a vida como se estivesse em uma guerra. A concepção também foi discutida por Hirata (2010) em uma etnografia realizada na periferia de São Paulo. Em sua interpretação, um *guerreiro* é aquele que não se rende, isto é, “não se deixa determinar ou dominar pelas condições adversas”, mas busca “apropriar-se destas condições” criando novas maneiras de explorar as circunstâncias (HIRATA, 2010, p. 323).

A valoração moral em torno da liberdade de ação dos sujeitos, que não devem se deixar prender pelas adversidades, encontra tradução na situação de trabalho dos *guerreiros* do comércio ambulante. Ela é marcada por seu caráter temporário — como um *corre* — mas que deflagra também relação de lealdade junto aos donos das mercadorias, como se fizessem parte de sua infantaria. Nesse sentido, o trabalho do *guerreiro* pode ser compreendido como um *corre* em que se espera trabalhar arduamente, mesmo em situação precária e com baixa remuneração;

e também que se esteja disposto à situação de luta, seja com a concorrência, seja com os agentes incumbidos de implementar o controle.

Do ponto de vista de Francisca, no entanto, a definição é simples. Ela resume: “guerreiro é uma pessoa que você coloca pra trabalhar pra você.”¹⁰⁷

É preciso esclarecer que, de modo geral, as subcontratações no comércio ambulante decorrem em relações de trabalho com características compartilhadas. (1) Elas são realizadas apenas por meio de acordos verbais, baseados nos laços de confiança interpessoal, o que explica a frequência com que ambulantes, como Francisca, empregam preferencialmente pessoas que já conhecem ou que têm algum tipo referência. (2) Também é comum às demais subcontratações ligadas ao comércio de rua que tenham como base de suas remunerações cada dia de serviço (uma diária); ou cada serviço prestado, como é o caso dos *laranjas* que são pagos por cada frete efetuado. O mais comum é que estes valores sejam pré-combinados entre as partes, e também que partam de valores fixos, isto é, que independam do balanço final das vendas. (3) E, por último, o agenciamento de auxiliares representa uma expressão do crescimento de um negócio na rua: em termos financeiros e/ou de poder de influência, a exemplo do que constatamos com a ascensão de Francisca.

Analisar as relações de trabalho entre o dono das mercadorias e seus *guerreiros* parece elucidativo para que compreendamos como se dá a constituição de hierarquias que compõem o “mundo do comércio popular”, haja vista a conformação de um mercado de trabalho que retroalimenta o funcionamento dos circuitos comerciais populares como um todo.

Um indício importante acerca da formação de um mercado de trabalho subalterno constantemente disponível diz respeito ao cálculo do valor das diárias que, de forma nada aleatória, parece representar frações quase exatas do salário-mínimo estipulado por lei, no mundo do trabalho regulado. Em 2018, os *guerreiros* recebiam em torno de R\$50,00 por dia de trabalho. Levando-se em consideração que existe, assim, um “valor de mercado” pelo dia de serviço e que os *guerreiros* trabalham normalmente cinco dias por semana, então, um salário mensal médio girava em torno de R\$1000,00, um valor próximo ao salário-mínimo determinado por lei naquele ano, de R\$954,00. De forma complementar à diária, os combinados

¹⁰⁷ Cabe também aos patrões a responsabilidade pelas funções adjacentes à venda propriamente dita, como a escolha de mercadorias a serem comercializadas; a negociação junto aos fornecedores e a organização dos esquemas de reposição de mercadorias nas bancas ou tabuleiros. A tarefa do gerenciamento e orientação de seus subordinados se torna mais desafiadora na medida em que aumenta o número de guerreiros espalhados pela cidade.

podem prever ainda “benefícios” similares aos de um trabalhador com carteira assinada, como um valor referente ao vale-transporte e/ou o pagamento de uma refeição.

Apesar das semelhanças com o que se concebe como um emprego convencional, um *guerreiro* não pode presumir regularidade daquele serviço prestado. Do ponto de vista dos donos das mercadorias (os “patrões” ou “donos das bancas”), o número de *guerreiros* com que se pode contar ou precisar por dia é variável. Os acordos estabelecidos não partem de garantias de continuidade do serviço para os dias seguintes, mas apenas expectativas.

Observamos no caso de Francisca que, nos anos 2000, uma vez que controlava o fluxo de produção das mercadorias piratas, podia assim ajustar diariamente a quantidade de *guerreiros* que precisaria e o quanto poderia despende com as remunerações. Desse modo, à medida em que dispunha de grande quantidade de mercadorias para escoar às *ruas*, quanto maior a força de trabalho atuando como *toreros*, maiores seriam seus ganhos.

Tratando-se daquela época, o aumento do efetivo de *guerreiros* também resultava na diminuição dos riscos econômicos do negócio como um todo, decorrentes principalmente da possibilidade de prejuízos com as apreensões de mercadoria. Primeiramente, isso ocorre pois, ao invés de concentrá-los em um único ponto, os *guerreiros* são geralmente se distribuem pelo espaço para explorarem diferentes pontos da área central. Sabendo que as ações de fiscalização ocorrem de modo setorizado, isto é, em um ponto do espaço de cada vez, se em determinadas localidades da área central o risco de apreensão era maior, em outros, o comércio poderia ocorrer com maior tranquilidade. Então, mesmo que algum de seus *guerreiros* perdesse alguma quantidade de mercadorias para a fiscalização, em determinado dia e em determinado local, isso não impediria que o restante deles seguisse realizando as vendas.

Em segundo lugar, as mercadorias eram entregues a cada um de seus *guerreiros* de modo que se tornassem, individualmente, responsáveis por sua guarda, ficando implícito que deveriam fugir ou resistir às ações de fiscalização, como se eles mesmos fossem os donos daquelas mercadorias. Quanto mais demonstrassem comprometimento em realizar as vendas e proteger as mercadorias, maiores eram as possibilidades de serem novamente convocados a trabalhar. Os *guerreiros* estão na linha de frente, e isso significa, em última instância, que eles participam ativamente das negociações e embates, iminentemente violentos, junto à fiscalização e à polícia. Com isso, a subcontratação de *guerreiros* também se operacionaliza como uma terceirização de parte importante dos riscos e desgastes — sejam jurídicos, físicos ou psicológicos — inerentes à operacionalização de uma atividade criminalizada.

FRANCISCA - Enquanto o Apoio estava lá na Afonso Pena ferrando, eu estava lá vendendo. Questão de minutos eu vendia mil, dois mil reais. Então quer dizer, se ele viesse e levasse a minha banquinha, eu já tinha feito o cálculo. Eu sou leiga, mas eu sei fazer um cálculo rápido se eu tenho lucro ou tenho prejuízo. Eu colocava 200 CD e vendia 100, então o lucro era maior que a perda. Então eu colocava um pouquinho, ia girando, ia girando. Já teve vez de eu ter 7 barracas! Meu nome já saiu no jornal aí várias vezes. Meu ponto de ônibus era aqui, um dia atravessei a rua, cheguei ali e meu marido esfrega o jornal na minha cara: “aqui, você não queria ser famosa, olha seu nome aqui”. Francisca tem 7 barracas, Francisca tem 11 tabuleiros com 2 guerreiros em cada, 22 guerreiros nos tabuleiros...

A quem Francisca “dá trabalho”, ela chama de “seus” (*guerreiros*). Como já apontamos, a aferição da disponibilidade de *guerreiros* não é meramente quantitativa, mas também qualitativa. Ou seja, há de se considerar também os graus de confiança estabelecidos entre o dono da banca e “seus” possíveis *guerreiros*, algo importante já que os acordos preveem que os *guerreiros* circulem autonomamente pelo espaço. Do ponto de vista do contratante, em um primeiro momento, demanda conhecimento sobre o público disponível para realizar esse trabalho, significa ter em mãos seus contatos e conhecer suas “referências”. Sendo assim, no decorrer do trabalho, a relação entre o dono da banca com seus *guerreiros* pode se dar tanto de forma mais impessoal, quanto mais próxima.

Há casos em que o *corre* perdura, e o serviço passa a ser assimilada gradualmente como uma relação de emprego, e o acúmulo das diárias sendo concebido como um salário (LEITE LOPES, 1978). Francisca relata que cabe à dona da banca ensinar a seus *guerreiros* sobre como circular, expor as mercadorias, atrair a clientela, evitar as investidas dos agentes de controle, saber se relacionar com eles, etc, principalmente na medida em que há interesse mútuo pela continuidade do vínculo. Deste modo, a posição de *guerreiro* também pode se aproximar à situação de aprendiz de *torero*.

FRANCISCA - Você ensina, você identifica pra ele quem é o Apoio, você indica pra ele como que vem. Então, com um certo tempo, ele passa a ser apto igual a você mesmo. [...] Igual meus guerreiros, todos tinha passagem pela polícia, era ladrão, traficante, marginal, todos tinham passagem pela polícia [...]. Mas no final da noite, eu tinha um caderninho deles que eu anotava, fulano vendeu tantos CD, eu tive tanto de lucro, eu tive tanto de prejuízo, faltou tanto de capital, eu ganhei X. Eu ganhava muito dinheiro, eu ganhava 5000 reais por dia de lucro. [...] Uns 10 anos atrás, no auge da pirataria né. Eu tinha 22 guerreiros, com mais 14... 36 funcionários. Eu era uma firma. Eu era uma firma, eu era uma empresária. E meu marido todo dia gritava: “larga esses bandidos, só te dá prejuízo”. Esquenta não... Eles chegavam me pedindo emprego, e eu dava. Tinha neguinho que saía da cadeia, ia lá me pedia emprego ia lá

pegava 1000 CD. Muitas vezes ia lá pegava 1000 CD e sumia. Nunca mais eu via nem o CD e nem ele. Então, eu ia brigar? Não, perdia, perdia muito, mas ganhava também. [...] Um bocado morreu, um bocado sumiu, um bocado tá na rua ainda, entendeu.

Apesar de ser encarado como um *corre*, observamos que o serviço prestado por *guerreiros* pode tender à regularidade. A partir das orientações dadas pela “patroa” e da experiência prática, essa inserção pode se converter, após certo tempo, em uma porta de entrada para formas mais independentes de comércio ambulante.

Como consta em seus relatos, a maioria dos trabalhadores a quem “dava trabalho” não havia atuado previamente com o comércio de rua e, por isso, não se viam em condições de arriscar na empreitada seus próprios recursos (no geral escassos). Isso demonstra que, em grande medida, a inexperiência se contrabalança pela garantia dos ganhos no final do dia, tornado este o principal fator que atrai essa mão-de-obra. Portanto, olhar para as redes de subcontratação no comércio ambulante nos leva a deparar com uma heterogeneidade de modalidades de entrada e engajamento nas atividades de comércio ambulante, bem como das motivações por trás dessas entradas.

Muitos daqueles que se dispõem a essa posição encontram-se afastados das boas oportunidades no mercado de trabalho formal. Para além disso, Francisca aponta que muitos de seus *guerreiros* traçavam uma trajetória nos meandros entre o “mundo do trabalho” e o “mundo do crime”, muitos deles, inclusive, eram recém egressos do sistema prisional. Assim, a forma de trabalho em que se garante uma remuneração ao fim do dia ou da semana, ainda que de baixo valor, torna-se conveniente. Além disso, ainda que o comércio ambulante seja uma forma de trabalho historicamente marginalizada e estigmatizada, do ponto de vista de sujeitos com trajetórias criminais, isso é relativizado. Na verdade, frequentemente, essa atividade é reivindicada por eles como um tipo mais acessível de “trabalho honesto” (FREIRE DA SILVA, 2014).

A despeito do juízo de valor que ela faz acerca dos ambulantes “metidos com o crime”, tê-los como seus *guerreiros* parece não ser exatamente um problema para Francisca. De modo convergente ao ponto de vista de outros sujeitos da pesquisa, se a vivência criminal (“ter passagem na polícia”) se constitui em um dificultador para a inserção no mercado de trabalho convencional (em especial nas posições mais disputadas e de maior prestígio), na *rua* a socialização no “mundo do crime” encontra certa afinidade com os códigos deste mercado de trabalho. Assim, sujeitos sistematicamente marginalizados de outros espaços sociais encontram

inserção plausível e com certo encaixe nos *corres da rua*. Afinal, são em empregos temporários, informais, clandestinos, de baixa remuneração, e onde a disposição às situações violentas é valorizada que sujeitos sistematicamente marginalizados em outros espaços sociais encontram não somente refúgio, mas utilidade.

A ascensão dos negócios de Francisca, como vimos, está diretamente relacionado ao seu poder de agenciamento da força de trabalho responsável por dispersar suas mercadorias pelas ruas de Belo Horizonte. Ao se valer de uma mão-de-obra barata e suficientemente disposta às violências típicas dos *corres da rua* — permanentemente disponível nos centros urbanos — Francisca ampliou sua capacidade de lucro e as margens da administração de riscos de seu negócio.

A despeito de uma representação de poderio e controle sobre as situações que a descrição da trajetória de Francisca pode transmitir, é preciso ter em vista que, não exatamente da mesma forma que os demais ambulantes, ela também sofre os efeitos da *gestão do comércio popular*. Como já discutimos, ela também convive com as tensões e certa iminência da violência física e psicológica, apesar da imagem que constrói de si como alguém inabalável, também uma “guerreira”. Tendo em vista o que sua trajetória nos apresenta, podemos dizer ainda sobre outra camada das violências que acometem subjetivamente aqueles que vivem as incertezas do comércio de rua: a manutenção de uma disposição constante para ajustar suas estratégias de trabalho e vida às oscilações do jogo de tolerância e repressão da fiscalização, a cada novo conjunto de regras de regulação implementado, a cada novo programa de intervenção urbana que impacta na organização do comércio popular.

Dando prosseguimento aos percursos de Francisca, discutiremos a seguir como suas estratégias se reconfiguram a partir da implementação das políticas municipais que criaram os primeiros shoppings populares de Belo Horizonte, travando batalha com os *toreros*.

6.7 A recomposição das estratégias: da *rua* para o shopping e do shopping para a *rua*

No início dos anos 2000, quando Francisca vivia, segundo ela, seu “auge”, todo o comércio ambulante em Belo Horizonte começa a sofrer grandes impactos com a implementação das políticas de revitalização urbana, formalizadas pelo Centro Vivo e o Código de Posturas. A partir daquele momento, a maior parte das licenças para ambulantes, que permitiam a formação de grandes feiras nas ruas do Centro, foi anulada. A alternativa imposta

aos vendedores registrados foi a realocação para os shoppings populares. Trata-se de um método de regularização até então inédito em Belo Horizonte: pela primeira vez era projetada desvinculação da figura do camelô ao espaço da *rua*, inserindo-os em espaços fechados, geridos pela iniciativa privada ([ver seção 3](#)).

Se esse é certamente um momento de grandes mudanças na história recente do comércio popular na cidade, por outro lado, ele também explicita algumas permanências importantes. Como já discutimos, na prática, a emergência dos shoppings populares não elimina o comércio de rua, mas tornam-se suas extensões. Nesse sentido, com a intensificação da repressão sobre o comércio ambulante, Francisca certamente sofre os efeitos imediatos, mas não sai de cena, se adapta a um novo horizonte de possibilidades que gradualmente se compunha diante de si. Dessa maneira, indo além de uma discussão centrada na eficácia dessas políticas, é preciso observar os efeitos concretos de sua aplicação, levando em conta também as novas encruzilhadas que se apresentam aos indivíduos.

De forma análoga ao que discutimos nesta seção, acerca dos mecanismos de formalização inaugurados na década de 1980, especialmente no momento de implementação dos shoppings populares, a *tora* torna-se uma atividade mais duramente combatida; ao mesmo tempo, a possibilidade de formalização pela adesão aos shoppings passa a ser incorporada, de forma desigual entre os sujeitos. As estratégias de vida são, então, recompostas através de novas mediações.

Mesmo depois das ações policiais que expulsaram grande parte dos ambulantes de seus locais de trabalho, Francisca (grávida de sua quarta filha) continuou persistindo ainda por alguns meses nas *ruas*, juntamente com outros *toreros*, entre eles alguns de seus *guerreiros*. Como não portava licença, ela não foi incluída aos grupos prioritários de transferência aos shoppings populares, diferentemente de seu marido que ganhou o “direito” a um box logo de início. Nesta nova configuração, o comércio nesses locais passa a ser a principal modalidade legalizada de atuação no comércio popular, substituindo, então, as barracas padronizadas montadas nas calçadas. Diante disso, as formas práticas da parceria entre Francisca e seu marido não se alteram em substância, mas apenas se atualizaram.

Durante o período de implementação da política, os *toreros* representaram a principal resistência ao novo modelo de comércio popular que era imposto. A capacidade de resistir às mudanças gradualmente se arrefecia frente à persistência das forças policiais nas *ruas*. No momento em que apenas um número baixo de *toreros* seguia os protestos e/ou persistia com o

trabalho na *tora*, Francisca precisou revisar seus planos individuais. Para além da dificuldade de manter suas vendas em operação nas *ruas*, novos interesses surgiam com o novo cenário em formação.

Segundo ela, observando que os shoppings, como Oiapoque e Xavantes, pareciam deslanchar, “cresceu o olho nos boxes”. De resistente à implantação de um novo modelo de comércio popular — que a expulsava do lugar onde já sabia trabalhar, onde tinha certo domínio das formas de ganhar dinheiro — passou a negociar diretamente com a prefeitura pelo “direito” à realocação.

FRANCISCA - Aí nós ficamos na rua, nós éramos toreros, nós não tínhamos direitos. Então, a gente ficou ali debatendo com a Prefeitura, correndo de fiscal... ficamos, ficamos, até um dia que a Prefeitura chegou até nós e conversou: “o que vocês querem para sair da rua?” Fez uma proposta. Aí como na época eu era uma das líderes que ficou, eu falei: “eu quero ir pro Shopping Oi”. Porque era a coisa do momento né, loja boa lá, todo mundo que foi sorteado lá estava vendendo loja lá por cinquenta, cem mil. É, cresci o olho, eu falei: “vou para lá porque fome eu não vou passar. Se eu não conseguir colocar mercadoria para lá, eu vendo. O dinheiro eu monto alguma coisa no bairro, vou trabalhar em outra cidade, outro bairro”. Não fui pro Oi não, não me deram no Oi não. Aí, beleza, a gente pegou, ficamos... aí com muito custo eles arrumaram uma vaga para nós lá no Xavantes. [...] Na época nós ficamos 20, e eram mais de 20 [toreros]. Eram umas 100 pessoas na rua, eles deram 20 boxes. Mas como eles são muito espertos, para livrar do problema, e eu era uma das líderes que ficou, eles falaram: “vamos dar 10 lojas de cada vez”. Aí deram 10 e me mandaram nessa etapa. Então, quer dizer, o restante que ficou, ficou sem defesa. Quer dizer, “nós tiramos um dos líderes, o resto a gente acaba fácil”. Mas não ficou, não acabou, porque tinha gente que tinha as mesmas experiências que eu, igual guerreiro meu que trabalha na rua.

O reajuste das estratégias de Francisca expõe outro desdobramento da circulação de *mercadorias políticas* que se fez possível no decorrer dessa transição. A fim de se manter ativa comercialmente, fez uso de seu capital político, acumulado desde a sua inserção na *tora*. Podendo ser beneficiada com o “direito” a um espaço de alto valor imobiliário e que a possibilitaria seguir trabalhando, trocou sua permissão de venda por seu poder de (des)mobilização de outros *toreros*, incluindo entre estes alguns de seus próprios *guerreiros*.

Mesmo quando teve acesso ao box, fruto de uma negociação direta com a Prefeitura, Francisca manteve-se explorando diversas possibilidades de mobilidade, nos limiares entre o legal e o ilegal. Depois de ter um box registrado em seu nome, Francisca “não sossegou”, como diz. Ainda que possa ser compreendida como um instrumento de disciplinarização, uma vez que se inserem em um shopping popular, os sujeitos não se prendem ao *modus operandi* do negócio formalizado, tal como se poderia idealizar. Contrariamente, eles mobilizam estas

autorizações de caráter restrito inventivamente, extraindo valor dos “direitos” concedidos. Como já tinha acumulado recursos, Francisca investiu na expansão de seus negócios dentro do shopping, alugando ou comprando outros boxes em mercados paralelos, transações essas que são ilegais¹⁰⁸ embora sejam bastante comuns em mercados populares formalizados (LIMA, 2011; SAKAI, 2011).

Juntos, ela e seu marido chegaram a gerir, ao mesmo tempo, sete pontos diferentes no Shopping Xavantes. Alguns de seus *guerreiros* que atuavam na *rua*, passaram a atuar nesses novos espaços como atendentes¹⁰⁹. Da mesma forma, com a possibilidade de trabalhar de maneira relativamente mais tranquila, sob um teto e obedecendo a horários fixos de abertura e fechamento do shopping, pode “dar trabalho” a outros familiares, incluindo sua irmã (que até hoje trabalha em um box alugado) e, durante alguns anos, sua mãe, na época já aposentada. Isso sem contar seus filhos que, quando mais velhos, também chegaram a gerenciar boxes cedidos pelos pais.

Não é possível dizer que Francisca teve seus negócios transferidos, senão estendidos para os shoppings. Isso porque, aos poucos, quando as condições de trabalho ambulante já não eram tão adversas como no momento inicial de implementação da política urbana, Francisca voltou a manter *guerreiros* nas *ruas*. Ela mesma chegou a voltar pessoalmente à *tora* durante alguns períodos, enquanto outras pessoas ficavam à frente de seus boxes. Inclusive, desta forma, poderia não somente manter ativas a produção e importação de suas mercadorias, enquanto fossem rentáveis, mas ainda diversificar sua gama de possibilidades de troca, dado que ela mesma se tornou operadora desse mercado imobiliário podendo, inclusive, dispor o próprio “direito” ao box para ser transacionado. Novamente, de forma análoga a outras etapas de sua trajetória, o crescimento dos negócios se deu à medida em que escalaram seus rendimentos com *mercadorias políticas*.

No período em que começou a trabalhar no Shopping Xavantes, nasce sua quarta filha e a família muda-se para outra cidade da Região Metropolitana de Belo Horizonte, onde Francisca e Guimarães construíram a casa em que moram atualmente.

¹⁰⁸ O direito ao uso dos boxes manteve-se intrasferível durante os primeiros dez anos do contrato. Era vedado aos comerciantes dos shoppings, sob pena de perda de direito da autorização, ceder, arrendar, locar, sublocar, trocar, emprestar e vender a área objeto da autorização a terceiros.

¹⁰⁹ Dentro dos shoppings, as relações de trabalho são mais próximas às situações de emprego convencionais. Há uma mescla entre acordos informais-casuais, especialmente importantes logo nos anos de consolidação dos shoppings; e dos instrumentos formais de contratação com carteira assinada, cada vez mais presentes.

No início da década de 2010, o comércio nos shoppings populares se enfraqueceu: as vendas foram caindo e o custo de manutenção dos boxes pressionaram Francisca e Guimarães a repassarem a maior parte dos boxes que gerenciavam. Paralelamente, o mercado ilegal de compra e venda dos boxes desaqueceu e os preços abaixaram consideravelmente, fazendo com que a especulação também perdesse o sentido para eles. Desta forma, Francisca voltou a atuar principalmente como *torera* e *sacoleira*. Neste novo contexto, os produtos trazidos de suas viagens a Ciudad del Este se diversificaram, passando a ser escoados não somente aos ambulantes nas *ruas*, mas também aos comerciantes que vieram a ocupar os shoppings populares.

6.8 Negócios de família ou família de negócios?

A trajetória laboral de Francisca deve ser compreendida de forma imbricada à sua trajetória familiar. Chamamos a atenção para como sua família de origem e seu primeiro casamento representaram em sua narrativa ambientes de subordinação, figurando relações sociais e situações de vida das quais desejou se emancipar. Mais claramente, retrata a transição entre o primeiro matrimônio, em que era vítima de violência doméstica e se sentia presa aos projetos e aos mandos do marido; e o segundo matrimônio, descrito sobretudo como uma parceria. A nova etapa de sua vida é marcada, assim, pelo início de sua independência financeira, conquista relacionada a seu envolvimento com o universo de possibilidades do comércio popular. Esta virada pode ser compreendida como a principal *bifurcação* que organiza sua trajetória (BIDART, 2006), através da qual “tomou as rédeas” da situação.

Observamos, no entanto, que o núcleo familiar que se formou (composta por Guimarães, Francisca e seus quatro filhos) apresenta ainda outros tipos de vínculos que prende cada um dos membros em uma lógica de grupo própria. Se os relatos sobre as composições familiares anteriores (da família de origem e do primeiro casamento) dão ênfase às relações de submissão, à rigidez dos papéis de gênero convencionais e as difíceis condições materiais, a nova composição parece estar calcada nas várias atividades econômicas em que o grupo se engaja e nas divisões do trabalho que elas presumem.

Como vimos, a imbricação entre a organização dos negócios e da família tem início com uma união matrimonial funcional à independência financeira de Francisca e ao crescimento dos negócios de Guimarães. Ao longo dos anos, essa lógica se estende também à criação dos filhos

em meio aos *corres* da rua, bem como ao frequente “emprego” de outros membros da família extensa em seus negócios, o que, como já tratamos, se torna um motivo de orgulho para Francisca.

Desde a época em que comandava vários boxes no Shopping Xavantes, os irmãos e a mãe continuaram trabalhando para Francisca por algum tempo e, depois de terem aprendido o ofício do comércio na prática, seguiram de forma relativamente independente. A irmã mais velha segue, com a ajuda de seus filhos, no mesmo shopping após conseguir, por intermédio de Francisca, alugar um box para vender suas próprias mercadorias. Já sua mãe não trabalha mais em shoppings populares, mas mantém, há alguns anos, uma pequena birosca na garagem de casa, voltada ao consumo de moradores do bairro, onde vende bebidas, salgadinhos e DVDs piratas. O irmão mais novo também seguiu a vida de *torero*, tendo sido iniciado por Francisca quando ainda era criança. É solteiro, sem filhos, e continua vivendo com a mãe. Atua frequentemente vendendo (sempre em quantidades escassas) cigarros, chocolates e balas nas mediações do Terminal Rodoviário, rendimento que lhe serve apenas como complemento da aposentadoria da mãe, que é a base do sustento da casa em que moram.

Todos os quatro filhos de Francisca foram criados nos ambientes do comércio popular. Desde cedo, este convívio os iniciou no mundo do trabalho, e mais precisamente na *sociabilidade da rua*, onde aprenderam o trato com dinheiro, mercadorias, ajudantes, fiscalização, etc. Além disso, a entrevistada apontou que, ainda que estivessem desde criança na *rua*, eles estavam junto dela e, por isso, teriam aprendido as “coisas certas”. “Eles cresceram me vendo”, indica Francisca. Quando elabora esse assunto, ela não dá ênfase às dificuldades típicas da conciliação entre a criação de quatro filhos com o trabalho, ou de quem foi obrigada a levar os filhos ao trabalho, mas diz considerar que esse é um privilégio característico da sua ocupação. Em suas palavras:

FRANCISCA - Aí, o quê que acontece, eles cresceram me vendo. Eu sou um tipo de mãe que eu nunca na minha vida dei um mal exemplo para os meus filhos. Eles nunca me viram em bar, nunca frequentei bar, nunca frequentei balada, você nunca me viu em esquina falando da vida dos outros. É da minha casa para o meu serviço, do serviço para minha casa, entendeu? Eu sempre fui assim, então, é a vida que eu passei para eles, então eles seguem esse ritmo aí. Meus filhos, nenhum gosta de nada errado.

O primogênito, Norberto (27 anos), trabalhou no comércio de rua e nos estúdios de gravação de mídias piratas até o início da vida adulta. Seus rumos foram redirecionados quando se casou com a filha de um pastor da Igreja Quadrangular. Naquela época, cursou ensino

superior em Teologia e tornou-se pregador da mesma congregação. Recentemente foi contratado pelo sogro para ser gerente da igreja. Além de ter sido o único a traçar uma trajetória religiosa, também é o único membro da família a trabalhar com carteira assinada.

Os filhos do meio, Jorge (24 anos) e Zélia (20 anos), são solteiros e vivem na casa dos pais. Seguem trabalhando como ambulantes, ambos ainda relativamente dependentes de seus pais. Ele revende as mercadorias que o pai provisiona, sendo o responsável pelos próprios lucros. Já Zélia (20 anos) trabalha na banca de salgadinhos e, quando necessário, a assume sem a presença da mãe. Trabalha regularmente e recebe diárias como remuneração de mesmo valor que os *guerreiros* que Francisca ainda mantém.

A filha mais nova, Fernanda, também costuma acompanhar a mãe na banca de salgadinhos, atividade que realiza também em troca de remuneração com valores fixados. Segundo Francisca, apesar da filha ter apenas 14 anos, acha importante que ela comece a “ter seu próprio dinheiro” desde já. Diferente de seus irmãos mais velhos, a mãe admite “poupar” Fernanda da obrigação de trabalhar todos os dias, cuidando para que rotina escolar não seja muito afetada. Sobre ela deposita expectativas diferentes dos mais velhos. Apresenta-a como a filha com melhores rendimentos escolares, e acredita que ela pode ter boas possibilidades no futuro, podendo se formar em alguma profissão mais prestigiosa¹¹⁰.

Ao falar sobre a criação dos filhos, os relatos de Francisca corroboram para uma valorização do trabalho duro em si, ressaltando o orgulho que sente da disposição dos membros da família para os *corres* do dia a dia. Apesar de reconhecer nos filhos os mesmos valores que diz ter constituído seu caráter; ao mesmo tempo, diz não almejar que tomem o mesmo caminho de vida que ela mesma trilhou. Por isso, sustenta um discurso ambivalente: os incentiva a estarem constantemente trabalhando, buscando suas próprias fontes de renda (“não pode parar”), sobretudo com o comércio ambulante, mas também investe em suas formações escolares como meios de “subirem na vida”.

Além de Felipe, que já concluiu o ensino superior (graduação em Teologia), Jorge e Zélia começaram a cursar Engenharia em uma faculdade privada, pagos integralmente pelos pais, sem se valerem de qualquer tipo de financiamento ou incentivo público. Zélia, com quem

¹¹⁰ Em nossa interação, como represento a figura do “rapaz da universidade”, frequentemente pergunta minha opinião sobre possíveis cursos e faculdades que sua filha poderá fazer no futuro. Ainda que falte alguns anos para que ela se forme no ensino médio, Francisca já cogita cursos que “dão mais dinheiro” e quais destes têm mensalidade “mais em conta”. Paralelamente aos cálculos que faz, e a despeito das opiniões que me pede, sonha que sua filha mais nova seja a primeira médica da família.

tive mais contato em campo, afirma que não teve certeza quanto à escolha do curso e da profissão, mas, apoiada também na opinião dos pais, apostou no “peso” do diploma, e dá a entender que seu irmão pensa dessa mesma maneira. Desmotivados com a escolha do curso, a rotina que combina trabalho de dia e aulas à noite se tornou impraticável, devido ao cansaço e à falta de tempo de dedicação aos estudos. Ambos trancaram suas matrículas no mesmo semestre, sem saber exatamente quando (e se) retornarão à faculdade. Enquanto isso, seguem na *rua*, onde o dinheiro parece entrar de forma mais garantida.

Os rendimentos da família tampouco se limitam ao comércio. Tanto a casa onde moram, e mesmo o carro que possuem conferem rentabilidade. Após mudar-se para a moradia atual, Francisca passou a angariar dinheiro também com transporte clandestino. Como usava o próprio carro nos trajetos diários de casa para chegar ao trabalho, passou a cobrar pelas caronas que dava aos seus vizinhos que também fazem o mesmo percurso regular entre seu bairro na periferia e o Centro de Belo Horizonte. Visando aumentar seus lucros com esta atividade, investiu na compra de um veículo com um número maior de assentos. Além disso, a família também passou a gerar renda com a própria casa onde moram. Em finais de semana e feriados, a moradia serve como casa de campo de aluguel: tem quintal grande, gramado, piscina. Quando há hóspedes, a família se desloca para uma outra casa menor dentro do mesmo lote, construída para esse propósito.

6.9 Conclusão

Esta seção foi dedicada à reconstituição da história recente do comércio ambulante em Belo Horizonte através da análise da trajetória de Francisca, uma *torera* com larga *experiência de rua*. Sua história se destaca por ter atuado em diversas atividades que compõem os circuitos comerciais populares. Além disso, reconstitui sua biografia como uma história de sucesso. Apesar de ser uma figura, a princípio, singular no campo, contribui com uma perspectiva chave para a compreensão da articulação entre as diferentes formas de ganhar a vida nesses circuitos, bem como entre as diferentes posições hierárquicas que as compõem.

Começamos com uma análise das origens de seu grupo familiar, e finalizamos com alguns elementos de sua composição atual, indicativos, por sua vez, de suas prospecções para o futuro. Na elaboração das narrativas da entrevistada, o pano de fundo das decisões em âmbito doméstico/privado (matrimônios, crescimento dos filhos, moradia, etc) e de âmbito

laboral/profissional se tornam imbricados. Os diferentes aspectos de suas *conquistas* percebidas se embasam e se justificam mutuamente na conformação de uma “carreira moral” (GOFFMAN, 1959), quais sejam: de ordem material/financeira, de respeitabilidade nos ambientes de trabalho (“conceito da rua”), independência de uma figura masculina e de se colocar como uma figura de referência moral para os próprios filhos.

A criação dos filhos converte-se em uma das representações da concretude desse sucesso, e que merece ser destacado pois dá pistas sobre a reprodutibilidade intergeracional do comércio ambulante como meio de vida de famílias inteiras das classes populares. Francisca se orgulha por poder proporcionar meios financeiros para que seus filhos tenham um percurso de vida menos atribulado no futuro do que o seu no passado, através de investimentos em formação escolar e profissional. Enquanto capital escolar, instrumentalizados para a ascensão social (BOURDIEU, 2007), esses incentivos encontram certo limite na medida em que seus filhos foram introduzidos ao mundo do trabalho, do consumo e do dinheiro tendo sido “crias das ruas”. Isto é, uma vez obrigados a participarem dos negócios da família desde a tenra infância, foram ensinados sistematicamente que a forma mais segura e plausível de satisfazerem suas necessidades materiais é buscando o *dinheiro da rua*, considerando toda a gama de práticas que fazem parte desse universo e que conhecem bem. Inclusive, para além de estarem habituados às sociabilidades da *rua* e de suas oportunidades típicas, têm os próprios pais como testemunhas desse campo de possibilidades, e como facilitadores (ou fiadores) de sua permanência nesse nicho de atuação. A respeito da transmissão intergeracional de uma forma de se ver no mundo do trabalho, a *tora*, em específico, se apresenta como o meio, por excelência, mais eficiente de estar incessantemente gerando renda. Basta “saber trabalhar” (RANGEL, 2017).

Outro ponto que gostaríamos de ressaltar diz respeito aos ganhos metodológicos de ter seguido a trajetória de uma ambulante como fio condutor para a reconstituição da história recente do comércio popular. De modo articulado, levamos em consideração, de um lado, as metamorfoses dos circuitos comerciais, de suas relações de trabalho e, de outro, a evolução das leis e dos desenhos institucionais que regulamentam e, assim, organizam o trabalho de *rua*. O caminho que percorremos permite recontar a história do comércio ambulante na cidade expondo os marcos de suas transformações pelo olhar interpretativo de quem não apenas as assistiu, mas quem ativamente foi participante. Suas escolhas de vida foram impactadas pelas políticas de regulação, e de maneiras variáveis, a depender do formato em que se apresentava. E, por outro

lado, analisamos também como suas ações contribuíram para o tensionamento das leis e de sua aplicabilidade.

A partir da perspectiva de Francisca, debatemos a expansão dos circuitos comerciais populares, iniciada na década de 1990, que ocorre de forma concomitante e em encaixe às metamorfoses do emprego, ou, conforme Gago (2018), ao processo de “desassalariamento formal” (GAGO, 2018). Contudo, na *rua*, essa crise se manifestou pela multiplicação de formas de se ganhar dinheiro com o consumo popular, inclusive com a expansão das formas de subordinação, tema que discutimos a partir das redes de subcontratação e pela figura dos *guerreiros*.

Por outro lado, o processo de expansão do comércio ambulante também foi acompanhado pelo aprimoramento das formas de regulação sobre as atividades, cujo principal marco foi a institucionalização do ambulante licenciado, *figura emergente* híbrida, característica do mundo do trabalho reconfigurado (AZAÏS, 2019), e que ainda perdura como elemento fundamental para os modos contemporâneos de *gestão do comércio popular* no Brasil. O dispositivo sociojurídico que faz emergir o ambulante “dentro da lei” — relacionado sobretudo aos esforços de disciplinar os usos dos espaços públicos — também faz despontar a figura dos “foras da lei” que, por sua vez, se submetem aos efeitos mais violentos dessa gestão.

Levando em consideração que os trabalhadores ambulantes ocupam posições hierárquicas distintas no “mundo do comércio popular”, todos eles — direta ou indiretamente, em maior ou menor grau — são afetados por essa tecnologia de governo. Mesmo se não sofrem com a repressão dos fiscais e policiais nas *ruas*, corpo a corpo, suas atividades frequentemente são conectadas às dinâmicas desses conflitos e, por isso, para sobreviverem no mercado devem permanecer prontos a readequarem suas estratégias de atuação a qualquer momento em que as regras do jogo são alteradas.

Se ao longo do processo que descrevemos os ambulantes têm suas condições de trabalho pioradas, há de se ater àqueles que, como Francisca, tiram proveito do caráter excludente e ambíguo dos mecanismos de “legalização” (HAYDEN, 2018), encontrando *brechas* na gestão dos ilegalismos. Nesse sentido, tornam-se negociadores de *mercadorias políticas* conforme desempenham um papel de mediação na distribuição de autorizações ou permissões, decorrentes de um tipo mercantilizável de “direito”, tal como observamos nas dinâmicas de trabalho licenciado, seja na *rua* ou, mais recentemente, em shoppings populares. Ainda que os ganhos monetários que um indivíduo ambulante pode alcançar sejam proporcionalmente

pequenos (ou fracionados), é pela regularidade desses mercados que podemos aferir a sua importância para a manutenção de modalidades específicas de comércio popular.

Para seguirem atuando, os *toreros* são levados a rotinizar (e naturalizar) os riscos, tensões e violências provenientes das “relações tumultuadas” entre as economias informais e o Estado (LAUTIER, 1997). Esse ponto de vista nos convida a refletir sobre como as maneiras adaptativas na lida contra esforços de gestão do comércio ambulante, a curto prazo, podem ser vistas como práticas de resistência entre populações pobres, o que confere nuances à noção de *pragmática vitalista* (GAGO, 2018).

Porém, a longo prazo, tais práticas de resistência também podem ser interpretadas como expressão de uma dominação subjetiva recorrente no mundo do trabalho reconfigurado, fruto das transformações que alcançam trabalhadores dos mais variados segmentos. Enquanto “resistentes”, esses sujeitos tendem a se aprisionar em uma situação de provisoriedade, em que suas expectativas para suas vidas — e, frequentemente, também de seus familiares — ficam subjugadas às fugidias “oportunidades” de obter renda. Além disso, acabam por preservar certas disposições individuais ligadas às suas capacidades de se adaptarem às circunstâncias sempre que for preciso, sem, necessariamente, chegarem a questioná-las.

Parte importante do *saber-fazer* necessário àqueles que atuam continuamente no comércio popular diz respeito à capacidade de adequarem suas estratégias de negócio a todo momento em que são pressionados por mudanças, tal como constatamos com Francisca. A predisposição ao dinamismo e à flexibilidade também inclui o conhecimento prático sobre como contornar e se beneficiar desses deslocamentos circunstanciais. Tudo isso, segundo nossa interlocutora, isso seria “parte do trabalho do torero”. Observamos, em retrospecto, que essa disposição não se limita ao tempo-espço do trabalho de rua, mas invade outras dimensões da vida.

7 A TORA COMO ALTERNATIVA DE VIDA: TRAJETÓRIAS URBANAS E OS HETEROGÊNEOS CAMINHOS PARA O COMÉRCIO AMBULANTE

Nesta seção, analisaremos trajetórias de vida de três *toreros* que conheci em lugares e momentos diferentes da pesquisa de campo. Aqui são nomeados como Carolina, Ruth e Toni. São sujeitos que perpassam vários tipos de trabalho e, em etapas distintas de suas biografias, encontram meios de “ganhar a vida” através do comércio ambulante.

De início, interessava-nos compreender como os sujeitos de origens e perfis sociais diversos se tornam vendedores ambulantes, e como assim se mantiveram trabalhando haja vista as circunstâncias vigentes que já descrevemos nas seções anteriores. Como ponto de partida, estas indagações orientaram minhas curiosidades ao longo das entrevistas. A reconstituição de trajetórias torna-se um método oportuno para a compreensão das ações dos sujeitos, simultaneamente a de seus contextos, balizados, por sua vez, pelos recortes e interpretações dispostos pelos próprios entrevistados em interação com o pesquisador (BERTAUX, 1980; BOURDIEU, 1986, GUÉRIOS, 2007). A partir dos relatos de vida, como um método indutivo de pesquisa, pudemos reformular nossos pressupostos e nossas hipóteses de investigação (DEBERT, 1997).

Ressalto que a *abordagem biográfica* nos proporcionou olhar para as heterogeneidades tanto das formas de trabalho (tal como já vínhamos explorando ao longo da tese), quanto dos significados que se possa atribuir a uma atividade no contexto de cada percurso de vida. Da mesma forma, extrai-se dos relatos elementos que, quando transpostos a outras escalas, tornam-se insumos para a compreensão da conformação dos mercados, das formas de fazer política e da organização das cidades. Além disso, essa abordagem metodológica é oportuna à compreensão destas dimensões enquanto conjuntos dinâmicos e em constante transformação, um exercício especialmente importante para contextos marcados por aceleradas mutações, como é o caso das cidades latino-americanas do século XXI. Trata-se de uma recusa aos chamados *postulados da homogeneidade*¹¹¹ que podem achatam as possibilidades da análise sociológica (BERTAUX, 2014),

¹¹¹ “Sustento, portanto, que não é porque pensamos ter compreendido as lógicas internas (*inner workings*) do funcionamento de um dos setores artesanais (ou industriais, ou comerciais, ou de serviços...) de uma sociedade desenvolvida que estamos em condições de generalizar para outros setores a presença ativa dessas lógicas. Crer que se estaria em posição de generalizar faria colocar um postulado, que proponho denominá-lo aqui postulado da homogeneidade. Estamos de tal maneira habituados, nós, sociólogos, a fazer esse postulado, que se tornou para nós uma segunda natureza, um reflexo espontâneo que fazemos sem pensar. De uma certa maneira, nós precisamos desse postulado; se não o fizermos nós nos sentiremos incapazes de generalizar. Ora, nós nos pensamos como

Nesse sentido, seguindo o que pontuou Lautier (1998), pleiteamos por uma sociologia da heterogeneidade do trabalho. Segundo o autor:

O relevo dado à complexidade das trajetórias profissionais dos trabalhadores do Terceiro Mundo no final dos anos 80 e início dos anos 90 permitiu mostrar que estas trajetórias são o produto de diversas racionalidades e da realização de objetivos contraditórios, que têm origem tanto no trabalho como fora dele: objetivos econômicos diferentes dos da aparente profissão, objetivos residenciais, matrimoniais e estatutários [...] As noções de mobilidade social ascendente ou descendente perdem o seu significado, dependendo da ordem de racionalidade em que se situa; os trabalhadores passam por circuitos sinuosos e complexos, e mesmo aqueles que parecem estar no "grau zero" da estratégia profissional podem usar a sua passagem pelo sistema de salários para sobreviver durante a época baixa agrícola, ou para fazer contatos e entrar em redes de solução que não têm qualquer ligação com a sua profissão atual. (LAUTIER, 1998, p. 275-276)¹¹² [tradução livre]

O mesmo ímpeto de descentralização das noções gerais de trabalho e trabalhador deverá, neste sentido, ser direcionado aos estudos das trajetórias de vendedores ambulantes, que tampouco devem se limitar aos “casos de sucesso” (como a de Francisca na [seção 6](#)) ou forjando um tipo médio que represente o grupo profissional como um todo. Ao invés disso, para melhor qualificar esse coletivo, levamos em consideração os diferentes modos de engajamento adotados pelos sujeitos: se prematuro ou tardio, se envolvendo em maior ou menor grau com a atividade, concebendo-a subjetiva ou economicamente como sua ocupação principal ou como atividade complementar. Em todo caso, de forma não exaustiva, as três personagens dão cores diversas ao “mundo do comércio popular”, embora compartilhem visões de mundo, experiências e códigos morais semelhantes, ligados ao que a vida de trabalho na rua os cobra.

Segue um resumo das três histórias que trabalharemos ao longo desta seção.

Carolina (50 anos)¹¹³ é uma ambulante de longa experiência. Há mais de 30 anos, começou a trabalhar nas ruas, logo quando migrou da zona rural para Belo Horizonte. Assumiu, desde então, diversas modalidades de venda na tora: trabalhou em bancas

sociólogos, não como sociógrafos; acreditamos que nossa tarefa é de explicar, ou ao menos de propor generalizações plausíveis, e não apenas descrições monográficas. E para poder generalizar estamos de alguma maneira obrigados a acreditar na homogeneidade de nossa sociedade.” (BERTAUX, 2014, p. 266, grifos do autor).

¹¹² *La mise en lumière de la complexité des trajectoires professionnelles des travailleurs du Tiers Monde à la fin des années 1980 et au début des années 1990 a permis de montrer que ces trajectoires sont le produit de rationalités diverses et de poursuite d'objectifs contradictoires, qui ont pour origine aussi bien le travail que le hors-travail : objectifs économiques différents de ceux de la profession apparente, objectifs résidentiels, matrimoniaux, statutaires [...]. Les notions de mobilité sociale ascendante ou descendante perdent de leur sens, tout dépendant de l'ordre de rationalité dans lequel on se situe ; les travailleurs parcourent des circuits sinueux et complexes, et même ceux qui apparaissent comme étant au “degré zéro” de la stratégie professionnelle peuvent utiliser leur passage par le salariat pour survivre lors de la morte-saison agricole, ou nouer des contacts et entrer dans des réseaux souvent sans rapport avec leurs métier actuel.* (LAUTIER, 1998, p. 275-276)

¹¹³ As idades dos entrevistados são calculadas tendo em vista as datas de entrevista, realizadas, nos três casos, entre 2018 e 2019.

semifixas instaladas nas calçadas, como *caixeira* em eventos no espaço público e, mais recentemente, como *baleira* no transporte coletivo. Escutei Carolina falar pela primeira vez quando discursava fervorosamente em favor dos toreros em um púlpito da Câmara Municipal, durante sessão de audiência pública que debatia os efeitos da Operação Urbana implementada em 2017. Denunciava as crescentes ações de repressão e as ambíguas e frustrantes tentativas de formalização resultantes das parcerias público-privadas. Após longa trajetória de participação em movimentos sociais por moradia, Carolina tornou-se uma das lideranças da Vicentão, ocupação no Centro da cidade que vincula pautas da habitação popular e do direito ao trabalho ambulante. A entrevista ocorreu em um espaço de convivência no hall de entrada da ocupação, meses após a troca de contatos na Câmara Municipal.

Ruth (54 anos) somente passou a assumir o trabalho nas ruas como sua atividade principal, atuando como *caixeira*, a partir de 2017. Na maior parte de sua vida, dedicou-se ao ofício de cozinheira. Nessa ocupação, chegou a experimentar, por curtos períodos de tempo, a percepção de ter ascendido socialmente, quando se arriscava a abrir um negócio próprio, única maneira que encontrou para escapar das posições subalternas que a circunstância do emprego formal nas cozinhas parecia a ter reservado. Mesmo assim, o comércio ambulante, atividade aprendida ainda na infância, é acionado de forma oscilante ao longo de toda sua trajetória, como um recurso permanente de lidar com as “crises”. Em especial, referem-se aos problemas de saúde que acometiam a ela e aos seus familiares próximos, dos quais sistematicamente ficou incumbida de cuidar. Adquiriu certa popularidade nos últimos anos quando apareceu em uma reportagem de um canal televisivo local que cobria ações de apreensão de mercadorias realizadas por equipes de fiscalização da Prefeitura de Belo Horizonte. Aos prantos, enquanto via suas mercadorias serem tomadas pelos auxiliares de fiscalização, fez um desabafo sobre o sofrimento dos trabalhadores e trabalhadoras das ruas. Após a transmissão, o vídeo viralizou pelas redes sociais. Aproximei-me de Ruth na ocasião de uma oficina voltada à reconstituição de memórias coletivas. Desde então mantivemos contato por *Whatsapp*. As entrevistas foram realizadas tanto presencialmente, quanto por videochamada.

Toni (43 anos) é cadeirante, se insere no comércio ambulante tardiamente, em 2016, após ter circulado por diversos tipos de trabalho, em uma dinâmica de relativa ascensão: pedreiro, atendente de supermercado, professor de informática, técnico em computação. Hoje, na rua, Toni denomina-se empresário. Atua a partir de uma prerrogativa do poder público municipal, nos interstícios da moral e da lei, que tolera a atuação de ambulantes deficientes físicos no Centro (ver [seção 5](#)). Conheci Toni por intermédio de outro ambulante deficiente físico que o apontou como sendo uma espécie de referência política para o grupo de deficientes que trabalham nas ruas do Centro. Toni tornou-se cadeirante em sua juventude, época em que caminhava pelos meandros do “mundo do crime”. Após ter passado um período encarcerado, converteu-se ao pentecostalismo. Hoje, faz de sua história de superação um produto religioso, vinculado a sua atuação como missionário. Ao lado de seu ajudante (também cadeirante), a entrevista foi concedida sem nenhuma resistência, logo em nosso primeiro contato, enquanto operava sua banca em uma esquina de intensa circulação de pedestres. A situação de entrevista não deixou de ser também a experiência de ouvir um “testemunho”, nos termos pentecostais.

As histórias de vida que trabalharemos nesta seção fazem emergir aspectos importantes para a compreensão das classes trabalhadoras urbanas contemporâneas. Para além do que já discutimos anteriormente a respeito das formas de atuação no comércio popular, passaremos a explorar a multiplicidade de sentidos conferidos ao trabalho no âmbito da composição dos percursos de vida. Ao partir da análise do lugar do comércio ambulante em cada uma das

histórias, almejamos compreender também como esses sentidos podem redescobrir dimensões pouco visíveis a respeito do trabalho nas sociabilidades urbanas contemporâneas.

Argumentamos, desta forma, que seguir o desenho das trajetórias urbanas permite seguir também o desenho das cidades. Conforme Troncon Rosa (2019):

Nessa perspectiva, as dinâmicas de produção do espaço urbano se fazem ver por meio das trajetórias urbanas: do cruzamento entre elas, de seus múltiplos pontos de conexão e condensação; é possível apreender os sujeitos em jogo nas disputas pelo espaço, suas variadas posições e deslocamentos, as temporalidades urbanas coexistentes, as tramas relacionais de caráter e extensão variada. (TRONCON ROSA, 2019, p. 725)

A subjetividade própria da elaboração dos relatos, ao invés de limitar a análise à sua própria singularidade, permite ao pesquisador um alcance tanto mais profundo em torno dessas articulações, quanto potencialmente mais amplo. Isto é, por mais que as trajetórias tenham sido puxadas pelo fio do trabalho, elas permitem o exame de outras dimensões da vida social que, por sua vez, conferem outros vieses para a compreensão das estratégias de vida. Desta forma acessamos:

as “cidades outras” que aí se tramam: cidades feitas de deslocamentos, desenraizamentos, ajustes e ausências, mas também de relações, mediações, projetos e afetos, cuja multiplicidade de dimensões históricas, concepções em ato ou devires possíveis somente se dão a apreender por meio das trajetórias e narrativas dos sujeitos. (TRONCON ROSA, 2019, p. 740)

A atenção voluntária dos entrevistados a determinados temas, em detrimento de outros — como um jogo de luz e sombra —, torna-se indício para nuances das racionalidades (e/ou afetividades) que balizam suas estratégias de vida bem como seus modos de apreendê-las para elaboração de suas biografias perante o entrevistador. Diante disso, retomamos uma concepção ampliada de “carreira”, de acordo com as contribuições de Hughes (1937). Ele se refere a noção a partir de sua face objetiva, como sequência de *status* e posições que um indivíduo passa ao longo do tempo; mas também sua face subjetiva, uma perspectiva dinâmica pela qual um indivíduo interpreta suas ações e atributos e, assim, dá sentido ao percurso de vida como um todo.

Partir dos relatos de vida leva-nos a seguir “processos situados”, como aponta Telles (2006). Conforme a autora:

É um outro modo de interrogar essas realidades, que não parte de definições prévias e muitas vezes modelares de exclusão social, de segregação urbana ou de pobreza, as quais, no mais das vezes, deixam escapar a rede de relações e práticas que conformam um espaço social. Ao seguir os traçados dos percursos urbanos de indivíduos e suas

famílias, é a própria cidade que vai se perfilando. Não como contexto dado, geral e homogêneo, para situar “casos” e explicá-los em suas determinações. [...] São elas, essas trajetórias, que nos orientam nessa prospecção de realidades em mutação, abrindo-se a novas questões e novas interrogações. (p. 15)

Os modos como essas articulações se produzem e são narradas não se definem em determinações prévias, mas obedecem às modulações próprias da sociabilidade urbana, desvelando as condições desiguais dos sujeitos viverem suas vidas. Como hipótese, consideramos que o comércio ambulante, para além de figurar uma das formas “clássicas”, senão típicas, da viração nos meios urbanos¹¹⁴, configura-se como uma prática social chave para a inteligibilidade da movimentação dos sujeitos por diferentes tipos de trabalho, mas também dos entremeios entre os papéis que desempenham no trabalho e em outras dimensões da vida. Nesse sentido, argumentamos que este é o caminho para que uma atividade, tal como a que analisamos, possa ser compreendida para além da sua dimensão estritamente econômica, que, portanto, nos faça ir além da explicação de que se trata simplesmente de uma forma dos indivíduos “fazerem dinheiro”.

A perspectiva das relações de gênero nos oferece, assim, algumas pistas iniciais acerca dessa variação de significados. Embora não tenhamos formulado nossas análises predominantemente a partir desse foco, as trajetórias que trazemos explicitam situações em que homens e mulheres se encarregam de papéis relacionalmente distintos, tanto no trabalho quanto em casa. Isso não quer dizer que as situações concretas obedecem necessariamente a um padrão pré-estabelecido — homens na esfera produtiva e as mulheres na esfera reprodutiva —, mas que as condutas individuais no curso das vidas correspondem aos processos mais amplos que conformam as desigualdades de gênero no cerne da problemática da reprodução da vida (HIRATA; KERGOAT, 2007, 2021). Ao analisar as configurações familiares de forma associada à organização das atividades de trabalho, observamos, caso a caso, em que medida

¹¹⁴ Engels (2010), em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, obra publicada a primeira vez em 1845, reconhece no comércio ambulante a principal alternativa de renda para aqueles que enfrentavam o desemprego duradouro nas cidades industriais inglesas: “Essa reserva — que durante as crises envolve uma enorme massa e, nos períodos que medeiam entre uma crise e outra, uma grande quantidade de trabalhadores — é a “população supérflua” da Inglaterra, que arrasta uma existência penosa, mendigando e roubando, varrendo ruas e recolhendo imundícies, transportando coisas com um carrinho de mão ou um burro, fazendo comércio ambulante ou biscates. [...] A maior parte dos “supérfluos” dedica-se ao comércio ambulante. Especialmente nos sábados à noite, quando toda a população operária sai à rua, podem-se ver aqueles que vivem dessa atividade. Fitas, rendas, galões, laranjas, guloseimas, em resumo, todos os artigos imagináveis, são oferecidos por homens, mulheres e crianças. Mas também nos outros dias da semana veem-se circular ou parar nas ruas esses vendedores de laranjas, doces, ginger beer ou nettle beer. Fósforos e coisas do gênero, cera, aparelhos para acender fogo etc. são igualmente artigos à venda.” (p. 126-127)

homens e mulheres se posicionam com relação às expectativas de gênero (SANTOS; GEORGES, 2021). Dessa forma, foram ampliados os caminhos de compreensão acerca dos sentidos subjetivos dos percursos de vida.

Nesse ponto, voltamos ao conceito de “carreira” proposto por Hughes (1937), pois nos ajudou a refletir sobre as trajetórias para além dos altos e baixos de um percurso de vida visto pelo ângulo estritamente profissional. Segundo o autor (HUGHES, 1937, p. 410):

Os empregos não são apenas as evidências aceitas de que uma pessoa pode "pôr-se por cima"; eles também fornecem os meios pelos quais outros elementos que são significativos na vida podem ser adquiridos. Mas a carreira não se esgota, de forma alguma, numa série de realizações empresariais e profissionais. Há outros pontos em que a vida toca a ordem social, outras linhas de realização social - influência, responsabilidade e reconhecimento. [tradução livre]¹¹⁵

Para tocarmos estas “outras linhas” a que se refere o autor, interessou-nos seguir as pistas oferecidas pelos próprios sujeitos de pesquisa: desde a anunciação dos aspectos que servirão de apoio à apresentação de si mesmos, bem como do contexto que os forma como sujeitos (DUBAR, 2012). Conforme sugere Hughes (1937, p. 411), exemplificando seu argumento: “uma mulher pode construir uma carreira em manter a família como uma unidade ou se encarregando de elevá-la a uma outra posição social” [tradução livre]¹¹⁶.

Levando em conta as limitações e possibilidades características da situação de entrevista (BOURDIEU, 1986), os sujeitos de pesquisa narram suas experiências, suas origens familiares e reconstruirão oralmente suas subjetividades como trabalhadores (ou trabalhadoras) de forma inescapavelmente balizada por outras dimensões de sua identidade (DUBAR, 2012; GOFFMAN, 1986), por exemplo, como mãe, esposa, evangélico, marido, militante, lésbica, cadeirante, cozinheira, etc. Somente tendo em vista as dimensões múltiplas das identidades, e das moralidades que mobilizam desse modo, foi possível empreender esforço compreensivo sobre as racionalidades que, de fundo, guiam as agências e orientam os significados do comércio ambulante em suas escalas diversas (GUÉRIOS, 2007).

¹¹⁵ “Jobs are not only the accepted evidence that one can “put himself over”; they also furnish the means whereby other things that are significant in life may be procured. Bu the career is by no means exhausted in a series of business and professional achievements. There are other points at which one’s life touches the social order, other lines of social accomplishment – influence, responsibility and recognition.”

¹¹⁶ “A woman may have a career in holding together a family or in raising it to a new position.”

A descrição e análise das trajetórias, a seguir, nos guiarão a um mapeamento das margens de ação desses trabalhadores que se encontram em lugar de subordinação no sistema capitalista. Buscamos compreender, assim, os recursos que esses sujeitos recorrem para se posicionar na divisão social do trabalho e como simultaneamente aferem significados para suas ações concretas.

7.1 Mobilidade permanente e luta por moradia: a trajetória de Carolina

Carolina, nascida em 1968, negra, homossexual, mãe de uma filha adotiva. Carolina também foi adotada e nunca conheceu os pais biológicos. Nasceu em uma cidade do sul de Minas Gerais e, em seguida, foi “resgatada” por uma família, sendo levada para Belo Horizonte ainda bebê. Na mesma época, o casal também adotou um garoto, de outra origem, dois anos mais novo, que foi criado junto com Carolina, razão pela qual o reconhece como seu único “irmão legítimo”.

Como seus pais biológicos, a família que a recebeu também era de origem pobre. A casa onde passou a infância, localizada em um bairro da região Oeste de Belo Horizonte, situava-se em um terreno compartilhado com a família extensa: ao lado de sua casa, moravam tios, tias, primos, primas. Entretanto, Carolina e seu irmão conviviam principalmente com a mãe, dona de casa. O pai trabalhava fora, mas ela nunca soube precisamente onde, ou mesmo a que profissão ele se dedicava. Tinha consciência, no entanto, de ter vivido em um lar “complicado”, devido aos constantes problemas financeiros e o alcoolismo de sua mãe.

Carolina e seu irmão moraram com essa família até 1981. Quando tinham, respectivamente, 12 e 10 anos de idade, foram novamente adotados, dessa vez de maneira informal, separando-os em diferentes lares de “criação”, de famílias amigas. Carolina foi viver com sua madrinha (prima de primeiro grau de sua mãe adotiva) e padrinho de batismo em um distrito rural do município da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Por ser afastado do centro urbano, refere-se ao local como “roça da roça”.

A nova família também era pobre. Sem renda estável, Carolina explica que “se viravam”: sua madrinha cuidava da casa e vendia bolos caseiros, enquanto seu padrinho tinha renda incerta realizando serviços variados e esporádicos naquela localidade.

As primeiras experiências de Carolina foram no ambiente rural. Ela desempenhava tarefas isoladas dentro de pequenas produções de sua região: debulhava milho, trabalhava na colheita de tomate, recolhia entulho, etc. A oferta de trabalho obedecia principalmente às

sazonalidades da terra e os pagamentos aconteciam normalmente “por empreitada” ou sob a forma de diárias. Se os pagamentos eram inconstantes, a busca por trabalho era permanente, levando-a a largar os estudos logo no início da adolescência.

Indo de encontro aos papéis de gênero, e à vontade de seus padrinhos, Carolina ajudava regularmente a compor a renda familiar: “mesmo faltando as coisas dentro de casa, ela achava que eu não tinha idade para trabalhar”. No entanto, Carolina diz ter se iniciado na vida de trabalho (e deixado a vida escolar) devido à vontade de começar “a ter suas coisas”. “Sempre gostei de ser livre, né”, ressaltou.

Em 1983, com 15 anos, Carolina decide sair de casa, com destino a Belo Horizonte. A decisão de mudança foi efeito das constantes brigas com seus familiares. Ainda assim, sua saída foi, de certa forma, negociada para que fosse recebida na casa de seus tios (irmão de sua mãe adotiva), localizada no mesmo terreno em que morou quando era criança.

O retorno a Belo Horizonte marcou o início de sua vida como *torera*, modo de levar a vida que se ajustou às condições e urgências que se impuserem desde sua chegada à metrópole: ainda adolescente, saiu de casa às pressas, interrompendo sua formação escolar e sem que conseguisse se planejar financeiramente. Começou a trabalhar como vendedora de picolés, opção que a permitiu começar “do zero”.

TARCISIO – Mas aí, como é que você fez? Onde você comprou a mercadoria?

CAROLINA – Não, eu não comprei. Eu fui indicada por um amigo que é também camelô hoje. É, eu peguei... Ele me pegou e me levou lá na fábrica de picolé e falou, “olha essa menina aqui está precisando trabalhar e tal, vê se vocês deixam ela pegar o picolé”. Aí eu preenchi uma ficha lá e ele deixou, e emprestou o carrinho. E eu assinei uma nota promissória pra que ele me fornecesse mercadoria sem grana. Aí deixei meu documento né, com eles, como forma de garantia. Ai no momento que eu deixei... é, aí já fui fazendo meu capital. [...] Aí eu vendi os picolés no dia, aí no final do dia eu ia lá, acertava. E fui juntando o dinheiro na semana, fui juntando até para uma outra ocasião que eu quisesse vender uma outra coisa, eu já tinha um capital.

Ao descrever as primeiras experiências nas ruas de Belo Horizonte, Carolina relata que, em um primeiro momento, sentiu vergonha de expor e anunciar as mercadorias, sentindo o peso do estigma que carrega a ocupação de vendedora ambulante. Ressalvou, contudo, que dentre as opções de renda que lhe pareciam plausíveis no meio urbano, a vida de *torera* se apresentava a ela como a alternativa mais prática diante das necessidades imediatas e, ainda assim, moralmente menos problemática. Em suas palavras:

CAROLINA – Eu preferi partir pra essas coisas do que me envolver com coisas erradas. E, às vezes, era um receio também da minha madrinha, né, na época. Era um receio que ela tinha de a gente se envolver com as tretas erradas, achando que eu fosse cabeça fraca. Mas eu não era. E a minha intenção era trabalhar mesmo. [...] Camelô, menino, o negócio deles não é agir errado, quer agir certo, só que a prefeitura não deixa a gente trabalhar.

Durante o primeiro ano vivendo em Belo Horizonte, sua rede de apoio mais próxima se restringia à família que a abrigou, embora isso tenha ocorrido apenas como uma alternativa temporária. Com o passar dos meses, de forma similar ao que ocorreu em sua casa anterior, Carolina conviveu com a opressão da família que não aceitava seu modo de vida. Para além da escolha do trabalho nas ruas, seus tios também não respeitavam sua orientação sexual. Os conflitos vieram a se agravar a partir do momento em que assumia publicamente seus primeiros relacionamentos com mulheres.

Aos 17 anos foi “colocada para fora” da casa dos tios, dando início a um longo período sem moradia certa. Passava noites com amigas e namoradas, “pulando de casa em casa” em várias regiões da cidade. Também dormia frequentemente em pensões baratas no baixo-centro, perto de onde se acostumou a trabalhar, a fim de evitar o tempo e o dinheiro gastos com os deslocamentos. E, ainda, quando se via sem opções ou dinheiro para pagar as estadias, acostumou-se a dormir em alguns espaços públicos, como no saguão do Terminal Rodoviário.

TARCISIO – Você falou que dormiu uma noite na rodoviária, né?

CAROLINA – De dormir, ih! Não foi só uma, foi várias. Você entendeu? Por falta de dinheiro de pagar uma pensão. Mas eu era melhor fazer isso do que me prostituir. Que eu não tenho nada contra quem se prostitui também, mas eu achei melhor eu fazer isso, de sentar no banco da rodoviária e fingir que estou esperando ônibus pra viajar do que, você entendeu? Pra dormir do que cair em qualquer canto aí. [...] Nó, foi muito tempo, mas, é, foi muito tempo, cara, foi muito tempo, nossa senhora. Pulava de déu-em-déu¹¹⁷.

Foi nesse período, entre o fim dos anos 1980 e início dos anos 1990, ao mesmo tempo em que aprendia a “se virar” para conseguir dinheiro (diversificando as mercadorias, espaços de venda e estratégias), aprendia também a “se virar” para conseguir teto. O caráter ajustável, próximo de zero, de seu custo de moradia neste período permitia que ela conseguisse viver mesmo com o baixo e instável rendimento com o comércio ambulante. Isso também condicionava, por outro lado, que uma porção importante de seus ganhos fossem constantemente reconvertidos em recursos para compra de mercadorias. As reposições eram

¹¹⁷ Expressão popular que significa: sem endereço fixo; de lugar em lugar; em busca de algo.

realizadas, por isso, com grande regularidade, sempre em pequenas quantidades e exclusivamente com revendedores locais, mantendo sua lucratividade baixa.

Carolina relatou que somente por volta de 1990 experienciou uma maior estabilidade financeira. Esta foi a época em que os mercados populares se expandiam em Belo Horizonte, dando-a possibilidade de auferir rendimentos proporcionalmente mais altos. Também foi o que possibilitou que, junto de sua companheira da época (que vivia igualmente sem qualquer tipo de segurança financeira), alugassem uma casa na periferia Nordeste da cidade.

Neste local, entre 1990 e 1995, Carolina e sua companheira moraram juntas, em união estável. O período terminou com o despejo, após passarem meses inadimplentes com o compromisso do aluguel. Ao passo que a *rua* tenha proporcionado a ela os meios para que sustentasse moradia própria, independente; foi também decorrente da instabilidade característica da condição de *torera* que viveu a circunstância do despejo:

CAROLINA – É, houve um tempo em que houve um confronto muito grande dos camelôs com fiscal, né, e que me parece que essa época era a época do Pimentel, e me tomaram a minha mercadoria e eu fiquei muito tempo sem trabalhar e eu tinha bastante mercadoria. Eu fiquei muito tempo sem trabalhar. [...] Eu vendia era pilha, lanterna, vendia caixa de ferramenta, eu tinha muita mercadoria. Aí nessa época, fiscal tomou e eu fiquei sem poder trabalhar um tempo, sem mercadoria e sem crédito pra comprar mercadoria. Aí o que que rolou? É... fiquei uns dois meses juntando dinheiro sem pagar aluguel, pensando que eu ia poder fazer isso né, sem pagar aluguel. É, aí fiquei muito tempo assim sem pagar aluguel e tal, aí eles despejaram. [...] Aí eles dão prazo pra gente sair. No momento que deu prazo pra sair, tive que sair, velho.

Em meados dos anos 1990, enquanto cresciam os mercados e as possibilidades de renda na *rua*, também avançavam e se incrementavam os regramentos de regulação ao comércio ambulante. A evolução dos dispositivos se deu, de um lado, pelo disciplinamento cada vez maior da atividade dos camelôs licenciados (quanto a horários de trabalho, aos espaços permitidos, limitação de tipos de mercadorias permitidas ao comércio nas ruas, regramentos quanto ao uso das barracas, etc); e, por outro lado, um crescente pressionamento e repressão sobre o comércio ambulante não regulamentado.

O episódio do despejo é decisivo para a trajetória de Carolina, e está diretamente relacionado com a intensificação do controle sobre os *toreros* e ao aumento das ações de apreensão de mercadorias que tornaram seus rendimentos, ao fim de cada mês, ainda mais incertos. Por outro lado, foi em meio à *sociabilidade da rua*, mais precisamente pela indicação de um colega camelô, que Carolina e sua companheira encontraram um novo abrigo, desta vez em um bairro na região de Venda Nova. Segue seu relato:

CAROLINA – Um amigo meu camelô falou: olha, tem um barraco da minha irmã... ela está em dificuldade de pagar água, pagar luz. Ela está sem trabalhar, e com 3 meninos pequenos. Se você quiser ir lá pro barraco dela eu falo com ela pra organizar um quartinho para você lá dentro da casa dela. Aí foi. Ele me pôs lá dentro do barraco da irmã dele. E eu a ajudando a pagar conta de luz e de água, e foi aonde eu tive como comprar mercadoria, revender.

Aquela não foi a primeira vez que Carolina morou “de favor”. Entretanto, mais do que um abrigo provisório, que a possibilitou reerguer suas vendas (já que novamente não tinha despesas com aluguel), a experiência foi relatada como um gatilho para sua politização com relação à questão da moradia e da luta dos sem-teto.

CAROLINA – E eu falo pra você que Deus, Deus é bom demais. Deus é, iluminou a mente dessa mulher e deixou eu morar dentro da casa dela. Por isso que eu falo com você, como não... como não tá no espaço, é... de luta social por igualdade social? Como? Sendo que eu só tive benefício, né, só tive ajuda na minha vida toda.

TARCISIO – Com certeza.

CAROLINA – Como hoje eu não estender a minha mão pra uma pessoa, para as pessoas? Ou não buscar uma melhoria pro meu semelhante, sendo que eu tive essa melhoria, eu tive essa oportunidade... Dentro do meu próprio, da minha própria camada social, né. Não de lá de cima.

A partir do episódio do despejo, Carolina voltou a se confrontar com o problema da habitação, porém, a partir de então, suas estratégias de “luta” (assim como seus porquês) não estariam mais circunscritos à perspectiva individual ou familiar. Além de ter abrigado Carolina, foi sua nova amiga que indiretamente a introduziu ao universo dos movimentos sociais pela moradia, apresentando-a a um grupo que se formava para ocupação de um terreno vago em um bairro próximo de onde viviam. Carolina e sua companheira não demoraram a se agregar ao grupo que, de forma coordenada, se instalou no terreno.

Na ocupação, ao lado dos novos companheiros, Carolina e sua companheira levantaram barracos de lonas onde viveram e participavam das atividades políticas do movimento ainda insipiente que, na época, contava com cerca de 1300 famílias. Carolina caracteriza a mobilização como espontânea, segundo ela, não tendo sido originada da agenda de nenhum movimento social previamente organizado ou partido político. “Tinha a nossa organização mesmo, né”, explica. Rapidamente, Carolina se tornou uma das participantes mais ativas do grupo e, a seguir, uma de suas lideranças.

A relação do movimento com o poder público foi especialmente tensa no início, enquanto o número de barracas ainda era alto, já que dia após dia, a cada ameaça de ações repressivas, o movimento foi se esvaziando e o número de famílias resistentes diminuindo.

CAROLINA – Fomos reprimidos, muitos desistiram, muitos saíram correndo, muitos abandonaram, porque ficaram com medo da polícia. Entendeu? Aí foram só enxugando, cê entendeu? Foi enxugando. E aí os que de fato não tinham onde morar, como nós não tínhamos, ficou e ocupou.

O casal viveu quase dois anos em uma barraca de lonas. A ocupação resistiu às investidas do poder público e finalmente firmou um acordo com a Prefeitura de Belo Horizonte. Assim que foi desmontada, os ocupantes foram reassentados, de início, em um outro terreno vago, dessa vez em um bairro da região Nordeste, enquanto esperavam pela construção de suas casas. Finalmente, em 1998, os ocupantes foram transferidos para dois conjuntos habitacionais distintos. Carolina e sua ex-companheira naquela altura já haviam terminado o relacionamento, e, por isso, foram contempladas cada uma com uma casa.

Dado o contexto da ocupação, Carolina passou a conhecer outras lideranças de movimentos sociais pela moradia, frequentava reuniões e, assim, se formava politicamente. Foi também neste momento que decidiu retomar os estudos, concluindo o segundo grau e se formando em um curso técnico de contabilidade em uma instituição pública.

Já vivendo em sua casa própria, iniciou uma nova família: casou-se novamente com outra mulher e, em 2006, adotou uma filha (também negra, hoje com 13 anos de idade).

CAROLINA – Eu sou mãe por opção, né. [...] Vai fazer 12 anos que eu adotei ela. Ela estava com um ano e meio. Porque a família biológica achou melhor dar ela pra terceiros devido à situação que a mãe biológica estava. Entendeu? Morava nas ruas, não tinha local certo. Não tinha condições de cuidar dela. Aí eu um belo dia eu estava em um churrasco e os familiares ficaram sabendo que eu, por ser lésbica, eu queria sempre ter um filho... mas não tinha aquela proximidade de ter um filho com homem. E aí eu falava que eu queria adotar. Eles ficaram sabendo e perguntaram pra mim se eu queria pegá-la, devido à situação que ela estava naquele momento. Aí eu falei “eu quero sim, mas só que no momento que eu pegar não tem mais volta”. Eu sempre fui decidida. E não adianta depois bater na minha porta e falar, e ficar impondo as coisas, entendeu? Não adianta. Comigo não rola! E eu deixei bem claro, se depois vier atrás não vai ter, e se tiver vai ser debaixo de muita, de muita pancadaria, por que comigo não rola! Eu não abro mão fácil.

TARCISIO – E eles foram atrás depois?

CAROLINA – Foram algumas vezes. A mãe biológica mesmo né. É... tentando ameaçar, falando que queria ela de volta e eu não permiti. Mas aí ela já estava adotada por mim e então não tinha jeito mais.

TARCISIO – E tudo no papel?

CAROLINA – Já, já estava no papel. Já tinha um ano e pouco que eu já tinha adotado ela, então não teve mais chance pra ela.

Como uma replicação de sua própria história, acolheu uma criança que crescia em um contexto familiar ainda mais precário do que o seu naquele momento. No entanto, a forma com que expõe sua preocupação em concretizar a decisão de adotar uma filha demonstra um esforço de romper com as mesmas formas de “resgate” que ela mesma viveu em sua infância, dos sofrimentos de ser deslocada por diversos lares. Independente das instabilidades que marcam sua trajetória, ao formalizar a adoção, Carolina oferece à criança, então, uma garantia de proteção que ela mesma não teve no passado, marcada pelos “papéis passados”, mas também pela casa conquistada.

Neste ínterim, articulou a maternidade, os estudos, atividades da militância e o trabalho como ambulante, alternativa de renda que se manteve mesmo em períodos de intensificação do controle repressivo, como ocorreu em 2004 (ver [seção 3](#)). Já com acúmulo de “experiência de rua” viveu o auge do comércio de rua, marcado pela intensa chegada de produtos do Paraguai, atuando como *torera* e, por vezes, também como *laranja*, sendo paga por outras pessoas para atravessar mercadorias pela fronteira¹¹⁸.

Através de sua entrada nos movimentos por moradia, vislumbrou profissionalizar-se no campo político. Ao longo de uma década, candidatou-se várias vezes a cargos legislativos, mas nunca conseguiu a quantidade de votos necessários. Concorreu as duas primeiras vezes (2010 e 2012) por partidos de direita, e as duas seguintes (2018 e 2020) por um mesmo partido de esquerda.

Hoje ela se identifica como “de esquerda”, e afirma que antes “não tinha conhecimento”, tendo se vinculado aos demais partidos no passado sem que necessariamente concordasse com suas bandeiras. Busca então se explicar dizendo que buscava apenas uma forma de se lançar à carreira: “Não era... não era para militar. Lá eu não militava, eu me candidatava, entendeu? Eu acho que eu queria candidatar, mas não tinha aquele conhecimento de militância, saca?”.

Na ocasião em que encontrei pessoalmente com Carolina pela última vez, em 2018, ela havia recentemente se filiado ao seu partido atual e oficializava a pré-candidatura para o cargo de deputada estadual. Assim, já não se dedicava integralmente às atividades do comércio ambulante. Sua participação ativa na Ocupação Vicentão, organizada sobretudo por

¹¹⁸ Carolina lançou mão dessa estratégia nos períodos em que precisava levantar recursos (“sabe quando cê não tem nada em dinheiro? Nada de capital?”). Conta que além de ter as despesas da viagem arcadas pelo camêlo que a contratava, como forma de remuneração, ficava com parte das mercadorias que carregava para revender.

movimentos sociais vinculados à agenda do partido em Minas Gerais, é expressão direta de sua trajetória como trabalhadora e militante. Desta forma, tornou possível a articulação das pautas políticas da moradia popular e pela “dignidade do trabalho ambulante” (um dos lemas fortes desses movimentos). A mesma modulação estivera presente também em suas pautas de campanha pelo partido de esquerda, tanto em 2018 como em 2020.

Mesmo não tendo recebido uma quantidade significativa de votos em nenhuma das ocasiões, sua entrada no campo político, tanto pelas ocupações como no comércio ambulante, foi a ponte para que assumisse um emprego assalariado, pela primeira vez em sua trajetória. Em 2018, Carolina foi convidada a ocupar o cargo de assessora parlamentar, trabalhando na equipe do gabinete de uma deputada estadual, então recém-eleita. Nesta posição, em que permaneceu até 2020, ocupou-se de atividades diversas do gabinete, principalmente em frentes de atuação ligadas aos conflitos do poder público com o comércio ambulante, bem como em torno da articulação com movimentos por moradia.

O ritmo da mobilidade que marca a história de vida de Carolina pode ser compreendido por sua contínua luta pela habitação, e que sequer termina quando *conquista* a casa própria, fator que ela apresenta como sendo fundamental para a formação de sua identidade.

Na infância, sua mobilidade relacionava-se às sucessivas adoções. Até completar 17 anos, integrou quatro grupos familiares distintos e, em decorrência disso, transitou entre os meios rural e urbano. A entrada na vida adulta é marcada, por fim, por um relativo desprendimento dos núcleos familiares de “criação”. Na mesma medida, tornar-se adulta também significou encarar outro tipo de mobilidade: a busca pelo teto, responsabilidade que, de início, e sem que vislumbrasse outra alternativa, assume como circunstância individual. Passou anos buscando lugares para passar a noite (casa de amigas, pensões, bancos do terminal rodoviário); foi despejada, após ter vivido de aluguel com sua primeira companheira e; a seguir, passou a integrar ocupações urbanas e movimentos sociais por moradia até que, como resultados das mobilizações políticas, *conquistasse* sua “casa própria”.

De forma vinculada à questão da moradia, reconstitui-se também sua trajetória laboral. Em outras palavras, os itinerários de suas mudanças e de sua luta por moradia não podem ser compreendidos sem que sejam examinadas de forma conjunta às suas atividades laborais, a começar pela tardia profissionalização como militante que a conferiu, aos 50 anos de idade, sua primeira experiência como assalariada, o que ela concebe como uma realização importante.

Outro ponto diz respeito ao momento de passagem do trabalho no meio rural para o trabalho no meio urbano. Desde quando estava na “roça da roça”, até quando passou a atuar como *torera* nas ruas de Belo Horizonte, Carolina engajou-se em atividades precárias, e de baixo rendimento, em ambos os casos, alternativas constantemente disponíveis em seus respectivos meios, tanto para homens, quanto para mulheres. Conforme Leite Lopes (1978), observa-se um enraizamento de formas precárias de trabalho desde a tradicional divisão do trabalho no campo, marcado pela separação entre o trabalho fixo e o temporário acionado sob demanda. Tais condições naturalizadas de trabalho, que obedecem à sazonalidade do trabalho na terra, se imbricariam às formas de precarização presentes no trabalho fabril e nos demais setores econômicos nos centros urbanos.

Pode-se concluir que, no caso de Carolina, a adaptação decorrente da mudança de cidade e de meio conferiu em uma continuidade entre atividades que, apesar de naturezas distintas, correspondem em termos de *status* e dinâmica de engajamento e, por isso, demandam predisposições a adversidades, até certo ponto, semelhantes.

Em Belo Horizonte, no entanto, a busca por dinheiro é mais acelerada e urgente, mesmo porque sua efetividade relativa coincidirá diretamente em sua busca por moradia. Dito de outra maneira, na metrópole, suas possibilidades de dormir sob um teto ou ter uma casa para morar se dava na medida de sua capacidade situacional de conseguir dinheiro por meio da *tora*. Portanto, da mesma forma que as circunstâncias favoráveis do mercado do comércio popular a proporcionou, na década de 1990, pela primeira vez uma moradia própria, quando conseguia pagar aluguel; foi também em decorrência das adversidades típicas desta atividade que enfrentou o episódio do despejo.

O ciclo dos efeitos típicos da *injunção contraditória* em que se via enredada é interrompido quando Carolina passa a fazer parte de um movimento por moradia que, como um *ponto de virada* (ABBOTT, 2001), a desonera dos custos financeiros da moradia em um primeiro momento, diminuindo sua dependência da regularidade de ganhos com o comércio ambulante, sua única fonte de renda. Assim, apesar de ter naquele momento retomado os estudos (concomitante ao início de sua “formação” política), a *tora* permaneceu sendo sua única fonte “garantida” de renda. Isso porque a permanência na ocupação parece plausível aos sujeitos na medida em que, progressivamente, se conhece mais a fundo os meandros práticos do trabalho. Assim, mesmo diante de certa mutação dos instrumentos de regulação e de outros

tipos de obstáculos que passaram a surgir, quanto mais experientes os ambulantes, mais consolidada é a percepção de que eles domesticam os riscos inerentes da atividade.

Outro ponto a ser ressaltado diz respeito à *conquista* da “casa própria”. Kowarick (2009) aponta que o acesso à propriedade imobiliária tem um significado concreto para as famílias que vai muito além do direito ou necessidade de habitação, mas inclui a dimensão mais ampla da segurança social, mais ampla inclusive do que o tipo de proteção que se beneficia pelo acesso ao trabalho formal. A trajetória de Carolina demonstra como essa busca funcionou como uma substituição das expectativas de segurança que nunca teve por meio do acesso ao trabalho regulado, embora sua “falta” sequer tenha sido narrada de tal forma. Mesmo porque, assim como ela, seus familiares próximos também trilharam trajetórias por fora do regime do assalariamento.

Nesse sentido, no contexto das classes populares, onde o acesso aos benefícios sociais é raramente uma garantia ou decorrência direta do direito, o acesso à “casa própria” pode assumir significados distintos. No caso de Carolina, para além de fugir à dependência de outros membros da família ou de conhecidos que a abrigavam, a possibilidade de acesso à casa constitui a obtenção de uma forma de garantia para enfrentar os riscos da vida, tais como os riscos financeiros do trabalho de rua, mas também de possibilitar o início de uma nova família.

7.2 Entre saúde, cuidado da família e busca por renda: a trajetória de Ruth

Ruth, nascida em 1964, negra, casada e mãe de dois filhos. Ela é a primogênita de uma família de oito filhos: quatro homens e quatro mulheres. Apesar de ser nascida em Belo Horizonte, onde mora atualmente, sua origem familiar está no interior do estado.

Seu pai é original de uma pequena cidade da região central de Minas Gerais. Migrou para Belo Horizonte logo aos 12 anos, após uma briga com os pais. Chegou à cidade sem ter moradia ou maneira de se sustentar, mas rapidamente foi incorporado como ajudante na construção civil, em uma época de forte urbanização de Belo Horizonte, a década de 1950. Como era relativamente comum na época, os jovens imigrantes trocavam seu trabalho por comida e abrigo nos próprios canteiros de obra. Tendo, em seguida, trilhado uma carreira de vida toda como pedreiro (via de regra como assalariado), nos períodos de hiato entre empregos, seu pai atuava como vendedor ambulante, vendendo principalmente quitutes, doces e café. Ruth conta:

RUTH - Essa coisa de trabalhar na rua sempre foi presente na minha vida. Desde pequena eu já via meu pai trabalhar. Já sofria as mesmas dificuldades, já eram os mesmos problemas... os problemas com a fiscalização... e ele trabalhou bastante tempo. Lembro dele chegar em casa chorando, chateado porque tinha perdido tudo. Então é uma coisa que eu não sonhei pra mim. Nunca quis. Nunca me imaginei trabalhando na rua. Mas devido às dificuldades que a gente sempre enfrentou...

Nascida em uma cidade da região Leste do estado, a mãe de Ruth chegou a Belo Horizonte aos 16 anos de idade. Foi acolhida por sua irmã mais velha que já atuava estavelmente como empregada doméstica e a indicou para trabalhar em outra casa da mesma família extensa. Este foi seu primeiro e único emprego: trabalhou para uma mesma família das classes altas por 40 anos. Desde tenra idade, Ruth acompanhava a mãe no trabalho e conviveu de perto, durante muitos anos, com a família dos patrões.

Por ser a filha mais velha, ainda criança, foi posta pelos pais a se responsabilizar por várias tarefas domésticas, inclusive atuando de forma direta na criação dos irmãos mais novos. Da mesma forma, Ruth também começou a trabalhar fora de casa logo aos 13 anos: junto a um irmão três anos mais novo, vendiam frutas em uma esquina do Centro de Belo Horizonte. A primeira experiência como ambulante foi decorrente de uma “crise familiar”, quando seu pai foi internado em um hospital psiquiátrico. A condição de saúde mental, agravada pelo alcoolismo, culminou no início de um longo tratamento manicomial que o descapacitou a seguir cumprindo o papel de provedor principal da família. A partir daquele momento, recaía principalmente sobre a mãe e os filhos mais velhos a responsabilidade pelas contas da casa, da mesma forma que também compartilhavam a tarefa do cuidado com o pai doente.

Sua primeira e precoce experiência de trabalho nas ruas não durou muito tempo. Aos 14 anos, Ruth se mudou para Brasília, levada por uma tia que também é sua madrinha de batizado, a mesma que havia recebido sua mãe em Belo Horizonte. Ela também ajudou seu sobrinho mais novo, conseguiu para ele um emprego como *office-boy* em uma instituição pública de ensino superior, a qual seu patrão ocupava um cargo de direção. Em Brasília, Ruth voltou a estudar e se manteve trabalhando (com carteira assinada) em uma creche de “alto padrão”, voltada às famílias de políticos e homens de negócios. Empregada durante os quatro anos em que lá viveu, se comprometeu a enviar regularmente ajuda financeira à família.

O seu regresso a Belo Horizonte, em 1982, aos 18 anos de idade, foi motivado por pressões familiares. Após um parto, sua mãe sofreu uma eclampsia e permaneceu internada no hospital, situação que demandou o retorno da filha mais velha ao posto de cuidadora. Além disso, de volta a sua cidade natal, passou a trabalhar como diarista em casas de família, inserção

propiciada pela mediação direta de sua mãe, que conseguia transmitir as “boas referências” sobre a filha para famílias próximas às de seus patrões.

Casou-se em 1984, aos 20 anos de idade. Ruth chama a atenção para o caráter estratégico de seu casamento: poder sair da casa de seus pais, para se livrar do peso da responsabilização doméstica e da tarefa contínua de cuidado com os demais. Sair “com nome de casada”, carregaria um caráter mais honroso a sua decisão: “na época eu casei com ele para me livrar de problema de família”, relatou.

Naquele período, também alterou sua atividade profissional. Deixou de trabalhar como doméstica para substituir um cozinheiro em um restaurante localizado em um bairro de classe média de Belo Horizonte, onde diz ter aprendido o seu ofício "real", de cozinheira. Permaneceu no emprego por quatro anos, e, a seguir, migrou para outros tipos de restaurantes e cozinhas.

Sobre a circulação entre variados empregos do ramo, ela diz:

RUTH - Aquela questão, emprego no Brasil nunca foi fácil, principalmente para negro. Então a gente teve sempre esta situação. A falta de oportunidade você sabe que é gritante, então eu nunca escolhi muito. Devido à necessidade, eu sempre pegava o que estava na frente, entendeu? Então eu trabalhei em casa de família, em restaurante, em hotel, em motel.

Em 1989, aos 25 anos de idade, enquanto estava empregada, engravidou pela primeira vez. No final da sua licença maternidade, decidiu pedir demissão para cuidar da sua primogênita; e, no ano seguinte, teve seu segundo filho. Ao todo, permaneceu em casa durante quatro anos dedicando-se à maternidade, enquanto o seu marido obtinha a renda como serralheiro autônomo.

No início da década de 1990, Ruth voltou a trabalhar fora de casa. Seja quando apareciam boas ofertas de trabalho temporário em cozinhas, frequentemente como substituta de algum funcionário, seja como vendedora ambulante, possibilidade de renda compreendida como permanentemente disponível, mas especialmente vantajosa naquele período marcado pela expansão do comércio popular na cidade. Segundo a percepção de Ruth, esta década foi marcada pela chegada dos “produtos do Paraguai” que proporcionaram melhores condições para que pudesse “fazer dinheiro rápido”. Além das mercadorias “tradicionais” dos *toreros*, tais como frutas, panos de prato, doces, também passou a vender pequenas bugigangas, enfeites para casa e brinquedos que comprava na mão das *sacoleiras*.

Naquela época, o comércio de rua começou a funcionar como uma importante válvula de emergência para os problemas financeiros da casa.

RUTH - Nas crises... sempre também tive essas coisas. Em época de carnaval, ou quando tinha evento no Centro, ou quando tinha época de crise, eu ia para a rua, trabalhar na rua [como ambulante]... até mesmo para aumentar a renda. Às vezes eu estava trabalhando só para aumentar a renda, outra hora eu estava desempregada mesmo e não tinha outro jeito.

Em meados da década de 1990, seu marido foi diagnosticado com depressão alcoólica. Descumprindo frequentemente seus compromissos como serralheiro, uma vez trabalhando por conta própria, colocava em risco a principal fonte de renda da família. Diante disso, Ruth é pressionada a se encarregar não somente do âmbito dos cuidados, tarefas domésticas, mas, a partir de então, também das contas da casa, dividindo seu tempo entre trabalhos em cozinhas e nas ruas, como ambulante.

RUTH - Acabei me tornando a chefe de família total. Além de cuidar da casa e dos filhos, ainda cuidava dele também. Eu não sei se foi comodismo meu, ou... tem aquela estrutura familiar que eu queria dar para os meus filhos. Eu tinha medo, não queria separar e ter que colocar um outro homem em casa, ter que relacionar com outro homem que não fosse o pai dos meus filhos, e quebrar a família. Eu tenho esse lado que é bem tradicional. Mas, enfim, eu não queria quebrar a família, eu não queria separar, sabe? Meio acomodada com a situação, comecei a carregar a família nas costas. Eu pensava assim: 'deixa ele aí. O que vier dele é lucro. Eu vou viver como se ele não existisse. Vou cuidar dos meninos e da casa como se ele não existisse. Se ele fizer alguma coisa, ótimo. Se ele não fizer, paciência.' [...] No fundo, eu sempre sabia que eu ia dar um jeito, sabe.

Três anos após o nascimento do segundo filho, Ruth retornou à busca por empregos de carteira assinada. Não enfrentou grandes dificuldades para conseguir ser aprovada nas seleções. Entretanto, dado que agora tinha dois filhos para sustentar, os salários que recebia não eram compatíveis com suas despesas. Neste período, ainda que “batesse ponto” em tempo integral, Ruth precisou seguir complementando a renda como vendedora ambulante.

Em 2001, Ruth criou um serviço de *buffet* em parceria com um amigo de infância que também era cozinheiro. No início, mantiveram-se em seus respectivos empregos e prestavam o serviço de *buffet* apenas nos finais de semana. Em curto período de tempo, a empresa deslanchou e seus serviços passaram a ser requisitados para grandes eventos, contando, nessas situações, com grandes efetivos de ajudantes contratados de forma temporária. O negócio correu bem por alguns meses, porém, ainda sem que estivesse formalizado, seu parceiro morre subitamente de pneumonia. Ele era portador do vírus da AIDS e mantinha isso como segredo. Sem tempo para o luto, Ruth então regressou ao mercado de trabalho novamente como

empregada assalariada em cozinhas. Tendo enfrentado prejuízos financeiros importantes com o fim da empresa, voltou também a complementar seu rendimento com trabalho ocasional como vendedora ambulante. Ruth desabafou: “A gente teria ficado rico se não fosse essa maldita AIDS.”

Em 2006, Ruth, com 42 anos de idade, decidiu por uma segunda tentativa de empreendimento próprio: abriu um restaurante *self-service*, utilizando o dinheiro que recebeu após a rescisão do seu último vínculo empregatício como aporte de investimento. O restaurante funcionava em instalações alugadas em um bairro da região Norte de Belo Horizonte. A experiência de dona de restaurante foi descrita como sua “realização” profissional: tinha funcionários fixos e os clientes “chegavam a fazer fila”. Alega ter vivido naquela época “uma vida de classe média”, o que atribuiu ao relativo sucesso de seu empreendimento familiar, mas também ao momento político e econômico vivido no Brasil — no segundo mandato do governo Lula — em que, segundo ela, “foi bom para muita gente”.

Seu declínio começa logo no ano seguinte. Em 2007, seu marido foi diagnosticado com câncer no intestino, naquela altura já em estágio avançado. Atendido por médicos do sistema público de saúde, seu marido escutou que lhe restariam três meses de vida e ofereceram, como procedimento padrão da época, apenas um tratamento paliativo, alternativa que Ruth recusou. Ela mesma acionou a justiça e conseguiu obter uma ordem judicial que possibilitou que o tratamento fosse efetuado pelo SUS. Finalmente, seu marido foi submetido a quatro cirurgias, radiografias e quimioterapia, sendo considerado curado sete anos mais tarde. No entanto, para realizar os tratamentos, e sobretudo para ter acesso a exames de acompanhamento, Ruth e o marido buscaram alternativas no mercado privado, disponíveis em São Paulo. Todo o seu tempo e ganhos financeiros do restaurante, que Ruth geriu até ao seu encerramento dois anos mais tarde, foram dedicados ao tratamento da doença do marido. Nas palavras da entrevistada:

RUTH - Quando eu penso que eu perdi esse restaurante para salvar a vida do meu marido... então assim, eu sinto uma gratidão muito grande por ter tido esse restaurante. Foi como se tivesse tido uma troca. Me dá esse restaurante que eu te devolvo seu marido. E a vida dele pra mim tem muito valor. A gratidão que eu tenho por ele é tão grande... eu sempre consegui as coisas com muita dificuldade... e aí tá, eu fui pra rua mas não fui me sentindo indigna, “ah, agora começar de baixo, não sei o quê...” Eu acostumei ter as coisas com muita dificuldade, e aí... E outra, nessa época, eu consegui, eu comprei... eu tenho meio lote lá no bairro Floramar. É uma casa em cima e em baixo tem uma loja grande que, depois que eu tive o restaurante, eu consegui ter um bar.

Enquanto Ruth “corria atrás” da aposentadoria por invalidez para seu marido, em 2009, o casal abriu um bar, localizado em outro bairro da região Norte de Belo Horizonte. Essa foi uma solução encontrada para que seu marido pudesse contribuir para a renda familiar enquanto ele ainda não estava totalmente recuperado da doença.

Já a atividade como ambulante (*caixeira*), volta a se tornar mais frequente nessa época. Como em outros momentos de sua história de vida, Ruth recorre à atividade como um recurso para que pudesse, em suas palavras, “se levantar”. Segue um relato de uma situação vivida por Ruth em que ela ressalta a rapidez com que se consegue recuperar recursos através da *rua*.

RUTH - Às vezes a pessoa perde tudo e recomeça com um fardinho de água. Um fardinho de água é sete reais. Aconteceu comigo de eu não ter dinheiro, assim... Teve uma época que meu marido estava internado e eu não tinha dinheiro nem para poder ir no hospital visitar ele. E o Carlinhos fez o favor de prender minha caixa no estacionamento, não me deixava tirar a caixa porque eu estava atrasada. A gente paga 150 reais por mês para guardar a caixa, mas se você atrasar, o máximo que ele te espera é oito dias. Se passar de oito dias, ele tranca a caixa e não deixa você tirar e isso aconteceu comigo. Eu até tinha mercadoria mas estava trancada. Eu olhei para um lado e olhei para o outro e pensei: “meu Deus, o que eu vou fazer? O Carlinho não quer me dar minha caixa.” O que eu fiz? Passei a mão na caixa de isopor pequenininha, comprei um fardo de água que custa sete reais, comprei um pacotinho de dois quilos de gelo, uns dois ou três reais de gelo, pus dentro da caixinha e fui para a Praça da Estação. Foi aqueles dias que estava um calorão e eu fui para o sinal. Pá, pá, pá, toma água, toma água, dois reais, dois reais. Um fardo de água de sete reais vem 12 águas. Então você vê: gastou sete, sai quatorze né. Você vendeu 4 fardos, 28 reais. Com 28 reais você já vai se ajeitando. Aí você já compra mais dois fardos de água, compra um fardo daquela coquinha [Coca-Cola], que a gente pede metade coquinha, metade guaraná, que a gente vende a dois reais também, para dar uma diversificada. Compra umas duas garrafinhas de suco daquelas que é um real... e aí você vai indo. Vai vendendo, vai comprando. Daí quando você vê você já está de pé, se levanta. Já consegui levantar muitas vezes assim, começando com um “fardinho” de água.

A acumulação de vários tipos de atividade ao longo do tempo, incluindo períodos de emprego assalariado em dois turnos — noturno e diurno — leva Ruth a desenvolver doenças nas articulações superiores, e também passou a fazer uso de antidepressivos. Especificamente por conta das lesões, em 2009, foi reconhecida como incapaz para o trabalho pelo INSS (Instituto Nacional de Segurança Social) e passa a receber um benefício como tal.

Durante um período, a família encontra certa estabilidade financeira graças aos rendimentos fixos, tanto o auxílio-doença de Ruth, quanto a pensão por invalidez de seu marido. Enquanto isso, mesmo sofrendo intensas dores e tendo dificuldade para movimentar seu carrinho de bebidas pelas ruas, Ruth manteve se atuando também como ambulante. Nos dias de semana ajudava o marido no bar e nos finais de semana e feriados trabalhava como *caixeira*,

seja em Belo Horizonte, seja viajando para cidades próximas. Tendo ocupado a função inicial de proporcionar renda extra, o dinheiro vindo das ruas passou a ganhar uma importância financeira proporcionalmente maior na medida em que os lucros com o bar declinavam.

Em 2017, sem que esperasse por isso, Ruth perde o direito ao auxílio-doença, supostamente porque não contribuiu para o fundo durante aquele período. A nova ruptura, agravada pelo fechamento do bar, provoca nova reconfiguração das estratégias familiares. Buscando se restabelecer, Ruth comparece em algumas entrevistas de emprego para atuar como cozinheira, e embora passasse pelos processos seletivos, foi por duas vezes considerada inapta na etapa do exame médico obrigatório às admissões no mercado de trabalho formal.

Ruth se diz “mandada para a rua” pelo INSS. O termo escolhido por ela apresenta um sentido amplo. Refere-se, primeiro, a uma espécie de “demissão” de sua circunstância estável como beneficiária, situação espelhada à perda de um emprego. Ao mesmo tempo, a “rua” representa também o comércio ambulante, atividade que, ao longo da vida, aprendeu a conceber como “saída de emergência” (CABANES; RIZEK, TELLES, 2011) nos momentos de ruptura. A partir daquele momento, a despeito de suas lesões permanentes, o comércio de rua torna-se, assim, a sua principal atividade. E, ainda, a perda do benefício também obrigou o casal a sair de sua própria casa, já que não conseguiam mais suportar seus custos, completando um terceiro significado para o termo. Foram então acolhidos pela filha mais velha, já com 29 anos, que é solteira, com formação técnica em enfermagem, tem emprego estável e se dispôs a receber os pais em sua casa.

A reconstrução da trajetória de Ruth segue a mesma estrutura da narrativa que construiu sobre si durante a entrevista. As etapas de sua história são demarcadas por um ritmo de alternância entre períodos de estabilidade (ou de certa mobilidade socioeconômica) e momentos de ruptura. Os períodos de sucesso são frágeis, comprometidos por eventos que parecem desfazer suas conquistas e a levarem à “estaca zero”. Se alguns destes eventos são significados, de início, como obras do acaso, tais como o câncer sofrido pelo marido, ou a morte súbita de seu sócio no *buffet*; outros são decorrências imediatas do modo de vida das classes trabalhadoras, como foi a doença mental e alcoolismo do pai; suas próprias doenças nas articulações, decorrentes do trabalho contínuo, pesado e repetitivo; bem como a eclampsia sofrida por sua mãe, se compreendida por seus efeitos imediatos. Como em outras situações posteriores, sem que houvesse outras fontes de amparo, o problema grave de saúde recaiu sobre Ruth (a filha mais velha) para se dedicar às tarefas de cuidado. Isso ocasionou uma

reconfiguração drástica de seus percursos, logo no início da vida adulta, depois de já ter sido resgatada pela madrinha anos atrás.

Desde os problemas de saúde sofridos em seu próprio corpo ou pelos entes próximos, Ruth assume suas consequências diretas. Quando algum membro da família sofria com problemas de saúde, foi demandada a assumir a posição de cuidadora e, no limite, a posição de responsável por essas pessoas. Além disso, sistematicamente sacrificou seus planos individuais (carreira profissional, oportunidades de ascensão, empreendimentos) em nome do bem-estar de sua rede familiar próxima.

A partir desta perspectiva, Ruth dá sentido à permeabilidade entre diferentes tipos de atividades econômicas, entre empregos (formais ou informais, mas via de regra em posições subalternas¹¹⁹) e atividades autônomas (seja impulsionado pela expectativa de ascender socialmente ou como recurso imediatista). A trajetória de Ruth demonstra como, por mais que ela seja “economicamente ativa”, isto é, tenha traçado um percurso de trabalho também fora de casa, as estratégias familiares sobrepujam o que poderia ser entendido como suas estratégias profissionais. Isso se dá na medida em que a manutenção de sua família — e, mais precisamente, a manutenção de suas vidas — a conferem um senso de sucesso à construção de sua trajetória, como ocorreu explicitamente quando se diz grata por ter trocado seu restaurante pela vida do marido.

Embora pareça ser uma forma de dominação pura e simples, ela se apropria desta situação e converte o estigma para si própria, reforçando discursivamente o caráter de *decisão consciente* em suas ações. Pode-se ver nesse processo de ressignificação a forma que encontrou para reivindicar a sua forma de "humanidade comum", manifestando uma escolha deliberada pelos outros, quando ela poderia ter *agido de forma diferente*. Exprime, assim, uma noção de êxito individual (profissional, mas também quanto à integridade física) subsumido ao bem-estar de sua família.

Ruth se apropria desses impasses, dissolvendo-os em uma inseparabilidade entre as esferas do trabalho e da família. Ela se assume como uma espécie de “guardiã dos corpos”, elaboração que a constrói enquanto sujeito e a confere motivações diante das adversidades que

¹¹⁹ Briguglio (2020) analisa os contornos da divisão sexual do trabalho em cozinhas profissionais. A pesquisadora discute como as categorias “masculino” e “feminino” impõem separações e hierarquias entre homens e mulheres, com o agravante das relações de raça e classe. Às mulheres negras frequentemente são atribuídas as funções consideradas menos nobres nos espaços das cozinhas, no mercado de trabalho são relegadas às formas e situações de trabalho mais precárias, e ainda são responsabilizadas pelo cuidado e demais tarefas domésticas em seus próprios lares.

a fazem acumular atividades e recomeçar “de baixo” em várias ocasiões. Nesse sentido, enquanto meio de retomada ou complementação (ajustável) da renda familiar, o comércio ambulante ocupa um lugar central nos encaixes entre as diferentes fases de sua trajetória, mesmo porque seu acionamento parece depender apenas de sua decisão e força individual.

A elaboração de sua trajetória compreende a construção da plausibilidade de uma carreira nas posições menos prestigiosas do assalariamento, marcada, ao fim, por seu adoecimento (físico e mental); bem como nas eventuais falências de seus empreendimentos, não raro decorrente, como vimos, de causas aparentemente externas à sua aptidão individual de os conduzir. Igualmente, confere sentido a um modo de vida “no fio da navalha” (para usar um termo de Lautier, 1994), típico do trabalho dos comerciantes ambulantes, especialmente agravado entre aqueles que, a exemplo de Ruth, trabalham sem permissão do poder público, na *tora*.

À altura da entrevista realizada com Ruth, ela seguia trabalhando como *caixeira*. Atuava principalmente na ocasião de festas e eventos realizados em espaços públicos, principalmente no baixo-centro, no período da noite. Seu ritmo de trabalho obedecia à regularidade própria destes eventos (seja musicais, políticos, esportivos, etc). Contudo, permanecendo “antena ao movimento”, como diz (através das divulgações nas redes sociais), conseguia trabalhar todas as semanas, de quinta-feira a domingo.

Apesar do desgaste físico das longas horas de trabalho, por vezes atravessando a madrugada, e do risco iminente de sofrer prejuízos súbitos com apreensões de mercadorias, Ruth acentua o acesso imediato ao dinheiro como a principal “vantagem” do comércio ambulante. Em uma noite de trabalho pode ganhar muito ou perder tudo.

Diante das circunstâncias que a levaram a assumir o comércio ambulante como sua principal atividade, o admite apenas em caráter não definitivo, e aponta:

RUTH - Eu voltei para a rua para ter o restaurante de novo, ou o bar de novo. Então eu fui com esse foco. É aquele negócio, a gente não é muito de se abater com crítica, e com que os outros estão pensando: “ai nossa, a Ruth... você viu? Tinha restaurante e agora está lá trabalhando de camelô. Vi ela lá empurrando carrinho, caixa de isopor”. Isso não mexe comigo não. A gente foca em uma coisa e a gente foca com força. É aquela visão do futuro. Estou aqui na rua, mas eu não sou da rua. Eu tenho esse pensamento. Estou na rua porque tenho o objetivo de reabrir meu restaurante.

7.3 A busca por emancipação individual nas interseções entre religião, política e trabalho: a trajetória de Toni

Toni, negro, casado, padrasto de duas crianças, nascido em 1975 em uma cidade do Vale do Mucuri, Minas Gerais. Mudou-se para Belo Horizonte aos sete anos de idade, junto de sua família: pai, mãe e dois irmãos mais novos (três outros irmãos nasceram em Belo Horizonte em seguida). O principal motivo para a mudança foi a busca por melhores oportunidades de trabalho para seu pai, que já atuava como operário na construção civil e sofria com um mercado de trabalho escasso de sua região. Seguiram o traçado de outros familiares próximos que já haviam feito o mesmo percurso e que facilitaram sua chegada à vizinhança, em uma favela da região Sul.

A chegada na capital também sucedeu na inserção relativamente fácil de seus pais no mercado de trabalho: seu pai seguiu durante toda a vida ativa no ofício da construção civil, chegando a se tornar mestre de obras; e sua mãe que atuava exclusivamente como dona de casa, pela primeira vez saiu para trabalhar também “fora de casa”. Ainda que, a princípio, sua renda viesse a “complementar” o salário do marido, trabalhava regularmente como faxineira ou empregada doméstica, alternando empregos fixos e serviços temporários.¹²⁰

O repertório de possibilidades de inserção profissional do pai balizou, por sua vez, a forma com que Toni, o filho mais velho, foi iniciado no mundo do trabalho, quando tinha ainda 12 anos. Além do expediente do emprego formal, “quando o pai estava parado” (isto é, em finais de semana ou nos períodos entre empregos), trabalhava em “bicos” em pequenos canteiros de obras. Naquelas oportunidades, podia levar o filho para ajudá-lo a acelerar o serviço (normalmente pago por demanda) e, ao mesmo tempo, ensiná-lo o ofício.

Essa iniciação, vinda de casa, o direcionou a seus primeiros empregos. O primeiro com carteira assinada, ocorreu logo aos 14 anos¹²¹, tendo atuado como servente de pedreiro. Como o pai e a mãe, Toni articulava empregos formais com serviços temporários, através de acordos informais. Observa-se que, mais do que um aprendizado técnico, suas primeiras experiências

¹²⁰ Há mais de 20 anos os pais se divorciaram. Seu pai retornou para sua região de origem e constituiu outra família; e sua mãe não se casou novamente e continua morando em Belo Horizonte. Os irmãos de Toni, três homens e duas mulheres, também vivem em Belo Horizonte. Incluindo Toni, todos se formaram no Ensino Médio, nenhum concluiu o ensino superior e trabalham em ocupações de baixo ou médio rendimento, tais como: construção civil (operário e pequeno empresário), taxista, cabelereira, técnico de contabilidade.

¹²¹ Somente com a implementação da Emenda Constitucional Nº 20, de 15 de dezembro de 1998 (BRASIL, 1998), a idade mínima legal para ingresso no mercado de trabalho passa de 14 para 16 anos de idade.

são relatadas como uma incorporação inaugural do trabalho como referência de conduta moral, sobre estar “fazendo o certo”, em suas palavras.

Durante este período, a consolidação profissional precoce e a regularidade de seu salário passam a ganhar gradativa importância para o sustento familiar, principalmente após o fim do casamento dos pais e a ruptura do formato familiar “tradicional” (termo utilizado pelo entrevistado). Toni narra que, a partir do momento em que seu pai saía de casa, recaía sobre ele, o filho mais velho, uma pressão maior em se responsabilizar pelas contas da casa, ainda que contassem também com a renda auferida pela mãe. Nessa altura, Toni tinha cinco irmãos mais novos vivendo em casa, o que tornava sua participação no sustento da casa ainda mais importante. Esse evento, marca um remanejamento dos papéis dentro de um núcleo familiar, o que é rememorado pelo entrevistado como o princípio de um “rebuliço” em sua vida.

Ainda adolescente, concomitante à rotina de trabalho, Toni passa a se envolver com atividades do tráfico de drogas realizadas nas redondezas de sua casa. O “desmanche da família” serve como um dos elementos explicativos para o sentimento de “revolta” que o leva a se “envolver” com “coisas erradas”, uma explicação nos termos do entrevistado. Outro elemento que sublinha em sua fala foi seu convívio e a amizade com outros jovens do bairro que já estavam “envolvidos” com tudo que considera “errado”. Segundo ele, festas, consumo de bebidas, cigarro e drogas, assim como a entrada para o tráfico e o abandono do emprego, são “erros” que desencadeiam uma sucessão autoexplicativa de eventos trágicos que marcam essa fase da vida que, em seguida, ele buscou superar.

TONI – A gente quando é jovem quer fazer muito o que o outro faz, tentar se parecer igual, ou ser melhor. Então esse foi acho que o meu erro quando foi jovem foi essa. Caminhar com pessoas que às vezes já estava com a cabeça voltada para coisas erradas, entendeu?

TARCISIO – Coisa errada tipo...

TONI – Droga, bebida... que os jovens de hoje envolvem muito com isso, né. [...] Até mesmo de vender, qualquer coisa. Que a pessoa hoje... o mundo da droga começa assim, começa usando. Aí, pra sustentar o vício, o cara tem que vender, que às vezes a droga é cara, se torna cara. [...] O que aconteceu comigo no passado foi isso. Comecei com amigos, festinhas, bebida, uma bebidinha aqui outra ali, um cigarrinho aqui outro ali. Quando eu vi, eu já estava dentro do bolo já. [...] Só Deus sabe o que pode acontecer na vida da pessoa. [...] Ou a pessoa está pra morrer ou tomar um chá de cadeira. Ou pode ficar na cadeira de rodas. Poucos tem a oportunidade de ficar na cadeira de rodas.

Toni define a si mesmo, quando jovem, como um típico “envolvido” (*envolvido-com*)¹²², categoria incriminadora, normalmente atribuída a terceiros (CECCHETTO et al, 2018). O corriqueiro constructo *envolvimento* se ajusta à narrativa moral-religiosa na elaboração de sua história, de modo a definir e estancar a leitura de seu passado, como se isso tivesse o desviado de um caminho. A noção escolhida por Toni carrega um caráter, ao mesmo tempo, passageiro e determinista com relação à inserção em atividades criminosas. É passageiro pois narra os eventos como se tivesse sido puxado para um mundo que não era o seu; e é determinista porque as marcas deixadas por essa passagem não passam sem que o sujeito seja cobrado de realizar um trabalho em si mesmo.

Em decorrência de um desentendimento com vizinhos no ano de 1997, cujas razões e detalhes não foram explicitados na entrevista, Toni foi alvejado na coluna por uma bala de revólver, deixando-o paraplégico, impossibilitado de se locomover sem o auxílio de uma cadeira de rodas. A primeira decorrência trágica de seus “erros” está impressa em seu corpo. Em seguida, uma segunda “tragédia” o acomete. Passados oito meses desde o incidente, quando estava em um consultório de fisioterapia, foi surpreendido pela visita de um oficial de justiça que o apresentou um mandado de prisão, decorrente da condenação em um processo que já corria nos tribunais há alguns anos. Toni permaneceu encarcerado por dois anos e oito meses em um presídio na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Toni aponta que nem a bala de revólver que o tornou deficiente físico, nem a condenação o afastaram do crime. Mesmo dentro da cadeia, Toni seguiu *envolvido*. Somente a religião teria cumprido o papel de recondução de sua trajetória: mudança de “cabeça” e “coração”, em suas palavras.

¹²² “A categoria *envolvido-com* opera como uma válvula distribuidora de sentidos negociados, cuja eficácia simbólica está em adequar-se a cada situação vivida, de acordo com cada sujeito, conforme cada situação e segundo cada lugar. Sua elasticidade e flexibilidade permitem identificar traços específicos e reconhecer padrões comuns entre indivíduos, suas interações, intenções e trajetos. Revela uma engrenagem dinâmica transversal a todos os segmentos sociais, que se adequa às moralidades de produção de controle e de justiça, desde as que apoiam sua persecução em provas técnicas até as que emprestam materialidade aos seus juízos morais. É uma expressão, cujo rendimento classificatório é tão persuasivo que caiu no gosto do senso comum. Envolvido-com tem sido acionada, nos diversos ambientes e contextos sociais, para antecipar o julgamento de políticos e empresários relacionados aos escândalos de corrupção, e para orientar as estratégias de comunicação social da Polícia Federal, da Justiça e da Corte Suprema. É também acionada para predizer e justificar o juízo final desejado para as personagens cotidianas relatadas nos casos de criminalidade violenta noticiados nas mídias e redes sociais. É, ainda, mobilizada para antever o tipo de sanção esperada para as personagens de novelas, séries, etc. que, de algum modo, romperam com a expectativa social pretendida como hegemônica.” (CECCHETTO et al, 2018, p. 107).

Durante o tempo em esteve confinado, Toni passou aos poucos a se interessar pelas reuniões e palestras promovidas pelos diversos grupos evangélicos que frequentemente visitavam a penitenciária. Passou a frequentar cultos pentecostais e também a se relacionar com pastores dessa denominação. Também passou a fazer amizades com outros detentos evangélicos, e assim foi gradualmente se apropriando tanto da crença, quanto das possibilidades de ressignificar sua passagem pelo crime, a cadeia, o incidente que o deixou na cadeira de rodas.

TARCISIO – E você entrou pra igreja lá dentro?

TONI – Eu comecei... porque já dentro do presídio vai alguns grupos evangélicos né. A Universal, Assembleia, Deus é Amor... Assim, quando eu tinha oportunidade, eu frequentava aquela que eu podia, né. Como diz, se você tinha oportunidade de ir né, quando estava em banho de sol, alguma coisa assim. Isso eu fiz um bom tempo. Né? Lá eu fui conhecendo a palavra de Deus, e foi bom pra... Deus me mostrou que eu estava realmente no caminho errado. Eu realmente estava no caminho errado.

Através dos encadeamentos que constroem esta narrativa de Toni sobre si, a conversão religiosa pode ser compreendida como a consolidação de *ponto de virada* (ABBOTT, 2001) na trajetória. O encarceramento serviu, por sua vez, como elo necessário para a significação deste processo: entrou “perdido” e saiu com a “cabeça mudada”, como explica. Conforme aponta Scheliga (2005), a respeito das experiências de conversão em instituições penais, a adesão à religião é apreendida como “tomada de atitude”, portanto uma agência que, conforme os convertidos, “divide mundos e etapas da vida.” (p. 76)

Toni ganhou liberdade no ano 2000. De início, foi morar na casa de seus familiares (mãe e três irmãos) em um apartamento alugado em um bairro da região Oeste, mantendo-se com um salário-mínimo conferido pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC), ou “LOAS”¹²³, como é popularmente conhecido.

Passados alguns meses, Toni decide então se reincorporar ao mercado de trabalho, e para isso precisou abrir mão do benefício que recebia, decisão esta que considera central para a concretização de sua conversão. Toni conseguiu, de início, um emprego como caixa de supermercado no *Carrefour*, empresa pela qual trabalhou por dois anos e seis meses sem mudar de cargo.

¹²³ A sigla é referente à Lei Orgânica da Assistência Social (BRASIL, 1993) que regulariza o Benefício de Prestação Continuada – BPC (ou Benefício Assistencial), prestação paga pela previdência social que visa garantir um salário-mínimo mensal para pessoas que não possuam meios de prover à própria subsistência ou de tê-la provida por sua família.

Um dos elementos importantes da elaboração dos sentidos desse processo foi a recuperação do valor moral do trabalho que, ao longo da entrevista, foi repetidamente afirmado. O retorno ao mercado de trabalho é transmitido pelo entrevistado como uma escolha que complementa sua busca por emancipação espiritual, ou seja, que passa necessariamente por uma mudança radical no *status* social: “acordar para a vida”, “aprender a viver”, “desenvolver pra vida”, se expressam pelo trabalho e pela posição social de trabalhador. Segue seu relato:

TONI - Quando eu acidentei, eu... assim... quase toda pessoa que caí nessa situação. Às vezes você acha que a vida parou né. Ai após eu voltar a trabalhar, acordei novamente pra vida, né. Aí voltei a estudar e tudo, trabalhando e estudando... [...] E o trabalho foi uma das formas que me... que me realmente fez aprender a viver. Trabalhando... e aí cara, após, quando eu comecei a trabalhar aqui minha vida prosseguiu. [...] Foi aí que eu comecei a desenvolver pra vida, foi com o trabalho mesmo.

Os espaços de sociabilidade religiosa também cumpriram um papel central para a sua busca ativa por reinserção profissional. Toni se aproximou de uma Organização Não governamental (ONG) da Igreja Católica que, entre outras atividades e projetos sociais, oferece cursos de qualificação de curta duração e de baixo custo em diversas áreas de formação profissional. Um dos públicos-alvo prioritários da ONG são os egressos do sistema prisional: seja como alunos, colaboradores voluntários ou funcionários assalariados. Nesta instituição, foi de aprendiz de informática a professor, ministrando cursos como *Autocad*, *photoshop*, *Corel Draw* e manutenção de redes. Neste tempo, quando já recebia remuneração pelo seu serviço, também tomava conta da *lan house* que funcionava no espaço.

A experiência inspirou Toni a abrir um negócio próprio. Para dar este novo passo, pediu demissão do emprego na ONG e, junto de sua mãe e irmãos, mudaram-se para uma casa maior, também alugada, em uma cidade da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Enquanto moravam no segundo andar, no primeiro andar, funcionavam uma *lan house* e uma pequena lanchonete. Apesar de toda a mobilização e investimentos, o negócio não deu certo. Toni decide fechar as portas ainda no primeiro ano, sentindo-se sobrecarregado por funções que, a princípio, seriam de corresponsabilidade de seus familiares.

Em nova busca por emprego, em 2011, a situação havia mudado: com 36 anos, Toni já tinha acumulado experiência de trabalho e conhecimento técnico na área de informática. Em poucos meses, Toni já estava novamente empregado. Dessa vez, foi contratado como auxiliar administrativo em uma empresa especializada em desenvolvimento de *softwares* voltados à

gestão de empresas. Nessa empresa trabalhou por cinco anos, até o ano de 2016. Chegou a ser promovido a um cargo técnico, participando do desenvolvimento e manutenção dos *softwares*. Apesar disso, dado o tempo em que permaneceu na empresa, Toni se frustrou por não ter crescido com o alcance que esperava. Ele caracteriza o ambiente da empresa como de intensa competição entre os funcionários. Uma vez que mantinha seu “passado criminal” em segredo, Toni atribui o fato de ser deficiente como a principal barreira que o impedia de concorrer com os colegas em condição de igualdade.

TONI – A empresa tinha um critério de a cada oito meses fazer uma avaliação técnica do funcionário, e ele subia de cargo e de nível salarial. Pessoas mais novas estavam subindo e eu ficando. Entendeu? E era questionado. A minha própria coordenadora questionava. [...] Por quê? Se a sua capacidade... se você apresenta o que você entrega, é igual aos outros. Entendeu? Seu conhecimento é igual aos outros. Então, assim, foi crescendo a minha revolta.

A experiência como técnico assalariado serviu de ponte para o início de sua carreira como militante em torno de causas ligadas à situação dos deficientes físicos. Juntamente com outros dois amigos, começaram a organizar reuniões que agregavam pessoas que também vivenciavam discriminações no trabalho por serem deficientes. Os encontros aconteciam semanalmente em um quarteirão fechado de uma praça da região central, sempre no fim de tarde, horário de intensa circulação de pessoas, e também eram divulgados pela internet, através de grupos de *Whatsapp* e *Facebook*. Dada a centralidade do local onde ocorriam, e dos cartazes e faixas que as sinalizavam, as discussões atraíam participantes de diversos campos profissionais, dentre eles vendedores ambulantes.

Através da visibilidade que os encontros proporcionavam, Toni passou a se tornar uma liderança. Ao passo que a carreira como militante se consolidava, também evoluía sua carreira religiosa: de “ex-bandido”, Toni passa a atuar como missionário que circula por igrejas evangélicas, em especial as de denominação pentecostal, para dar seu “testemunho”, via de regra enquanto convidado. Relata:

TONI - Sou bem conhecido pela história de vida. [...] É parte do trabalho da igreja. Porque o que acontece... o testemunho da gente... tem pessoas que estão passando pela mesma situação, né? E o testemunho ele edifica a pessoa, pra pessoa ver que, se sua vida teve jeito, porque que na dele não vai dar?

Os encontros de debate na Praça Sete evoluíram rapidamente para a fundação de uma associação, presidida por Toni. O grupo passou a organizar ações práticas, como a participação

em audiências públicas, denúncias ao Ministério Público ou diretas às empresas, organização de passeata e abaixo-assinados, reunião com parlamentares, depoimentos para a mídia, etc. Se primeiramente o grupo discutia problemas ligados ao capacitismo¹²⁴ no ambiente de trabalho, à medida que outros participantes se incorporavam ao grupo, expandiam também o escopo de suas pautas. Elas englobavam desde os direitos às pessoas com deficiência, como o descumprimento das leis de inclusão profissional, problemas relacionados à acessibilidade em espaços tanto privados quanto públicos, como também as controvérsias da regularização do comércio ambulante para pessoas com deficiência física¹²⁵.

Foi através da inserção na sociabilidade de rua, propiciada por seu ativismo, que Toni articulava suas inserções política, religiosa e, por fim, profissionais, quando começou a trabalhar como ambulante. Segue seu depoimento:

TONI – Foi vendo a possibilidade de trabalhar na rua... aí conversei com o pessoal, o amigo que trabalha ali em cima... E aí foi tempo de chuva, eu lembro até hoje. “Tá a fim de ganhar um dinheiro? Vamos vender uma sombrinha!”. Comecei. Ai eles iam me ensinando a artimanha, como é que trabalhava... que eu não sabia, né. Aí fui aprendendo. Depois passei a comprar eu mesmo a minha mercadoria já.

TARCISIO – Ah, antes você trabalhava pra alguém.

TONI – Trabalhava com ele. Mesma coisa que eu fiz com o rapaz ali [e aponta para seu ajudante, a seu lado]. Comprávamos a mercadoria e nós dividíamos o lucro, né. Consignado. Fui juntando um dinheiro, aí falei “então vou comprar a minha mercadoria, vou montar minha banca”. Aí foi isso. Graças a Deus tem dois anos já.

Após abandonar o emprego, e desacreditado de que teria oportunidades promissoras permanecendo na condição de assalariado, Toni identificou no comércio ambulante novos meios práticos, e de resultados imediatos, para voltar a “trabalhar para si mesmo”. A partir dos espaços de militância, conheceu vários vendedores de rua com quem pôde aprender as

¹²⁴ O capacitismo é uma forma de discriminação contra pessoas com deficiência. Envolve um preconceito sobre as capacidades que uma pessoa pode ter ou não devido a uma deficiência, e geralmente reduz uma pessoa a essa condição.

¹²⁵ É preciso ressaltar que os vendedores ambulantes deficientes formam um grupo reconhecido como “tradicional” na sociabilidade da rua em Belo Horizonte, como descreve Zambelli (2006). Há várias décadas, nessa cidade, as pessoas portadoras de deficiências atuantes no comércio de rua têm suas subdivisões, redes e lideranças próprias. Tal como discutimos na [seção 5](#), trata-se de um grupo que também foi reconhecido institucionalmente através de instrumentos de formalização passadas, desde regulamentações implementadas na década de 1990, a grosso modo, pela tolerância ao trabalho informal como medida de “proteção” ao grupo de vulneráveis (SERNA LUNA, 2013). O reconhecimento institucional reforça o caráter de grupo. Assim, sem se limitar à condição de assistidos, o grupo sempre se mostrou ativo politicamente, conquistando espaços institucionais de reconhecimento e viabilizando suas condições de atuação nas ruas. No contexto contemporâneo, por mais que não estivesse restrito a isso, o grupo formado por Toni tornou-se um desses espaços de deliberação e que, por fim, possibilitaram a realização de ações concretas. Neste caso, discutiam-se principalmente pautas em torno dos modos ambíguos de reconhecimento do direito ao trabalho de comércio nos espaços públicos; além da conflituosa relação dos deficientes que atuavam como diaristas, isto é, subordinados de outros vendedores ambulantes.

“artimanhas” próprias da atividade, principalmente referentes à relação potencialmente conflituosa com a Prefeitura e suas agências de controle, por onde encontrou as *brechas* necessárias para viabilizar o início efetivo de seu negócio.

Diferente da maioria dos ambulantes iniciantes, Toni passou rapidamente da condição de subordinado para autônomo. Já tendo contato com as ambiguidades dos processos de licenciamento para ambulantes deficientes, bem como as controvérsias políticas de fundo, começou seu negócio de rua com recursos de investimento proporcionalmente mais altos do que normalmente ocorre com seus pares. Além disso, já começou a trabalhar na *rua* como uma pessoa conhecida e de referência para outros ambulantes, dessa forma, não enfrentou resistência dos demais para ocupar um ponto de grande circulação de pessoas.

Na ocasião da entrevista, expunha relógios importados do Paraguai, cujo modelo mais simples é vendido por 20 reais, valor unitário considerado alto nas *ruas*. Além disso, trata-se de um tipo de mercadoria que demanda certo conhecimento especializado, de caráter técnico. Recentemente, aprendeu com colegas da *rua* a trocar baterias e fazer pequenos reparos, um serviço que agrega valor às vendas, e que também ajuda a fidelizar clientes.

Se no início comprava as mercadorias com outros ambulantes, a partir dos “consignados”, passou então a investir ele mesmo nas mercadorias que comercializa, garantindo, assim, maior margem de lucro em suas vendas. Tendo aprendido com os demais, Toni muda de mercadoria conforme as circunstâncias de venda e possibilidades de investimento. Segundo relatou, começou vendendo guarda-chuva no período chuvoso e depois passou para as meias, no período do ano de temperaturas mais baixas. Claro, como a maioria, também costuma expor alguns itens de venda rápida o ano inteiro, como os acessórios para celular: fones de ouvido, películas de vidro e capas protetoras.

Toni busca regularmente os produtos em São Paulo, diretamente na Rua 25 de Março. Faz as viagens de ônibus — “bate e volta” — e se aproveita da gratuidade das passagens, garantida por lei, para deficientes físicos no sistema de transporte coletivo interestadual (BRASIL, 1999). Enquanto faz as viagens, sua esposa e seu ajudante mantêm as bancas funcionando no mesmo ponto, ocupado desde quando começou a atuar autonomamente.

Da mesma forma que já trabalhou com as mercadorias de outro vendedor, hoje mantém um ajudante, também cadeirante (e que estava presente durante a entrevista) a partir de um mesmo tipo de relação. Diferente do tipo de acordo típico da relação com os *guerreiros* (ver

[seção 6.6.1](#)), o combinado com seu ajudante prevê como remuneração um montante proporcional aos lucros semanais, como se Toni, o dono da banca, o consignasse mercadorias.

O fato de seu ajudante ser cadeirante é central para a organização de um comércio estável. Por mais que trabalhem juntos — dispendo os tabuleiros lado-a-lado, como uma banca estendida — cada um deles mantém uma das bancas sob sua responsabilidade nominal perante a prefeitura. A visibilização desta “formalidade” não se contradiz com o fato de não haver, naquele momento, uma aplicação clara e/ou severa de qualquer tipo de procedimento de regulação ao trabalho de ambulantes deficientes físicos. Não se trata, então, de avaliar a aplicação protocolar das regras e suas contradições, mas olhar para o jogo de visibilidades entre os atores envolvidos que faz parte da construção social do controle (BECKER, 2008). Desta forma, dia após dia, conseguem manter duas bancas funcionando ao mesmo tempo em uma mesma esquina, sem que isso provoque a atenção de agentes de fiscalização.

Atualmente, apesar de não negar sua condição de vendedor ambulante informal (categoria que assume estrategicamente, a depender da situação), tratando-se da apresentação de sua trajetória no curso da entrevista, pronuncia-se principalmente como empresário, dono de um negócio.

TONI – Isso aqui pra mim é uma empresa, entendeu? Então, assim, trabalho o tempo que eu quero, a hora que eu quero, o dia que eu quero, que eu posso, porque, se não, eu não vou trabalhar. E a minha banca não tem só eu. A minha banca depende de mais duas ou três pessoas que trabalham comigo na minha banca. Eu sou muito empresário na verdade né. Então assim, pra mim é, é, pra mim é o que hoje eu posso fazer.

Observa-se um tipo de construção de identidade empreendedora que se coloca como contrastante tanto aos modos de organização do trabalho assalariado, quanto aos modos de subordinação já tradicionais na rua. Enquanto ambulante recém-chegado na *rua*, critica sobretudo a comum lógica de subcontratação de diaristas (os *guerreiros*). Segundo ele, por serem pagos com valores fixos, não são motivados a aumentarem as vendas, colocando em risco o crescimento do negócio e o próprio cumprimento do compromisso das diárias.

TARCISIO – Ah tá. Entendi. Mas não é igual esse pessoal que ganha diária?

TONI – Não, não, não.

TARCISIO – O que você acha disso?

TONI – Não vale a pena, sabe por que? É, o que que acontece? Comércio nem todo dia está igual. Nem todo dia você vende a mesma coisa que você vendeu ontem. Hoje você vendeu pouco, amanhã você pode vender muito. E o que acontece muito aí é o quê? Esses caras na ânsia de vender e de conseguir alguém pra ficar trabalhando, prometem 50, 100 reais pra pessoa ficar com ele ali. O que acontece? Talvez nos

primeiros dias de pagamento no início do mês ele consegue pagar a pessoa 2 ou 3 dias. Mas depois não consegue, a pessoa não consegue vender aquilo. Não dá pra tirar pra pagar. Aí, quando chega à tarde, a pessoa fala “você não vendeu muito não. Te dou 10 reais, 20 reais”. Quer dizer, o cara veio contratado pra trabalhar com 50, mas, chega no fim da tarde, o cara não conseguiu vender, ele paga 20 reais, no caso. Quer dizer, é desonesto isso aí, né. Igual... como eu trabalho com ele [aponta para o ajudante, a seu lado]... “olha, se você ganhar 200 reais de lucro naquele dia, você vai levar 200 reais. Eu também vou levar. Então se você ganhar 10 reais de lucro naquele dia, eu também vou ganhar 10 reais”. Então assim, eu estou investindo no produto, mas assim, se vai vender, a gente, né. De qualquer outro... É consignado mesmo. E dá pra gente se manter dessa forma.

Desde a perspectiva de Toni, a transição do emprego formal para o comércio ambulante não se configurou em uma jogada de risco. Neste mesmo período, Toni se casa e se torna padrasto de duas crianças, o que o relata como um novo peso de responsabilidade para suas escolhas: “dois meninos, entendeu? Eu tenho que correr atrás do alimento, tenho que correr atrás disso tudo”. Considerando apenas o lucro de sua banca e da banca que “tem participação”, Toni ainda ganha menos do que quando ganhava o salário de técnico¹²⁶. No entanto, desde que não trabalha como empregado registrado, acionou novamente seu direito como deficiente físico e voltou a receber o BPC que o proporciona importantes recursos de estabilidade.

TONI – Ninguém consegue viver com o salário-mínimo não.

TARCISIO – É.

TONI – Eu, hoje, pra eu falar com você... hoje com o meu LOAS eu pago o aluguel e pago a prestação do meu lote, só isso.

TARCISIO – O resto, o que entra...

TONI – O resto, o alimento eu tenho que conseguir aqui.

TARCISIO – E dois meninos ainda né.

TONI – Dois meninos, entendeu? Eu tenho que correr atrás do alimento, tenho que correr atrás disso tudo

O discurso que acentua seu direito ao benefício e o da valorização do trabalho autônomo não se confrontam, mas se condicionam mutuamente. Do ponto de vista das possibilidades de reprodução, relativos às estratégias via de regra híbridas de viração, o salário-mínimo garantido todos os meses diminui o risco do negócio e o permite investir com relativa segurança financeira, possibilitando sua condição de empresário. Dependendo deste benefício para manter certa estabilidade (dos gastos familiares e da manutenção do comércio), o enaltecimento do

¹²⁶ Seu negócio tem um gasto fixo de cerca de 300 reais mensais com um guarda volumes que mantém suas mercadorias seguras em um estacionamento na Rua Caetés, despesa comum entre os ambulantes que vendem grandes volumes de mercadoria e que moram longe do Centro. Além disso, Toni também paga o serviço de transporte das mercadorias desde a esquina onde trabalha até o guarda-volumes. Por mês, este gasto chega a cerca de 200 reais.

trabalho “por conta própria” passa principalmente pela percepção de independência, o que não tem razão simplesmente ideológica, mas se torna central como recurso para a articulação das diferentes fontes de renda: “Mas pelo menos o negócio é meu né.”; “trabalho o tempo que eu quero, a hora que eu quero, o dia que eu quero, que eu posso, porque, se não, eu não vou trabalhar.”

Além disso, a via do trabalho autônomo ainda figura como um tipo de “escape” das formas precárias de emprego, destino especialmente comum para homens negros, deficientes físicos e com “passado criminal”. Toni encontrou no comércio ambulante a chance de seguir trabalhando e, sobretudo, tal como ele elabora, de forma honesta: “A gente vê que tem pessoas que às vezes vêm pra rua para poder ter um escape da vida errada, né. Eu sempre tive aqui ter a oportunidade de ganhar um dinheiro certo, né... não o errado.”

Nesse ponto, destacamos que a construção moral do comércio ambulante nos meios populares como um tipo de trabalho honesto está vinculada à concepção de que se trata de uma atividade econômica permanentemente disponível a qualquer um. Essa associação corresponde portanto à fala de Toni a respeito da rua como o lugar que dá a “oportunidade” do “dinheiro certo”: primeiro no sentido da rua oferecer inúmeros meios práticos de sustento a qualquer um que busque trabalhar; e segundo porque, dentre esses meios permanentemente disponíveis, também se encontram as opções moralmente corretas que assim se figuram em contraste com os caminhos tortos que, conforme a visão dos pentecostais, constantemente seduzem os indivíduos (SCHELIGA, 2005, MACHADO, 2015, TEIXEIRA, 2015).

Em 2018, após a entrevista, Toni se filiou a um partido de extrema-direita e se candidatou ao cargo de vereador. As bandeiras levantadas na tímida campanha produzida, principalmente, através das redes sociais condensavam as dimensões mais visibilizadas e enaltecidas ao longo de seu discurso sobre a formação de sua identidade. Suas pautas combinavam o direito pelo trabalho ambulante, os direitos dos deficientes físicos e a questão da acessibilidade no espaço urbano, tudo isso elaborado através do léxico da “moral cristã” e também apoiando a campanha do então candidato à presidência Jair Bolsonaro.

Mesmo após o fim da campanha, não tendo sido eleito, Toni seguiu atuando politicamente através das redes sociais, divulgando a imagem de Bolsonaro e atuando diretamente por meio de sua associação. Inclusive, através dela, buscou parcerias com parlamentares da base de seu partido para pressionarem a prefeitura quanto às pautas dos vendedores ambulantes com deficiência física.

7.4 Conclusão: reflexões sobre a mobilidade horizontal/lateral e os múltiplos sentidos do comércio ambulante para os percursos de vida

O comércio ambulante é uma atividade de importância histórica para a formação das cidades, exercida como meio de vida por parte importante das classes populares, como as trajetórias apresentadas demonstraram de maneiras diversas. Esta centralidade é perpassada por uma aparente contradição: a instabilidade e precariedade características da atividade se mantêm enquanto a demanda por ela é estável. Do ponto de vista da oferta da força de trabalho, isso se deve, a princípio, por se tratar de uma alternativa de renda “por conta própria”, com praticamente zero custo de entrada (PRANDI, 1978) e, portanto, permanentemente disponível à multidão de pessoas que aprenderam a se dispor às suas adversidades típicas.

Em uma primeira camada, a atividade recobre sentidos diferentes conforme as vicissitudes de cada contexto local, conformando modalidades e situações específicas de exercício, tal como vimos ao longo das seções anteriores. Em outra escala, esses sentidos também se balizam uma vez imbricados aos atributos e responsabilidades que se impõem aos indivíduos que a exercem. Assim, se de forma mais geral a inserção de um indivíduo no comércio ambulante pode ser explicada pela tarefa de “levar dinheiro para casa”, é pela análise das trajetórias sociolaborais que observamos algumas das nuances mais importantes da ação de se sustentar e/ou sustentar seus entes próximos através de dada atividade. Mais precisamente, nossa análise diz respeito não apenas à busca por recursos materiais, mas à construção dos horizontes de possibilidades frente a cada tipo de circunstância (inclusive repleto de urgências) que se apresenta nas histórias. Através desse ponto de vista, consideramos o gênero como um fator estruturante dessas variações e, por isso, também um importante prisma para a compreensão dos múltiplos sentidos que uma atividade de trabalho pode estar recoberta quando entendida através de uma noção mais ampla sobre a reprodução social.

Indo além de um enquadramento que privilegiaria percursos de declínio ou progressão econômica e profissional, o esforço da reconstituição das trajetórias foi de compreender justamente os entremeios da “mobilidade lateral” (TELLES, 2010), ou “horizontal” (BECKER, 1952). Conforme a formulação original de Becker (1952), trata-se de olhar para a circulação de trabalhadores por diferentes tipos ou modalidades de atividades que, embora tenham características variadas, pertencem a um mesmo nível hierárquico, seja em termos de posição/*status* ou estrato social. Isso quer dizer que podemos caracterizar um “movimento de

carreira” (*career movement*) de tipo horizontal quando ele não leva o indivíduo necessariamente a “subir” (ou “cair”) de vida. Objetivamente, ainda sob os termos de Becker (1962), isso nos permite estar atentos à série de ajustes (*adjustments*) que os indivíduos buscam ao longo de suas trajetórias, podendo estar relacionada à busca por recolocação em posições de maior prestígio relativo, a melhorias sutis e/ou pouco duráveis nos rendimentos ou, simplesmente, à luta pela manutenção de suas condições materiais, como é o caso da nossa interpretação do conceito, uma vez aplicada ao contexto brasileiro. Isso porque ele pode nos indicar uma maior amplitude do conjunto de racionalidades que se justapõem na composição do plano de ação dos indivíduos e de suas subjetividades.

Em nossa pesquisa, a perspectiva das relações de gênero nos informa sobre essa variação das racionalidades por trás das agências que guiam e conferem significado às decisões dos sujeitos no sentido de seu trânsito entre diferentes tipos de atividades. A exemplo do que observamos na descrição das trajetórias, a passagem de um emprego assalariado protegido para um trabalho informal; ou o abandono/perda de um emprego não necessariamente é relatado como um movimento de fracasso; os significados desses deslocamentos necessariamente variam a cada trajetória e/ou a cada momento em uma trajetória. No caso das mulheres chefes de famílias pobres, a diversificação de suas estratégias profissionais frequentemente é narrada como um tipo de ajuste necessário à manutenção da unidade familiar, podendo ser reconvertida, assim, em narrativa de sucesso pessoal, tal como discutiremos à frente.

A perspectiva das mobilidades horizontais/laterais também nos proporcionou observar as expressões concretizadas das reconfigurações do mundo do trabalho para a reprodução das classes populares. Não se trata simplesmente de reconhecer que os indivíduos compõem seus percursos profissionais intercalando atividades formais e informais, de características mais autônomas ou subordinadas. Essas diferenciações não mais parecem servir como parâmetros sólidos para caracterizar movimentos de ascensão socioeconômico ou melhoria de qualidade de vida. Como vimos pela comparação com a socialização no trabalho vivida por familiares da geração anterior a dos entrevistados, essas fronteiras parecem estar, na realidade, cada vez menos delimitadas (FELTRAN, 2011). Assim se constituem as características impressas no mundo do trabalho na “era da indeterminação” (OLIVEIRA, RIZEK, 2007), tal como tem sido abordada como ponto de partida por vários pesquisadores do trabalho nos meios urbanos no Brasil, como também no exterior (SUPIOT, 2000; LIMA, 2010, 2014; TELLES, 2010; RIZEK, 2012; AZAIS, 2007, 2012; AZAIS, DIEUAIDE, 2017).

A direção dessas transformações aponta para o contínuo e amplo processo de precarização do trabalho que, no Brasil, deu um salto em 2017 com a Reforma Trabalhista (KREIN, OLIVEIRA, FILGUEIRAS, 2019; LIMA, BRIDI, 2019; CARDOSO, AZAIS, 2019) e que tem alterado as chances reais de estabilização das famílias pela via do emprego protegido e ao acesso aos direitos sociais. A manifesta permeabilidade entre as “velhas” e as “novas” (ou novíssimas) estratégias de acesso à renda nas trajetórias analisadas passa a ser uma demonstração de como os indivíduos são mantidos em constante instabilidade mesmo quando estão em movimento constante. Apesar disso, poderiam constituir, assim, um tipo de mobilidade nem descendente nem ascendente, mas estacionária (CABANES, 2006, p. 389).

Em nossas análises, observamos algumas das diferentes expressões das metamorfoses do assalariamento que, de forma geral, têm empurrado os sujeitos a transitarem por expedientes progressivamente mais diversificados de viração e na consolidação da insegurança como elemento “dado” da vida dos trabalhadores. Com base nisso, também constatamos as variadas formas de conceberem e reexaminarem subjetivamente a alternância entre os relativos períodos de instabilidade e estabilidade, conforme pontuamos ao longo das análises das trajetórias.

Assim, mesmo que concebamos o comércio ambulante como uma atividade tradicional no Brasil — exemplo da informalidade arraigada às propriedades do “nosso” capitalismo (OLIVEIRA, 1987) — é o modo pelo qual os indivíduos se engajam na atividade que se altera diante das circunstâncias vigentes. As dimensões das transformações observadas através dessa perspectiva se inscrevem não somente em um novo balanço entre atividades formais e informais, legais e ilegais, mas interrogam os significados subjetivos dos trânsitos entre práticas que remetem a diferentes segmentos e/ou *status*, bem como sua funcionalidade para as formas contemporâneas de acumulação capitalista.

Deparamo-nos com um cenário de desmanche dos direitos sociais, dos salários insuficientes e de reviravolta nos horizontes de expectativas dos trabalhadores. Os expedientes de viração e mobilidade por diferentes atividades se conformam como efeito dessas transformações, que nada têm de aleatórios, mas dizem respeito a novos canais de captura e funcionalização da pobreza que se atualizam contemporaneamente (ROY, 2010). Deflagram-se, assim, relações mutuamente determinantes entre Estado, pobreza, família e trabalho não mais domesticadas pela teoria (TELLES, 2006; PAOLI; RIZEK, 2007) e que, nesta tese, nos empenhamos em descrever e analisar ao olharmos para os modos pelos quais os indivíduos têm sido enredados pelos discursos e demais mecanismos de poder da *gestão do comércio popular*.

Compartilhamos da hipótese de Lautier (1998) que sugere como imagem representativa dessa gama de alternativas a sobreposição de “circuitos compartimentados” (*circuits cloisonnés*), através dos quais os indivíduos rotacionam rapidamente por posições, atividades e formas de trabalho diversas, sem, contudo, conseguirem escapar de um persistente padrão de vida marcado pela necessidade de estarem no *corre* constante, processo que alcança atualmente tanto os mais jovens como os mais velhos. Lembremos o que Francisca relatou como sendo uma das bases de seus ensinamentos a seus filhos: “não pode parar”.

Através de uma dinâmica em que se corre constantemente sem sair do lugar, são postos em risco, de forma percebida como constante ou oscilante, os elementos mais fundamentais da reprodução da vida. Mesmo aquilo que é *conquistado* com o próprio suor — a exemplo do lugar de moradia — não deixa de estar sob ameaça. Se não há direitos em seus horizontes ou quando experienciam as injustiças e desigualdades em suas várias formas vivas, é a constância dos riscos de estarem vivos que lhes cobra a postura e o estado mental correspondentes à constante necessidade de especulação (ELIAS, 1980).

Assim se preparam para experienciar e conceber a vida de trabalho, ao mesmo tempo, como um espaço de incertezas — onde devem se habituar às ansiedades da perene situação de insegurança, se dispondo às constantes readaptações (STIEGLER, 2019) de seus arranjos —; e um campo de batalhas — onde percebem-se continuamente à prova de fogo, colhendo os resultados de cada uma de suas decisões nos limiares entre a vida e a morte (HIRATA, 2014). Daí o significado da “luta”, “guerra” ou “guerreiro”, termos que os sujeitos frequentemente mobilizam para definirem e darem sentido a suas tortuosas carreiras profissionais e, outras vezes, sem exageros, a dificuldade de manterem o sustento do grupo familiar.

Assim, não bastaria constatar os embaralhamentos de uma ordem social supostamente preexistente para compreendermos os expedientes contemporâneos de mobilidade, mas levar em conta temporalidades e definições diversas que dariam legibilidade aos processos. Por isso, partimos das definições da realidade tal como os sujeitos nos apresentam como aposta metodológica para abrangermos as “costuras” entre as diversas esferas da vida social (TELLES; CABANES, 2006; CABANES; RIZEK; TELLES, 2011; BIRMAN, et al., 2015), buscando compreender como seus diferentes aspectos, como habitação, atuação política, gênero, religião, constantemente se redefinem nestas interseções. Isso se expressa empiricamente inclusive pelos efeitos das *injunções contraditórias* (GEORGES; VIDAL, 2012; GEORGES, 2014) — concebidos frequentemente como momentos de crise — em que os

trabalhadores pobres frequentemente se encontram forçados a se reorganizar e priorizar as diversas dimensões fundamentais de suas existências para seguirem em frente.

Neste ponto, a desigualdade de gênero reaparece como referência para seguirmos os fios dessas costuras. São as mulheres que se responsabilizam pelos dilemas que se impõem e cuja “resolução” (no geral) de caráter provisório, frequentemente, apenas postergam outras crises familiares. Em tais situações, as ações concretas do trabalho produtivo e reprodutivo se tornam inseparáveis, tratando-se simplesmente da dura tarefa de manter o bem-estar de si própria e dos seus entes (ARAÚJO FILHO, GEORGES, 2021).

Deste modo, o acesso a benefícios de políticas sociais também deve ser considerado como parte integrante das estratégias. Tanto seu acionamento (por vezes experienciado como uma *conquista* em nome da manutenção do grupo familiar), quanto sua eventual perda, alteraram significativamente as condições de vida. Podem, nesse sentido, também provocar modificações importantes nos percursos socioprofissionais, seja tornando algumas das tomadas de decisão mais urgentes, seja alterando em substância as opções das agentes (ARAÚJO FILHO, GEORGES, 2021).

Neste texto, o tema dos benefícios sociais não se insere em um debate acerca dos direitos ou garantias “por lei”, senão a partir dos agenciamentos propiciados “através da lei” e do que suas zonas cinzentas propiciam enquanto espaços de disputa em que os indivíduos buscam participar (MINASSIAN, 2011). A efetividade dos direitos se revela principalmente no âmbito dos usos que os sujeitos fazem deles para a composição da renda e/ou recurso para a mobilidade, isto é, como meios para se “mudar de situação”.

Dadas as potencialidades interpretativas das análises de trajetórias, o tema do comércio ambulante também serviu como porta de entrada para a compreensão das articulações entre diferentes esferas da vida social, a partir do que expressavam nas entrevistas para embasarem a representação de si e de suas lutas. A seguir levantaremos duas questões que emergem como hipóteses da análise conjunta das trajetórias de Carolina, Ruth e João, e que foram elaboradas tendo em vista a hipótese de que o comércio ambulante pode ocupar um papel decisivo para os traçados das mobilidades horizontais/laterais e, não raro, sendo mobilizado como recurso de desatamento (sempre provisório) das *injunções contraditórias*. Nesse caso, mais do que um tema de pesquisa, o comércio ambulante se converte em um tópico guia para a análise dessas interseções. Dessa forma, ambos pontos trazem em um comum a recolocação do tema do trabalho para a compreensão das estratégias de vida e composição das trajetórias: primeiro, com

relação ao acesso às políticas sociais e, em seguida, com relação à organização familiar e os papéis de gênero.

(1) O primeiro ponto que merece ser levantado consiste na importância dos benefícios sociais como parte integrante das estratégias de organização econômica das famílias. Contudo, não gostaríamos de ressaltar essa importância pelo prisma das vulnerabilidades ou das “faltas”, senão pela agência social (GEORGES, SANTOS, 2016). Nesse caso, destacamos a forma como seu acesso se configura frequentemente como elemento crucial de condicionamento das mobilidades horizontais/laterais, se adequando às estratégias de busca pela renda através do trabalho. Mais precisamente, pelo que as trajetórias analisadas indicam, gostaríamos de pontuar como o acionamento dos benefícios frequentemente foi ajustado às possibilidades de atuação dos sujeitos na condução de suas atividades “por conta própria”.

Como já abordado anteriormente, identificamos que, de forma geral, os sujeitos desta análise demonstraram depositar maior esperança de ascensão social e “realização profissional” nas alternativas fora do assalariamento, isto é, na possibilidade de montarem um “negócio próprio” o que ocorre exemplarmente nos casos de Toni e Ruth. Nesse nível, devemos relacionar o “desejo por autonomia e independência” (BUREAU, CORSANI, 2014) sempre vinculadas à percepção dos próprios sujeitos a respeito de suas possibilidades no mercado de trabalho como um todo, mas principalmente atentando à narração de suas experiências precedentes no mercado de trabalho formal. Quando analisados de perto, não tratamos, portanto, de histórias de desemprego prolongado ou de “exclusão” do mercado de trabalho, mas, mais precisamente, pelo que indicam as percepções dos sujeitos a respeito de estarem presos a posições pouco prestigiosas e mal remuneradas. Além disso, em ambos os casos, os sucessivos empregos pelos quais passaram ao longo de suas vidas lhe remetem ao adoecimento físico e mental, à discriminação e, principalmente, à falta de perspectiva de melhoria de vida. Na perspectiva de Ruth e Toni, cada qual com suas explicações próprias a respeito de diferentes circuitos do mercado de trabalho, o emprego fixo e regulado lhes parece enrijecer seus horizontes de possibilidades, e foi através do trabalho autônomo que buscaram reelaborar e explorar novas alternativas.

Da perspectiva desses trabalhadores, ainda que tenham tido acesso ao emprego formal — e, no caso de Toni, à formação técnica-profissionalizante — o trabalho autônomo somente se consolidou como alternativa viável, capaz de sustentar a família e suas expectativas de

mobilidade social, quando seus ganhos foram combinados aos dos benefícios sociais¹²⁷. Nesta composição, a estabilidade de recebimento dos benefícios previdenciários tende a equilibrar os riscos e incertezas típicos do trabalho autônomo em suas variadas formas. Se em empreendimentos mais próximos à forma empresa, com endereço fixo — como o bar e o restaurante de Ruth, ou a *lan-house* de Toni — a organização das atividades requer maior planejamento e maiores montantes para investimentos; o comércio ambulante, em comparação, apresenta-se como uma alternativa mais rápida de entrada, servindo também como meio de “recuperação de dinheiro” (termo usado por Ruth), fundamental para a recomposição de suas estratégias após uma situação de crise. Argumentamos que o acesso aos montantes financeiros desses benefícios não somente auxilia a organização dos dois tipos complementares de trabalho, como também pode funcionar como elementos decisivo para se investir em uma atividade autônoma, principalmente nos casos em que essa atividade confere baixos rendimentos.

Podemos elencar pelo menos dois efeitos principais da combinação específica do comércio ambulante com os benefícios sociais para as dinâmicas de trabalho. Primeiramente, a conquista do benefício pode propiciar na diminuição da intensidade ou tempo dedicado ao trabalho (entre suas várias entradas), como ocorre com Ruth no momento em que deixa seu último emprego assalariado e passa a receber o auxílio-doença (que ainda foi combinado com o auxílio de seu marido adoentado). Se naquele tempo o comércio ambulante servia apenas como complemento de renda, a perda do benefício anos mais tarde, por sua vez, a empurrou à *rua*, desta vez fazendo com que se tornasse vendedora ambulante em tempo integral.

Outro tipo de efeito do recebimento de benefícios sociais é a possibilidade de propulsão dos “negócios próprios”. Vimos, com a trajetória de Toni, que ele intercala períodos como empregado assalariado e autônomo, ativando seu direito ao BPC quando lhe convém: seja enquanto estava desempregado ou quando mantinha uma atividade autônoma/informal, por exemplo, quando abriu uma *lan house* na garagem de casa ou quando se tornou vendedor ambulante. Mesmo que a “incapacidade para o trabalho e a impossibilidade de prover seu próprio sustento” (LOAS) sejam pressupostos para o acesso a este direito, enquanto deficiente físico e cadeirante, sua inclusão é praticamente garantida por meio dos procedimentos médico-legais vigentes da Previdência Social. Toni então converte a invisibilidade institucional que

¹²⁷ Tratamos aqui, de forma mais precisa, de benefícios assistenciais mais robustos, como o BPC (como no caso de Toni) que confere ao beneficiário um salário-mínimo; ou o auxílio-doença (como no caso de Ruth), cujo valor depende das contribuições precedentes do beneficiário, mas que, no caso dos assalariados, tende a se aproximar de um salário-mínimo

caracteriza o trabalho informal para benefício imediato próprio. Em outras palavras, perante o Estado, Toni recorre a seu *status* de deficiente físico que, por sua vez, o confere mais direitos e vantagens econômicas do que o *status* de trabalhador.

Importante ressaltar que ele se utiliza dos benefícios previdenciários não somente para simplesmente se manter trabalhando, mas também como recurso de aumento da rentabilidade do negócio, podendo inclusive engajar um ajudante para aumentar sua margem de lucro. Uma vez que é assegurado com uma parte fixa de seus rendimentos mensais, pode assim se lançar mais ao risco do que a grande parte de seus concorrentes diretos, por exemplo comprando mercadorias de maior valor agregado, que lhe conferem, em média, um maior ganho relativo.

Vale lembrar ainda que, além do BPC, uma vez que é formalmente reconhecido como deficiente físico, Toni acessa outros direitos ligados à mobilidade que contribuem para o funcionamento de seu negócio na rua, como a gratuidade tanto em viagens diárias intra-urbanas (para seu ajudante e para si próprio), quanto interestaduais, para buscar mercadorias mais baratas em São Paulo. Isso sem contar que, tal como já discutimos, enquanto cadeirante, encontra condições relativamente facilitadas tanto de entrada quanto de permanência de trabalho na rua, resultado de um jogo de moralidades que perpassa a operacionalização cotidiana de um *controle negociado* (ARAÚJO FILHO, 2016a) e que está assentada nas interpretações populares acerca dos direitos ao trabalho.

2- Outro ponto que gostaríamos de ressaltar decorre da observação da maneira com que as mulheres das classes populares narram suas próprias trajetórias laborais de forma intrincada à esfera doméstica e da família. Ter escutado Ruth e Carolina contarem sobre como experienciam o comércio ambulante pode dar acesso a aspectos subjetivos fundamentalmente distintos da visão masculina dominante acerca do engajamento em um trabalho “marginal”, ainda que, tanto para homens quanto para mulheres, a explicação econômica-material seja similar: a composição da renda, “levar dinheiro para casa”. Ao olhar para as trajetórias de mulheres, constatamos como o comércio ambulante se adequa às múltiplas responsabilizações que recaem a elas, em especial às mulheres pobres e negras. Do ponto de vista da construção de suas narrativas, observamos que o engajamento nessa atividade também foi mobilizado como uma forma de expressar suas possibilidades de efetivamente agir diante às circunstâncias.

Neste ponto, inspiramo-nos na hipótese de que os núcleos domésticos das classes populares têm restado como um dos últimos espaços de resistência dos indivíduos face o progressivo enfraquecimento das mediações sociais, em especial pelo trabalho regulado, que

assegurariam sua proteção. Uma vez que as respectivas histórias das famílias não se fecham em si mesmas, mas dizem respeito tanto às articulações com o “tempo social” que atravessam, quanto às relações internas da família (CABANES, 2006), pudemos tomar essa perspectiva para compreender alguns dos alcances das transformações do capitalismo. É, portanto, nessa sobreposição de âmbitos — entre os espaços público e privado — que as relações de gênero se constroem e configuram em uma perspectiva importante acerca das mobilidades e, mais amplamente, das formas de dominação (GEORGES, 2001, 2004).

De maneiras diversas, assumindo papéis de mães, esposas ou filhas, as mulheres frequentemente são postas a tomarem a frente do cuidado e bem-estar de seus entes próximos, bem como do funcionamento do ambiente doméstico. A exemplo do que observamos nas histórias reconstituídas, o cuidado do lar passa também pela responsabilização, em última instância, pelo sustento financeiro da casa. Mesmo nas situações em que não ocupavam a posição principal de chefe da família, não sendo, assim, reconhecidas socialmente como as provedoras do lar, as mulheres frequentemente se puseram como as “barras de sustentação” quando seus maridos e pais “quebravam” (adoecimentos, abandonos, desemprego, etc), tornando-se, às vezes subitamente, as responsáveis pela geração de renda.

Se compararmos as gerações dos entrevistados e de seus pais, veremos que essa lógica tem persistido ao longo do tempo. Na geração anterior, temos como exemplo os pais de Toni, Ruth e Francisca. Principalmente no passado, o trabalho doméstico consistia no trabalho feminino que permitia, com certa facilidade, que as mulheres pudessem entrar e sair de empregos quando fosse necessário, bem como aumentar o número de horas trabalhadas como meio de fazer face às crises financeiras. Além disso, a disponibilidade desse tipo de atividade permite que as mães de família se mantenham, em longo prazo, em constante busca pelos elementos mais básicos do sustento do grupo, como a moradia, seja de forma mais solitária ou como parte de um grupo (como um movimento social). O comércio ambulante, então, pode ser compreendido em paralelo a outras atividades de rápida adesão e baixo custo de entrada, que têm essa mesma função para o reequilíbrio familiar, mediante a força de trabalho feminina.

De toda forma, importa reafirmar que, para as mulheres, o acionamento do comércio ambulante como “saída de emergência” (CABANES; RIZEK; TELLES, 2011) pode ocorrer de modo a forjar ou substituir seus planos profissionais sem que isso lhes pareça, *a posteriori* (BOURDIEU, 2006), um retrocesso em suas trajetórias profissionais, o que está expresso na

construção narrativa das “carreiras morais” (GOFFMAN, 1959) tanto de Ruth quanto de Carolina.

Em outro nível, isso ocorre sem que seus esforços em nome de seus percursos profissionais e em nome da família sejam percebidos como dimensões concorrentes, já que os objetivos por trás de suas decisões nestes dois âmbitos são imbricados. Esse é o caso da vivência de Carolina nos movimentos sociais por moradia, em busca de um teto para viver; e também o caso da luta de Ruth pela saúde e vida de seus familiares adoentados. Em ambos os casos, suas carreiras orbitam em torno dessas lutas, de forma a elas se subsumam suas decisões e possibilidades no âmbito do trabalho e renda. No caso de Carolina, aliás, seu envolvimento com as práticas de militância que se deu primeiramente “pela necessidade”, posteriormente, abriu a ela as portas para seu primeiro emprego assalariado (como assessora parlamentar), que, apesar de tardio, lhe confere um senso de futuro profissional, isto é, para além da vida de *torera*.

O comércio ambulante ocupa lugar semelhante a outras ocupações precárias destinadas principalmente às mulheres negras, como os trabalhos domésticos e de cuidado (SORJ, FONTES, 2012). O ponto de vista das entrevistadas indica a um leque pobre de opções profissionais, circunstância que elas aprendem a lidar desde a infância. Essas opções ainda são permeadas pelo peso moral que suas “escolhas” acarretam. Nesse sentido, a entrada no comércio ambulante foi situada, e justificada, frequentemente como a escolha de um “trabalho honesto” possível, como forma de responder às *injunções contraditórias* em que cada uma delas se encontrava em cada momento decisivo de suas vidas.

Os momentos de crise se apresentam em suas histórias — seja de forma reiterada e oscilante, seja de forma contínua — de modo estruturante para a percepção dos próprios sujeitos acerca dos limites e alcances de suas capacidades de *agir* diante as circunstâncias, por mais adversas que sejam. Nesta perspectiva, a força de vontade para “correr atrás” ganha centralidade para a narrativa moral. Ela é assumida como um atributo atemporal compatível, por sua vez, à noção de “trabalho honesto” que os vendedores ambulantes, de forma geral e frequentemente, mobilizam no intuito de demonstrarem a legitimidade de suas ocupações, isto é, chamando mais atenção para o peso da decisão pelo trabalho do que pelo conteúdo dessas atividades.

Tendo, em ambos os casos, nascido e permanecido nas classes populares, Ruth e Carolina extraem seus principais acertos na vida justamente das situações mais adversas pelas quais passaram junto de suas famílias. Se frequentemente ressaltam aquilo que elas tiveram que abrir mão ou deixar de fazer, é na força de vontade de recomeçar, tentar ou criar algo novo que

elaboram a nobreza de suas lutas individuais (BOURDIEU, 2006). As trajetórias analisadas oferecem várias situações ressaltadas pelas entrevistadas que remetem a isso. Um exemplo expressivo está no episódio da perda do restaurante de Ruth, no momento da doença grave de seu marido, ressignificada por ela como uma oportunidade de “troca” que, ao fim, o garantiu sua sobrevivência e a coloca, novamente, a trabalhar como ambulante. De outra forma, também podemos citar o relato de Carolina sobre a adoção de sua filha, situação narrada como um reflexo do que ela mesma experienciou na infância. Mesmo vivendo em uma situação de insegurança financeira, amparada por não mais que uma casa de conjunto habitacional em seu nome, ela então decide pelo “resgate” da menina. E afirma: “eu sou mãe por opção”.

Há de se considerar também que o senso de satisfação pessoal parece mais palpável e a noção de sucesso parece mais convincente no contexto de uma conversa com um pesquisador branco e de classe média quando elas se narram como filhas, mães e esposas do que simplesmente como trabalhadoras. Entretanto, não é como se o trabalho perdesse sua importância na construção de suas narrativas, mas, ao contrário, é nesse âmbito que conseguem demonstrar que se desdobraram, representando sua agência individual nos momentos mais complicados. Nesse sentido, as entrevistadas elaboram um senso de dever cumprido para suas trajetórias de vida que, no caso das mulheres, incide frequentemente em resoluções expressas no âmbito doméstico, mas que se fazem possíveis através das escolhas feitas e desfeitas ao longo de suas trajetórias de trabalho.

Em função do reforço destas moralidades veiculadas ao longo da narração de suas próprias histórias, os diferentes tipos de batalhas têm seus significados convergidos haja vista as situações em que são relatadas. Frente a um pesquisador interessado em conhecê-las, a princípio, como ambulantes, é no sofrimento para se manter trabalhando nas ruas — na *tora* — que os sacrifícios vividos em cada uma de suas respectivas vidas parecem se condensar. A condição de quem vive na *tora*, lutando para trabalhar, extrapola o próprio domínio das atividades de trabalho ou da condução racional de uma profissão. Representa, simultaneamente, experiências da classe trabalhadora no Brasil contemporâneo e o papel (ou as missões) que os sujeitos cumprem nas dinâmicas familiares. Uma fala singela de Carolina em entrevista atinge este ponto com precisão: “Batalhei demais, graças a Deus”.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese debateu a hipótese de que a presença massiva do comércio ambulante nas cidades brasileiras não figura simplesmente como um resquício de um tempo passado, mas como uma questão a ser compreendida a partir de suas configurações no tempo presente. Entendemos que o estudo de uma “velha ocupação” sobrevivente no capitalismo reconfigurado (LIMA, 2014) pode nos levar a respostas importantes acerca das dinâmicas do trabalho na contemporaneidade. Isso porque, ainda que o comércio ambulante remeta a um tipo de trabalho que (apenas aparentemente) “parou no tempo”, o exame do conjunto de fatores que condicionam sua permanência nos centros urbanos informa sobre novas formas da prática ser concebida subjetivamente por aqueles que a desempenham. Além disso, também aponta para novas funcionalidades que as situações de informalidade, precariedade e pobreza aderem para a fase atual do capitalismo, nos provocando a refletir sobre a profundidade das desigualdades sociais e seus modos de reprodução.

Dessa forma, se nosso interesse inicial estava centrado no trabalho — a partir das heterogeneidades e dos jogos de poder próprios do que concebemos por *sociabilidade de rua* —, nossos esforços de pesquisa, orientados pela abordagem multiescalar, possibilitaram dar outros alcances aos dados coletados. Ao seguir nosso objeto, e as cadeias de condicionantes que o cercam, pudemos refletir sobre alguns dos aspectos “de ponta” do capitalismo globalizado que fazem das cidades brasileiras terrenos férteis para seu avanço. De forma resumida, o comércio ambulante configurou-se como um mote para compreendermos as formas de encaixe entre as políticas de reordenamento urbano, a questão social e a emergência dos mercados da pobreza (ou da mercantilização do social) que, diante desses novos prismas, reacomodam a forma com que as atividades de trabalho são vividas e concebidas pelos sujeitos pertencentes às camadas populares.

Escolhemos Belo Horizonte como *locus* empírico da pesquisa. Mais precisamente, o trabalho de campo foi realizado no baixo-centro, região dessa cidade onde o consumo popular é historicamente pulsante. A abordagem etnográfica nos levou a observar, descrever e analisar o comércio ambulante a partir das configurações locais, tendo em vista as características vigentes do exercício da regulação estatal, as composições dos mercados e, por fim, as variadas formas de engajamento dos indivíduos na atividade nos dias de hoje.

No curso de nossa pesquisa, nos empenhamos em des-homogeneizar (CROSSA, 2016) o que se entende por comércio popular, nos levando, assim, a destrinchar as diferentes práticas de trabalho que, na maior parte das situações, estão condensadas às noções de comércio ambulante ou camelô. Buscamos identificar como as diferentes práticas se associam, se complementam ou se conflitam. Assim, dentre as inúmeras possibilidades que o campo ofereceu para lermos suas diversidades, seguimos como referência os códigos “nativos” acerca dos crivos do controle estatal, haja vista a premissa de que não há como estudar uma atividade de trabalho historicamente marginalizada sem levar em conta os impactos das formas de regulação sobre a organização dessas práticas.

Tendo isso em vista, ao invés de nos voltarmos ao estudo dos grupos de comerciantes populares “incluídos” pelos mecanismos vigentes de formalização, tomamos como objetos de nossa investigação os *toreros*, sujeitos que representam as “sobras” dessas políticas, aqueles que persistem nas ruas tensionando as normas sob a forma cotidiana de suas práticas de trabalho. Portanto, nossa perspectiva acerca das políticas de formalização — e mesmo sobre os shoppings populares — se deu a partir da *rua*, às margens da produção do ordenamento urbano.

Para estudar o comércio ambulante em Belo Horizonte nos dias de hoje, foi preciso também nos voltar ao passado para melhor analisar sua composição. Assim, esta tese também resulta de um esforço de reconstituição das *memórias coletivas* (HALBWACHS, 1990) do comércio de rua, incrustadas nas calçadas, praças, passarelas, esquinas e outros espaços povoados por vendedores ambulantes há décadas em Belo Horizonte. Primordialmente, voltamo-nos a mapear suas heterogeneidades em termos das formas de organização e efetivação do trabalho, como a respeito dos tipos de mercadorias, táticas de vendas e negociação com agentes de controle, relações de trabalho, modalidades fixas ou móveis, arraigamento no espaço urbano, etc.

Buscamos também captar a história desse ofício em paralelo às análises sobre o desenvolvimento das tecnologias classificatórias e regulatórias operadas pelo Estado nessa cidade. Isso nos levou a compreender a *rua* como um espaço social onde coexistem práticas, mercadorias, sujeitos considerados circunstancialmente mais ou menos formais/informais, mais ou menos legais/ilegais, mais ou menos aceitos moralmente. Não tratamos dessas variedades como falhas de governança. Ao contrário, os dispositivos que operam através de zonas cinzentas conformando “legalidades ambíguas” (HAYDEN, 2018), ou “legalidades negociáveis” (TUCKER; DEVLIN, 2019), são resultantes de um processo de constante

balanceamento das articulações entre o funcionamento dos mercados e o fazer do Estado pelas margens (DAS; POOLE, 2004).

Haja vista a expansão dos circuitos econômicos e redimensionamento das economias informais/populares a nível transnacional (RABOSSI, 2004; PINHEIRO-MACHADO, 2011), nesta pesquisa olhamos para como os mercados se consolidaram nas grandes cidades a partir da abertura de possibilidades de trabalho e renda para os mais pobres, mas também de oportunidades de negócios “inovadores” para os mais ricos. A inundação dos mercados populares com produtos vindos do Paraguai na passagem dos anos 1990 para os 2000 e, na década seguinte, com a entrada dos produtos chineses, marcam bem esta virada. Localmente, como uma relação em cadeia, a intensificação das atividades de comércio popular amplia a visibilidade do trabalho ambulante como um problema de interesse público, gerando maior demanda por ordenamento urbano o que, por sua vez, como uma expressividade do contexto do capitalismo neoliberal, torna o combate e a ressignificação do comércio popular como fundamentos de um nicho de negócios. Compreendemos esse movimento enquanto expansão das fronteiras de acumulação capitalista a partir da mercantilização das situações de pobreza e informalidade (ROY, 2010).

Demonstramos, a partir da análise das Operações Urbanas implementadas em Belo Horizonte, que a reprodução do problema do comércio ambulante e a formulação de suas soluções são etapas de uma mesma ordem. Localmente, de maneira vinculada aos discursos acerca da requalificação urbana, essas políticas público-privadas propuseram uma “modernização” do comércio popular, buscando desvinculá-lo da imagem “tradicional” e estigmatizada do vendedor ambulante. Desde uma perspectiva crítica à retórica em que se embasam, observamos que elas não funcionam para suprimir os circuitos populares, senão para disputar e canalizar suas potencialidades políticas e econômicas (DINES, 2009; GONZÁLEZ; WALEY, 2013; RANGEL, 2019b).

Nesse sentido, observamos como o emprego das noções de informal/formal e informalidade/formalidade, se não mais funcionam como ferramentas explicativas, no sentido de servirem como lentes para diferenciações nas formas e conteúdos do trabalho, e seus efeitos sobre a estratificação social (MACHADO DA SILVA, 2002), ainda demonstram, contudo, terem validade instrumental quando se configuram em categoria mobilizadas politicamente. Nesse sentido, retomando as contribuições de Oliveira (1987), argumentamos que o “movimento” de “modernização” do comércio popular não se trata, portanto, de uma aceitação

daquilo que antes era rechaçado, mas uma ressignificação necessariamente parcial do espectro das informalidades que passa a conter, um polo virtuoso ligado à emergência de um empreendedorismo supostamente mais inclusivo; e outro polo que corresponde às práticas não aceitas e passíveis de criminalização. Nosso trabalho buscou discutir o funcionamento da *gestão do comércio popular* pela premissa de que essas duas dimensões das informalidades correspondem a utilidades complementares.

Dessa forma, seria enganoso associar a persistência do comércio ambulante em nossas cidades a algo que simplesmente permanece intacto no percurso da história. Nossa pesquisa demonstra que o trabalho ambulante contemporâneo, e tudo aquilo que o constringe e o define na prática, estão relacionados ao contexto mais geral das mudanças sociais, como um produto do constante movimento de reequilíbrio das forças (ELIAS, 1994). O reforço do comércio ambulante como um problema de caráter urgente também é fruto de nossos tempos, em que as frentes de ação estatal se recompõem em função da diversificação dos atores envolvidos (dos setores público e privado) e da proliferação de mercados provenientes da emergência de novos pontos de interesse em comum entre eles (HIBOU, 1998).

Para além dos lojistas estabelecidos nas áreas centrais, antigos financiadores do combate ao comércio ambulante, identificamos a participação de outros atores que, de formas diversas, movimentam o mercado da criminalização do comércio ambulante e extraem seus quinhões dessa “mina de ouro”. Podemos citar como exemplo os agentes do mercado imobiliário que se beneficiam da liberação dos títulos de potencial construtivo proveniente das Operações Urbanas; as instituições de segurança pública (Guarda Municipal e a Polícia Militar) que passam a participar cada vez mais ativamente da fiscalização sobre ambulantes — acumulam mais funções, ganham mais atenção dos setores políticos e empresariais, recebem mais investimento —; as empresas que fecham contratos milionários anualmente com a prefeitura para fornecerem a mão-de-obra terceirizada encarregada pela fiscalização urbana; e, claro, os grupos empresariais que implementam os shoppings populares, negociando sua implantação às prefeituras como um elemento indispensável para um método de enfrentamento à questão do comércio ambulante vendido por eles como inovador.

Como vimos, a emergência dos shoppings populares se constitui em elemento central para compreendermos as novas formas de encaixe que caracterizam a gestão dos conflitos sociais através dos mercados. De imediato, esses espaços (físicos) serviriam para abrigarem os “ex-vendedores ambulantes”, expulsos de seus locais de trabalho, mas não apenas. Uma vez

estabelecidos, esses espaços (institucionais) funcionam como plataformas de exercício do comércio popular em sua versão relativamente mais legalizada e ordeira. Dessa forma, servem bem à expansão dos circuitos mercantis uma vez que podem se tornar receptáculos e dispersadores regulares de um volume de mercadorias ainda maior do que existia antes deles. Apesar do que parece justificar o investimento público direto nessas entidades privadas, qual seja, a oferta de circunstâncias de trabalho menos precária do que no comércio realizado na rua, observa-se que a implantação dos shoppings populares visivelmente não substituiu o comércio ambulante.

A *tora*, isto é, o comércio ambulante que persiste em atividade mesmo nos cenários mais adversos, se constitui no elemento que tensiona os mecanismos institucionais de controle, mantendo-se, contudo, como o substrato que nutre o funcionamento regular de mercados diversos. Longe de ser uma evidência da fraqueza do Estado, a privatização da violência para fins econômicos e a privatização dos recursos econômicos através da violência podem ser interpretadas como características de uma gestão particularmente astuciosa do conflito social (HIBOU, 1998, p. 164).

Primeiramente, como observamos pelo caso de Belo Horizonte, sem necessariamente terem que provar sua efetividade nesse sentido, os shoppings populares se difundem como tecnologias de controle “socialmente responsáveis”, pois estariam promovendo a “inclusão produtiva” por meio do empreendedorismo, o que, por sua vez, justificaria a repressão nas ruas.

Em segundo lugar, a implantação desses novos espaços se valida também como promotora do desenvolvimento local: do ponto de vista mercantil, ao invés de suprimirem os circuitos populares, a implantação de shoppings populares os estimula. Sua emergência representa, então, a expansão e a diversificação dos espaços e formas de consumo, das possibilidades de trabalho, intermediações e negócios no comércio popular, isto é, expandindo os limites da *rua*.

Portanto, seguindo a circulação de mercadorias e trabalhadores, shoppings populares e *rua* não se opõem, mas se articulam em favor da manutenção desses circuitos. Os shoppings, como vimos, não se restringem ao varejo, mas cumprem inclusive um papel de intermediação importante para a circulação contínua e massiva de mercadorias ilegais a serem distribuídas, em seguida, nas ruas. Observamos, com isso, que, mesmo nas configurações atuais, a força de trabalho da multidão (ABÍLIO, 2011, 2020) de *toreros* segue sendo fundamental para o

funcionamento desses mercados, em especial àqueles que são principalmente marcados pelo caráter da ilegalidade.

As metamorfoses do comércio popular às quais nos referimos se efetivam pelos sucessivos ajustes das formas de gestão, mas, paralelamente, pela gradual assimilação dos sujeitos às mudanças das regras do jogo. Observar a incessante recomposição das estratégias de vida dos indivíduos dos meios populares e as narrativas que tecem sobre ela nos oferecem uma perspectiva sobre os impactos, objetivos e subjetivos, das circunstâncias de um tempo para um grupo social. Por esse ponto de vista, as mudanças de contexto se expressam tanto em alterações imediatas nos planos de ação dos sujeitos, como também, em outro nível, na maneira com que compreendem seus lugares no mundo, fazendo-os reimaginar suas possibilidades de ação, seus futuros e de seus grupos familiares.

Nesse sentido, através da análise de trajetórias, observamos como a mudança do modelo de formalização, que acompanha o processo de “modernização” do comércio popular no início dos anos 2000, figurou como um momento de inflexão para os trabalhadores de rua que o atravessaram, incluindo aqueles que persistiram nas ruas. Isso porque, até aquele momento, a estabilidade aparente da condição de “camelô licenciado”, de certa forma, competia com a condição de funcionário assalariado, especificamente com as posições menos remuneradas e prestigiosas do mercado de trabalho. Os relatos que colhemos apontaram que, comparativamente ao que se constata hoje em dia, naquela época, os trabalhadores anunciavam mais claramente terem trocado seus antigos empregos e profissões pela vida de camelô. Importante ressaltar que essa transição foi narrada, em grande parte, como uma decisão consciente, e não simplesmente como uma aventura imediatista ou uma aposta desesperada. Isso porque ainda que muito dos ambulantes começassem trabalhando sem qualquer tipo de permissão concreta, as possibilidades de algum dia se tornarem licenciados ou de se juntarem aos coletivos e feiras de rua (que nem sempre eram legalizadas, mas ainda assim ofereciam certa proteção aos vendedores) habitavam seus horizontes de expectativas. Tratava-se da procura de um tipo mais plausível de segurança e estabilidade dentro do universo da informalidade.

Já desde a criação dos shoppings populares, o tipo de estabilidade que os trabalhadores poderiam galgar através do acesso à formalização no comércio popular se alterou drasticamente. Anteriormente, as autorizações concedidas a uma parcela de vendedores de rua configuravam basicamente como um instrumento de administração do conflito urbano. Eram

as regras gerais voltadas ao disciplinamento dessas atividades e à sua acomodação aos espaços públicos que, fundamentalmente, limitavam a amplitude das possibilidades comerciais. Já nos dias de hoje, o ritmo de trabalho e as possibilidades de sustentação dos negócios dos camelôs cuja formalização foi condicionada à realocação para os shoppings não são balizados apenas pelas agendas das instituições públicas, mas também por um conjunto de entidades privadas que apostaram, direta ou indiretamente, nesse modelo de regulação. Mais precisamente, as chances de estabilização ou crescimento de um negócio alocado em box passa necessariamente pela relação de dependência que existe perante a entidade shopping.

Levando-se em conta as duas operações urbanas que analisamos na pesquisa — iniciadas respectivamente em 2004 e 2017 —, o que conflui na passagem de uma época a outra parece ser a expectativa de “inclusão” que seguiu funcionando como um artifício de barganha do Estado perante os trabalhadores. Observamos, contudo, que o “valor de troca” inscrito no artifício da formalização parece ter se incrementado desde a criação dos primeiros shoppings em Belo Horizonte: contemporaneamente, os ambulantes se depararam com um encolhimento das possibilidades de emprego assalariado, quando comparado com a situação do mercado de trabalho formal no início dos anos 2000. Assim, mais do que propriamente uma adesão ao “plano de inclusão produtiva”, tal como o programa se projetava oficialmente, a expectativa de muitos trabalhadores que se transferiram ao Uai Shopping dizia respeito a outros tipos de “ganhos”, ligados a uma “alternativa infernal” (STENGERS, 2015) que se produzia.

Em primeiro lugar, a curto prazo, tratava-se de uma forma de escapar dos riscos físicos, financeiros e jurídicos de permanecer *torando*. Em outro plano, a ocupação inicial dos boxes também foi calcada na esperança cultivada por alguns de que os pontos em que ganhariam o direito de operar viessem a se valorizar no futuro, à medida em que o shopping passasse a atrair mais clientela. Tratava-se da possibilidade de conseguirem transacionar o direito ao box dentro de um mercado imobiliário paralelo que, em outro momento, já fora altamente lucrativo. Portanto, a aposta que os sujeitos fizeram ao irem para os shoppings estava muitas vezes mais relacionada à expectativa de obterem ganhos com a comercialização dos boxes do que com o comércio pelos boxes.

Nesta tese, não buscamos avaliar o empreendedorismo social em termos da efetividade de seus discursos. Ele se impõe como tema de pesquisa na medida em que é implementado como política de Estado que mobiliza o comércio popular como seu espaço de incidência (ROY, 2005; GAGO, 2018) e os vendedores ambulantes como seu público-alvo. Como descrevemos,

a narrativa por trás da implantação dos shoppings é a de promover a conversão da “base da pirâmide” ao empreendedorismo, tal como aponta Tergilene, um dos principais porta-vozes desse “movimento”. A partir da análise da implementação da Operação Urbana de 2017, podemos dizer que Belo Horizonte se constituiu como um laboratório de experimentos do Grupo Uai, corporação que vem difundindo shoppings populares através do estabelecimento de parcerias com prefeituras por todo o Brasil, em velocidade sem precedentes. Em empresas como essa, onde há pobreza e trabalho informal, há potencialidade de negócios.

É preciso apontar que a agenda política dessas entidades se inscreve como uma das engrenagens da flexibilização do mundo do trabalho e das metamorfoses das formas de emprego. Isso se dá uma vez que a assimilação pública de um tipo relativamente aceito de informalidade através dos signos do empreendedorismo popular remonta a um deslocamento das relações de emprego e subordinação mediadas pelo direito, em favor de outros tipos de “proteção”. De modo mais geral, o financiamento do empreendedorismo para as classes populares acelera a ressignificação da precarização do trabalho. Deparamo-nos, através do caso analisado, com a operacionalização concreta de estratégias políticas voltadas à projeção de um “novo trabalhador”: adaptado ao desemprego, aos riscos e às inseguranças, como apontou Machado da Silva (2002). Nas palavras do autor:

Resumindo e simplificando, projeta-se a imagem do “novo trabalhador” como um ser que substitui a carreira em um emprego assalariado de longo prazo pelo desenvolvimento individual, através da venda de sua força de trabalho (ou da alocação de seu esforço como produtor direto) em uma série de atividades contingentes, obtidas através da demonstração pública da disposição e competência para práticas econômicas em constante mudança, isto é, sempre como empresário de si mesmo (MACHADO DA SILVA, 2002, p. 105).

Na última década, muitos autores buscaram compreender a incorporação paulatina do empreendedorismo nas classes populares olhando para o “novo perfil” de trabalhador do comércio popular, tendo em vista as formas de correspondência (ou assentimento) dos indivíduos aos conteúdos ideológicos veiculados pelas instituições públicas e privadas diretamente implicadas nas políticas que incidem sobre esses mercados (CARRIERI et al., 2009; DURÃES, 2013; KOPPER, 2015; RANGEL, 2019). Nossa pesquisa se insere nessa discussão proporcionando um ângulo complementar acerca do espraiamento do empreendedorismo social — ou, de modo geral, do processo de “domesticação” da força de trabalho, como sugeriu Machado da Silva (2002).

A despeito da importância que a noção de trabalho autônomo e os sentidos que ela ganha frente ao enfraquecimento do ideal de assalariamento, é preciso dizer que os sujeitos que aderem aos shoppings populares não necessariamente compartilham da crença de que assim melhorarão suas condições de fazer negócios. Os dados de pesquisa tampouco apontam para o consentimento ideológico dos sujeitos como um fator decisivo nesse caso. Demonstramos que a pressão exercida sobre eles para conceberem a plausibilidade de um tipo de empreendedorismo formal no comércio popular é condicionada ao estreitamento das possibilidades imediatas de renda no espaço da rua, processo que ocorre, sobretudo, à força bruta.

Quando se trata da “base da pirâmide”, em um contexto em que as possibilidades de renda se encurtam de todos os lados, a ameaça da violência se constitui como o mais eficaz incentivo ao empreendedorismo social. Pudemos constatar isso com maior clareza ao analisar a execução de uma Operação Urbana que falha em atrair os vendedores ambulantes a se cadastrarem aos shoppings populares voluntariamente. Quando os negócios do shopping não vão para frente logo no início, a “alternativa” da formalização é percebida pelos sujeitos mais como um “aprisionamento” — um laço de dependência que se acrescenta — do que como uma oportunidade de mercado, e menos ainda como a conquista de um “direito”. O sentido da relação se inverte, inclusive, na medida em que a operação terceiriza a responsabilidade pela recuperação do shopping, que se encontravam em decadência, aos comerciantes recém transferidos ao estabelecimento.

Ora, se sabemos que a repressão ao comércio ambulante está atrelada à própria constituição dessa prática, configurando-se como extensões de processos mais amplos de marginalização e violência contra os grupos que historicamente praticam o comércio ambulante (negros e pobres), no contexto contemporâneo, as ações concretas de controle e repressão acumulam novas funcionalidades. A sua circunscrição como um problema urbano, é multifacetada, recoberta por razões fiscais, trabalhistas, de ordenamento dos espaços públicos, de segurança e, até mesmo, justificativas de ordem estética¹²⁸. Entretanto, o que nos parece central é que a formulação das soluções obedece basicamente a uma lógica de mercado. Assim,

¹²⁸ Refiro-me à concepção de que o comércio ambulante “enfeia” as cidades. Como exemplo, podemos lembrar das “maquiagens” feitas nos espaços públicos de Belo Horizonte às vésperas da Copa do Mundo FIFA em 2014 (MIRANDA, 2014). Enquanto operários recauchutavam jardins, podavam árvores, arrumavam calçadas, os agentes de fiscalização, policiais e guardas municipais se encarregavam de expulsar flanelinhas, moradores de rua, pedintes e vendedores ambulantes das regiões mais visitadas pelos turistas nesse período.

a repressão policial e as demais ações de controle ao comércio ambulante, já vigentes, são reprogramadas para atenderem às temporalidades e aos propósitos operacionais da implantação dos shoppings populares.

São os crivos que separam os trabalhos legítimos dos ilegítimos que seguem operando em novas roupagens no contexto da *gestão do comércio popular* na contemporaneidade. Se no passado (nem tão longínquo) eram as “leis da vadiagem” (KOWARICK, 2019) que operavam para punir e controlar a “população livre despossuída”, esta pesquisa destaca a renovação da *criminalização da pobreza e da marginalidade* (CAMPOS COELHO, 2005)¹²⁹, a partir da diversificação de suas tecnologias legais de classificação e modos de operação.

Esta pesquisa observou e analisou a criminalização do comércio ambulante de forma a ressaltar não somente como os indivíduos têm suas ações limitadas e suas formas de trabalho minadas. Estivemos atentos, sobretudo, aos efeitos positivos e produtivos do poder, conforme nos orienta o pensamento foucaultiano (FOUCAULT, 1999). Isso ocorre, principalmente, na medida em que a permanência de um tipo “clandestino” de vendedor ambulante se configura como premissa para o surgimento de tipo moralmente mais aceito de trabalhador no segmento do comércio popular. Nesse sentido, não é possível, por exemplo, conceber a plausibilidade de políticas baseadas no empreendedorismo social e nos shoppings populares sem que o comércio ambulante permaneça contido no espectro das marginalidades, na mira do poder repressivo estatal.

Importante retermos que a potência do empreendedorismo social como política de Estado não tem sua efetividade atestada necessariamente por sua capacidade de captura das subjetividades, mas enquanto estiver sintonizada com os diversos polos da “constelação de interesses” que conformam a *gestão do comércio popular*. Nesse sentido, destacamos que os dispositivos — discurso, saberes, políticas — que combinam o combate ao comércio ambulante com a promoção do empreendedorismo demonstram ter continuidade conforme produzem e mantêm a regularidade de mercados.

Por isso, em vários momentos da tese, mobilizamos o conceito de *mercadoria política* como instrumento teórico que nos permite compreender a *gestão do comércio popular* enquanto

¹²⁹ “Obviamente, o artigo [do Código Penal na década de 1970 que define vadiagem] penaliza (e estigmatiza) indivíduos das camadas mais baixas da população; os que estão desempregados, ainda que à procura de empregos; os que se dedicam às atividades do mercado informal de trabalhos (ocupações ilícitas, como as de biscateiro ou camelô, que não rendem tributos ao Estado); e uma considerável massa de jovens que procuram entrar pela primeira vez no mercado de trabalho. [...] Esse é o exemplo mais patente do processo de criminalização da marginalidade.” (CAMPOS COELHO, 2005, p. 284).

fenômeno fundamentalmente complexo. Referimo-nos à dinamicidade de interesses e à variedade de atores e instituições envolvidos nas redes assimétricas de troca que envolvem “custos e recursos políticos (expropriados ou não do Estado) para produzir um valor de troca político ou econômico” (MISSE, 2014b, p. 200). Esta chave de leitura torna as permeabilidades entre as diferentes esferas sociais — horizontais do ponto de vista do cotidiano dos sujeitos — analiticamente legíveis e compatíveis ao nosso esforço de realizar uma análise multiescalar do comércio ambulante.

Etapas como a repressão aos *toreros* nas ruas, a transferência para shoppings populares e até mesmo a sua impermanência nesses espaços podem ser analisadas a partir dos rastros da circulação de *mercadorias políticas*: é o poder de “estar legal” (ou parecer legal) que constantemente trafega entre os indivíduos e grupos, conferindo plausibilidade, ao mesmo tempo, para a gama de situações de trabalho e trocas. Os múltiplos operadores (de primeira ou segunda mão) da circulação desses bens integram, assim, o heterogêneo grupo de atores que extraem bens políticos e econômicos da manutenção da ilegalidade de mercadorias e de atividades.

Podemos mencionar como exemplos os subornos esporádicos ou os esquemas de propinas que enchem os bolsos de “agentes da lei” ao longo do trajeto das mercadorias contrabandeadas até as grandes cidades; a “vista grossa” que os órgãos regulatórios fazem da venda de mercadorias de procedências ilegais nos shoppings populares; e, no cerne das Operações Urbanas que analisamos, a conversão do combate ao comércio ambulante em “política de inclusão” lucrativa a seus operadores, permitindo o pagamento de contrapartidas para empresários que transformam galpões abandonados em shoppings populares ou quando “incluem” os camelôs em seus estabelecimentos.

Mas a circulação de *mercadorias políticas*, tal como nos propusemos a analisá-la, não implica a participação apenas de “agentes da lei” ou atores com grande poderio político e/ou econômico. Sem que isso seja tematizado dessa forma pelos interlocutores, as *mercadorias políticas* também são operadas regularmente pelos próprios trabalhadores uma vez que as incorporam às suas estratégias de vida. Compreendemos isto como um sinal da evolução da flexibilização do trabalho em um país situado na periferia do capitalismo.

Ainda que, via de regra, os ambulantes façam parte do lado mais frágil e vulnerável das negociações, se encarregando de seus riscos mais sérios, seria enganoso concluir que se submetem a uma dominação pura e simples. Nosso estudo buscou discutir as formas inventivas

que os *toreros* encontram para seguirem produtivos. Eles tanto não podem ser indiferentes à ilegalidade que permeia a atividade que desempenham, como também são pressionados a se apropriarem dessas circunstâncias, por mais adversas que possam ser. Inclusive, é na regularidade da circulação de *mercadorias políticas* que os sujeitos muitas vezes encontram algum grau de estabilidade financeira que não têm acesso através do trabalho regulado nem de políticas sociais. Em uma realidade em que a insegurança é regra, a *proteção*, desvinculada do universalismo da gramática dos direitos, torna-se um bem transacionável. Isso está no cerne da construção política dos shoppings populares como a única “alternativa” da maioria dos trabalhadores prosseguirem “dentro da lei”, mas também passa pela elaboração de algumas das estratégias forjadas pelos *toreros* para permanecerem tirando o *dinheiro da rua*.

Nesta tese discutimos, por exemplo, como camelôs realocados para shoppings populares alugam ou revendem seus boxes “de direito” e retornam ao comércio nas ruas. Também analisamos o caso dos ambulantes relativamente mais capitalizados que gerenciam auxiliares subordinados, seja para conferirem fachadas legais e morais às suas bancas (como o *esquema dos deficientes*), seja para expandirem sua capacidade de distribuição de mercadorias e terceirizar parte dos riscos envolvidos no trabalho ambulante (como o caso dos *guerreiros*). Observamos também que a respeitabilidade entre agentes (o “conceito da rua”), pode aumentar as possibilidades de estabilização de seus negócios, na medida em que conseguem assim negociar um tipo tácito, mas não necessariamente durável, de trégua da fiscalização. E que o oscilante poder de mobilização ou desmobilização que alguns desses indivíduos circunstancialmente detêm pode ser agenciado pelo Estado para possibilitar, ou acelerar, mudanças nas regras do jogo, inclusive concedendo vantagens particulares a esses mediadores.

Além disso, não podemos deixar de mencionar o papel que os *toreros* cumprem como força de trabalho na fragmentação e dispersão dos carregamentos de mercadorias ilegais, tornando-as, portanto, unidades vendáveis ao consumidor final, a exemplo dos cigarros contrabandeados. Neste caso, a manutenção desses mercados se converte, como uma troca, em relativa previsibilidade de ganhos para *toreros*, isto é, “os corres que [no fim das contas] pagam as contas”.

Se esta pesquisa teve o interesse de conhecer as diversas formas atuais de operação do comércio ambulante, seu desenvolvimento nos encaminhou para questões para além da problemática do trabalho, fazendo-nos questionar, inclusive sobre o próprio conteúdo dessa categoria. A análise das trajetórias sociolaborais nos proporcionou contato com os múltiplos

significados subjetivos que os interlocutores elaboram desde suas experiências concretas, a princípio, enquanto trabalhadores, mas não somente. Suas narrativas sobre si se apoiam em dimensões variadas que nos levaram a compreender, de modo mais abrangente, as formas com que esses sujeitos concebem seus “lugares sociais”. Tratou-se, portanto, de uma leitura acerca das margens de ação de indivíduos que se encontram em posição de subordinação no sistema capitalista.

Buscamos, dessa forma, dar legibilidade aos múltiplos caminhos que conformam suas mobilidades laterais/horizontais; e à variedade de racionalidades que fogem ao cálculo econômico e à noção convencional de carreira profissional. Dessa forma, exploramos analiticamente as diferentes formas dos sujeitos atribuírem sentido à tortuosidade de seus percursos de vida. Através dos relatos, nos deparamos com diferentes maneiras, inclusive, de elaborarem significados positivos e ligados à noção de sucesso às suas trajetórias, aparecendo sob as formas de conquista de autonomia, emancipação, salvação espiritual, satisfação pessoal, sensação de “dever cumprido”, etc.

Nossas análises, então, dizem respeito às subjetividades e às formas pelas quais os sujeitos se veem no mundo para além de um pertencimento imediato. Para isso, focamos em suas histórias, identidades, pertencimentos de classe, relações familiares, suas noções de origem e de futuro. Dessa maneira, nossa pesquisa buscou responder criticamente à noção de que o trabalho ambulante possa ser sintetizado como um tipo de “trabalho pela sobrevivência”, ou, dito de outra maneira, que o trabalhador ambulante simplesmente “trabalha para sobreviver”. Quando associada a uma atividade de trabalho, socialmente, marginalizada e de baixo rendimento, a noção de “sobrevivência” é mobilizada para denunciar situações de precariedade e pauperismo extremos. Contudo, a utilização desse termo, mesmo que nas entrelinhas, pode levar a uma homogeneização das experiências sociais dos sujeitos pertencentes às camadas populares, dificultando a compreensão sociológica dos dinamismos próprios do capitalismo contemporâneo, bem como das nuances das desigualdades que produz em suas várias escalas. Mesmo porque o capitalismo avança também em meio aos “dominados”, produzindo subjetivações e agenciamentos múltiplos.

Ao analisar o universo dos meios populares através do comércio ambulante, nos deparamos com um leque de moralidades, legitimidades, legalidades, formalidades, presentes inclusive no âmbito das políticas sociais, através de suas formas de implementação e dos discursos que as perpassam (GEORGES; SANTOS, 2016). São elementos que têm sua

existência ligada ao papel do Estado na administração (ou a regulação) do conflito social e que os sujeitos buscam mobilizar como recursos de viração, para além do prisma da divisão social do trabalho. Alguns deles pudemos discutir nesta tese, por exemplo, o engajamento dos sujeitos na busca pela moradia e pela saúde pública; suas inserções (profissionais ou não) no campo da política e da atuação religiosa; e também a importância dos benefícios sociais, sejam assistenciais ou previdenciários, na composição da renda das famílias que, por efeito, também impactam em suas decisões a nível profissional.

Dessa forma, não podemos deixar de mencionar como os papéis de gênero se reproduzem em encaixe às variadas facetas da viração. São as mulheres que, de forma central, se desdobram em nome da manutenção do corpo familiar, entre e através das diferentes dimensões da reprodução da vida, inclusive desatando as *injunções contraditórias* geradas, não raro, pelas próprias ações estatais (ARAÚJO FILHO; GEORGES, 2021).

Se buscamos uma compreensão tanto mais ampla quanto realista acerca do constante “correr atrás” na vida desses trabalhadores, as dimensões que mencionamos — entre tantas outras que não chegamos a abordar — não podem ser lidas enquanto dissociados entre si e tampouco desconectadas das heterogeneidades do trabalho (LAUTIER, 1998). Essa imbricação, que de forma central buscamos analisar ao longo da tese, parece ser própria da confluência das dinâmicas de reprodução das desigualdades sociais e de outros sentidos que possamos desvendar à categoria trabalho. Mais do que conclusões, a perspectiva que se conforma a partir das discussões em que nos situamos e dos resultados de pesquisa nos parece oportuna também como ponto de partida para análises que se debruçam sobre os modos de vida das populações mais pobres no contexto de capitalismo contemporâneo, seja no Brasil ou fora.

Para concluir, gostaríamos de elencar, ainda, outras questões que nos arrebataram ao longo do processo de pesquisa, mas que ainda permaneceram em aberto após sua finalização.

Elas estão relacionadas principalmente aos efeitos da pandemia do coronavírus que se espalhou pelo planeta a partir de 2020 e ainda se prolonga no segundo semestre de 2021. Ainda sem previsão de término, a pandemia causou, até o momento em que concluo este texto, pelo menos 5,4 milhões de mortes por COVID ao redor do mundo. Desse montante, apenas no Brasil, foram contabilizadas cerca de 620 mil de vítimas, tendo atingido um volume

proporcionalmente maior de pessoas negras e pobres. Em nosso país, observamos ainda um agravamento abrupto das condições de vida da população, o que também se distribui de forma desigual entre as diferentes camadas sociais. Por conta das complicações próprias da doença, mas acompanhado também por uma crise econômica e política, os índices de desemprego e inflação dispararam, tornando mesmo as condições gerais da viração também drasticamente afetadas.

É preciso ressaltar ainda que, destoando dos parâmetros globais, no Brasil, o governo federal de extrema-direita, liderado por Jair Bolsonaro (sem partido), não somente se isentou de enfrentar a pandemia, como se apropriou dela para potencializar uma política de morte. Além de ter adotado uma série de medidas que atrasaram a crise sanitária, contrárias às orientações de base científica e em contrassenso aos organismos internacionais multilaterais, o governo também se eximiu de oferecer meios suficientes para que os mais pobres e mais vulneráveis atravessassem esse período. Sem poderem ou conseguirem trabalhar, um enorme contingente de pessoas ficou, mais do que nunca, à própria sorte.

Ressalto o caso dos ambulantes de cidades por todo o país que, em momento de crise, quando mais precisavam trabalhar, foram impedidos por vários meses (e sem que soubessem por quanto tempo) a irem para às ruas devido às medidas de isolamento social, promovidas pelo poder público no intento de frear a disseminação do vírus. Se mesmo assim descumprissem as normas impostas pelas prefeituras e fossem às ruas, ou quando liberados, além de colocarem sua saúde, de suas famílias e de suas comunidades em risco, encontraram uma concorrência intensa e um mercado consumidor arrefecido.

As crises sanitária e econômica da atualidade impõem uma série de novas questões aos cientistas sociais, com relação, por exemplo, à vida nas cidades, à globalização, ao papel do Estado e às reconfigurações da “questão social”. No que diz respeito aos modos de vida das populações mais pobres, faz-se urgente uma melhor compreensão das novas encruzilhadas que se impõem aos indivíduos e famílias, em seus efeitos a curto, médio e longo prazo, levando-se em conta as oscilações que vivemos desde 2020 e também o mundo “pós-pandêmico” que se desenha no presente.

Primeiramente, com relação aos meios populares urbanos, como os indivíduos compreenderam e assimilaram este novo período de crise? De que formas reconfiguraram suas estratégias de vida — individual ou coletivamente — visando atravessarem as crises sanitárias e econômicas enquanto não demonstram evidências concretas de estarem próximas ao fim?

Tratando-se especificamente dos vendedores ambulantes, quais as saídas encontraram durante esse processo para sobressaírem e se manterem economicamente, principalmente nos piores meses da pandemia em termos dos índices de mortalidade por COVID? E que aspectos dessas “alternativas” adotadas nos informam sobre o lugar do comércio ambulante nos expedientes de viração, pensando na terceira década do século XXI?

Referências

ABBOTT, Andrew. *Time Matters. On Theory and Method*. Chicago: The University of Chicago Press, 2001.

ABILIO, Ludmila C. *O make up do trabalho: uma empresa e um milhão de revendedoras de cosméticos*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

_____. Making up exploitation: direct selling, cosmetics and forms of precarious labour in modern Brazil. *International Journal of Management Concepts and Philosophy*, v. 6, n.1-2, p. 59-70, 2012.

_____. Uberização e viração: mulheres periféricas no centro da acumulação capitalista. *Revista Margem Esquerda*, São Paulo, n.31, p.54-61, 2018.

_____. Uberização: a era do trabalhador just-in-time? *Estudos Avançados*, v. 34, n. 98, p. 111-126, 2020.

ALBA VEGA, Carlos. La mondialisation par le bas et ses formes de régulation politique, *Revue Tiers Monde*, v. 208, n. 4, p. 103-119, 2011.

ANDRADE, Luciana Teixeira de. *Ordem Pública e Desviantes Sociais em Belo Horizonte (1897-1930)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1987.

ARAÚJO FILHO, Tarcísio P. *Um olhar sobre os auxiliares de fiscalização da Prefeitura de Belo Horizonte enquanto “burocratas do nível de rua”*. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). FAFICH – UFMG, 2013.

_____. *Burocratas do nível de rua: uma análise interacionista sobre a atuação dos burocratas na linha de frente do Estado*. *Àskesis*, v. 3, p. 45-57, 2014.

_____. A linha de frente da fiscalização de práticas urbanas em Belo Horizonte: entre a discricionariedade e o empreendedorismo moral. In: CARDOSO, A. D.; VAZ, D.; BAPTISTA, L. (Org.). *Cidade global: Segregação e Espetáculo*. 1ed. Montes Claros: Editora Unimontes, 2016a, p. 275-297.

_____. *A construção de um controle negociado: o trabalho dos auxiliares de fiscalização da Prefeitura de Belo Horizonte*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016b.

_____. Os toreros em Belo Horizonte: construindo caminhos na contramão das ruas da cidade. *Cadernos CERU*, v.29, n.2, 2018.

_____. A terceirização do controle: uma análise sobre a fiscalização do comércio ambulante, entre trabalho e gênero. *Contemporânea. Revista de Sociologia da UFSCar*, v.9, n.3, p. 847-872, 2019.

ARAÚJO FILHO, Tarcísio; GEORGES, Isabel. A gestão do próprio trabalho e vida: uma discussão sobre “empreendedorismo” e gênero a partir de duas trajetórias socioprofissionais. *Anais do 44º Encontro Anual da ANPOCS*. São Bernardo do Campo, 2020.

ARBORIO, Anne-Marie. L'observation directe en sociologie : quelques réflexions méthodologiques à propos de travaux de recherches sur le terrain hospitalier. *Recherche en soins infirmiers*, v. 90, n. 3, p. 26-34, 2007.

AUGÉ, Marc. *Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 1994.

AZAÏS, Christian. De-segmentação do mercado de trabalho e autonomia: algumas palavras introdutórias », *Caderno CRH*, Centro de Recursos Humanos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, vol. 17, n. 41, p. 15-24, 2004.

_____. Mercados de trabalho e hibridização: uniformidades e diferenças entre França e Brasil. In: CAPPELLIN, Paola; AZAÏS, Christian. (orgs.). *Globalização e trabalho: perspectiva comparativa entre Norte e Sul*. *Cad. CRH.*, Salvador, v. 20, n. 51, p. 401-417, 2007.

_____. As zonas cinzentas no assalariamento: proposta de leitura do emprego e do trabalho. In AZAÏS, Christian; KESSLER, Gabriel; TELLES, Vera da Silva (orgs.). *Ilegalismos, cidade e política*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

_____. Figures émergentes. In: BUREAU, Marie-Christine ; CORSANI, Antonella; GIRAUD, Olivier; REY, Frédéric (org.). *Dictionnaire : Les zones grises des relations de travail et d'emploi*. Paris: Teseopress, p. 149-160, 2019.

AZAÏS, Christian; DIEUAIDE, Patrick; KESSELMAN, Donna. Zone grise d'emploi, pouvoir de l'employeur et espace public : une illustration à partir du cas Uber. *Relations industrielles / Industrial Relations*, v. 72, n.3, p. 433-456, 2017.

BAGGIO, Ulysses da C. *A Luminosidade do lugar - circunscrições intersticiais do uso de espaço em Belo Horizonte: apropriação e territorialidade no bairro de Santa Tereza*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BANDINI, Claudirene Aparecida de P.; SILVA, Maria Aparecida de M. Revelando o indizível na Oficina de Fuxico: uma experiência de pesquisa sobre gênero, religião e memória. *História Oral*, v. 14, n.2, p.255-282, 2011.

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. *Guide de l'enquête de terrain*. Paris: Editions La Découverte, 2003

BECKER, Howard. The Career of the Chicago Public Schoolteacher. *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 57, n. 5, p. 470-477, 1952.

_____. *Outsiders: Estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BELO HORIZONTE & O COMÉRCIO: 100 anos de história. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997.

BENJAMIN, Walter. O narrador. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 2. ed., São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. Passagens. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2019.

BERTAUX, Daniel. L'approche biographique : sa validité méthodologique, ses potentialités, *Cahiers internationaux de Sociologie*, n.69, p.197-225, 1980.

_____. A vingança do curso de ação contra a ilusão cientificista. *Civitas, Rev. Ciênc. Soc.*, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 250-271, 2014.

BIDART, Claire. Crises, décisions et temporalités : autour des bifurcations biographiques. *Cahiers internationaux de sociologie*, n. 120, p. 29-57, 2006.

BIRMAN, Patricia; Leite, Marcia; MACHADO, Carly; CARNEIRO, Sandra. (Org.). *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências*. 1ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015.

BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

_____. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral* (org.). 8ª edição, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

BRIGUGLIO, Bianca. *Cozinha é lugar de mulher? A divisão sexual do trabalho em cozinhas profissionais*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2020.

BRITO, Danyella J.M. de; AMARAL E SILVA, Marcus Vinicius; HERMETO, Ana Maria 2019. Mobilidade pendular na Região Metropolitana de Belo Horizonte: uma investigação dos diferenciais de rendimento do trabalho. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*. v.12, n.4, p.477-503, 2019.

BROMLEY, Rosemary. Informal Commerce: expansion and exclusion in the historic centre of the Latin American city. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 22, n.2, p. 245-263, 2002.

BROMLEY, Rosemary; MACKIE, Peter. Displacement and the New Spaces for Informal Trade in the Latin American City Centre. *Urban Studies*. v.46, n.7, p.1485-1506, 2009.

BURAWOY, Michael et. al. Global ethnography: Forces, connections, and imaginations in a postmodern world. Berkeley: University of California Press, 2000.

BUREAU, Marie-Christine; CORSANI, Antonella. Du désir d'autonomie à l'indépendance. *La nouvelle revue du travail*, v.5, 2014.

_____. Fabriques instituintes. In CORSANI, Antonella; GIRAUD, Olivier ; REY, Frédéric (Org.), *Dictionnaire : Les zones grises des relations de travail et d'emploi*, Paris : Teseopress, 2019, p. 139-148

BUREAU, Marie-Christine; DIEUAIDE, Patrick. Institutional change and transformations in labour and employment standards: an analysis of 'grey zones. *Transfer*, v. 24, n.3, p. 261-277, 2018.

CABANES, Robert. Espaço privado e espaço público: o jogo de suas relações. In TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert (org.). *Nas Tramas da Cidade - trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006, p. 389-428.

CABANES, Robert; GEORGES, Isabel; RIZEK, Cibele; TELLES, Vera. (Org.). *Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

CACCIAMALI, Maria C. Globalização e processo de informalidade. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 9, n. 1, p. 153-174, 2016.

CARDOSO, Adalberto; AZAIS, Christian. Reformas trabalhistas e seus mercados: uma comparação Brasil-França. *Cad. CRH*, Salvador, v. 32, n. 86, p. 307-324, 2019.

CARNEIRO, Cristianne M. B. *Os fios (in)visíveis do comércio informal: um estudo sobre os shoppings populares no Nordeste*. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional), Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2017.

CARRIERI, Alexandre de P.; MARANHÃO, Carolina Machado S. de A.; MURTA, Ivana B. Crítica ao manejo humano em Belo Horizonte. *Revista de Administração Pública*, v. 43, n.6, p. 1315-1342, 2009.

CECCHETTO, Fátima Regina; MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; MONTEIRO, Rodrigo de Araújo. “BASTA TÁ DO LADO” – a construção social do envolvido com o crime. *Cad. CRH*, Salvador, v. 31, n. 82, p. 99-116, 2018.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CIGARRO DO CRIME; Direção: João Wainer. Produção: Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP) e Vice. Youtube, Canal FNCP, 14 de mai. de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sJlh7ech6m0&t=2239s>. Acesso em: 06 ago. de 2021.

COHEN, Corentin. Development of the Brazilian Drug Market Toward Africa: Myths, Evidence and Theoretical Questions. *Journal of Illicit Economies and Development*, v. 1, n.2, p.134-144, 2019.

COMPANS, Rosa. *Empreendedorismo urbano: entre o discurso e a prática*. São Paulo: UNESP, 2005.

COSTA, Luciano R.; SANTOS, Yumi G. O “relato de vida” como método das Ciências Sociais – Entrevista com Daniel Bertaux. *Tempo Social*, v.32, n.1, p. 319-346, 2020.

COTA, Daniela A. *A parceria público-privada na política urbana brasileira recente: reflexões a partir da análise das operações urbanas em Belo Horizonte*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

CROSS, John. Entrepreneurship & exploitation: measuring independence and dependence in the informal economy. *International Journal of Sociology and Social Policy*, v. 17 N. 3/4, p. 37-62, 1997.

CROSSA, Veronica. Reading for Difference on the Street: De-homogenising street vending in Mexico City. *Urban Studies*, v.53, n.2, p. 1-15, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL Christian. *La nouvelle raison du monde. Essai sur la société néolibérale*, Paris: La Découverte, 2009.

DAS, Veena & POOLE, Deborah. *Anthropology in the Margins of the State*. Oxford: School of American Research Press/ James Currey: Santa Fé, 2004.

DEBERT, Guita. Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral. In: CARDOSO, Ruth (Org.) *A aventura antropológica – teoria e pesquisa*. São Paulo: Paz e Terra, 1997, p. 141-156.

_____. *Street Vending and the Politics of Space in New York City* In GRAAFF, Kristina ; HA, Noa (org.) *Street Vending in the Neoliberal City: A Global Perspective on the Practices and Policies of a Marginalized Economy*, New York: Berghahn Books, 2018, p. 43-58.

DIMAS, Harlan. *Street Vendors : Urban Problem and Economic Potential*, Working Papers in Economics and Development Studies (WoPEDS) 200803, Department of Economics, Padjadjaran University, revised Jun 2008.

DINES, Nick. The disputed place of ethnic diversity: An ethnography of the redevelopment of a street market in East London. In: IMRIE, Rob; LEES, Loretta; RACO, Mike (org.) *Regenerating London: Governance, Sustainability and Community in a Global City*. London: Routledge, 2009. p. 254-272.

DUBAR, Claude. A construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional. *Cad. Pesqui.* São Paulo, v. 42, n. 146, p. 351-367, 2012.

DURÃES, Bruno. Trabalho de rua, perseguições e resistências: Salvador no final do século XIX. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 4 n. 7, p. 72-93, 2012.

_____. *Camelôs globais ou de tecnologia: novos proletários da acumulação*. Salvador: EDUFBA, 2013.

ELIAS, Norbert. *Introdução à Sociologia*. Trad. Maria Luísa Ribeiro Ferreira. Braga, Portugal: Editora Pax Limitada, 1980.

_____. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994a.

_____. *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994b.

_____. *O processo civilizador*. Vol.1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994c.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.

ESPINOSA ZEPEDA, Horacio. El mercadillo rebelde de Barcelona. Prácticas antidisciplinarias en la ciudad mercancía. *Quaderns-e de l'Institut Català d'Antropologia*, Barcelona, v. 22, n. 1, p. 67-8, 2017.

FASSIN, Didier. *De l'inégalité des vies*. Paris: Fayard, Collège de France, Coleção Leçons inaugurales, 2020.

FELTRAN, Gabriel de S. Trabalhadores de bandidos: categorias de nomeação, significados políticos. *Revista Temáticas*. Campinas: Unicamp, v.15, p. 11-50, 2008.

_____. *Fronteiras de Tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Ed. UNESP. CEM Cebrap, 2011.

_____. (Il)licit Economies in Brazil: An Ethnographic Perspective. *Journal of Illicit Economies and Development*, v. 1, n.2, p.145-154, 2019.

FIGUEREDO, Fernanda O.; MORAIS, Mariana Ramos. A elite no camelódromo: o inesperado efeito da construção do shopping popular em Belo Horizonte. In: *Anais do Encontro Nacional da ANPUR*, 8. Belo Horizonte, 2004.

FORKUOR, John B., AKUOKO, Kofi O., YEBOAH, Eric H. Negotiation and Management Strategies of Street Vendors in Developing Countries: *A Narrative Review*. *Sage Open*, v.7, n.1, p. 1-13, 2017.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 27ªed. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. *Microfísica do poder*. 5ª ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz & Terra, 2017.

FRANÇOIS, Sébastien. Les vendeurs à la sauvette sur le parvis de la Tour Eiffel (observation), *Terrains & travaux*, v. 7, n. 2, p. 25-43, 2004.

FRANCISCO, Pedro A. P. *Fronteiras estratégicas: o contrabando de cigarros paraguaios no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

FREIRE, Ana Lucy O. O comércio tradicional na cidade que se produz: o centro de Belo Horizonte. *Revista Geosp*, n.3, p. 63-77, 1998.

FREIRE DA SILVA, Carlos. *Trabalho informal e redes de subcontratação: dinâmicas urbanas da indústria de confecções em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). FFLCH-USP, São Paulo, 2008.

_____. Viração: o comércio informal dos vendedores ambulantes. In: CABANES, Robert, GEORGES, Isabel, RIZEK, Cibele, TELLES, Vera, Saídas de emergência, São Paulo: Boitempo, 2011, p. 57-73.

_____. *Das calçadas às galerias: mercados populares do centro de São Paulo*. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

GAGO, Verónica. *A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular*. São Paulo: Elefante, 2018.

GEORGES, Isabel. Les emplois d'exécution dans les télécommunications: comparaisons France-Allemagne. *Travail, Genre et Sociétés*, n.6, p. 145-166, 2001.

_____. Os empregos subalternos no setor de telecomunicações: comparações entre França e Alemanha. *Revista de Estudos Feministas*, v.12, n.2, p. 201-223, 2004.

_____. Flexibilização do mercado de trabalho e novas formas de mobilidade: Carreiras femininas no setor terciário. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, v. 11, n. 18, p. 121-145, 2006.

_____. Reconfiguration des politiques sociales au Brésil. Le genre de l'assistance à São Paulo. *Travail, genre et sociétés*, v. 32, n. 2, p. 45-61, 2014.

_____. Trabalho informal e representação sindical. In: CABANES, Robert; GEORGES, Isabel; RIZEK, Cibele; TELLES, Vera. (Org.). *Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo*. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 135-152.

GEORGES, Isabel; RIZEK, Cibele. Práticas e dispositivos: escalas, territórios e atores. *Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCAR*, v.6, n.1, 2016, p. 51-74

GEORGES, Isabel., SANTOS, Yuimi G., “A produção da “demanda”: viés institucional e implicações políticas da terceirização do trabalho social na periferia de São Paulo”, in: CUNHA, N. Vieira da, FELTRAN, G. de Santis, *Sobre Periferias: Novos conflitos no espaço público*, Rio de Janeiro, Ed. Faperj/Lamparina, 2013, p. 159-177.

_____. *As "novas" políticas sociais brasileiras na saúde e na assistência: produção local do serviço e relações de gênero*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

GEORGES, Isabel; VIDAL, Dominique. La formalisation de l'emploi à l'épreuve du travail invisible. Deux cas de figure de travailleuses de service au Brésil. *Sociétés contemporaines*, v. 87, n. 3, p. 25-47, 2012.

GOBBI, Fernanda de. É tudo uma questão de conhecer o lugar: dinâmicas sociais, políticas e econômicas da prática de agiotagem popular nas periferias de São Paulo. *Anais do 44º Encontro Anual da ANPOCS*. São Bernardo do Campo, 2021.

GOFFMAN, Erving. The Moral Career of the Mental Patient. *Psychiatry*, v.22, n.2, p. 123-142, 1959.

_____. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. *Frame Analysis: Na essay on organization of experience*. Northeastern University Press: Boston, 1986.

_____. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4º ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

GOLD, Raymond L. Roles in sociological field observation. *Social Forces*, v. 36, n. 3, p. 217-223, 1958.

GONZÁLES, Sara; WALEY, Paul. Traditional Retail Markets: The New Gentrification Frontier? *Antipode*. v. 45, n.4, p. 965-983, 2013.

GROSSETTI, Michel. L'espace à trois dimensions des phénomènes sociaux. Échelles d'action et d'analyse. *SociologieS [online]*, 2011. Disponível em: <http://journals.openedition.org/sociologies/3466> Acesso em 23 ago. de 2021.

GUÉRIOS, Paulo Renato. O estudo de trajetórias de vida nas Ciências Sociais: trabalhando com as diferenças de escalas. *Campos*, Curitiba, v. 12, n.1, p. 9-29, 2011.

GUERREIRO, Alexandre. *Pop Center do Brás: de comerciantes nas ruas a inseridos no comércio popular*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação urbana no capitalismo tardio. *Espaço e Debates*, v.16, n.39., p. 48-64, 1996.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. de Laurent Léon Schaffter, Vértice/Revista dos Tribunais: São Paulo, 1990.

HAUSEMER, Bruna. *Criminalidade hipercentral: um estudo sobre o hipercentro de Belo Horizonte e os impactos das ações de requalificação do espaço urbano sobre os crimes de roubo consumado entre 1998 e 2015*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017.

HAYDEN, Tiana B. Disambiguating Legalities: Street vending, law, and boundary-work in Mexico. *Ethnoscripts*, v.19 n. 2, 2018.

HIBOU, Béatrice. Retrait ou redéploiement de l'Etat ?. *Critique internationale*, v.4, n.1, p. 151-168, 1998.

_____. *La bureaucratisation du monde à l'ère néolibérale*. Paris: La découverte, 2012.

HIRATA, Daniel Veloso. Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida. Tese (Doutorado em Sociologia), FFLCH-USP, São Paulo, 2010.

_____. A produção das cidades securitárias: polícia e política. *Le Monde Diplomatique Brasil*, n. 56, 2012.

_____. Street commerce as a “problem” in the cities of Rio de Janeiro and São Paulo. *Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology*, v. 11, n. 1., p.96-117, 2014.

_____. Comércio ambulante no Rio de Janeiro e em São Paulo: grupos de poder e instrumentos contemporâneos de governo. In BIRMAN, Patricia; LEITE, Márcia; MACHADO, Carly; CARNEIRO, Sandra. (Orgs.). *Dispositivos Urbanos e a trama dos viventes: ordens e resistências*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

HIRATA, Daniel V.; GRILLO, Carolina C. Movement and Death: Illicit Drug Markets in the Cities of São Paulo and Rio De Janeiro. *Journal of Illicit Economies and Development*, v. 1, n.2, p.122-133, 2019.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho, *Cadernos de Pesquisa*, v.37, n.32. São Paulo: Cebrap, set./dez., p. 595-609, 2007.

_____. Atualidade da divisão sexual e centralidade do trabalho das mulheres. *Revista de Ciências Sociais - Política & Trabalho*, v.1, n.53, p.22-34, 2021.

HUGHES, Everett. Institutional office and the person. *American Journal of Sociology*, v. 43, n. 3, p. 404-413, 1937.

_____. *Men and their work*. Free Press: New York, 1958.

_____. The social drama of work. *Mid-American Review of Sociology* vol. 1, n. 1, p. 1-7, 1976.

INDISCIPLINAR. Operação Urbana. Disponível em:
http://oucqh.indisciplinar.com/?page_id=15 Acesso em: 06 ago. de 2021.

ITIKAWA, Luciana. Vulnerabilidades do trabalho informal de rua: violência, corrupção e clientelismo. *São Paulo em Perspectiva*, v. 20, n. 1, p. 136-147, 2006.

JARAMILLO, Pablo. Etnografías en transición: Escalas, procesos y composiciones. *Antipod. Rev. Antropol. Arqueol.*, Bogotá, n. 16, p. 13-23, 2013.

JAYME, Juliana Gonzaga; NEVES, Magda de Almeida. Cidade e espaço público: política de revitalização urbana em Belo Horizonte. *Cad. CRH*, v. 23, n. 60, p. 605-617, 2010.

JAYME, Juliana Gonzaga; TREVISAN, Eveline. Intervenções urbanas, usos e ocupações de espaços na região central de Belo Horizonte. *Civitas*, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 359-377, 2012.

JESUS, Cláudio R. de. *A geografia humana do camelô belo-horizontino*. Tese (Doutorado em Geografia), IGC – Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

JESUS, Cláudio R. de; LOTT, Wanessa. P. O código de posturas e o discurso competente: estudo de caso de Belo Horizonte. In: *Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia*. Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais – NPMS, 2007.

LIPSKY, Michael. *Street-level Bureaucracy. Dilemmas of the individual in public services*. Russell Sage Foundation: New York, 1980.

JOSHI, Kunal. ‘Conditional’ Citizens? Hawkers in the Streets (and the Courts) of Contemporary India. Artigo. *Journal of Urban Research, Artigo - Revue de sciences humaines*, 2018.

KESSELMAN, Donna; AZAÏS, Christian. *Les zones grises d’emploi : vers un nouveau concept dans la comparaison internationale du travail ? L’exemple des états Unis et de la France*, 2011. Disponível em: <http://metices.ulb.ac.be/IMG/pdf/KESSELMAN-AZAIS.pdf> Acesso em: 30 set. de 2021

KREIN, José Dari; OLIVEIRA, Roberto Vêras de; FILGUEIRAS, Vitor Araújo. As reformas trabalhistas: promessas e impactos na vida de quem trabalha. *Cad. CRH*, v. 32, n. 86, p. 225-229, 2019.

KOCH, Regan. Licensing, Popular Practices and Public Spaces: An inquiry via the geographies of street food vending. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 39, n.6, p. 1231-1250, 2015.

KOPPER, Moisés. De camelôs a lojistas: a transição do mercado de rua para um shopping em Porto Alegre. *Caderno CRH*, v.28, n.75, p. 591-605, 2015.

KOWARICK, Lúcio. *Escritos Urbanos*, São Paulo: Editora 34, 2009.

_____. *Trabalho e vadiagem: as origens do trabalho livre no Brasil*. 3ª edição. São Paulo: Editora 34, 2019.

LAGE E LAGE, Selena. D. *A pertinência das operações urbanas no paradigma do urbanismo democrático e incluyente: reflexões a partir da análise da regulamentação e aplicação do instrumento em Belo Horizonte*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

LAUTIER, Bruno. *L'Economie informelle dans le tiers-monde*, Paris : Editions La Découverte - Repères, 1994.

_____. Os amores tumultuados entre o Estado e a economia informal. *Contemporaneidade e Educação*, v.2, n. 1, p. 59-91, 1997.

_____. Pour une sociologie de l'hétérogénéité du travail. *Revue Tiers Monde*, v. 39, n. 154, p. 251-279, 1998.

LEDENEVA, Alena; BAILEY, Anna; BARRON, Sheelagh; CURRO, Cotanza; TEAGUE, Elizabeth. *Global Encyclopaedia of Informality, Volume 1: Towards Understanding of Social and Cultural Complexity*. Volume 1. Londres: UCL Press, 2018.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão, 2006.

LEITE LOPES, José Sérgio. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. O trabalho visto pela antropologia social. *Revista Ciências do Trabalho*, v.1, n.1, p. 65-84, 2013.

LIMA, Livia de S. *Nas teias do ilegalismo: o shopping popular Oiapoque*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), FAFICH – UFMG, 2011.

LIMA, Jacob Carlos. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? *Sociologias* (UFRGS. Impresso), v. 12, p. 158-198, 2010.

_____. Os desafios do presente e o trabalho do futuro. In CATTANI, A. (Org.). *Trabalho: horizonte 2021*. Porto Alegre: Escritos, 2014.

LIMA, Jacob Carlos; BRIDI, Maria Aparecida. Trabalho digital e emprego: a reforma trabalhista e o aprofundamento da precariedade. *Cad. CRH*, Salvador, v. 32, n. 86, p. 325-342, 2019.

LOBO, Carlos; CARDOSO, Leandro; ALMEIDA, Ivânia L.; GARCIA, Ricardo A. Mobilidade pendular e a integração metropolitana: uma proposta metodológica para os municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG – 2010*. *Revista Brasileira de*

Estudos de População [online], v. 34, n. 02, 2017. Disponível em:
<https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0013> Acesso em: 30 set. de 2021.

MACHADO, Carly. Morte, perdão e esperança de vida eterna: “ex-bandidos”, policiais, pentecostalismo e criminalidade no Rio de Janeiro. In: BIRMAN, Patricia; Leite, Marcia; MACHADO, Carly; CARNEIRO, Sandra. (Org.). *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências*. 1ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015, p. 451-472.

MACHADO DA SILVA, Luis Antônio. Da informalidade à empregabilidade: reorganizando a denominação do mundo do trabalho. *Caderno CRH*, v. 15, n. 37, p. 81-109, 2002.

MARANHÃO, Tatiana Amorim. *Governança mundial e pobreza: do Consenso de Washington ao consenso das oportunidades*. Tese (Doutorado em Sociologia), FFLCH-USP, São Paulo, 2009.

MARCÚS, Juliana; PERALTA, María Agustina. La calle en disputa. Narrativas sobre los usos legítimos e ilegítimos del espacio público en la Ciudad de Buenos Aires. *Revista de Antropología Iberoamericana*, v. 16, n. 2, p. 347-370, 2021.

MCCANN, Eugene; WARD, Kevin. *Mobile Urbanism: Cities and Policymaking in the Global Age*. Minneapolis, London: University of Minnesota Press, 2011.

MINASSIAN, Gäïdz. *Zones grises: quand les états perdent le contrôle*. Paris: Autrement, 2011.

MISSE, Michel. O Rio como um bazar. A conversão da ilegalidade em mercadoria política. *Insight Inteligência (Rio de Janeiro)*, Rio de Janeiro, v. 5, n.18, 2002, p. 68-79.

_____. *Crime e Violência no Brasil Contemporâneo. Estudos de sociologia do crime e da violência urbana*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006.

_____. Trocas ilícitas e mercadorias políticas: para uma interpretação de trocas ilícitas e moralmente reprováveis cuja persistência e abrangência no Brasil nos causam incômodos também teóricos. *Anuário Antropológico*, v.35, n.2, p. 89-107, 2010a.

_____. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido". *Lua Nova: Revista de Cultura e Política* [online], n. 79, p. 15-38, 2010b. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452010000100003> Acesso em: 30 set. de 2021.

_____. *Sujeição Criminal*. In: Renato Sérgio de Lima; José Luiz Ratton; Rodrigo Azevedo. (Org.). *Crime, Polícia e Justiça no Brasil*. 1ed. São Paulo: Contexto, v. 1, 2014a.

_____. *Mercadoria política*. In: Renato Sérgio de Lima; José Luiz Ratton; Rodrigo Azevedo. (Org.). *Crime, Polícia e Justiça no Brasil*. 1ed. São Paulo: Contexto, v. 1, p. 198-203, 2014b.

- _____. The Puzzle of Social Accumulation of Violence in Brazil: Some Remarks. *Journal of Illicit Economies and Development*, v. 1, n.2, p.177-182, 2019.
- MONNET, Jérôme. L'ambulantage: Représentations du commerce ambulant ou informel et métropolisation. *Cybergeo : Revue européenne de géographie / European journal of geography*, UMR 8504 Géographie-cités, p. 01-20, 2006.
- NOGUEIRA, Mara. Displacing Informality: Rights and Legitimacy in Belo Horizonte, Brazil. *International Journal of Urban and Regional Research*, v.43, n. 3, p. 517-534, 2019.
- OLIVEIRA, Acauam S. O Evangelho marginal dos Racionais Mc's". In: *Racionais Mc's: Sobrevivendo no Inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A Economia Brasileira: crítica à razão dualista*. Editora Vozes: Petrópolis, 1987.
- _____. O estado e a exceção ou o estado de exceção? *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Recife, v. 5, n. 1, p. 9-14, 2003.
- OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele S. (Orgs.). *A era da indeterminação* São Paulo: Boitempo, 2007.
- PALERMO, Hernán; MEJIA, Patricia T.; GINIGER, Nuria. Presentación al número inaugural de la Revista LAT. *Revista Latinoamericana de Antropología del Trabajo*, v.1, n.1, p.1-4, 2017.
- PAMPLONA, João B. A atividade informal do comércio de rua e a região central de São Paulo. In: *Empresa Municipal de Urbanização - EMURB; Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - CEBRAP. Caminhos para o centro: estratégias para o desenvolvimento da região central de São Paulo*. São Paulo, 2004.
- PAOLINELLI, Marina Sanders; CANETTIERI, Thiago. Dez anos de ocupações organizadas em Belo Horizonte: radicalizando a luta pela moradia e articulando ativismos contra o urbanismo neoliberal. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 21, n. 46, p. 831-854, 2019.
- PARK, Robert E. The City: Suggestions for the Investigation of Human Behavior in the City Environment. *American Journal of Sociology*, v. 20, n. 5, p. 577-612, 1915.
- PAOLI; Maria Célia; RIZEK, Cibele S. Depois do desmanche. In OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele S. (Orgs.). *A era da indeterminação*, São Paulo: Boitempo, 2007, p. 7-14.
- PASSOS, Daniela. A formação do espaço urbano da cidade de Belo Horizonte: um estudo de caso à luz de comparações com as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. *Mediações*, Londrina, v. 21, n. 2, p. 332-358, 2016.
- PECK, Jamie; THEODORE, Nik. Mobilizing policy: Models, methods and mutations. *Geoforum*, v. 41, n.2, p.169-174, 2010.
- PERELMAN, Mariano D. Vender no ônibus: os buscas na cidade de Buenos Aires, Argentina. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 69-87, 2017.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. *Made in China: (in)formalidade, pirataria e redes sociais na rota China-Paraguai-Brasil*. São Paulo. Hucitec: Anpocs, 2011.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana.; SCALCO, Lucia M. Rolezinhos: marcas, consumo e segregação no Brasil. *Revista de Estudos Culturais*. São Paulo, v.1, n. 1, 2014.

PRANDI, Reginaldo. *O trabalhador por conta própria sob o capital*. São Paulo: Edições Símbolo, 1978.

PRAXIS. Entrevista com Técnicos da Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano da Prefeitura de Belo Horizonte (SMAPU/PBH). Entrevistados: Izabel Dias, Livia Monteiro e Thiago Esteves. Entrevistadores: Denise Morado, Daniel Freitas e Thais Nassif. Site do Praxis – Práticas Sociais do Espaço Urbano da Escola de Arquitetura da UFMG. p. 1-18, 19 abr. de 2017. Disponível em: <http://praxis.arq.ufmg.br/downloads-gpus/site-entrevista-SMAPU.pdf> Acesso em 06 ago. 2021.

QUEIRÓS, João; RODRIGUES, Vanessa. “Não, não somos jornalistas”. Uma introdução à utilização do diário de campo e da fotografia na pesquisa sociológica. *Conferência Etnografias em Contexto Urbano*, Porto, 2006.

RABOSSI, Fernando. *Nas ruas de Ciudad del Este: Vidas e vendas num mercado de fronteira*. Tese de (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

_____. Negociações, associações e monopólios: a política da rua em Ciudad del Este (Paraguai). *Etnográfica*, v. 15, n.1, p. 83-107, 2011.

_____. Dinámicas económicas en la Triple Frontera (Brasil, Paraguay y Argentina). In: Fernando Carrión (org.). *Seguridad, planificación y desarrollo en las regiones transfronterizas*. Quito: FLACSO, 2013, p. 167-193.

RACAUD, Ylvain; KAGO, Jackson; OWUOR, Samuel. Introduction: Contested Street: Informal Street Vending and its Contradictions. Artigo. *Journal of Urban Research, Artigo - Revue de sciences humaines*, 2018.

RANGEL, Felipe. *O trabalho informal no comércio popular: ressignificando práticas na nova cultura do trabalho*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

_____. Novas experiências, outros significados: repensando o trabalho no comércio popular. *Revista Colombiana de Sociología*, n. 40, v.2, p. 67-85, 2017.

_____. *A empresarização do comércio popular em São Paulo: trabalho, empreendedorismo e formalização excludente*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019a.

_____. Problem and Power: Informal Commerce Between Repression and Enterprisation. *Journal of Illicit Economies and Development*, v.1, n.2, p. 183-192, 2019b.

_____. Trabalho, gestão neoliberal e um mercado em disputa: uma análise da CPI da Feira da Madrugada. *Anais do 44º Encontro Anual da ANPOCS*. São Bernardo do Campo, 2021.

RANGEL, Felipe; ARAÚJO FILHO, Tarcísio P. A gestão neoliberal do comércio de rua: um estudo comparado de duas metrópoles brasileiras, In GEORGES, Isabel, RIZEK, Cibele S., BREDA, Thalles (orgs.), *Produção e Reprodução das Formas de Sociabilidade: Dimensões Territoriais e Multi-Escalares*, São Paulo, Alameda, Coll. SAGEMM, 2021. (no prelo).

REVEL, Jacques. *Microanálise e construção do social*. In: _____ (Org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 15-38.

_____. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, n. 45, p. 434-444, 2010.

RIBEIRO, Gustavo Lins. A globalização popular e o sistema mundial não hegemônico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v.25, n. 74, p.21-38, 2010.

RIZEK, Cibele S. Viração e trabalho: algumas reflexões sobre dados de pesquisa. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 11 n. 21, p. 49-58, 2006.

_____. Trabalho, moradia em cidade. Zonas de indiferenciação? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.27, n.78, p.41-49, 2012.

ROY, Ananya. Urban Informality: Toward an Epistemology of Planning. *Journal of the American Planning Association*, v. 71, n.2, p. 147–158, 2005.

_____. *Poverty Capital: microfinance and the making of development*. Routledge: New York, 2010.

SAKAI, Roberta. *A ocupação da área central pelo comércio ambulante: negociações e produção do espaço urbano*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). USP, São Carlos, 2011.

SANT'ANNA, Marcus Vinicius. *Entre o projeto urbano e o lugar: práticas, representações e usos do espaço público no processo contemporâneo de renovação do hipercentro de Belo Horizonte*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

SANTOS, Yumi G.; GEORGES, Isabel. A formação de um grupo profissional: entre permanências e mudanças das agentes de execução de programas sociais sob o prisma de gênero, classe e “raça”. *Revista de Ciências Sociais - Política & Trabalho*, v.1, n.53, p.90-111, 2021.

SCOTT, James C. *Seeing like a state: how certain schemes to improve the human condition have failed*. Yale: Yale University Press, 1998.

SCHELIGA, Eva Lenita. Trajetórias religiosas e experiências prisionais: a conversão em uma instituição penal. *Comunicações do ISER (Religiões e Prisões)*, v.61, p. 75-85, 2005.

SCIRÉ, Cláudia. Uma Etnografia Multissituada das Práticas Populares de Consumo. *Plural*, v.16, n.1, p. 93-110, 2009.

SERNA LUNA, Erick. *Los que laboran en la oscuridad: La informalidad regulada del discapacitado visual bajo la ciudad*. Colegio de México, MA Thesis, 2013.

SINGER, André. *Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SPIRE, Amandine; CHOPLIN, Armelle. Street Vendors Facing Urban Beautification in Accra (Ghana): Eviction, Relocation and Formalization. *Articulo - Journal of Urban Research, Articulo - Revue de sciences humaines ASBL*, 2017.

STENGERS, Isabelle. *No tempo das catástrofes*. São Paulo: Cosac e Naify, 2015.

STIEGLER, Barbara, *Il faut s'adapter. Sur un nouvel impératif politique*. Paris: Gallimard, 2019.

SOARES, Luiz Carlos. Os escravos de ganho no Rio de Janeiro no século XIX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8 n. 16, p.107-142, 1988.

SORJ, Bila, FONTES, Adriana. O care como um regime estratificado: implicações de gênero e classe social. In: HIRATA, Helena, GUIMARÃES, Nadya (orgs.). *Cuidados e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*. São Paulo: Atlas, 2012.

SUPIOT, Alain. Les nouveaux visages de la subordination. *Droit social*, n. 2, p. 131-145, 2000.

SWANSON, Kate. Zero Tolerance in Latin America: Punitive Paradox. *Urban Policy Mobilities, Urban Geography*, v.34, n.7, p. 972-988, 2013.

TARRIUS, Allan. *La mondialisation par le bas: les nouveaux nomades de l'économie souterraine*. Balland: Paris, 2002.

TELLES, Vera S. Mutações no trabalho e experiência urbana. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v. 18, n. 1, 2006.

TEIXEIRA, César. "Saindo do crime": Igrejas pentecostais, ONGs e os significados da 'ressocialização'. In: BIRMAN, Patricia; Leite, Marcia; MACHADO, Carly; CARNEIRO, Sandra. (Org.). *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências*. 1ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015.

_____. A cidade nas fronteiras do legal e ilegal. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2010.

_____. Cidade: produção de espaços, formas de controle e conflitos. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 46, n. 1, p. 15-41, 2015.

TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert (org.). *Nas Tramas da Cidade - trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

TELLES, Vera da S.; HIRATA, Daniel. Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo. *Tempo Social*, vol 22, no 2, 2010.

THOMAS, William I.; THOMAS, Dorothy. S. *The child in America*. Oxford: Knopf, 1928.

TRONCON ROSA, Thaís. Cartografando cidades transumantes: reflexões teórico-metodológicas sobre pesquisas com trajetórias urbanas. *Oculum Ensaio*s, v.11, n.1, p. 69-79, 2014.

TUCKER, Jennifer L.; DEVLIN, Ryan T. Uncertainty and the Governance of Street Vending: A Critical Comparison Across the North/South Divide. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 43, n.3, p. 460-475, 2019.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARABTES, O; VAINER, C; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Editora Vozes, Petrópolis – RJ, 2000, p. 75-103.

VALVERDE, Mariana. Laws of the street. *City & Society*, v. 21, n. 2, p. 163–181, 2009.

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. O Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco: elementos para uma visão panorâmica. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; SANTANA, Marco Aurélio (Orgs.). *Trabalho em territórios produtivos reconfigurados no Brasil*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

VILELA, Nice. *Hipercentro de Belo Horizonte: movimentos e transformações espaciais recentes*. Dissertação (Mestrado em Geografia), IGC – UFMG, 2006.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.

WACQUANT, Loïc. Dissecando a “Tolerância zero”. *Le Monde Diplomatique Brasil*, n.29, 2002.

_____. La tornade sécuritaire mondiale : néolibéralisme et châtiment à l'aube du XXIe siècle. *Revue Mouvements*, v. 3, n. 63, p. 137-154, 2010.

WHYTE, William F. Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Tradução de Maria Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

ZAMBELLI, Paulina. *O trabalho informal dos camelôs na região central de Belo Horizonte e a transferência para os shoppings populares*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

Matérias jornalísticas

ALVES, Lara. BH ganhará um inédito ‘Circuito dos Mercados’. *Jornal O Tempo*, Belo Horizonte, 19 abr. de 2021. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/bh-ganhara-um-inedito-circuito-dos-mercados-1.2473507> Acesso em: 06 ago. de 2021.

AMARAL, Sergiovane. Ele quer entrar para a política. *Revista Encontro*, Belo Horizonte, 14 set. de 2012. Disponível em: <https://www.revistaencontro.com.br/canal/revista/2012/09/ele-quer-entrar-para-a-politica.html>. Acesso em: 06 ago. de 2021.

BIANCHETTI, Mara. Decisão Atacarejo abre loja de 7 mil metros quadrados no centro de BH. *Diário do Comércio*, Belo Horizonte, 16 abr. de 2021. Disponível em: <https://diariodocomercio.com.br/negocios/decisao-atacarejo-abre-loja-de-7-mil-metros-quadrados-no-centro-de-bh> Acesso em: 06 ago. de 2021.

BOTELHO, Christian. Código de Posturas em debate na Fecomércio MG. *Fecomércio MG*. 19 abr. de 2017. Disponível em: <https://www.fecomerciomg.org.br/2017/04/codigo-de-posturas-em-debate-na-fecomercio-mg-2/> Acesso em: 06 ago. de 2021.

BR-356 vai ganhar o Mercado de Origem. *Revista Encontro*, 2019. Disponível em: <https://www.revistaencontro.com.br/canal/cidade/2019/01/br-356-vai-ganhar-o-mercado-de-origem.html> Acesso em: 06 ago. de 2021.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Pessoas com deficiência não podem ser auxiliadas por acompanhantes. *Portal da Câmara Municipal de Belo Horizonte*, 2017. Disponível em: <https://cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/not%C3%ADcias/2017/08/pessoas-com-defici%C3%Aancia-n%C3%A3o-podem-ser-auxiliadas-por-acompanhantes> Acesso em: 06 ago. de 2021.

CAMELÔS do Centro poderão ganhar vagas em shoppings. *Band TV*, 2017. Disponível em: <https://bandtv.band.uol.com.br/m/conteudo.asp?id=100000861564&programa=cidades> Acesso em: 06 ago. de 2021.

CAMELÔS voltam às ruas de BH e fazem passeata no Centro. *Jornal Estado de Minas*, 2017. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/07/05/interna_gerais,881486/camelos-voltam-as-ruas-de-bh-e-fazem-passeata-ate-a-prefeitura.shtml Acesso em: 06 ago. de 2021.

CENTRO do Rio pode ter tolerância Zero a camelôs. *Diário do Rio*, 2021. Disponível em: <https://diariodorio.com/centro-do-rio-pode-ter-tolerancia-zero-a-camelos/> Acesso em: 06 ago. de 2021.

CRIVELLA anuncia 'tolerância zero' em fiscalização de combate a enchentes. *Uol*, 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/03/03/crivella-anuncia-tolerancia-zero-em-fiscalizacao-de-combate-a-enchentes.htm?cmpid=copiaecola> Acesso em: 06 ago. de 2021.

DAMÁZIO, Malú. Fiscalização de camelôs no Centro de BH será intensa até que ambulantes tenham vagas em shoppings. *Jornal Hoje Em Dia*, Belo Horizonte, 03 jul. de 2017. Disponível em <https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/cidades/fiscaliza%C3%A7%C3%A3o-de-camel%C3%B4s-no-centro-de-bh-ser%C3%A1-intensa-at%C3%A9-que-ambulantes-tenham-vagas-em-shoppings-1.540257> Acesso em: 06 ago. de 2021.

EVANGELISTA, Renata. Contrabando apreendido em shopping popular de BH é avaliado em R\$ 10 milhões. *Jornal Hoje Em Dia*, Belo Horizonte, 12 dez. de 2019. Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/contrabando-apreendido-em-shopping-popular-de-bh-%C3%A9-avaliado-em-r-10-milh%C3%B5es-1.761911> Acesso em: 06 ago. de 2021.

FASICK, Kevin; O'NEILL, Natalie. The shady truth behind those 'disabled vet' food carts. *New York Post*, Nova Iorque, 29 set. De 2019. Disponível em <https://nypost.com/2019/09/29/the-shady-truth-behind-those-disabled-vet-food-carts/> Acesso em: 06 ago. de 2021.

FÉLIX, Pabline. Ele quer ser o rei do morro. *Revista Encontro*, Belo Horizonte, 10 jun. de 2013. Disponível em <https://www.revistaencontro.com.br/canal/revista/2013/06/ele-quer-ser-o-rei-do-morro.html> Acesso em: 06 ago. de 2021.

FERREIRA, Lola; SILVA, Vitória Régia da; MARTINS, Flávia B. Fome, medo e falta de renda: a vida das ambulantes no primeiro ano de pandemia. *Gênero e Número*. 30 abr. de 2021. Disponível em: <https://www.generonumero.media/ambulantes-pandemia/> Acesso em: 06 ago. de 2021.

FONTES, Letícia. Camelôs levados a shoppings estão voltando para as ruas. *Jornal O Tempo*, Belo Horizonte, 26 jul. de 2018. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/camelos-levados-a-shoppings-estao-voltando-para-as-ruas-1.2005334> Acesso em: 06 ago. de 2021.

FUNDAÇÃO DOIMO. João Dória Jr. entrevista Elias Tergilene - Parte 1. *Youtube*, 23 de fev. de 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=0RRrOOuyTeY&t=279s&ab_channel=Funda%C3%A7%C3%A3oDoimo Acesso em: 06 ago. de 2021.

FUNDAÇÃO DOIMO. Rede Uai Shopping - MundoSA (GloboNews). *Youtube*, 10 de dez. de 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=uk4Se-LgSZc&ab_channel=Funda%C3%A7%C3%A3oDoimo Acesso em: 06 ago. de 2021.

GOMES, Heitor Simões. O rei dos camelôs e os shoppings povão. *Folha de S. Paulo*, 23 dez. de 2012, São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/85384-o-rei-dos-camelos-e-os-shoppings-povao.shtml> Acesso em: 06 ago. de 2021.

GOVERNANÇA pública privada poderá ser adotada para Hipercentro. *Jornal AC Minas*, ano 34, n. 1193, mar/abr de 2017. Disponível em: <https://issuu.com/acminas/docs/mar-abr> Acesso em: 06 ago. de 2021.

GUIMARÃES, Thiago. A retirada de camelôs não-licenciados de uma rua do centro de Belo Horizonte causou tumulto e quebra-quebra. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 jan. de 2004. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u88560.shtml> Acesso em: 06 ago. de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ÉTICA CONCORRENCIAL. Produto ilegal atinge 57% do mercado de cigarros. ETCO, 2018. Disponível em: <https://www.etc.org.br/noticias/mercado-ilegal-de-cigarros-chega-a-54-e-bate-recorde-no-brasil/>. Acesso em: 06 ago. de 2021.

JORNAL ALTEROSA. Jornal da Alterosa - 04/02/2021. *Youtube*, 04 de fev. de 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=N69GN_TloEg&ab_channel=JornaldaAlterosa Acesso em: 06 ago. de 2021.

LAGUARDIA, Helenice. Dono da rede Uai Shopping quer ser o "rei dos camelôs". *Jornal O Tempo*, Belo Horizonte, 27 out. de 2012. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/economia/dono-da-rede-uai-shopping-quer-ser-o-rei-dos-camelos-1.232177> Acesso em: 06 ago. de 2021.

LOPES, Paulo Henrique; CHOUCAIR, Geórgia. Rede de shoppings Uai compra participação no Oiapoque. *Jornal Estado de Minas*, Belo Horizonte, 21 fev. de 2013. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2013/02/21/internas_economia,351949/rede-de-shoppings-uai-compra-participacao-no-oiapoque.shtml Acesso em: 06 ago. de 2021.

LOPES, Valquíria. Camelôs começam a trabalhar hoje em bancas do Shopping Uai, no Centro de BH. *Jornal Estado de Minas*, Belo Horizonte, 11 jul. de 2017. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/07/11/interna_gerais,882700/camelos-comecam-a-trabalhar-hoje-em-bancas-do-shopping-uai.shtml Acesso em: 06 ago. de 2021.

LOURENÇO, Aline. Avenida Paraná será fechada para intervenções do BRT. *Jornal O Tempo*, Belo Horizonte, 22 jul. de 2013. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/avenida-parana-sera-fechada-para-intervencoes-do-brt-1.684471> Acesso em: 06 ago. de 2021.

LOURENÇA, Izabella. Belo Horizonte: Kalil cria praça de guerra contra vendedores ambulantes. *Esquerda Online*, Belo Horizonte, 03 jul. de 2017. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2017/07/03/belo-horizonte-kalil-cria-praca-de-guerra-contra-vendedores-ambulantes/> Acesso em: 06 ago. de 2021.

MANSUR, Rafaela. Camelôs usam pessoas com deficiência para driblar fiscais. *Jornal O Tempo*, Belo Horizonte, 16 mar. de 2017. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/camelos-usam-pessoas-com-deficiencia-para-driblar-fiscais-1.1447929> Acesso em: 06 ago. de 2021.

MARIANO, Raul. Tolerância Zero: camelôs serão retirados do Centro de BH em até 60 dias. *Jornal Hoje Em Dia*, Belo Horizonte, 23 mar. De 2017. Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/toler%C3%A2ncia-zero-camel%C3%B4s-ser%C3%A3o-retirados-do-centro-de-bh-em-at%C3%A9-60-dias-1.454424> Acesso em: 06 ago. de 2021.

MENDES, Stephanie. Ambulantes com deficiência querem ter direito a trabalhar com um auxiliar. *BHAZ*, Belo Horizonte, 12 ago. de 2017. Disponível em: <https://bhaz.com.br/deficientes-bh-camelos/> Acesso em: 06 ago. de 2021.

MIRANDA, Bernardo. Maquiagem para BH ficar ‘mais bonita’ no Mundial. *Jornal O Tempo*, 04 jun. de 2014. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/hotsites/copa-do-mundo-2014/maquiagem-para-bh-ficar-mais-bonita-no-mundial-1.857845> Acesso em: 06 ago. de 2021.

NOGUEIRA, Mariana. Prefeitura começará a retirar camelôs no próximo sábado. *Jornal O Tempo*, Belo Horizonte. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/prefeitura-comecara-a-retirar-camelos-no-proximo-sabado-1.1490980> Acesso em: 06 ago. de 2021.

_____. Movimento fraco espera camelôs. *Jornal O Tempo*, Belo Horizonte, 07 jul. de 2017. Disponível em <https://www.otempo.com.br/cidades/movimento-fraco-espera-camelos-1.1494303> Acesso em: 06 ago. de 2021.

OLIVEIRA, Natália. Polícia faz operação e apreende 64.600 cigarros no Shopping Uai. *Jornal O Tempo*, Belo Horizonte, 30 abr. de 2019. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/policia-faz-operacao-e-apreende-64-600-cigarros-no-shopping-uai-1.2175295> Acesso em: 06 ago. de 2021.

PEIXOTO, Paulo; GUIMARÃES, Thiago. Ambulantes voltam a protestar em Belo Horizonte. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 out. de 2004. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u98011.shtml> Acesso em: 06 ago. de 2021.

PELO 3º dia, camelôs protestam contra retirada de barracas do centro de BH. *G1 Minas Gerais*, 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/pelo-3-dia-camelos-protestam-contr-retirada-de-barracas-do-centro-de-bh.ghtml> Acesso em: 06 ago. de 2021.

PESQUISA da prefeitura mostra quem é a nova geração de ambulantes que invadiu BH. *Jornal Estado de Minas*, 2017. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/04/22/interna_gerais.864059/pesquisa-da-prefeitura-mostra-quem-e-a-nova-geracao-de-ambulantes-que.shtml Acesso em: 06 ago. de 2021.

PINHEIRO, Marco. Bate papo com Elias Tergilene. Primeiro #BatePapocomPinheiro falando sobre empreendedorismo com Elias Tergilene! Confira!. 01 jul. de 2020, *Instagram*, @marcopinheirose. Disponível em: https://www.instagram.com/tv/CCHg7ifgGXh/?utm_medium=copy_link Acesso em: 06 ago. de 2021.

RONAN, Gabriel. BH ganha novo equipamento de saúde para realização de testes de HIV e hepatites. *Jornal Estado de Minas*, Belo Horizonte, 27 dez. de 2018. Disponível: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/12/27/interna_gerais,1016690/bh-ganha-novo-equipamento-de-saude-para-realizacao-de-exames-rapidos.shtml Acesso em: 06 ago. de 2021.

RUBENS, Ney. MG: empresário projeta prostíbulo e sauna mista em shopping. *Terra*, Cidades, 3 fev. de 2017. Disponível: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/mg-empresario-quer-criar-prostibulo-e-sauna-mista-em-shopping,6af7f1b1b8e7daf76325149fc9b7fea459e9dkr7.html> Acesso em: 06 ago. de 2021.

SACOLEIROS de todo o Brasil fazem compras para o Natal em BH. *Estado de Minas*, 2014. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2014/12/14/internas_economia,599293/o-brasil-faz-as-compras-em-bh.shtml. Acesso em: 06 ago. de 2021.

SHOPPING OI. Empreendedorismo de sucesso - Mário Valadares. *Youtube*, 28 de dez. de 2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_jiuOPd5EsM&ab_channel=ShoppingOi. Acesso em: 06 ago. de 2021.

SILVA, Cristiane. "É definitiva e sem volta", diz Kalil sobre retirada dos camelôs do Centro de BH. *Jornal Estado de Minas*, Belo Horizonte, 04 jul. de 2017. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/07/04/interna_gerais,881242/e-definitiva-e-sem-volta-diz-kalil-sobre-retirada-dos-camelos-de-bh.shtml Acesso em: 06 ago. de 2021.

TERMINA sem acordo encontro entre Prefeitura de BH, OAB e camelôs. *Jornal Hoje Em Dia*, 2017. Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/termina-sem-acordo-encontro-entre-prefeitura-de-bh-oab-e-camel%C3%B4s-1.541598> Acesso em: 06 ago. de 2021.

VALE, João Henrique. Belo Horizonte registra aumento dos furtos de celulares em 2018. *Jornal Estado de Minas*, Belo Horizonte, 18 jun. de 2018. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/06/18/interna_gerais,967505/belo-horizonte-registra-aumento-dos-furtos-de-celulares-em-2018.shtml. Acesso em: 06 ago. de 2021.

_____. Ação da PM acaba com apreensão de mais de 150 celulares em shopping popular de BH. *Jornal Estado de Minas*, Belo Horizonte, 26 jun. de 2018. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/06/26/interna_gerais,969520/acao-pm-acaba-apreensao-mais-de-150-celulares-shopping-popular-de-bh.shtml. Acesso em: 06 ago. de 2021.

WERNECK, Gustavo. Casarão em BH tombado pelo Patrimônio Cultural do Município está em ruínas. *Jornal Estado de Minas*, Belo Horizonte, 13 de mai. de 2014. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/05/13/interna_gerais,528158/casarao-em-bh-tombado-pelo-patrimonio-cultural-do-municipio-esta-em-ruinas.shtml. Acesso em: 06 ago. de 2021.

Homepages

ACMINAS. Associação Comercial e Empresarial de Minas. Disponível em: https://acminas.com.br/?page_id=74 Acesso em: 06 ago. de 2021.

BRIGADAS POPULARES. Brigadas Populares. Disponível em: <https://brigadaspopulares.org.br/> Acesso em: 06 ago. de 2021.

CDL-BH. Câmara dos Lojistas de Belo Horizonte. Disponível em: <https://www.cdlbh.com.br/> Acesso em: 06 ago. de 2021.

COPAC. Comitê Popular dos Atingidos pela Copa. Disponível em: <https://atingidoscopa2014.wordpress.com/> Acesso em: 06 ago. de 2021.

FUNDAÇÃO DOIMO. Fundação Doimo, Empreendedorismo Social. Disponível em: <http://www.fundacaodoimo.org/site/> Acesso em: 06 ago. de 2021.

GABINETONA. Portal memória no site oficial da Gabinetona. Disponível em: <https://memoria.gabinetona.org/> Acesso em: 06 ago. de 2021.

INTERSINDICAL. Intersindical: instrumento de luta e organização da classe trabalhadora. Disponível em: <https://www.intersindical.org.br/> Acesso em: 06 ago. de 2021.

UAIBANK. Uai Bank. Disponível em: <https://uaibank.com.br> Acesso em: 06 ago. de 2021.

Leis e decretos

BELO HORIZONTE. Lei nº 4, de outubro de 1900. Estima a receita da Prefeitura da Cidade de Minas, para o exercício de 1901. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/1900/1/4/lei-ordinaria-n-4-1900-estima-a-receita-da-prefeitura-da-cidade-de-minas-para-o-exercicio-de-1901-1900-10-04-versao-original> Acesso em: 06 ago. de 2021.

_____. Lei nº 3841, de 17 de agosto de 1984. Reorganiza o processo de licenciamento de bancas de camelôs nos logradouros públicos e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/1984/384/3841/lei-ordinaria-n-3841-1984-reorganiza-o-processo-de-licenciamento-de-bancas-de-camelos-nos-logradouros-publicos-e-da-outras-providencias> Acesso em: 06 ago. de 2021.

_____. Lei nº 3996, de 16 de janeiro de 1985. Institui o Dia do Camelô. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/1985/400/3996/lei-ordinaria-n-3996-1985-institui-o-dia-do-camelo?q=dia+municipal+do+camel%C3%B4> Acesso em: 06 ago. de 2021.

_____. Lei nº 5674, de 15 de fevereiro de 1990. Declara de utilidade pública a Associação de Defesa ao Camelô de Belo Horizonte. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/1990/568/5674/lei-ordinaria-n-5674-1990-declara-de-utilidade-publica-a-associao-de-defesa-ao-camelo-de-belo-horizonte?q=Associa%E7%E3o%20de%20Defesa%20ao%20Camel%C3%B4%20de%20Belo%20Horizonte> Acesso em: 06 ago. de 2021.

_____. Decreto nº 7339, de 31 de agosto de 1992. Fixa atribuições dos cargos de inspetor municipal, estabelece normas e critérios para pagamento da retribuição variável de desempenho individual fiscal (REVADIF), e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/decreto/1992/734/7339/decreto-n-7339-1992-fixa-atribuicoes-dos-cargos-de-inspetor-municipal-estabelece-normas-e-criterios-para-pagamento-da-retribuicao-variavel-de-desempenho-individual-fiscal-revadif-e-da-outras-providencias?q=Decreto%20n%C2%BA%207339> Acesso em: 06 ago. de 2021.

_____. Lei nº 6505 de 12 de janeiro de 1994. Dispõe sobre penalidades por infração à legislação sobre comércio em passeios e vias públicas. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/1994/651/6505/lei-ordinaria-n-6505-1994-dispoe-sobre-penalidades-por-infracao-a-legislacao-sobre-comercio-em-passeios-e-vias-publicas?q=Lei+n%C2%BA+6505> Acesso em: 06 ago. de 2021.

_____. Lei nº 7166, de 27 de agosto de 1996. Estabelece normas e condições para parcelamento, ocupação e uso do solo urbano no município. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/1996/717/7166/lei-ordinaria-n-7166-1996-estabelece-normas-e-condicoes-para-parcelamento-ocupacao-e-uso-do-solo-urbano-no-municipio?q=Lei%20n%C2%BA%207166> Acesso em: 06 ago. de 2021.

_____. Decreto nº 9178, de 18 de abril de 1997. Regulamenta o Art. 11 e seu parágrafo único da Lei nº 6505, de 12 de janeiro de 1994, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/decreto/1997/918/9178/decreto-n-9178-1997-regulamenta-o-art-11-e-seu-paragrafo-unico-da-lei-n-6505-de-12-de-janeiro-de-1994-e-da-outras-providencias?q=Decreto%20n%C2%BA%209178> Acesso em: 06 ago. de 2021.

_____. Decreto n.º 10.941, de 17 de janeiro de 2002. Consolida o estatuto social da BHTRANS. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/decreto/2002/1095/10941/lei-organica-belo-horizonte-mg> Acesso em: 06 ago. de 2021.

_____. Lei nº 8616, de 14 de julho de 2003a. Contém o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/2003/862/8616/lei-ordinaria-n-8616-2003-contem-o-codigo-de-posturas-do-municipio-de-belo-horizonte>

[horizonte?q=c%F3digo%20de%20posturas%20camel%F4%20e%20do%20torero](#) Acesso em: 06 ago. de 2021.

_____. Lei nº 8.728, de 30 de dezembro de 2003b. Institui a Operação Urbana do Conjunto Arquitetônico da Avenida Oiapoque. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/2003/873/8728/lei-ordinaria-n-8728-2003-institui-a-operacao-urbana-do-conjunto-arquitetonico-da-avenida-oiapoque?q=Lei%20n%BA%208728> Acesso em: 06 ago. de 2021.

_____. Lei nº 8.486 de 20 de janeiro de 2003c. Cria a Guarda Municipal Patrimonial e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/2003/849/8486/lei-ordinaria-n-8486-2003-cria-a-guarda-municipal-patrimonial-e-da-outras-providencias?q=8486+guarda> Acesso em: 06 ago. de 2021.

_____. Lei nº 9.058, de 14 de janeiro de 2005. Altera a Lei nº 8137, de 21 de dezembro de 2000, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/2005/905/9058/lei-ordinaria-n-9058-2005-altera-a-lei-n-8137-de-21-de-dezembro-de-2000-e-da-outras-providencias> Acesso em: 06 ago. de 2021.

_____. Lei nº 9845, de 8 de abril de 2010. Altera a Lei nº 8.616/03, que contém o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/2010/985/9845/lei-ordinaria-n-9845-2010-altera-a-lei-n-8616-03-que-contem-o-codigo-de-posturas-do-municipio-de-belo-horizonte-e-da-outras-providencias?q=Lei%20n%BA%209845> Acesso em: 06 ago. de 2021.

_____. Lei nº 10.947, de 13 de julho de 2016. Altera a Lei nº 8.616/03, que contém o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/2016/1095/10947/lei-ordinaria-n-10947-2016-altera-a-lei-n-8616-03-que-contem-o-codigo-de-posturas-do-municipio-de-belo-horizonte-e-da-outras-providencias?q=2016+defici%C3%Aancia> Acesso em: 06 ago. de 2021.

_____. Lei nº 11.074, de 5 de outubro de 2017. Regulamenta a Lei nº 11.074, de 5 de outubro de 2017, que institui a Operação Urbana Simplificada do Plano de Inclusão Produtiva de Camelôs do Hipercentro, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/decreto/2017/1674/16734/decreto-n-16734-2017-regulamenta-a-lei-n-11074-de-5-de-outubro-de-2017-que-institui-a-operacao-urbana-simplificada-do-plano-de-inclusao-produtiva-de-camelos-do-hipercentro-e-da-outras-providencias?q=Lei%20n%BA%2011.074> Acesso em: 06 ago. de 2021.

BRASIL. Lei-decreto 2.041, de 27 de fevereiro de 1940a. Regula o exercício do comércio ambulante. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-2041-27-fevereiro-1940-411979-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 06 ago. de 2021.

_____. Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940b. Código Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm Acesso em: 06 ago. de 2021.

_____. Lei nº 8213 de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18213cons.htm Acesso em: 06 ago. de 2021.

_____. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm Acesso em: 06 ago. de 2021.

_____. Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998. Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc20.htm Acesso em: 06 ago. de 2021.

_____. Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011. Institui o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra); dispõe sobre a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) à indústria automotiva; altera a incidência das contribuições previdenciárias devidas pelas empresas que menciona; altera (...) Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/112546.htm Acesso em: 06 ago. de 2021.

_____. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os Arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm Acesso em: 06 ago. de 2021.

_____. Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994. Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18899.htm Acesso em: 06 ago. de 2021.

Outros documentos

PLAMBEL. Estudo de viabilidade técnica e econômica do projeto da área central – PACE. Belo Horizonte, [198-].

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Apresentação Centro Vivo, 2004. Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/vivaocentro/usu_doc/belohorizonte.pdf Acesso em: 06 ago. de 2021.

_____. BH em Pauta: Código de Posturas. Publicado em 01 set 2017. Atualizado em 11 set 2017. Disponível em <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/bh-em-pauta-codigo-de-posturas> Acesso em 06 ago. 2021.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE; PRÁXIS. Plano de reabilitação do Hipercentro de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2007. Disponível em: https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/politica-urbana/2018/planejamento-urbano/publicacoes_plano_reabilita%C3%A7%C3%A3o_hipercentro_bh.pdf. Acesso em: 06 ago. de 2021.

UAI SHOPPING. Favela Shopping Alemão: o shopping da gente, [201-], 8 f.

WHO. *Technical manual on tobacco tax administration*. Geneva, World Health Organization, 2010. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240019188> Acesso em: 06 ago. de 2021.